



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”

Faculdade de Ciências e Letras – Câmpus de Assis
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – Assis e Franca

ARTHUR DALTIM CARREGA

**A SOCIEDADE AUXILIADORA DA INDÚSTRIA NACIONAL E O BRASIL
MODERNO:**

ideias fluidas nas páginas da revista O Auxiliador da Indústria Nacional (1833-1892)

ASSIS
2024

ARTHUR DALTIN CARREGA

**A SOCIEDADE AUXILIADORA DA INDÚSTRIA NACIONAL E O BRASIL
MODERNO:**

ideias fluidas nas páginas da revista O Auxiliador da Indústria Nacional (1833-1892)

Tese apresentada à Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras (FCL-Assis), para a obtenção do título de Doutor em história (Área de Concentração: História e cultura).

Orientador(a): Paulo Cesar Gonçalves

Bolsista Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

ASSIS
2024

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Ana Cláudia Inocente Garcia - CRB 8/6887

C314s Carrega, Arthur Daltin
A Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional e o Brasil
Moderno : ideias fluidas nas páginas da revista *O Auxiliador da
Indústria Nacional* (1833-1892) / Arthur Daltin Carrega. —
Assis, 2024
232 f. : il.

Tese de Doutorado - Universidade Estadual Paulista
(UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Assis
Orientador: Dr. Paulo Cesar Gonçalves

1. Burguesia agrária. 2. Liberalismo conservador.
3. Periódicos brasileiros. 4. Brasil - História - Séc. XIX.
5. Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional. I. Título.

CDD 981.04

CERTIFICADO DE APROVAÇÃO

TÍTULO DA TESE: A SOCIEDADE AUXILIADORA DA INDÚSTRIA NACIONAL E O BRASIL MODERNO: ideias fluidas nas páginas da revista O Auxiliador da Indústria Nacional (1833-1892)

AUTOR: ARTHUR DALTIM CARREGA

ORIENTADOR: PAULO CESAR GONÇALVES

Aprovado como parte das exigências para obtenção do Título de Doutor em História, área: História e Sociedade pela Comissão Examinadora:

Prof. Dr. PAULO CESAR GONÇALVES (Participação Presencial)
Departamento de História / UNESP/FCL - Assis/SP

Prof. Dr. LUIS REZNIK (Participação Virtual)
UERJ - São Gonçalo/RJ

Profa. Dra. EDYENE MORAES DOS SANTOS (Participação Virtual)
UFMA - São Luís/MA

Profa. Dra. TANIA REGINA DE LUCA (Participação Presencial)
Departamento de História / UNESP/FCL - Assis/SP

Profa. Dra. LUCIA HELENA OLIVEIRA SILVA (Participação Presencial)
Departamento de História / UNESP/FCL - Assis/SP

Assis, 24 de abril de 2024

*Dedicado às mais de 700 mil vítimas da COVID-19
e do negacionismo no Brasil.*

AGRADECIMENTOS

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) – Processo: 157109/2019-4, pela oportunidade de me dedicar integralmente a pesquisa por quatro anos.

Ao orientador da investigação, Prof. Dr. Paulo Cesar Gonçalves, pelas indicações e conselhos desde o início do mestrado.

Aos demais professores da graduação e pós-graduação da UNESP.

À banca examinadora, professoras Rosângela Leite e Andréa Slemian, pelas ricas contribuições, elogios e críticas proferidas no exame de qualificação. E Lucia Helena Oliveira Silva, Luís Reznik, Edyene Moraes e Tânia Regina de Luca pelos debates, ponderações e avaliações no exame de defesa.

À minha família, Terezinha, minha mãe, Valter, meu pai, Lucas, meu irmão e Maggie, minha cunhada e Vanessa, minha companheira, pelo apoio.

Aos muitos amigos que fiz nessa longa trajetória e que não listarei por receio de esquecer algum.

À instituição UNESP, por tantas oportunidades e experiências e todos os funcionários da graduação, pós-graduação, restaurante universitário, biblioteca e centro de línguas.

À revista Faces da História e todo corpo editorial pelo trabalho em conjunto durante três anos, especialmente minhas companheiras de editoria Thaynara e Tamires.

Aos funcionários da Fundação Biblioteca Nacional pela recepção.

À revisora da tese, Mayara Fogaça.

À ANPUH, pela representatividade e a chance de conhecer a organização de um evento tão importante pelo lado interno.

Aos leitores que por ventura possam se interessar por esta tese. Apesar de sim, ser um trabalho essencialmente solitário, uma tese de doutorado não se escreve sozinho.

OBRIGADO!

RESUMO

A presente tese tem como objeto de estudo a revista O Auxiliador da Indústria Nacional (AIN), organizada, publicada e editada pela Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (SAIN) entre 1833 e 1896. Considerando a instituição no escopo de um “conservadorismo liberal” pretendemos entender, diante de elementos e argumentos essencialmente políticos, o papel do periódico no processo de formação ideológica da “burguesia ruralizada” brasileira, que se consolidou no poder no fim do século XIX através da política do Café com Leite. Pautamos nossas hipóteses e reflexões na ideia de que a imprensa, de maneira geral, contribuiu com a fundamentação dos mecanismos de dominação desta classe e que a SAIN, graças a seus volumosos recursos e sua ligação com o governo imperial, acabou se tornando uma referência em assuntos agrícolas. Dessa forma, podemos refletir, a instituição participou cooperativamente do desenvolvimento das ideias deste grupo, fundamentando a transformação dos mecanismos de dominação que os mantiveram no controle político e econômico da nação brasileira e a condição agroexportadora do país.

Palavras-chave: Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional; liberalismo conservador; burguesia agrária

ABSTRACT:

The present thesis aims to carry out a study on the magazine “O Auxiliador da Indústria Nacional” (AIN), which was organized, published and edited by the Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (SAIN) between 1833 and 1896. Considering the institution within the scope of a “liberal conservatism” we intend to understand, toward of political elements and arguments, the role of the periodical in the process of ideological formation of the Brazilian “rural bourgeoisie” which consolidated itself in power at the end of the 19th century through the “Café com Leite” policy. We base our hypotheses and reflections on the idea that the press contributed to create the grounds for domination mechanisms of this class, and that SAIN, by reason of its voluminous resources and its connection with the imperial government, ended up becoming a reference in agricultural issues. In this way we can reflect about the institution cooperatively participated in the development of this group’s ideas, substantiating the transformation of the domination mechanisms that kept them in political and economic control of the Brazilian nation and the agro-exporter condition of the country.

Key-words: Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional; liberal conservatism; agrarian bourgeoisie

RÉSUMÉ

La présente thèse vise à mener une étude sur la revue "O Auxiliador da Indústria Nacional" (AIN), qui a été organisée, publiée et éditée par la "Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional" (SAIN) entre 1833 et 1896. Dans le cadre de notre analyse du conservatisme libéral, nous intéressons plus particulièrement aux éléments et aux arguments politiques qui ont contribué au rôle du périodique dans la formation idéologique de la bourgeoisie rurale brésilienne, laquelle s'est consolidée au pouvoir à la fin du 19ème siècle grâce à la politique du "Café com Leite". Nos hypothèses et réflexions s'appuient sur l'idée que la presse a contribué à créer les bases des mécanismes de domination de cette classe, et que la SAIN, en raison de ses ressources importantes et de ses liens avec le gouvernement impérial, a fini par devenir une référence dans le domaine agricole. Ainsi, on peut réfléchir sur la participation coopérative de l'institution à l'élaboration des idées de ce groupe, étayant la transformation des mécanismes de domination qui les maintenaient au contrôle politique et économique de la nation brésilienne et de la condition agro-exportatrice du pays.

Mots-clés: Sociedade Auxiliadora da Industria Nacional; conservatisme libéral; bourgeoisie agraire.

Índice de Figuras

Figura 1: Divulgação da reunião inaugural da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional -----	38
Figura 2: Representação da fachada do Museu Imperial em uma matriz litográfica -----	39
Figura 3: Foto da Arquivo Nacional da década de 1970 (autor desconhecido)-----	40
Figura 4: Trecho da minuta de criação da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional -----	41
Figura 5: Capa da primeira edição de O Auxiliador da Indústria Nacional-----	53
Figura 6: Capa da edição de janeiro de 1840 de O Auxiliador da Indústria Nacional -----	54
Figura 7: Edição de julho de 1852-----	55
Figura 8: Edição de agosto de 1853-----	55
Figura 9: Edição de julho de 1854-----	56
Figura 10: Edição de janeiro de 1857-----	56
Figura 11: Edição de janeiro de 1872-----	57
Figura 12: Edição de janeiro de 1879-----	57
Figura 13: Diagramação interna da revista O Auxiliador da Indústria Nacional em 1833-----	58
Figura 14: Diagramação interna da revista O Auxiliador da Indústria Nacional em 1896-----	58
Figura 15: Manuscrito de João Maria Barbosa solicitando compra de material para o periódico-----	59
Figura 16: Prensa Hidráulica de Bramah publicada no Auxiliador da Indústria Nacional-----	70
Figura 17: Abertura da edição de maio de 1888 -----	134
Figura 18: Abertura da edição de maio de 1888 -----	135
Figura 19: Abertura da edição de maio de 1888 -----	136
Figura 20: Publicação da Lei de Locação de Serviços-----	138
Figura 21: Capa da sessão aniversária publicada no volume de 1867 -----	145
Figura 22: Chamada para a assembleia geral da SAIN em 1832-----	170
Figura 23: Menção em Pharol do Imperio (RJ), 1837 -----	173
Figura 24: Menção em Correio Officcial (RJ), 1833-----	173
Figura 25: Menção em O Universal (MG), 1837 -----	174
Figura 26: Destaque da Sociedade Auxiliadora no relatório anual ministerial de 1859 -----	177
Figura 27: Capa da edição de fevereiro de 1833 -----	182
Figura 28: Desenho de guindaste na edição de janeiro de 1880-----	185
Figura 29: Desenho de balança na edição de janeiro de 1880 -----	185
Figura 30: Diploma de aceite da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional -----	187
Figura 31: Detalhe da parte superior do diploma melhorada-----	187
Figura 32: Matéria sobre a Exposição Universal de Londres publicado no Auxiliador da Indústria Nacional -----	206
Figura 33: Lista de produtos para venda publicada no Auxiliador da Indústria Nacional -----	210

Sumário

INTRODUÇÃO	11
Quadro Teórico	21
Metodologia	26
Os caminhos percorridos.....	29
CAPÍTULO 1: A SOCIEDADE AUXILIADORA DA INDÚSTRIA NACIONAL E A REVISTA O AUXILIADOR DA INDÚSTRIA NACIONAL	33
1.1 As motivações políticas.....	37
1.2 A publicação da revista “O Auxiliador da Indústria Nacional”	50
1.3 O moderno e o arcaico nas páginas do Auxiliador.....	64
1.4 Os Espaços Públicos no Rio de Janeiro do século XIX	75
CAPÍTULO 2: O CONSERVADORISMO LIBERAL FLUMINENSE.....	84
2.1 As influências liberais da Sociedade Auxiliadora – transformar no item um deste capítulo	90
2.2 Quem cala consente: a questão escravista nas páginas d’ <i>O Auxiliador da Indústria Nacional</i>	112
2.3 O fim da taciturnidade: uma tentativa de sintetizar os interesses do Estado e dos agricultores	124
2.4 <i>O Auxiliador da Indústria Nacional</i> e a imprensa nacional	139
CAPÍTULO 3: UMA IDENTIDADE PARA A BURGUESIA AGRÁRIA.....	150
3.1 A Sociedade Auxiliadora no início e no fim do século XIX.....	153
3.2 Os avanços da tecnologia, das ciências e das artes	180
3.3 As exposições nacionais e a ilusão da identidade brasileira.....	193
COSIDERAÇÕES FINAIS.....	214
FONTES	223
REFERÊNCIAS	226

INTRODUÇÃO

Ninguém sabia donde viera aquele homem. O agente do Correio pudera apenas informar que acudia ao nome de Raimundo Flamel, pois assim era subscrita a correspondência que recebia. E era grande. Quase diariamente, o carteiro lá ia a um dos extremos da cidade, onde morava o desconhecido, sopesando um maço alentado de cartas vindas do mundo inteiro, grossas revistas em línguas arrevesadas, livros, pacotes... Quando Fabrício, o pedreiro, voltou de um serviço em casa do novo habitante, todos na venda perguntaram-lhe que trabalho lhe tinha sido determinado.

– Vou fazer um forno, disse o preto, na sala de jantar.

Imaginem o espanto da pequena cidade de Tubiacanga, ao saber de tão extravagante construção um forno na sala de jantar! E, pelos dias seguintes, Fabrício pôde contar que vira balões de vidros, facas sem corte, copos como os da farmácia – um rol de coisas esquisitas a se mostrarem pelas mesas e prateleiras como utensílios de uma cozinha em que o próprio diabo cozinhasse.

O alarme se fez na vila. Para uns, os mais adiantados, era um fabricante de moeda falsa; para outros, os crentes e simples, um tipo que tinha parte com o tihoso.

Chico da Tirana, o carreiro, quando passava em frente da casa do homem misterioso, ao lado do carro a chiar, e olhava a chaminé da sala de jantar a fumar, não deixava de persignar-se e rezar um “credo” em voz baixa; e, não fora a intervenção do farmacêutico, o delegado teria ido dar um cerco na casa daquele indivíduo suspeito, que inquietava a imaginação de toda uma população.

Tomando em consideração as informações de Fabrício, o boticário Bastos concluíra que o desconhecido devia ser um sábio, um grande químico, refugiado ali para mais sossegadamente levar avante os seus trabalhos científicos.

Homem formado e respeitado na cidade, vereador, médico também, porque o doutor Jerônimo não gostava de receitar e se fizera sócio da farmácia para mais em paz viver, a opinião de Bastos levou tranquilidade a todas as consciências e fez com que a população cercasse de uma silenciosa admiração à pessoa do grande químico, que viera habitar a cidade.

(A Nova Califórnia, Lima Barreto. 1927)

Em 1849, o então presidente da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (SAIN), Pedro de Alcântara Lisboa, escreveu no texto de abertura dos trabalhos daquele ano: “Sem associação não há progresso civil e é a imprensa o mais simples meio de operar a união social”. Para além dos significados de sua frase, é interessante notar e aprofundar seu conceito mais impactante: afinal, o que a instituição entendia por “progresso civil”? O que era, para ela, “união social”? Os termos são a chave para entender a associação e seu projeto, e, considerando sua ligação direta com o governo, não é absurdo considerar que era também um norte para a monarquia.

Mas o contexto é bem mais complexo e longo, e merece uma ampliação no recorte, além de incluir variantes lógicas e geográficas. Em 1849, a própria instituição completaria 22 anos de existência; sua revista entrava no décimo sexto volume. O Brasil celebraria o vigésimo

sétimo aniversário da emancipação e Pedro II, na idade de vinte quatro, entrara no nono ano de governo. O país já havia passado por intensas transformações e agitações políticas, as quais não chegaram a transformar seus projetos, mas certamente afetaram seus conceitos e, principalmente, influenciaram seus rumos.

A centúria oitocentista, como um todo, teve uma intensidade singular, evidenciada pela rica bibliografia historiográfica, literária, sociológica, filosófica e de outros campos do conhecimento que até hoje mobiliza. De maneira genérica, estamos falando da época da “modernidade” e de como o Brasil se relacionava com ela. Eric Hobsbawm deu ao recorte o nome de “Era das revoluções” (1789-1848), pela qual a humanidade teria passado por sua maior transformação desde a invenção da agricultura.¹

O autor, entretanto, prioriza o ambiente europeu e as análises sobre a América do Sul e outros continentes, o que pode permitir uma variação nas datas. Contudo, é importante definir, de qualquer forma, o termo “moderno” para integrar este debate. Tal palavra ganhou seus contornos naquela época e, como em muitos outros, tem raízes no mundo clássico. Oriundo do latim “*modernus*”, que significa “atual” ou “pertencente aos nossos dias” e pode ser definido panoramicamente como o conjunto de características que se estabeleceram na desestabilização e extinção do Antigo Regime e, conseqüentemente, qualificaram o sistema que o sucedeu. A ascensão da burguesia como classe dominante e a consolidação do capitalismo como modo de produção fazem parte desse processo amplo e gradual.

A simples análise destes talantes, entretanto, não contempla a complexidade do período e nem explica o significado da “modernização”, que se difundiu em todos os aspectos da experiência humana. A política passou por uma transformação não apenas da figura que governaria um grupo de pessoas, mas dos processos de legitimação, que já não serviam mais para validar os poderes dos reis. Os exércitos deixaram de ser os representantes do poder de um império ou reino e deram lugar à economia. As artes mudaram suas concepções estéticas e passaram a incluir, aos poucos, o cinema e a fotografia. A sociedade e o trabalho se reestruturaram em torno de outras técnicas e relações. As ciências e a razão avançaram consideravelmente e laicizaram-se.

Em linhas gerais, uma nova ordem estava em formação e, com ela, práticas distintas de sua confirmação e consolidação. É verdade, entretanto, que, no Brasil, é possível notar que o mesmo processo foi carregado de peculiaridades que o renderam uma característica paradoxal, já que, ao lado das inegáveis transformações em variados campos e aspectos, estava o notável

¹ HOBBSAWM, Eric J. *A era das revoluções* (1789 – 1848). 33ª Edição. Paz e terra. Rio de Janeiro. 2014.

esforço para conservar parcialmente as estruturas dos tempos coloniais. O progresso – entendido como o termo que adornava os discursos defensores do processo de modernização, no sentido de que ele sempre seria positivo – foi desenvolvido com limites que protegiam as raízes agroexportadoras e centralizadoras amplamente conhecidas nos trópicos.

Mais ainda: essas qualidades foram reformadas e incluídas no processo em questão, podendo ser percebidas ainda hoje. Tal constatação, entretanto, não reduz ou empobrece um interessante campo de pesquisa mobilizado em torno de reflexões sobre as mudanças ocorridas no período – ou a falta delas –, pois podem denunciar as fronteiras que as classes sociais dominantes visavam impor a tais movimentos, além das conquistas e fracassos de grupos subalternos. No caso brasileiro, mais especificamente, também é pertinente destacar grupos abastados ligados à agricultura exploradora que ainda não configuravam como uma versão consolidada e tropical da burguesia, mas tinham interesses em comum que atravessaram várias décadas.

Edward Thompson refletiu sobre a sociedade inglesa do século XVIII em uma conjuntura parecida, na qual questionava a respeito da luta de classes sabendo que ainda não era possível identificar operários e burgueses. Para o historiador britânico, que estava interessado em estudar as culturas da *gentry* e da *multitud*, não era possível entender as partes sem entender as relações mútuas entre elas e delas com a totalidade, concluindo que, em um período de transição, o termo deve ser empregado com ressalvas e considerar o dinamismo dos conjuntos.² Nossa investigação não se interessa pelo mesmo objeto, mas entende que a sociedade imperial, como as demais na América Latina, estava em um processo transitório, no qual as camadas sociais se formavam e transformavam seus países, até então conhecidos pelo passado de submissão às metrópoles, mediante a introdução de uma série de inovações que coexistiam e confrontavam as características vigentes.

É preciso enfatizar que o Brasil já vivia um período de transformações políticas, marcadas pela transição da família real portuguesa para o Rio de Janeiro e as consequentes reformas promovidas pela coroa nesse território. D. João, ainda príncipe regente, havia escolhido transferir sua capital para os trópicos, fugindo de um contexto revolucionário que se radicalizava cada vez mais e derrubava a estabilidade natural das monarquias nacionais e o seu

² THOMPSON, Edward P. La sociedad inglesa del siglo XVIII: ¿Lucha de clases sin clases? In. *Tradicción, revuelta y consciencia de clase*: Estudios sobre la crisis de la sociedad preindustrial. Tradición castellana: Eva Rodríguez. Editora Crítica. 3º edición, Barcelona, 1989. p. 7-61.

caráter divino.³ A nova sede do império lusitano era a esperança de salvação dela própria e da nobreza que a apoiava.

Nossa investigação parte do princípio de que estes grupos, constituídos como dominantes na ocasião, eram heterogêneos e bastante dispersos nas províncias coloniais da antiga Terra de Vera Cruz, mas conseguiram formar a versão nacional da burguesia no final da centúria oitocentista, indicando interesses em comum e alguma unidade, definida justamente pelo conjunto de privilégios oriundos do pacto colonial. Fazer esta observação significa afirmar que, durante os oitocentos, especialmente na segunda metade, a classe em questão amadureceu ideologicamente, adaptando e reformando os mecanismos de dominação que a permitiram conservar-se nas estruturas de poder.

Ilmar Rohloff Mattos chamou tais ajuntamentos de “classe senhorial” e refletiu que ela teria se estabelecido concomitantemente e simbioticamente com o Estado imperial durante os oitocentos, a partir de diálogos entre o Rio de Janeiro e as demais províncias, e delas mesmas entre si, considerando as divergências internas, mas marcando distância dos demais grupos sociais que habitavam o Brasil, especialmente os mais pobres. Em outras palavras, para o autor, as camadas dominantes de cada província estavam dispersas pelo Império e eram distintas umas das outras, mas se uniam porque existia entre elas um esforço para encontrar elementos aglutinadores que unificassem um projeto de país, expressos principalmente em propostas políticas que visavam a manutenção da ordem e a difusão de um ideal específico de civilização, além de um medo notável da revolução e da formação de um ou mais governos populares.⁴

Para o autor, o final desse processo está na década de 1860, na qual a classe, que configura seu objeto de pesquisa, estaria definida. Seus efeitos, entretanto, podem ser percebidos em tempos bem mais longevos. Na nossa investigação, a virada do século XIX para o XX tornou-se um horizonte, uma vez que foi neste recorte, segundo Sônia Mendonça, que a “burguesia agrária”⁵ consolidou seu poder e sua hegemonia através da “política do café com leite”. Para a autora, o contexto inaugurou uma era cosmopolita, que superava os radicalismos positivistas, jacobinistas e monarquistas das décadas anteriores. Ela nota ainda que os oitocentos foram marcados pela formação do “ruralismo”, definido como um movimento de organização e institucionalização de interesses de determinadas frações dos grandes produtores

³ SCHWARCZ Lilia; STARLING, Heloisa. *Brasil: uma biografia*. 2º edição. São Paulo, Companhia das Letras, 2018, p. 151.

⁴ MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema*. 7º edição. São Paulo, Hucitec, 2017.

⁵ Conceito utilizado pela autora Sonia Mendonça para definir a classe burguesa formada no Brasil em fins do século XIX, marcada pela relação econômica com a agricultura, que a distinguia da sua homônima europeia, industrial e urbanizada.

rurais, os quais, por sua vez, implicavam em organizar, com base em uma ideologia mais bem definida e com mais amplitude, o campo, de forma que este ficasse aparelhado com um sistema que pudesse transformar as formas de pensar e agir dos trabalhadores rurais.⁶

É preciso pontuar, no entanto, que não consideramos que a “burguesia agrária” seja uma evolução da “classe senhorial”; mais que isso: a primeira é resultado dos debates e negociações realizadas pela segunda. Ou seja, trata-se do grupo que, entre as elites econômicas e políticas do país, saiu vitorioso no conjunto de projetos formulados dentro das condições de possibilidades da sociedade do Brasil imperial.

Entendemos, neste sentido, que o lapso de tempo entre a independência política em 1822⁷ e a Primeira República contemplou o processo de amadurecimento ideológico da burguesia ruralizada brasileira, oriunda, por sua vez, da nobreza intitulada pelos governos monárquicos que administraram sua região. Tal grupo não visava apenas conservar seus privilégios econômicos, mas organizar as diretrizes dos campos político e social; não apenas dominar os habitantes do Brasil, mas dirigi-los, como também escreveu Ilmar Mattos.⁸

Durante praticamente todo este recorte de média duração atuou a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (SAIN), fundada em 1827 e encerrada em 1904, em tempos republicanos. Deixou um legado, entretanto, que interessa a historiografia, como outras instituições longevas e reconhecidas, como a Sociedade Velosiana de Ciências Naturais e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), existente até os dias de hoje.

A SAIN não pode ser considerada uma associação de classe, mas acreditamos que não é um erro considerar que ela atraiu, em grande medida, representantes dos grupos que se somariam na “burguesia agrária” no último quartel do oitocentos e, tal como eles, era difusa e abrangente nas primeiras décadas de existência, mas coesa e segura em relação aos valores conservadores que norteavam a agricultura monocultora e escravista, e a política monarquista. Além disso, era significativamente leal ao projeto das coroas que a dirigiram, chegando a fazer parte oficialmente delas em ministérios e até trabalhando na condição de conselheira em projetos e eventos.

⁶ MENDONÇA, Sonia Regina de. *O Ruralismo Brasileiro* (1888 – 1931). Hucitec, São Paulo, 1997, p. 22-23.

⁷ Estabelecer uma data precisa para a chegada e o avanço das teorias liberais ou o início do processo de desenvolvimento da “burguesia agrária” é uma atitude perigosa e até arbitrária; por isso, consideramos também a data de 1808, na qual a transferência da família real para o Rio de Janeiro foi acompanhada de representantes do reformismo ilustrado português que influenciaram, por exemplo, José Bonifácio (1763-1838), um dos principais conselheiros do Imperador Pedro I (1798-1834) e articuladores da independência. Cf. PIMENTA, J. *Independência do Brasil. Op. Cit.* p. 29-30.

⁸ MATTOS, Ilmar. *O Tempo Saquarema. Op. Cit.* p. 296.

A Auxiliadora organizava reuniões e assembleias no prédio que abrigava o Museu Nacional, utilizou outros espaços oficiais para eventos de maior porte e, na década de 1860, quando atingiu seu auge de popularidade, foi acompanhada de perto por Pedro II, que assistia às suas sessões e a consultava para vários projetos que envolviam a indústria e as ciências. Em janeiro 1833, começou a publicar a revista *O Auxiliador da Indústria Nacional* (AIN) utilizando outro órgão ligado ao Estado brasileiro, a Tipografia Nacional, herdeira direta da Imprensa Régia.

O periódico é nosso objeto de pesquisa e principal fonte, mas é pertinente esclarecer que a entidade publicou muitas outras folhas, como livros e até estatutos em forma de pequenos livretos. Nas páginas que se seguem, pretendemos analisar esse conjunto de ideias impressas e relacioná-las com o processo de formação da classe nomeada de “burguesia rural”, descrita anteriormente, refletindo sobre a forma com a qual assimilavam as invenções e novidades que atravessavam o Atlântico, suas concepções contraditórias de liberalismo e conservadorismo, além das noções de civilidade, manutenção da ordem, identidade nacional entre outros assuntos.

Os membros da SAIN, como tantos outros no período, acreditavam no progresso e nos avanços da modernidade, mas defendiam um processo centralizado e direcionado, misturando os discursos liberais que assimilavam dos contextos europeus, com os interesses conservadores do governo imperial e dos grandes proprietários de terras, que buscavam formas de renovar seus mecanismos de dominação e de manter a condição de setor mais importante da economia brasileira.

Para a instituição, o motor que promoveria estas transformações, sem retirar os protagonistas dos lugares social e político que eles já ocupavam, era a “indústria”. Termo que, não por acaso, está no título da associação e do seu periódico, também merecendo uma reflexão própria sobre seus significados e sua contextualização. No começo do século XIX e para a Auxiliadora, a palavra tinha sentidos maiores do que a produção de manufaturas ou do que o sinônimo de fábrica; tratava-se no aprimoramento da forma de se elaborar mercadorias, incluindo as técnicas e os meios utilizados para isso.

A indústria era, neste sentido, o sistema de modernização da produção que incluiria o Brasil nos trilhos do progresso, aproximando-o da forma com a qual os países considerados civilizados realizavam essa mesma atividade. A efetivação de sua instalação estava condicionada, principalmente, à aquisição e utilização de máquinas, mas todo complexo produtivo sofreria alterações e, conseqüentemente, causariam impactos nas teorias e concepções da instituição.

É importante frisar que não trabalhamos com a ideia de que a Sociedade Auxiliadora escondia seus reais interesses, mas é notável que, no seu projeto de modernização, existia a pretensão de conservar o sistema de governo centralizado no Rio de Janeiro. As interrogações que se levantam são variadas e ponderam sobre até que ponto suas intenções eram políticas, quais os limites do liberalismo que a orientavam e o quanto do seu planejamento foi exitoso. Mais ainda, o longo recorte escolhido obriga a pensar na variedade social, econômica e cultural com o qual a indústria se relacionou, tanto em aspectos regionais como temporais, promovendo alterações também neste conceito, as quais, por sua vez, foram incluídas na revista da SAIN.

Antes de comentar questões teórico-metodológicas, convém apenas considerar alguns últimos pontos sobre as premissas, a estrutura e a bibliografia de apoio. Nesta tese, a cidade do Rio de Janeiro tem importância fundamental porque se estruturava, desde 1808, a partir do desejo de se tornar uma matriz e servir de exemplo de civilidade para as demais províncias imperiais e, talvez, até para o restante da América Latina. O resultado foi que ela se transformou também em um centro político, gerando consequências para o período imperial, no qual se assistiu seu notável crescimento, comprovada pelo desenvolvimento populacional. No fim do século XVIII, a capital tinha 43.376 habitantes; passou para 97.162 em 1838, e, em 1900, chegou a 811.443 pessoas.⁹ Em um país ainda ruralizado e fragmentado culturalmente, esse centro urbano acabou utilizando de privilégios materiais e institucionais para garantir a unidade territorial.

Por isso, no primeiro capítulo, além de desenvolver uma reflexão mais aprofundada da atuação da Sociedade Auxiliadora e de seu periódico, pretendemos refletir sobre suas motivações políticas, especialmente nas primeiras décadas de atuação, que definiram as diretrizes fixas que colocavam a agricultura e a monarquia nos fundamentos mais intocáveis. Por mais que, nas décadas finais, se perceba um aumento na participação manufatureira, é um exagero dizer que as concepções iniciais da instituição haviam sido transformadas.

Refletindo ainda sobre o desenvolvimento da capital imperial, é fato que foi concomitante a muitos outros da história imperial, mas destacamos, neste momento, a abolição da escravidão e a prosperidade da economia fluminense, que promoveriam um impasse para o Estado e para os grandes produtores, uma vez que a continuidade deste fortalecimento econômico baseado na produção rural era ainda muito dependente da mão de obra escravizada; além disso, na época de fundação da Sociedade Auxiliadora, o governo não tinha interesse de

⁹ FONTE: IBGE, Censo demográfico do Rio de Janeiro. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/RJ1799_1900.pdf>

combater sequer o tráfico negreiro no Atlântico. Mesmo assim, a situação da instituição era paradoxal, uma vez que a pressão britânica já incomodava o governo, e os senhores, por outro lado, não queriam considerar qualquer transformação nesse fator.

Na revista, a primeira atitude que se percebeu foi evitar o assunto, apesar de os integrantes não se furtarem de opinar sobre ele em outros espaços. Trabalharemos a questão com mais atenção no segundo capítulo da tese, mas é possível adiantar que se tratava de um tabu entre produtores rurais e comerciantes, que representavam o principal público-alvo do periódico. Homens que consideravam o cativo uma questão privada, que não havia tido interferência do poder político até então. Tanto é que a própria constituição de 1824 não faz menções a este tipo de mão de obra, e, depois de 1825, quando os britânicos forçaram um acordo com Pedro I, pouco mudou.¹⁰

O historiador Paulo Gonçalves refletiu também sobre a incorporação de braços livres na ordem econômica brasileira, ponderando aproximações possíveis com a escravidão. Mesmo que as diferenças fossem profundas, destaca-se que ambas eram oriundas de deslocamentos transoceânicos consideravelmente lucrativos, e, de alguma forma, seja pela compra ou por um acordo, acabavam sendo controladas socialmente pelos donos das grandes lavouras canavieiras, cafeicultoras ou de outras culturas.¹¹

O silêncio da classe política do Império, afirmou o autor, conferiu legitimidade à escravidão como ela estava.¹² Nas páginas do *Auxiliador*, pode ser considerada uma inação consciente e premeditada, uma vez que era um recurso utilizado para não se indispor com os leitores da revista e sócios da SAIN. Ao mesmo tempo, ela mantinha fidelidade ao governo central e, especialmente, à monarquia. Quando começaram a se posicionar sobre o trabalho cativo, já na década de 1840, dialogavam com os senhores, fazendo apelos para que o tratamento fosse mais brando, seja no cotidiano ou nos castigos, defendendo a abolição lenta e gradual e garantias de substituição desses braços nas fazendas.

Outro fator que se relaciona com essa questão nas páginas do *Auxiliador* é o liberalismo, que, na época, ainda era muito abstrato para se pensar em uma definição. É verdade que uma série de teorias chegou ao Brasil na ocasião, sendo lidas e debatidas de maneiras distintas entre os vários grupos do Império – a SAIN era um deles. A postura conservadora, entretanto, era

¹⁰ PIMENTA, João Paulo. *Independência do Brasil*. São Paulo. Contexto, 2022, p. 120.

¹¹ GONÇALVES, Paulo Cesar. Escravos e imigrantes são o que importam: fornecimento e controle da mão de obra para a economia agroexportadora Oitocentista. *Revista Almanack*, n. 17, p. 307-361, São Paulo, dez. 2017, p. 309-310.

¹² GONÇALVES, Paulo. Escravos e imigrantes são o que importam. *Op. Cit.*, p. 318.

bastante recorrente, promovendo ações que filtravam das ideias estrangeiras apenas aquilo que interessava a um projeto de desenvolvimento específico, o qual, por sua vez, alterava as projeções de futuro, apesar de se somarem no discurso do progresso.

A complexidade do cenário promove uma série de divergências na historiografia, a respeito da história da doutrina liberal, mas podemos considerá-la como o conjunto de ideias que emergiu no contexto da crise do Antigo Regime e que tinha como principal objetivo a ampliação das liberdades individuais. Sua chegada ao Brasil também promoveu discordâncias, mas a influência da Revolução do Porto, de 1821, é inegável, a qual sofreu, aproximadamente 10 anos antes, ação da invasão dos exércitos napoleônicos. Os acontecimentos nos interessam porque alguns oficiais franceses, participantes dessas incursões militares, se mudaram para os trópicos e até integraram o quadro de sócios da Auxiliadora, como o Conde de Gestas e Theodore Taunay.

Não é pretensão, aqui, integrar o debate sobre o que é ou não liberal, tão pouco refletir sobre as características dos partidos formados em tono dessas ideologias durante o recorte. Nos importa entender como a doutrina se tornou um movimento social das “classes médias”,¹³ fixando raízes na *dupla revolução*¹⁴ dos séculos XVII e XVIII. Tais ideias, bem como vários outros movimentos resultantes de seus desdobramentos, impactaram na forma com a qual cada jovem nação se organizava, sendo assimiladas em um processo integrado que adaptou o conceito moderno de liberdade aos interesses materiais da burguesia em formação, que se aproveitou da conjuntura para se estabelecer como dominante após a queda da nobreza.¹⁵

Para pensar a chegada dessas ideias ao Brasil, as reflexões de Jurandir Malerba e Sérgio Adorno tiveram uma considerável contribuição. O primeiro refletiu sobre o desenvolvimento do código jurídico nacional entre 1808 e 1850, e afirmou que, nos debates que o cercaram, “instituíram-se as linhas mestras da nação brasileira”. Para ele, o estrato social que protagonizou este processo era herdeiro dos “afidalgados plantadores latifundiários coloniais” e responsável pela fundamentação dos caminhos que deram condições à consolidação do Império. O

¹³ O conceito de classe média merece uma ressalva neste contexto, pois é bastante ambíguo. Neste caso, adotamos a ideia de Eric Hobsbawm, *Middle Class*, que se refere a um grupo bastante amplo e intermediário entre a aristocracia rural e os trabalhadores do campo. Cf. HOBBSAWM, E. J. *A era das revoluções. Op. Cit.*

¹⁴ A expressão é utilizada por Hobsbawm para definir os processos da revolução industrial na Inglaterra, de caráter mais econômico, e na França, de caráter essencialmente político. Ambas integram o conjunto de transformações europeias que garantiram, à burguesia, os elementos fundamentais para se tornar hegemônica e dominar o Estado. Cf. HOBBSAWM, E. J. *A era das revoluções. Op. Cit.*

¹⁵ HOBBSAWM, E. J. *A era das revoluções. Op. Cit.*

liberalismo era, assim, um “verniz” nos discursos, trabalhando em prol de interesses escravistas.¹⁶

Adorno estudou a atuação de bacharéis brasileiros do oitocentos e ponderou que esses intelectuais compunham uma geração de jovens bastante curiosa, mas muito alinhada com os avanços econômicos da modernidade. Eram, assim, opositores aos argumentos inseridos nos debates da esfera coletiva, ou seja, quando liam as reflexões de inspiração iluminista que atravessavam o Atlântico, valorizavam a liberdade individual e menosprezavam argumentos que defendiam a igualdade entre os cidadãos.¹⁷ Para ambos os autores, os debates em questão acabavam restritos à forma com a qual os agentes específicos assimilavam teorias oriundas da Europa.

Mesmo assim, do ponto de vista prático, os avanços e transformações existiram e atingiram as estruturas agrícolas, obrigando a Auxiliadora a intensificar os diálogos com os grandes produtores de cada província, procurando caminhos alternativos para a manutenção das estruturas agroexportadoras e monárquicas. Em outras palavras, é preciso considerar que as condições materiais que estavam relacionadas à produção eram significativamente distintas em vários momentos de atuação da SAIN, fazendo com que o seu conceito de liberalismo se adaptasse, ou até mesmo se dissolvesse de acordo com o problema. As proposições, invariavelmente, se limitavam à modernização do campo, sem uma preocupação muito notável com o escopo ideológico.

No terceiro e último capítulo, pretendemos pensar sobre o legado da Sociedade e a viabilidade de seu projeto durante e depois de sua extinção, já que, apesar de ter encerrado as atividades em 1896, a agricultura foi conservada como elemento fundamental da economia brasileira, e o Rio de Janeiro tornou-se um centro cultural e histórico que contribuiu com a garantia da autonomia e da unidade territorial do país. Mais ainda: os grupos rurais que protagonizaram a economia ascenderam à condição de dominante também na política, gerenciando o Estado por meio da política do “café com leite”. Fatos que interrogam sobre o sucesso da SAIN e de seu periódico; as respostas são mais complexas do que meras afirmações ou negativas.

Vale mencionar que a agricultura era tema recorrente nas páginas do Auxiliador e pode até ser tratado como um atrativo para leitores específicos, mas outros assuntos que imprimiam

¹⁶ MALERBA, Jurandir. *Os brancos da lei: Liberalismo, escravidão e mentalidade patriarcal no Império do Brasil*. Maringá-PR: EDUEM, 1994, p. 20-23

¹⁷ ADORNO, Sérgio. *Os Aprendizes do Poder: O Bacharelismo Liberal na Política Brasileira*. EdUSP, São Paulo, 2019.

as páginas da revista ainda eram pouco debatidos pelos habitantes do império. Assim, apesar de ser encarada como uma entidade política e buscar interferir nas questões econômicas, a Sociedade Auxiliadora e a revista se relacionam com as histórias das ciências, das artes, da *intelligentsia* e da “fabricação” de uma identidade nacional. Por isso, diversos autores que trabalharam tais questões mereceram menções.

Inclusive, é interessante perceber que foi por meio desses campos que a Auxiliadora se destacou, e, mesmo que não tenha sido a primeira a publicar materiais científicos ou artísticos, o contexto recebia-os como uma novidade para além das técnicas e máquinas. Mais ainda: ao longo da centúria, não é difícil perceber seu enriquecimento. Não devemos esquecer, entretanto, que, no recorte estabelecido, o letramento ainda era significativamente restrito no Brasil; logo, a noção de identidade idealizada pela SAIN tinha, também, um nicho específico.

Quadro Teórico

Para realizar esta tarefa e relacionar as histórias da revista e da “burguesia rural”, consideramos, principalmente, os conceitos de dois pensadores contemporâneos: o primeiro é Jürgen Habermas, que refletiu sobre a formação da “esfera pública” burguesa inglesa e francesa na passagem do século XVIII para o XIX. Segundo o autor, a expressão precisa ser tratada como uma “categoria de época”, ou seja, pensada dentro do seu lugar histórico de desenvolvimento da sociedade moderna. Ele lembra, em seu texto, que o significado do que é público transitou, nas revoluções do oitocentos e gradualmente, de uma pessoa investida de autoridade para se tornar sinônimo de “estatal”.¹⁸

Para o sociólogo alemão, esta transformação foi consideravelmente complexa, e espaços de sociabilidade, como cafés, clubes e a imprensa, foram elementos atuantes nos campos político-social e histórico no choque entre a sociedade civil e o Estado moderno. Era nesses ambientes, essencialmente urbanos, que uma série de interesses distintos se levantavam, pressionando autoridades a reestabelecer regras mais definidas para a administração do dinheiro arrecadado por meio de impostos. Em outras palavras, desenvolvia-se um sentimento de

¹⁸ HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural na esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Tradução de Denilson Luís Werle. 1 ed. São Paulo. Editora Unesp, 2014, p. 27

oposição aos gastos pessoais da família real ou a investimentos muito altos no exército, mudando efetivamente a atribuição daquilo que era considerado “público”.¹⁹

O contexto, assim, caracterizava-se, segundo Habermas, pela constante tensão entre o privado e o público, uma vez que os limites entre esses dois espaços ainda não estavam claros, uma vez que estiveram muitas vezes sobrepostos. O particular, na sua plenitude, começou a ganhar contornos de intimidade e tinha a qualidade de desenvolver uma comunicação restrita e realizada com reservas, enquanto que o comunitário passou a se prezar pela ampliação da visibilidade. A ideia sintonizava o crescimento desses locais de aglomeração com o das cidades.²⁰

Na discussão mais específica sobre a imprensa do século XIX, Habermas ponderou que, apropriada pela burguesia, deixou de ser uma ferramenta utilizada pela realeza para demonstrar poder e passou a integrar os interesses do Estado moderno. As publicações começaram a privilegiar decretos e portarias, tornando esses elementos efetivamente públicos, apesar de tais descrições ficarem à disposição de um grupo letrado bastante restrito, com destaque para a “nova burguesia”, oriunda, essencialmente, de juristas então ligados à administração monárquica. A indagação exprime a ideia de que os veículos de informação tiveram papel fundamental no processo de formação da sociedade civil.²¹

Assimilamos das ideias do autor a noção de que a imprensa escrita e as associações – definidas como grupos de ajuda mútua organizados por afinidades políticas, culturais, religiosas ou de qualquer outra natureza –, eram dois meios de atuação na esfera pública e expunham as opiniões, convicções e projetos desses agrupamentos no debate coletivo, englobando interesses e sentimentos privados das pessoas ligadas às organizações em questão.

No Brasil, cabe a ressalva, existe uma contestação significativa sobre a utilização da expressão “esfera pública” neste princípio de século XIX, porém, espaços, como os da SAIN, mercados e boticas eram frequentados por um conjunto de pessoas que comungava de opiniões semelhantes, denunciando que se tratava de um fator em formação. Assim, não está errado pensar que o AIN carregava interesses de um grupo específico que ainda não se qualificava como uma classe, mas que projetava e idealizava coletivamente um Brasil moderno.

Mesmo assim, daremos preferência, na tese, à expressão “espaços públicos”, utilizada por Marco Morel para definir a experiência ibero-americana, marcada, segundo ele, pela

¹⁹ HABERMAS, Jürgen. Mudança estrutural na esfera pública. *Op. Cit.*, p. 28-29

²⁰ HABERMAS, Jürgen. Mudança estrutural na esfera pública. *Op. Cit.* p. 31

²¹ HABERMAS, Jürgen. Mudança estrutural na esfera pública. *Op. Cit.*, p. 37

condição híbrida que sincretizava a corte e o ambiente urbano. O Brasil e, mais especificamente, o Rio de Janeiro, neste sentido, apresentava um cenário consideravelmente distinto do parisiense, que era afastado das esferas palacianas de Versailles. Na capital tropical, muitas vezes, o que existia de mais plebeu e o que existia de mais nobre dividiam o mesmo espaço.²²

O segundo conceito que guiou nossas reflexões foi o de “opinião pública”, do historiador britânico James Thompson. Na mesma esteira que Habermas, ele refletiu sobre esta expressão a partir das atividades de grupos e organizações dispersos pela cidade de Londres entre as últimas décadas do século XIX e 1914, data na qual passou a vigorar o sufrágio universal.²³ Para o autor, trata-se do termo mais importante e notável das ciências sociais quando o assunto é política contemporânea e, apesar de pouco debatido pelos profissionais da área, representa formas de exteriorização que revelam vontades populares em um período em que não existiam eleições.²⁴

Thompson ponderou que os periódicos eram uma das ferramentas utilizadas pelas camadas populares²⁵ e espelham, assim, a “onipresença da opinião pública” no discurso político. A imprensa é, neste sentido, uma fonte importante para a organização de uma história que se debruça sobre este objeto de pesquisa. Em sua obra, o escritor chamou a atenção para a heterogeneidade do conjunto de pessoas e mentalidades representadas no conceito e de suas diferenças em relação à mesma categoria de décadas mais tarde, mas que, mesmo assim, representavam a expressão da sociedade civil e sua posição em relação a temas que se tornaram urgentes no maior centro urbano do Reino Unido.²⁶

Vale ressaltar, no debate, as contribuições de Jean-Jacques Becker, que refletiu sobre o termo, considerando-o muito perigoso para as reflexões historiográficas, já que se trata de um fenômeno abstrato que cobre realidades muito diversas e elementos muito amplos e diversificados. O autor dividiu a opinião pública em duas categorias: a estática, representada pelos costumes, os hábitos, usos das tradições; e a dinâmica, que aparece como uma reação aos

²² MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na Cidade Imperial, 1820-1840*. São Paulo. Hucitec. 2005.

²³ No caso da Inglaterra, Thompson estabelece a data de 1914, considerando que o advento do voto estabeleceu uma forma diferente de expressão popular.

²⁴ THOMPSON, James. *British Political Culture and the Idea of "Public opinion"*, 1867-1914. Cambridge: Cambridge University Press, 2013.

²⁵ O autor analisa também o uso das petições e das plataformas antes do advento do sufrágio, que formavam o que chamou de “three P’s: Press, Pettition and Platform”. Cf. THOMPSON, J. *British Political Culture*. Op. Cit., 2013, p. 85.

²⁶ THOMPSON, James. *British Political Culture and the Idea of "Public opinion"*. Op. cit., p. 85-86.

acontecimentos de cada época, como guerras e revoluções. A primeira é de duração longa; a segunda, mais curta, e, conseqüentemente, mais intrigante para cientistas sociais.²⁷

Para Becker, o principal obstáculo encontrado pela história da opinião pública é o dos meios de se diagnosticá-la, principalmente no período anterior ao advento das pesquisas de opinião, iniciado na França depois da segunda guerra mundial. Ou seja, analisar este objeto no século XIX implica em lidar com vestígios muito escassos. A imprensa atuou de maneira interessante, carregando diversas informações sobre a população, e deixou um legado que pode ser explorado pela história no sentido de conter a postura de espíritos independentes e de grupos que faziam pressão nos campos políticos, econômicos, entre outros. As folhas, entretanto, não conseguem dizer o peso de cada ponto de vista e têm uma lacuna em tempos de censura.²⁸

O autor conclui pontuando que a “opinião pública” é uma expressão de importância significativa no entendimento dos processos históricos, e seu estudo pode contribuir muito para a compreensão da atuação popular e de suas tendências mais evidentes no desenvolvimento dos acontecimentos de cada sociedade com o passar do tempo.²⁹ Recortes históricos anteriores ao advento da democracia ou de quaisquer outros avanços de ascensão política de grupos sociais na esfera coletiva não anulam sua possibilidade de uso, mas dificultam a busca por evidências que elucidem suas qualidades.

Retomando Habermas e Thompson, entretanto, podemos assimilar que os dois autores entendem que os espaços de sociabilidade que se organizavam nos centros urbanos europeus, especialmente na Inglaterra e na França, foram parte integrante da era revolucionária, contribuindo com o processo de circulação de ideias, e, muitas vezes, aglutinaram indivíduos com a pretensão de controlar a modernização. A consideração possibilita refletir que, apesar de associações autônomas entre si, esses conglomerados estavam entrelaçados ao defender o progresso.

Cabe refletir, mais uma vez, sobre o caso brasileiro e o nosso objeto de pesquisa, consideravelmente distinto em relação ao contexto analisado por Thompson. A sociedade imperial tinha poucos exemplos de organizações populares urbanas publicando periódicos no início do século XIX – menos ainda se considerarmos as publicações que representavam a classe trabalhadora ou as mulheres. É possível considerar, entretanto, que as publicações da SAIN integram um conjunto de fontes que servem de parâmetro para pensar a respeito do

²⁷ BECKER, Jean-Jacques. A opinião pública. In. REMOND, René (org). *Por uma história política*. Tradução: Dora Rocha. 2º edição. Rio de Janeiro. Editora FGV. 2003, p. 187-188.

²⁸ BECKER, Jean-Jacques. A opinião pública. *Op. Cit.*, p. 195-196.

²⁹ BECKER, Jean-Jacques. A opinião pública. *Op. Cit.*, p. 195-196.

processo de formação do ideário daqueles que se consolidaram no poder anos mais tarde. Em outras palavras, apesar de congregarem em seu espaço representantes de uma classe abastada e poderosa e de estar diretamente ligada ao poder central, a instituição pode ser classificada como parte daquilo que conhecemos por “público”, e, por conseguinte, carregava, em suas páginas, ou pelo menos pretendia, algum interesse coletivo.

Mais ainda, sabemos que a SAIN organizou assembleias e exposições nacionais que eram abertas a qualquer interessado, garantido, à instituição, uma interação próxima com o público da capital imperial. É evidente que aquilo que estava publicado no periódico havia passado pela aprovação da diretoria, mas, muitas vezes, incluía sentimentos ou considerações de uma pessoa comum, curiosa para conhecer as novidades e experiências que se inventavam no outro lado do Atlântico.

Assim, o objetivo da nossa investigação é entender o papel da Sociedade Auxiliadora na formação, ou transformação, da postura política da classe social identificada como “burguesia agrária”, partindo da hipótese de que a revista e a instituição tiveram atuação significativa na estruturação ideológica desse grupo e como, com ou sem intenção, contribuiu para que ele se tornasse hegemônico após a queda da monarquia.

Sobre o nosso recorte temporal, ele engloba desde a terceira até a última década do século XIX e se justifica pela própria iniciativa da SAIN em publicar essas folhas, que acabaram circulando brevemente em tempos republicanos. As datas permitiram não apenas historicizar as folhas como relacioná-las com a “burguesia agrária”, no seu processo de formação. Evidentemente, muitas interrogações e exiguidades surgiram e, com elas, necessidades de verticalização do trabalho da instituição como um todo. Logo, não nos atentamos para um período particular na história do periódico, mas a temas específicos que se diluíram no seu grande volume. Atentamo-nos, assim, para as mudanças nos conceitos que norteavam ideias e as propostas da Sociedade, permitindo, que, de alguma maneira, todos os números disponíveis na Biblioteca Nacional Digital fossem abertos.

Metodologia

Para explicar a metodologia utilizada na longa pesquisa, convém refletir e descrever brevemente nossa principal fonte, a revista *O Auxiliador da Indústria Nacional*, editada e publicada pela própria Sociedade Auxiliadora entre 1833 e 1892³⁰. O periódico é, sem dúvida, o empreendimento mais importante e de maior sucesso da instituição, além de configurar o material mais bem organizado das atividades da entidade que sobreviveu. Tratam-se de 132 edições em um período de 63 anos, que se relacionam, evidentemente com diversos e distintos contextos da história do Brasil, tanto em questões cronológicas como geográficas, as quais buscaremos retomar nas páginas seguintes.

Para que os objetivos fossem contemplados, formulamos um método que previa cobrir toda a coleção da revista e o intenso volume de seu conteúdo. Optamos, então, por dividir as revistas em blocos de 10 anos e iniciar os fichamentos, lendo e catalogando apenas os principais elementos de cada matéria: a data (mês e ano), título e o autor (quando identificado). Estes dados foram organizados em uma tabela, que tinha, também, espaço para incluir, posteriormente, palavras-chave e uma descrição, que explicava em poucas palavras os assuntos e as ideias abordados. Abaixo, um exemplo de 1846:

³⁰ Em 1896 houve uma tentativa de reorganização do periódico, mas apenas um número trimestral foi publicado.

<i>O Auxiliador da Indústria Nacional (AIN) – Vol. I, n. 2, julho de 1846</i>				
PÁG.	SEÇÃO			Palavras-chave
	TÍTULO	DESCRIÇÃO	COLABORADOR/AUTOR	
41	INDÚSTRIA MANUFATUREIRA: Processo químico para dourar a prata, o cobre, o bronze, o Latão, o packfong, o ferro, o aço, o estanho.	Continuação;	--	--
53	CARVÃO DE PEDRA	Técnico; conceitos científicos;	P. de A. Lisboa	--
57	PROCESSOS PARA PURIFICAÇÃO DO AZEITE DE PEIXE	Técnico; científico;	Citam alguns jornais – <i>Journal hebdomadaire des Arts et Metiers</i> – e cientistas	Curiosidades; doméstico
60	ÁCIDO SULFÚRICO: Vantagens que resultaria do estabelecimento de uma fábrica deste gênero entre nós	Técnico; químico; baixar custos com importação; utilidade no ambiente doméstico, na medicina e para higiene.	P. de A. Lisboa	Química; doméstico;
63	INDÚSTRIA AGRÍCOLA: Seringa ou borracha	Borracha retirada do Pará;	--	--
67	REMÉDIO: Infalível contra a peste do gado <i>vacum</i>	--	João Coelho Gomes	Remédio caseiro para gado;
69	BATATA (<i>solanum tuberosum</i>): Seus principais usos, sua cultura e o modo de conservá-la.	Técnico;	Industrial portuense (Assinado por S.C.)	Batata; Produção; Usos
75	MÉTODO DE CURAR UM CAVALO TOLHIDO, OU, COMO SE DIZ VULGARMENTE, “AGUADO”	--	F. Cardoso	Remédio caseiro

76	MANEIRA DE CONHECER SE O PÃO ESTÁ ADULTERADO COM PEDRA-HUME	--	--	--
76	MÉTODO DE CONSERVAR BISCOITOS, SEM SE ARRUINAREM	--	--	--
76	MÉTODO DE CONSERVAR OVOS	--	--	--
77	SOCIEDADE AUXILIADORA DA INDÚSTRIA NACIONAL: Sessão de 29/04/1846	Presidência: Fr. Custódio Alves Discurso de apoio à monarquia. Respondida positivamente pelo imperador.	--	--
78	Sessão de 20/05/1846	Pareceres sobre sócios efetivos e o fabrico de tijolos – adiados	--	--
79	Sessão de 6/06/1846	Candidatos a sócios efetivos aprovados Parecer sobre a reforma do estatuto – adiado	--	--

Com as informações mais notáveis em mãos, tornou-se mais fácil ter uma noção dos assuntos que estavam sendo abordados ao longo de cada edição e ano, permitindo-nos analisar as principais preocupações da Sociedade Auxiliadora. O segundo passo foi selecionar, a partir dos títulos, um conjunto de textos essencialmente políticos e fazer um fichamento mais aprofundado no mesmo arquivo de texto, mas fora da tabela. Por último, podíamos ler as edições quase completas e anotar mais dados que pudessem orientar reflexões.³¹

Sendo assim, todos os textos puderam ser arquivados de uma maneira que facilitasse as consultas posteriores, reduzindo consideravelmente o trabalho e o tempo de localização de afirmações, reflexões e quaisquer outros elementos que pudessem auxiliar a pesquisa. Todas as edições foram ser abertas e pelo menos os textos que consideramos mais importantes (de acordo com o título), tiveram a garantia de que seriam lidos. Mas nossa prioridade, foi, de fato, encontrar qualquer posicionamento contundente que revelasse as opiniões da instituição sobre a monarquia e as legislações que pudessem afetar a agricultura. Foi dessa forma que notamos, com antecedência, a taciturnidade do periódico em relação à escravidão, que definitivamente era um assunto de interesse da agricultura e dos associados, mas que não apareceu nenhuma vez entre os títulos até 1846.

Os dados coletados ajudaram a traçar, primeiramente, uma visão panorâmica do projeto de Brasil moderno que a Sociedade Auxiliadora traçou e de como ele poderia ser transformado até 1904, respeitando nossa principal hipótese, o desenvolvimento cronológico e a bibliografia referente de cada recorte. O periódico foi sempre encarado como a expressão mais importante da associação e sua leitura foi realizada conservando um olhar no produto final da centúria, para entender o que havia sido, de fato, incorporado como interesse da agricultura e aquilo que acabou sendo descartado.

Os textos e matérias que entendemos como “técnicos” têm valor neste processo porque, por exemplo, defendiam ampliar e incentivar a produção de café, que acabou se tornando a principal cultura de exportação brasileira. Mas também fizeram parte das publicações outras culturas, como a do chá, do bicho da seda e de algumas ervas, que não chegaram a ter uma produção expressiva. A mesma lógica se aplica às reflexões sobre terras, mão de obra e legislações, que apareciam no periódico como opção e podiam, ou não, incorporar o conjunto de pautas das elites do império.

³¹ Considerando que se tratava de uma instituição política, todos os seus textos tinham relação com o projeto modernizador que valorizava a monarquia e a agricultura, mas procuramos atentar para as reflexões que explicitam opiniões a respeito de transformações no campo administrativo e legislativo.

Na mesma esteira, foi nossa preocupação traçar uma linha do tempo que incluiu reformas administrativas do governo Pedro II, pois, a partir de 1860, a SAIN passou a integrar o recém-criado Ministério da Agricultura e a emitir pareceres oficiais sobre as indagações que envolviam o setor. A instituição passou, também, a acessar recursos mais volumosos e a participar da organização das exposições nacionais, eventos grandiosos que visavam mostrar o desenvolvimento da indústria nacional, ou seja, da produção mecanizada.

Cabe um esclarecimento sobre a forma com a qual fizemos citações retiradas do Auxiliador da Indústria Nacional, já que adaptamos palavras escritas com o português oitocentista brasileiro às regras ortográficas atuais, mudando termos como “projecto”, “official”, “commissão”. A estrutura do texto, entretanto, foi sempre mantida, assim como títulos, subtítulos e tabelas. Preferimos, também, respeitar a numeração colocada nas capas das revistas no período. A informação é pertinente porque, em alguns momentos de interrupção, a instituição reiniciou a contagem de volumes, incluindo os dizeres “nova série”. Em 1880, optaram por reunificar toda coleção, indicando o ano XLVIII do periódico.

Por último e seguindo a proposta de Tania Regina de Luca,³² a investigação atentou para os elementos materiais da revista. No caso das consultas *online* dos documentos fotocopiados, era possível notar mudanças na fonte, diagramação, tipografia e arte das capas. E, após uma visita presencial à Fundação Biblioteca Nacional, que arquivava esses documentos, pudemos ponderar também sobre o tipo de papel, sua qualidade e as dimensões de cada publicação.

Os caminhos percorridos

Muitas experiências podem ser compartilhadas nestes nove anos de pesquisa na área de história; aprendizados e oportunidades incontáveis proporcionadas essencialmente pela UNESP e ligadas diretamente, ou indiretamente, às conclusões que escrevo abaixo. Neste espaço, peço a licença para escrever em primeira pessoa para expor de maneira mais subjetiva a forma como percebo os anos de graduação e pós na minha formação como historiador e docente. Seja no campo acadêmico, como do ponto de vista do desenvolvimento pessoal e até político, que convergiram para a formação docente e para o ofício de historiador.

Início meu relato com o ano de 2013, quando a ideia de trabalhar com pesquisa começou a tomar forma. Sem ter optado por pesquisa de iniciação científica, eu desconhecia

³² DE LUCA, Tania Regina. História dos, nos e por meio dos periódicos. In. PINSKY, Carla Bassanezi. (org.) *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2014.

completamente qualquer meio de realizar esta atividade, assim como a burocracia para o ingresso, e ainda nem tinha certeza sobre o tema o qual queria me aprofundar. Após as primeiras conversas informais com o professor Paulo Gonçalves e algumas indicações de leitura, encontrei no site da Biblioteca Nacional um periódico do século XIX chamado *A Imigração*, cujas edições, somadas, tornariam possível a escrita de um projeto. Na ocasião, amigos dos tempos de graduação auxiliaram na busca dessa que seria a principal fonte da minha dissertação três anos depois.

Vale a pena discorrer sobre esta primeira pesquisa porque foi uma experiência inovadora, uma vez que tinha exercido apenas a profissão de professor de educação básica até então. A investigação teve início em 2014 e, no ano seguinte, durante o primeiro evento nacional que participei (XXVIII Simpósio Nacional de História da ANPUH, em Florianópolis-SC), pude assimilar mais contribuições a partir de debates e sugestões de pesquisadores sobre bibliografias e métodos.

O último ano daquela pesquisa foi contemplado com uma bolsa CAPES, que ajudou muito para com o processo de escrita da redação final, permitindo a dedicação exclusiva. A dissertação foi defendida em setembro 2017; na mesma data, eu sabia que buscaria desenvolver uma pesquisa de doutorado, e o ponta pé inicial foi uma das indagações realizadas pela banca – além do orientador da pesquisa, formada pelos professores Lelio Luiz de Oliveira e Lucia Helena de Oliveira Silva –, que sugeriu uma reflexão mais aprofundada sobre a formação do liberalismo no seio da associação que escrevia o boletim *A Imigração* ou até em toda esfera da política brasileira.

Despertamos, assim, o interesse pelo que se chamou “liberalismo tropical” no oitocentos. A expressão foi acatada porque provoca uma reflexão a respeito da incorporação do ideário e das práticas liberais no contexto do Brasil imperial e permite pensar sobre como a ideia de liberdade foi adaptada à realidade de contextos e grupos específicos. O que mudamos naquela oportunidade foram as fontes, representadas, na nova investigação, pela revista *O Auxiliador da Indústria Nacional*, muito mais volumosa e conhecida no cenário brasileiro.

Desde o início, percebemos que não seria fácil desenvolver tal trabalho e, durante a disciplina “Seminários de pesquisa (política)”, comentários muito ricos sobre o projeto, desenvolvidos pela Prof. Dr. Rosângela Leite (UNIFESP), ajudaram a formular o norte da pesquisa. Na ocasião, ela indicou os livros de Jurgen Habermas e James Thompson para inverter a lógica com a qual trabalhamos no mestrado, ou seja, não era uma classe que escrevia o periódico, mas os periódicos e associações que formavam as classes. A ideia jogou luz em um

problema que era central para a investigação, uma vez que não era possível pensar a ação da burguesia na década de 1830 porque ela simplesmente ainda não existia no Brasil.

Ademais, poderíamos trabalhar com o horizonte de que essa burguesia ruralizada do final do século XIX se desenvolveu dentro de uma conjuntura que fazia este grupo aceitar, aos poucos e em todas as províncias, o poder político centralizado no Rio de Janeiro, por mais que muitas ideias federalistas surgissem ao longo da centúria. Nossa pesquisa caminhou assim, no sentido de refletir sobre o papel do Estado e da imprensa no processo de formação ideológica dos grupos que integravam a cena política brasileira no período de inauguração da República.

O exame de qualificação contou novamente com a leitura dessa historiadora, ao lado da Profa. Dra. Andréa Slemian, e, ambas, além de contribuírem com a elucidação de lacunas da pesquisa, ajudaram a levantar novos pontos de interrogação enriquecedores que direcionaram reflexões sobre o período e a atuação do nosso objeto. Espero ter podido contemplar todas essas ponderações e apresentar um trabalho que seja digno de toda ajuda que recebi nesses mais de dez anos e dos impostos que chegam à universidade pública e às agências de fomento.

No doutorado, contei, desde o início, com uma bolsa do CNPq, que não facilitou a investigação, mas certamente deu estabilidade para a dedicação à vida acadêmica e permitiu conhecer outros espaços, oportunizados pela condição de aluno do programa de pós-graduação em história da UNESP – que gosto de pensar, também, como conquistas. Fui representante discente no primeiro ano e conheci processos políticos internos do programa e da instituição, ainda mais em um momento em que as unidades de Assis e Franca negociavam a unificação, promovendo debates interessantes entre os conselhos.

Também nos primeiros meses, iniciei uma trajetória junto à revista *Faces da História*, da UNESP de Assis; inicialmente, como diagramador e, depois de dois anos, como editor-chefe. No periódico, foi possível conhecer como são selecionados e avaliados os textos de conteúdos científicos e como funciona o fluxo editorial de uma publicação científica. Procurei, ademais, dedicar-me à organização de eventos, como os segundo e terceiro colóquios de história em Assis, junto aos alunos do programa de pós-graduação e graduação da UNESP. Neste período, também tive a oportunidade de integrar reuniões do conselho consultivo da ANPUH-SP e até de participar da organização do encontro estadual de história da mesma instituição em 2022, em que se comemoravam os 60 anos da organização.

Por último, quero externar a oportunidade de lecionar aulas da disciplina “História do Brasil Monárquico I”, no programa de graduação da UNESP de Assis, para desenvolver, pela primeira vez, alguma experiência como docente de ensino superior. Portanto, todo esse intenso percurso foi muito rico de experiências que desenvolveram não só importantes concepções a

respeito da profissão de historiador e docente, mas também sobre a pesquisa e o desenvolvimento científico, o papel da universidade pública e até o valor da democracia. Fatores passíveis de serem defendidos como pertencentes à sociedade, somados ao contexto de avanço ultraconservador global liderado pela “Nova Direita”,³³ que cria e divulga narrativas negacionistas e outros conteúdos paralelos baseados em seus próprios conceitos, ideias e práticas.

Para finalizar, toda a minha trajetória me mostrou que, apesar de o ofício de historiador ser um trabalho solitário, uma tese de doutorado não se escreve sozinha e eu jamais chegaria às conclusões apresentadas abaixo sem a ajuda e a orientação de tantas pessoas. Espero poder retribuir ao oferecer um conhecimento válido para outros pesquisadores que, por ventura, chegarem nesta investigação ou em outras que ainda vou realizar.

³³ A expressão foi analisada por Benjamin Arthur Cowan em um artigo publicado pela *Revista Brasileira de Política Internacional*. Para ele, o termo designa um grupo composto do casamento entre as reações religiosas, culturais e sociais com renovadas e radicais doutrinas de desregulação, autossuficiência triunfalista e o capitalismo *laissez-faire*. Cf. COWAN, Benjamin Arthur. A hemispheric moral majority: Brazil and the transnational construction of the New Right. *Revista Brasileira de Política Internacional*, 61(2): e004, 2018, p. 1.

CAPÍTULO 1: A SOCIEDADE AUXILIADORA DA INDÚSTRIA NACIONAL E A REVISTA O AUXILIADOR DA INDÚSTRIA NACIONAL

Pesquisas sobre a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional não são novidade na historiografia e os motivos para esse interesse podem ser variados. Tratava-se de um grupo composto por homens conhecidos em diversos campos de atuação; eram também diretamente ligados ao governo central desde o primeiro reinado – participando, inclusive, do processo de independência –, e foram responsáveis pela criação e fundação de outras instituições relevantes do século XIX, como o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), que existe até hoje e concentrava esforços do Império para a escrita da história nacional oficial, entre outros aspectos que poderiam atrair a atenção de investigações relacionadas à disciplina no campo político, social, econômico ou cultural.

Dentre essas diversas pesquisas, podemos destacar a dissertação de mestrado³⁴ e a tese de doutorado³⁵ de André Luiz Alípio de Andrade, as pesquisas de Patrícia Regina Corrêa Barreto³⁶, Celina Midori Murasse³⁷, David Francisco de Moura Penteado³⁸ e José Luiz Werneck da Silva³⁹. Além de outras que tangenciam o tema e citam a Sociedade, como Luisa Massarani⁴⁰ e Jussara França Azevedo⁴¹. Na primeira das investigações citadas, André de Andrade estudou a incorporação e adaptação das ideias liberais à sociedade escravista brasileira nas primeiras décadas do século XIX e procurou compreender a posição da SAIN diante dos problemas ligados à mão de obra em um período anterior à Lei Eusébio de Queiroz (1850), que proibiu o

³⁴ ANDRADE, André Luiz Alípio de. *Variações sobre um tema: A Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional e o debate sobre o fim do tráfico de escravos (1845-1850)*. Dissertação de Mestrado. UNICAMP. Campinas, 2002.

³⁵ ANDRADE, André Luiz Alípio de. *Uma visão do progresso: a influência da economia política na interpretação da transição da ordem escravista (A Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional 1850-1877)*. Tese de doutorado. UNICAMP. Campinas, 2013.

³⁶ BARRETO, Patrícia Regina Correia. *Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional: O templo carioca de Palas Atena*. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. 2009.

³⁷ MURASSE, Celina Midori. *O jornal O Auxiliador da indústria nacional e a campanha pela fundação de instituições educativas: 1833 a 1850*. 5º Congresso Brasileiro de História da Educação: O Ensino e a pesquisa em história da educação. Universidade Federal de Sergipe. Aracaju, 2008.

³⁸ PENTEADO, David. Os Auxiliadores do O Auxiliador da Indústria Nacional: Um Perfil dos Redatores do Periódico Da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (1833 - 1896). In: 15º Congresso Nacional de Iniciação Científica, 2015, Ribeirão Preto, SP. Anais do Conic-Semesp, 2015. v. 3.

³⁹ SILVA, José Luiz Werneck da. Isto é o que me parece. A sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (1827-1904) na formação social brasileira. A conjuntura de 1871 até 1877. Dissertação de mestrado, Niterói. UFF, 1979.

⁴⁰ MASSARANI, Luísa (org.); MOREIRA, Ildeu de Castro (org.); BRITO, Fatima (org.). *Ciência e público: caminhos da divulgação científica no Brasil*. Rio de Janeiro: Casa da Ciência – Centro Cultural de Ciência e Tecnologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. 2002.

⁴¹ AZEVEDO, Jussara França. Discursos e ideias. Gênese da Luta pelo Processo de Organização da Indústria do Brasil: A Associação Industrial do Rio de Janeiro e a sua Luta pela Indústria Nacional no século XIX (1870- 1888). Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro 2011.

tráfico de escravizados no Brasil. Ele concluiu que a entidade era uma organização na qual “a elite letrada de políticos e funcionários públicos tinha espaço para expor suas ideias a respeito dos principais problemas enfrentados em cada momento de definição de questões importantes para o país”.⁴² A SAIN teria se constituído, assim, em uma oportunidade de formulação e realização de um projeto de nação, pautado, entre outros fatores, pela abolição gradual da escravidão, que, apesar de não declarada, era consenso, segundo o autor. Na tese, seguindo a mesma linha de raciocínio, o autor pesquisou quais eram as principais influências do discurso liberal no periódico da Auxiliadora, buscando demonstrar as possibilidades de reformas socioeconômicas em um contexto em que a produção era baseada na grande propriedade e no trabalho cativo. Para ele, as inspirações teóricas mais nítidas eram da vertente francesa, em especial o economista Jean-Baptiste Say (1767-1832), considerado um dos principais continuadores do inglês Adam Smith.⁴³

Patrícia Barreto afirma desde o início de seu trabalho que tem intenções de estudar a produção e o desenvolvimento do conhecimento teórico e técnico no país por meio das páginas do AIN. Nesse sentido, ela entende que a SAIN se inseriu, ao mesmo tempo, em dois processos: a difusão das ciências e a modernização da produção agrícola, de maneira que ambas se relacionavam no periódico e se confrontavam, já que o segundo elemento era muito mais antigo para o Império. Para a autora, a instituição não era uma associação de classe, pois, apesar de ter inspiração iluminista e se propor científica – como tantas outras fundadas nas primeiras décadas do oitocentos –, congregava no mesmo espaço outros letrados, como escritores, cónegos e homens ligados ao mundo dos negócios. Ela discute ainda que a associação era independente, mas não dissidente, do sistema político e econômico imperial, e surgiu com o objetivo de explorar a natureza e colocá-la a serviço do progresso⁴⁴.

A análise de Barreto forneceu um interessante horizonte para a nossa investigação, uma vez que, a despeito da heterogeneidade no quadro de associados, a instituição aglutinava uma série de homens em torno de um conjunto de ideias essencialmente conservadoras, travestidas de modernidade. Na nossa reflexão, atrelamos as atividades da entidade aos interesses políticos do governo central, que continuava guardando características centralizadoras e exercia influência sob a diretoria da Sociedade e conseqüentemente, sob a redação do seu periódico. Dessa forma, podemos entender que a SAIN foi, sim, um espaço que contribuiu com a

⁴² ANDRADE, André Luiz Alípio de. *Variações sobre um tema. Op. Cit.* p. 147.

⁴³ ANDRADE, André Luiz Alípio de. *Uma visão do progresso. Op. Cit.* p. 225.

⁴⁴ BARRETO, Patrícia Regina Correia. *Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, Op. Cit.* p. 49-51.

institucionalização da ciência no Brasil, mas tinha intenções mais amplas e utilizava estratégias que extrapolavam os limites do avanço intelectual.

A pesquisadora ofereceu também uma vasta discussão historiográfica sobre a Auxiliadora, que encontrou artigos, livros, dissertações e teses que debatiam a atuação e a importância da instituição, ou outros temas que, porventura, precisaram citá-la e analisá-la. Por meio desta linha do tempo montada pela autora, tomamos conhecimento das reflexões de José Luiz Werneck da Silva – que mostrou como a associação configurava um agrupamento de forte pressão social atuando junto ao poder monárquico;⁴⁵ do artigo “O Auxiliador da Indústria Nacional (1833-1850)”, de Maria Yeda Linhares, considerado perdido; uma palestra de Pedro Calmon de 1977;⁴⁶ e as obras de Maria Antonieta Leopoldi⁴⁷ e Elisabeth von der Weid⁴⁸.

Engrossando e enriquecendo a lista, o trabalho de Celina Murasse pesquisou a função e o desejo educativo do AIN e discorreu sobre a existência de valores pedagógicos nas páginas do periódico, visão que fortalece as impressões descritas até aqui, já que se trata do esforço em difundir noções técnicas e científicas; tarefa posta, na revista, como tão importante quanto o próprio desenvolvimento deste conhecimento.⁴⁹ Por último, a investigação de Jussara Azevedo incluiu a Sociedade na história do desenvolvimento industrial brasileiro, mesmo que este conceito mereça uma análise específica, já que tratava de técnicas que envolviam a agricultura e não apenas manufaturas.⁵⁰

Os autores mencionados, além de outros estudiosos do tema, mostram a importância da Sociedade Auxiliadora no cenário nacional em diversos processos, temas e assuntos de vários campos do século XIX. Além disso, a maior parte desses trabalhos se desenvolveram depois do ano 2000, fato indicativo para a atualidade dos debates que incluem a SAIN, ampliando as possibilidades de pesquisas e reflexões históricas que, por sua vez, mostram que a atuação da entidade não pode ser considerada um assunto esgotado. Assim como o seu periódico, significativamente longo no contexto oitocentista.

⁴⁵ SILVA, José Luiz. Isto é o que me parece. *Op. Cit. Apud.* BARRETO, Patrícia. Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional. *Op. Cit.* p. 44.

⁴⁶ CALMON, Pedro. Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (Centro Industrial do Brasil). Palestra proferida na reunião do Conselho Deliberativo do Centro Industrial do Brasil, realizada no dia 6 de dezembro de 1977. RIHGB, vol. 318, 1978, p. 304 – 312. BARRETO, Patrícia. Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional. *Op. Cit.* p. 46.

⁴⁷ LEOPOLDI, Maria Antonieta Parayba. Política e interesses na industrialização brasileira: as associações industriais, a política econômica e o Estado. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

⁴⁸ WEID, Elisabeth von der. Apontamentos para a História do Centro Industrial do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Portinho Cavalcanti, 1977.

⁴⁹ MURASSE. O jornal O Auxiliador da indústria nacional e a campanha pela fundação de instituições educativas. *Op. Cit.* p.

⁵⁰ AZEVEDO, Jussara. Discursos e ideias. *Op. Cit.*

No vasto domínio publicado, procuramos destacar os artigos e comentários de cunho político e relacionar com seus objetivos e possíveis impactos na história imperial brasileira, nos aspectos administrativos, legislativos, sociais, culturais e diplomáticos. Eles, por sua vez, obrigaram a investigação a mapear e pesquisar a origem e a trajetória das principais figuras públicas que fizeram parte da diretoria da Auxiliadora. Informações que ajudaram a entender a atuação desses homens no ambiente e na burocracia do Estado e nas discussões da organização. A comparação permitiu esclarecer os limites propostos pelo governo aos debates que a revista participaria e iria operar na defesa do governo e da agricultura.

De maneira genérica vamos definir a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional como uma instituição civil de direito privado, criada com o objetivo de promover a modernização das técnicas produtivas e de incentivar a aquisição de máquinas que aumentariam a produção rural; esses atrativos, junto com o combate à violência e a desordem, nortearam um sentimento de aproximação entre as elites regionais. Apesar desses vários assuntos de interesse que imprimiam as páginas de sua revista, a instituição era política e nesse campo insidia seu principal e primordial foco. A SAIN não chegava a ser uma associação de classe, mas foi fundada no rastro do medo de uma revolução popular, e procurou protagonizar o processo de modernização do Brasil de maneira centralizada e sectária, atraindo, para o seu quadro de associados, indivíduos que acreditassem nesse mecanismo como o melhor para a manutenção da ordem e a promoção da civilidade.

Por último, neste capítulo de abertura, pretendemos trabalhar duas discussões importantes que seguiram toda a pesquisa, a dicotomia entre moderno e arcaico e a forma como ela apareceu na revista AIN e posteriormente a noção de esfera pública – ou espaços públicos como pontuam Marco Morel⁵¹ e Ariel Feldman⁵² – e sua relação com as atividades da Sociedade Auxiliadora.

⁵¹ MOREL, Marco. As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na Cidade Imperial, 1820-1840. São Paulo. Hucitec. 2005.

⁵² FELDMAN, Ariel. O Império das Carapuças: Espaço público e periodismo político no tempo das regências (1832-1842). Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná. Curitiba. 2006.

1.1 As motivações políticas

Para relacionar a SAIN com a história política do Império, convém fazer um breve recuo para o início do século XIX. No momento em que a família real lusitana se transferiu para o Rio de Janeiro foi possível notar que as cidades da América Portuguesa estavam pouco integradas entre si, o que obrigou o governo de D. João VI a realizar uma série de reformas que melhorassem a comunicação entre as províncias e, em especial, com a sede fluminense, que seria alçada à nova capital do império lusitano. A constatação revela que, naquele momento, era praticamente inexistente uma unidade capaz de formar a “nacionalidade brasileira”, e que o rei estava insatisfeito com a situação.⁵³

Maria Odila Dias discutiu este assunto e ponderou que a própria historiografia desenvolveu os debates em dois processos separados: um que consolidou a condição de Império independente, com capital definitiva no Rio de Janeiro; e outro, posterior, que desenvolveu e formou a nação. Tal condição distinguiu o Brasil de outros movimentos emancipacionistas da América Latina porque se caracterizou pela centralidade das discussões que usavam a figura do príncipe regente para unificar povos menos favorecidos e desempregados. Os grupos dominantes, carentes de legitimidade, passaram a aderir ao mesmo elemento, de maneira que se sentiam mais amparadas e seguras; essa relação simbiótica deu à monarquia, assim, a missão de salvar os brancos e a si própria.⁵⁴

Outro fator que reforça este problema da falta de unidade entre as províncias foram as guerras de independência – ou conflitos contrários à separação –, bem como mais insurreições opostas à separação em relação a Portugal, as quais se formaram em movimentos políticos e sociais paralelos à emancipação brasileira e ainda leis a Dom João VI e ao império lusitano, entre os quais se destacam os conflitos nas províncias da Bahia, Ceará, Piauí, Maranhão, Pará e Cisplatina.⁵⁵ Após 1822, a rebeldia em relação à nova metrópole não desapareceu e avançou para além do primeiro reinado, sendo enfrentado no período das regências e até durante parte da gestão de Pedro II.⁵⁶

Durante a assembleia constituinte, existiam, ainda, aqueles que preferiam um sistema federalista, de maior autonomia às províncias. A liberdade de imprensa – que discutiremos com

⁵³ DIAS, Maria Odila Leite da Silva. A interiorização da metrópole. In: *A interiorização da metrópole e outros estudos*. São Paulo: Alameda, 2005, p. 7.

⁵⁴ DIAS, Maria Odila. A interiorização da metrópole, *Op. Cit.*, p. 30.

⁵⁵ PIMENTA, João Paulo. *Independência do Brasil*. São Paulo. Contexto, 2022, p. 103-104.

⁵⁶ COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à república*. 9ª edição. São Paulo: UNESP, 2010, p. 21.

mais profundidade adiante – permitia publicações de caráter republicano e também fazia críticas à administração do jovem Imperador. Esses fatores, se somados, configuravam uma condição política e social fragmentada, mas as folhas rebeldes acabaram sendo momentaneamente sufocadas após o episódio que ficou conhecido como “a noite da agonia”, que terminou com o fechamento da assembleia constituinte em 1824. A carta magna foi concluída posteriormente, escrita por um conselho restrito de ministros que, evidentemente, facultava poderes ampliados a Pedro I.⁵⁷

Pode-se afirmar, a partir dessas considerações, que a crise do sistema colonial, bem como a adesão ao sistema político “liberal”, ou simplesmente baseado em uma constituição, não se desenvolveu em todo o recém-inaugurado Império com a mesma intensidade e nem com a mesma celeridade; outrossim, o risco de fragmentação – tal qual aconteceu na então América Espanhola –, em mais nações ou países autônomos, existia e preocupou a capital por várias décadas. Nenhum movimento, entretanto, teve força suficiente para desmembrar-se, com exceção da Cisplatina, que acabou incorporada à área que hoje pertence ao Uruguai.

No interior dos processos descritos e alguns anos depois da emancipação, em 19 de outubro de 1827, foi fundada a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, que é, segundo Celina Murasse, a associação civil mais antiga já registrada no Brasil.⁵⁸ A reunião inaugural aconteceu na rua Santa Thereza, n. 14, onde residia o principal idealizador da entidade, Ignácio Álvares Pinto de Almeida (?-1843) – um conhecido comerciante baiano que vivia no Rio de Janeiro que trabalhou como conselheiro de D. Pedro I.⁵⁹ O encontro foi divulgado sem muito destaque por jornais como o “Diário do Rio de Janeiro”, que, dois dias antes, publicou:

Figura 1: Divulgação da reunião inaugural da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional



⁵⁷ SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Mauad, 1994. p. 81-82.

⁵⁸ MURASSE, Celina Midori. O jornal O Auxiliador da indústria nacional e a campanha pela fundação de instituições educativas: 1833 a 1850. 5 Congresso Brasileiro de História da Educação: O Ensino e a pesquisa em história da educação. Universidade Federal de Sergipe. Aracaju, 2008, p. 1.

⁵⁹ Foi também Cavaleiro da Casa de Sua Majestade, Deputado da Junta de Comércio, Comendador da Ordem de Cristo e Cavaleiro da Ordem de Nossa Senhora da Conceição, membro efetivo do Tribunal do Comércio e Deputado da Real Junta de Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação. BARRETO, Patrícia, *apud*. WEID, 1977, p. 171.

Fonte: Diário do Rio de Janeiro. 17 de outubro de 1827, p. 378.

Anos mais tarde, a Sociedade conquistou, por meio de um pedido encaminhado ao próprio Pedro I, o direito de utilizar “dois quartos, que deitam para o lado da Rua dos Ciganos” do Museu Nacional – na época localizado no Campo de Santana –, para guardar e expor as máquinas adquiridas e realizar as reuniões do conselho. O mesmo prédio era utilizado para a convocação de assembleias gerais e algumas exposições.

Figura 2: Representação da fachada do Museu Imperial em uma matriz litográfica



Fonte: site do Museu Nacional (s/d). disponível em: www.museunacional.ufrj.br

Em 1892, o Museu Nacional foi transferido para o Palácio de São Cristóvão – antiga residência da família real brasileira, que estava desocupado após a inauguração da república –, localizado na Quinta da Boa Vista (cidade do Rio de Janeiro), onde está até hoje. O prédio do campo de Santana passou a ocupar o Arquivo Nacional de 1907 a 1964 e, depois de algumas décadas desocupado, foi recuperado pela Casa da Moeda e reaberto como “Museu Casa da Moeda do Brasil” em 2018.

Figura 3: Foto da Arquivo Nacional da década de 1970 (autor desconhecido)



Fonte: Arquivo Nacional, s/d. Disponível em: <http://www.arquivonacional.gov.br>

Na imagem é possível ver as tais janelas voltadas para a “rua dos ciganos” (atual Rua da Constituição, na Praça da República no Rio de Janeiro), a qual foi citada no documento acima, mas várias reformas internas foram realizadas no prédio nesse período e não é possível mais saber se as salas de reuniões da SAIN continuam as mesmas. Antes de ocupar o Museu Nacional – inaugurado por D. João VI em 1818 –, o prédio pertencia a João Rodrigues Pereira de Almeida (Barão de Ubá) e, em 2015, foi tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Sobre o acervo acumulado pela SAIN, não encontramos registros de seu destino após a dissolução da associação, mas, na Biblioteca Nacional, encontram-se exemplares dos periódicos que costumavam adquirir, como o *Universal Lisbonense*, indicando que é provável que essas fundações, tenham herdado todo esse material.

Voltando às origens da instituição, é interessante salientar que Ignácio Alvares, no discurso inaugural – que foi publicado em 1828 em forma de livro pela própria Auxiliadora –, declarou que trabalhava “desde 1820 para que se crie entre nós esta Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, cujo fim principal é auxiliar a indústria [...]”,⁶⁰ o que indicaria um possível interesse nesse aspecto desde os tempos de Reino Unido. O documento mais antigo registrado, entretanto, é uma minuta manuscrita entregue ao Imperador em 31 de outubro de 1825:

⁶⁰ ALMEIDA, Ignácio Álvares Pinto de. Discurso que no faustíssimo dia 19 de outubro de 1827, em que foi installada a Sociedade Auxiliadora da Industria Nacional. Rio de Janeiro: Na Typographia Imperial e Nacional, 1828.

Figura 4: Trecho da minuta de criação da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional

Senhor — Sendo Vossa Magestade Imperi-
 rial Servido Ordenar-me por Despacho de 30 de Oct-
 bre do corrente anno da Imperia, Junta de Commercio,
 Agricultura, Fabricas, e Navegacao, que sepe o meu pa-
 recer tanto sobre o requerimento de Inacio Alvares
 Pinto de Almeida no qual submettendo a Imperial
 Approvacao de Vossa Magestade Imperial os Esta-
 tutos de huma sociedade, que portende estabelecer nuda
 Corte, debaixo do nome de Sociedade Auxiliadora da
 Industria Nacional, pede que Vossa Magestade Im-
 perial se Digne Proteger esta Sociedade para o esta-
 belhecimento da qual ja havia em mil oitocentos e vinte e
 quatro subscriptores, como tambem informase do estado
 da Separito e Ordens existentes a este respeito: tenho a hon-
 ra de humildemente levar a Presenca de Vossa Ma-
 gestade Imperial: quanto a primeira parte, que sobri-
 gientemente examinando os Estatutos, que o supplicante a-
 presenta os achou apropriados ao fim, para que sao desti-
 nados, isto he para reger huma sociedade destinada a
 promover a Industria Nacional. Julgo com tudo
 expor na Augusta Presenca de Vossa Magestade
 Imperial algumas reflexões tendentes a animar a In-
 dustria do nosso reino, e requerissimo Imperio as quaes

Fonte: CARVALHO, João Antônio Rodrigues de. Ofício sobre o requerimento de Inácio Álvares Pinto de Almeida relativo à criação da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional. Secretaria da Junta de Comércio do Império do Brasil, 31/10/1825. Cópia. 9 p. Orig., p. 2.

Transcrevendo abaixo, partes do documento, há revelações de uma série de intenções de Pinto Almeida e da associação:

Em toda a parte, senhor, onde os produtos territoriais excedem as necessidades do consumo a Nação prefere um supérfluo: nas Sociedades nascentes, em que os primeiros passos são dirigidos para a agricultura, este supérfluo troca-se de ordinária por produtos de uma indústria estrangeira destinados a satisfazer outra série de necessidades, e em consequência desta troca, a Nação do princípio agrícola torna-se ao depois comerciante: neste caso se acha o Brasil e geralmente todas as colônias [...]. [...] recursos da nossa, que a sustenta, não chega ao estado de Indústria, que podemos considerar o terceiro período do aperfeiçoamento social, e que contribui a verdadeira independência pública, é de interesse desta nação introduzir sobre os aperfeiçoamentos possíveis nos diferentes ramos de Indústria Nacional por mais rara

que ela seja, e principalmente sua prática na Agricultura, e sua preparação dos seus diversos produtos, afim de proferir a vantagem de dar mais e receber menos.⁶¹

Apesar do documento ser manuscrito, estar muito danificado e com trechos perdidos, é possível notar uma série de concepções e ideias que seguiriam a Sociedade durante toda sua existência, com destaque para a defesa da agricultura como setor mais importante da economia do Brasil. Mais ainda: nota-se, no excerto, que o desenvolvimento e o investimento nesta produção industrializada era, para o suplicante, uma ferramenta para obter a verdadeira independência, que estaria estruturada na autonomia econômica, alcançada, por sua vez, pela balança comercial favorável.

Antes de continuar, vale o destaque para a palavra “consumo”, que se relaciona com uma preocupação com incentivo a atividades e produtos supérfluos, que afastariam, por sua vez, a nação de sua real vocação rural. Mais que isso: o autor critica a ideia de estimular a ampliação da oferta de mercadorias estrangeiras que satisfizessem desejos populares efêmeros em detrimento de melhorias e aperfeiçoamentos necessários que poderiam ser positivos ao Brasil em um prazo bem mais longo. Na continuidade do texto, o apoio ao setor primário ficava ainda mais claro:

Em um povo nascente é natural que a sua prática seja imperfeita, e esta prática, ou nasce das suas primeiras necessidades, ou lhes foi transmitida por seus antepassados [...]. É digno de um governo esclarecido e filantrópico, como o de vossa majestade imperial, escolher o seu lugar entre o bem e os obstáculos. Dois são os meios de conseguirmos estes fins, e estes já se acham em adversidade nas grandes Nações do antigo mundo: isto é, o Estabelecimento de um Conservatório de Artes e de ofícios e de uma Sociedade Promotora da Indústria Nacional [...].⁶² Dada a hipótese, que o Governo quer e deseja estabelecer uma tão útil instituição, parece que será necessário, primeiro exigir dos Presidentes das Províncias, e reunir no conservatório como forças fundamentais deste monumento de utilidade pública, uma coleção em pequena (se não for possível tê-la em grande) de todos os instrumentos e máquinas atualmente empregados em todos os pontos do Império na prática das Artes, e dos ofícios, e principalmente dos instrumentos empregados nas fontes principais da riqueza do Brasil: a saber do algodão desde sua cultura até o seu emprego. Do açúcar e dos outros produtos que se podem extrair da cana.

Do café.

Do Tabaco

Das madeiras

Das máquinas empregadas na exploração das minas [...]⁶³

⁶¹ O documento manuscrito sobreviveu até hoje e está danificado, o que impede a leitura de alguns trechos. CARVALHO, João Antônio Rodrigues de. Ofício sobre o requerimento de Inácio Álvares Pinto de Almeida relativo à criação da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional. Secretaria da Junta de Comércio do Império do Brasil, 31/10/1825. p. 1-2.

⁶² Os grifos neste trecho são do documento original e não foi possível identificar o motivo deste destaque com exatidão.

⁶³ CARVALHO, João Antônio. Ofício sobre o requerimento de Inácio Álvares Pinto de Almeida relativo à criação da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional. p. 4-5

Nota-se, assim, que a agricultura, da forma que era praticada no Brasil, era vista como atrasada e excessivamente trabalhosa, e sua adaptação aos mecanismos modernos era um possível caminho para o desenvolvimento econômico e a consequente civilização da sociedade imperial. Uma forma de atingir tal progresso, para Ignácio Alvares, era a união e a colaboração entre as autoridades provinciais e a expansão da utilização de máquinas e técnicas europeias, consideradas mais eficazes e produtivas. Podemos encontrar, ainda no mesmo documento, o apoio a esforços privados e espontâneos – quando o conselheiro propõe organizar concursos para “dar recompensas aos que tiverem trazido dos países estrangeiros modelos úteis” – e a defesa da criação um sistema de educação técnica, já que visavam:

Estabelecer no conservatório um administrador, um professor de geometria, aplicado as artes, um professor de mecânica e um professor de desenho. Estes professores serão obrigados a dar lições públicas das artes, que lhes competirem e estarem sempre prontos nos dias em que se abrir o estabelecimento ao público, para darem as competentes explicações, quando estas lhe forem pedidas.⁶⁴

Era de interesse de Ignácio Álvares, como o trecho deixa claro, não só adquirir e expor máquinas mais modernas para o desenvolvimento da produção, como também contratar professores que auxiliassem na disseminação de um conhecimento útil a este novo modelo de plantio que estava sendo proposto. Também era desejo do criador da Sociedade sistematizar um mecanismo de comunicação que envolvia a centralização das inovações no Rio de Janeiro e a fundação de um periódico, que seria distribuído em todas as províncias. A respeito dos sócios, Almeida idealizava que a instituição jamais poderia “ser demasiadamente numerosa”, reunindo magistrados, negociantes, capitalistas, proprietários e “as pessoas mais distintas da ordem estabelecida”, que contribuiriam com uma quantia de doze mil e oitocentos reis, considerada “pouco comparativamente com a qualidade e fortuna presumida dos membros”.

A descrição dos possíveis e desejados associados feita no documento expõe que, desde os primórdios, a entidade acenava para os grupos mais abastados da sociedade fluminense – e de outras províncias, quando possível –, destacando como elemento de “distinção” o poder aquisitivo e, mais ainda, solicitando que os debates, as reuniões, os projetos, as decisões etc. fossem realizados em um ambiente absolutamente restrito, no qual os membros pudessem ser

⁶⁴ CARVALHO, João Antônio. Ofício sobre o requerimento de Inácio Álvares Pinto de Almeida relativo à criação da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional. p. 6.

incorporados apenas a partir de um convite autorizado coletivamente pelos membros do conselho.

A ideia confronta, implicitamente, a permissão a entrada de liberais radicais no quadro de membros. Mais ainda se considerarmos a primeira diretoria, integralmente escolhida por Pedro I e que valorizava nomes conhecidos da nobreza intitulada ainda por D. João VI, que comentaremos com mais detalhes na sequência deste texto. O liberalismo da SAIN, desde os primeiros anos de atuação e antes mesmo da criação do periódico, se cercava de figuras que defendiam essa filosofia, respeitando os limites políticos da monarquia e confundindo o mesmo com um mero processo de avanços no campo tecnológico.

É importante lembrar que no mundo todo se assistia processos transformadores que, em parte, eram consequências das revoluções industrial e francesa, que, no entanto, não respeitaram um mecanismo específico e engessado, com uma série de etapas definidas. Em outras palavras, pensava-se o conceito de liberdade a partir das condições materiais e dos interesses daquele que refletia; geralmente, esse pensador fazia críticas sobre os pontos nos quais o próprio se sentia aprisionado ou alienado de direitos. No caso do Brasil, vários grupos podem ser identificados e a SAIN fazia o debate dentro de uma lógica de dar continuidade ao projeto modernizador de D. João VI.

A concepção significa afirmar que, dentro da instituição, que nasceu oficialmente no interior da burocracia imperial e tinha raízes no quadro político administrativo do império lusitano, não lidava ou se interessava, em um primeiro momento, com a ampliação das liberdades sociais, com o combate aos privilégios da nobreza ou com a laicidade do Estado. A SAIN, na pauta liberal, voltava suas atenções quase que exclusivamente para o desenvolvimento tecnológico, apresentando características conservadoras nos aspectos da organização estatal e na busca pela civilidade.

Na argumentação de Ignácio Almeida, o texto seguia apresentando detalhes que tornam o documento um interessante elemento para considerar que a fundação pretendia ir ao encontro dos interesses políticos de D. Pedro I, que, por sua vez, envolviam dar continuidade ao projeto modernizador e civilizatório centralizado no Rio de Janeiro, apoiado em valores e modelos estabelecidos no ambiente europeu, com raízes na administração de seu pai. Outrossim, existia uma preocupação sectária, que visava debater princípios e inovações para a agricultura, afastando camadas médias e baixas, já que os grandes proprietários de terras e comerciantes

acabaram alienados da administração pública depois da promulgação da já citada constituição de 1824.⁶⁵

Ao longo da tese, como iremos mostrar, houveram mudanças na forma de trabalho e organização de projetos da SAIN, o que era esperado, visto que o cenário político imperial passou por uma série agitações e reformas até sua queda em 1889. O quadro de associados, por exemplo, se ampliou consideravelmente, mas continuava passando pela aprovação da diretoria, que, por sua vez, continuava prestando contas junto ao governo. Os recursos, apesar de sucessivas reclamações da entidade, também aumentaram e permitiam a impressão cada vez mais volumosa do periódico.

Dentro da conjuntura do governo de Pedro I, entretanto, reafirmamos que a Sociedade Auxiliadora pode ser entendida como um dos mecanismos usados para fazer acenos e buscar apoio dos grandes produtores rurais, ou, pelo menos, tentar evitar que eles aderissem a movimentos emancipacionistas regionais, como os que vinham acontecendo na América espanhola e até em algumas regiões brasileiras, cujo exemplo mais evidente do primeiro reinado foi o do conflito conhecido como “Confederação do Equador” (1824), que envolveu as províncias de Pernambuco, Alagoas, Paraíba e Rio Grande do Norte. O recurso utilizado pela instituição em tal objetivo era incluir a agricultura nos planos modernizadores do governo como elemento fundamental para a economia nacional e conseqüentemente os próprios senhores.

Podemos incluir que as reflexões de Almeida sugerem, ademais, que o governo deveria dar apoio ao esclarecimento da nação e mais ainda ao uso desse conhecimento em favor da modernização da produção. Pressionado tanto internamente quanto por estrangeiros – pois tinha assinado acordo para acabar com a escravidão –, a agricultura e a produção mecanizada podem ser apontadas como um recurso oferecido pela sociedade e pela coroa para buscar unificar o sistema de produção do país, respaldando a, já possível, gradual e espontânea abolição do tráfico de escravizados.

Retomando pesquisas já realizadas sobre a Sociedade, na hipótese de André Andrade, a Sociedade Auxiliadora desenvolveu suas propostas a partir de uma noção de liberalismo que tinha a vertente francesa como principal referência,⁶⁶ enquanto Patrícia Barreto tratou a instituição como científica e buscou entender a relevância da SAIN na implementação, no desenvolvimento e na institucionalização das ciências naturais no Brasil.⁶⁷

⁶⁵ NOVAIS, Fernando A. MOTA, Carlos Guilherme. *A independência política do Brasil*, 2ª edição, São Paulo, Hucitec, 1996, p. 59.

⁶⁶ ANDRADE, André Luiz Alípio de. *Uma visão do progresso*. *Op. Cit.* p. 7.

⁶⁷ BARRETO, P. *Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional*, *Op. Cit.* p. 44.

Na nossa hipótese, a Sociedade se estabeleceu no Rio de Janeiro com objetivos principais e declarados de se tornar uma referência para os agricultores em questões relativas à produção agrícola e à sua modernização, mas se portava, também, como um agente de apoio à monarquia com pretensões políticas que visavam formar alianças aglutinando os mesmos grupos, que ainda não formavam uma classe social consolidada, mas já tinham interesses em comum. Entre essas aspirações, podemos destacar a preocupação com a segurança, já que existia um forte receio com possíveis motins das camadas mais baixas, e a garantia de oferta de mão de obra, que viria a se tornar um impasse, como discutiremos mais adiante.

Nesse sentido, apesar de a França representar uma matriz intelectual evidente para a sociedade, especialmente até 1850, o processo de incorporação e defesa dessas ideias na segunda metade da centúria não respeitou um limite geográfico ou até ideológico. A SAIN olhava para a Europa e para os Estados Unidos em busca de argumentos, invenções e qualquer outra inovação que contribuísse com a promoção de um projeto de país que contemplasse a manutenção do sistema de governo monárquico, da economia agroexportadora e da cultura e sociedade cristianizadas. O juízo dos membros da Auxiliadora não achava empecilhos em pensamentos liberais ou conservadores; seu objetivo era promover a revolução industrial no Brasil, evitando a formação das crises que esses homens identificavam no velho mundo.

O avanço e o incentivo às ciências e às inovações tecnológicas e metodológicas fazia parte deste projeto mais amplo, que também se preocupava com a fundação de uma história e de uma identidade brasileira comum, que respeitasse, mas se desprendesse da portuguesa, que garantisse a manutenção da paz e da ordem e promovesse a formação de uma sociedade civilizada nos moldes conhecidos das cidades mais modernas europeias. Um plano audacioso, mas facilmente identificável no governo imperial.

Considerando o recorte do período regencial (1831-1840), reforçamos que a situação legislativa do Brasil era conturbada e continuava lidando com os problemas relativos à unificação enfrentados pela então colônia, pelo primeiro reinado e que ainda poderiam ser identificados na gestão de Pedro II. Fragmentação notável nos interesses e, por conseguinte, nos projetos e ideias para leis e divisão de recursos. Para Miriam Dolhnikoff, essas condições resultaram em um mecanismo no qual os deputados faziam “arranjos federativos” nos debates da câmara, respeitando a centralidade do poder executivo, mas vendo-se obrigados a formar

maiorias entre representantes das várias províncias para articular avanços na direção que desejavam.⁶⁸

Outro argumento que leva a considerar que as motivações políticas e ideológicas da Sociedade eram iguais ou até mais fortes que as científicas são as pessoas envolvidas no projeto da instituição. A grande maioria era ligada à Monarquia e à família real, e possuía títulos de nobreza desde 1808; sua atuação política era marcada pela defesa da centralização do poder e do catolicismo. Características, estas, presentes e notáveis no projeto de país desenhado pela Sociedade Auxiliadora e nas reflexões, debates e discursos publicados na revista. Ignácio Alvares, como já mencionamos acima, é pouco citado fora da Auxiliadora, o que dificulta encontrar mais informações sobre sua vida.

Outros nomes, entretanto, são bem conhecidos no cenário nacional, tanto entre os presidentes, como vices, secretários chefes comissões específicas, etc. No quadro abaixo a relação de presidentes, seguido de uma breve biografia de alguns nomes:

Tabela I: *Lista de presidentes da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional*

Período	Presidente
1827-1831	João Inácio da Cunha, Visconde de Alcântara
1831-1847	Francisco Cordeiro da Silva Torres, Visconde Jerumirim
1847-1848	Pedro de Araújo Lima, Marquês de Olinda
1848-1865	Miguel Calmon du Pin e Almeida, Marquês de Abrantes
1865-1880	José Maria da Silva Paranhos, Visconde do Rio Branco
1880-1894	Nicolau Joaquim Moreira
1894-1897	Agostinho José de Souza Lima
1897-1902	Manuel Francisco Correa
1902-1904	Inocência Serzedelo Correa

Fonte: Revista O AUXILIADOR DA INDÚSTRIA NACIONAL (1833-1894)

João Ignácio da Cunha (1781-1834), “**Visconde de Alcântara**”, foi o primeiro presidente da SAIN, indicado por Pedro I, e ocupou o cargo até 1831 – ano em que fez parte também do último ministério do imperador –, quando se afastou por questões de saúde. Nascido

⁶⁸ DOLHNIKOFF, Miriam. Os tumultuados anos da regência. In idem. História do Brasil império. 1º ed., 4ª reimpressão. São Paulo, Contexto, 2021. ANPUH MARANHÃO. Monarquia e Federalismo. Youtube, 27/01/2022. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=HpMIaA1x404&t=304s>>. Acesso em: 27/01/2022.

em São Luís (MA), formou-se como advogado em Coimbra. Foi nomeado como “Barão de Alcântara” em 1825 e teve seu título elevado a “Visconde” com Honras de Grandeza um ano depois. Trabalhou como desembargador e magistrado. Tinha o título de Juiz Conservador dos Contratos dos Dízimos. Na carreira política, foi senador, ministro do supremo tribunal, ministro e secretário de Estado dos Negócios da Fazenda, ministro e secretário de Estado dos Negócios do Império e ministro e secretário de Estado dos Negócios da Justiça.⁶⁹

Francisco Cordeiro da Silva Torres de Souza Melo e Alvim - Visconde de Jerumirim (1775-1856). Nasceu em Portugal, teve educação católica, alistou-se na marinha e cursou engenharia. Mudou-se para o Brasil durante a invasão francesa de 1808, foi nomeado “lente” da academia militar e encarregado de organizar os compêndios para uso da escola. Após o retorno do Rei para Lisboa, preferiu permanecer na colônia e participar da fundação do Império tropical. Em 1828, chegou ao posto de brigadeiro. Afastou-se da política palaciana após a abdicação de Pedro I, permanecendo apenas na SAIN e no cargo de Caixa de Amortização até se aposentar em 1846. Recebeu o título de “Visconde” em 1854.⁷⁰ Na SAIN, foi também indicado por Pedro I para primeira diretoria como vice-presidente. Depois do afastamento de Ignácio da Cunha, assumiu a presidência e perpetuou-se até 1847, quando foi nomeado “presidente perpétuo”.

Joaquim Francisco Vianna (1803-1864) nasceu em Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro. Foi um político conhecido no segundo reinado, ocupando cargos de deputado e senador antes de ser convidado à função de Ministro da Fazenda durante a década de 1840 e ser eleito vice-presidente do Tribunal do Tesouro Público em 1850. Na Sociedade Auxiliadora, atuou como secretário, de 1835 a 1837, e em algumas comissões, como as que previam a fundação de sub-sociedades.

Pedro de Araújo Lima (1793-1870), “Marquês de Olinda”, foi um político de grande prestígio do período imperial no Brasil, e chegou a ser considerado o homem mais importante do país depois de Pedro II por Alexandre José de Mello Moraes (1816-1882) – um conhecido e respeitado médico da mesma época. Nasceu em Recife, atuou como deputado geral, senador, regente único e Presidente do Conselho de Ministros. Era ligado aos grandes produtores de açúcar e, na Auxiliadora, ocupou a presidência após 1847.⁷¹

⁶⁹ BARRETO, Patrícia. *Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional. Op. Cit.*, p. 198.

⁷⁰ IHGB, Francisco Cordeiro Torres e Alvim, visconde de Jerumirim. Site do Instituto histórico e geográfico brasileiro. Disponível em: <<https://ihgb.org.br/perfil/userprofile/FCTAlvim.html>>. Acesso em: 19/10/2022.

⁷¹ CADENA, Paulo Henrique Fontes. R. IHGB, Rio de Janeiro, a. 181 (484):141-168, set./dez. 2020, p. 142.

Luís Alves de Lima e Silva (1803-1880), “Duque de Caxias”, foi vice-presidente da Sociedade Auxiliadora na década de 1840. É muito conhecido pelas campanhas militares, especialmente na Cisplatina e nos combates à Revolução Farroupilha (1835-1845) e à Balaiada.⁷² Na carreira política, foi Presidente do Conselho de Ministros em três oportunidades (1856-1857; 1861-1862; 1875-1878), além de Ministro da Guerra (1855-1857) e Presidente de São Pedro do Rio Grande do Sul e do Maranhão (1840-1841).

Cândido José de Araújo Viana (1793-1875), “Marquês de Sapucaí”, era político, participou da constituinte de 1823, foi deputado geral e senador pela província de Minas Gerais, chegando a presidir o senado em 1838. Foi também Ministro da Fazenda, Ministro do Supremo Tribunal de Justiça e Conselheiro de Estado, Presidente das Províncias do Maranhão e de Alagoas (1828). Era amigo pessoal de Pedro II e recebeu o título de “Visconde” e, posteriormente, “Marquês da Sapucaí”. Na SAIN, foi vice-presidente em 1837.⁷³

Raimundo José da Cunha Matos (1776-1839) era português de nascimento e militar. Ascendeu para o trabalho político por meio de sua atuação no exército em missões ligadas ao tráfico negreiro. Foi provedor da Fazenda Alfandega em 1811, promovido a governador das Armas de Goiás por D. Pedro I, em 1822, e a brigadeiro, posteriormente. Foi parlamentar em duas oportunidades (1826-1829 e 1830-1833).⁷⁴ Na SAIN, foi secretário-geral e cofundador do IHGB, atuante na câmara em favor do tráfico de escravizados como um fator de estabilidade econômica.

Nicolau Joaquim Moreira (1824-1894) foi presidente da Sociedade na década de 1870 e editor da revista desde 1866. Não tinha título de nobreza, mas defendia o modelo político da monárquico. Era formado em farmácia e concluiu o doutorado em medicina na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1847. Chegou a ser nomeado diretor do Jardim Botânico e integrou também a Comissão de Química Industrial. Era partidário de discursos sanitário e do embranquecimento progressivo da sociedade brasileira.

José Maria da Silva Paranhos – Visconde do Rio Branco (1819-1880), foi presidente da SAIN na década de 1880. É conhecido pela lei que levou seu nome e libertou filhos de escravizadas que nascessem no cativeiro, conhecida como Lei do Ventre Livre (2.040/ 1871).

⁷² GUAZZELLI, César Augusto Barcellos. “Libertos, gaúchos, peões livres e a Guerra dos Farrapos”. In DANTAS, Mônica Duarte (org.). *Revolutas, motins, revoluções: homens livres pobres e libertos no Brasil do século XIX*. São Paulo: Alameda, 2011, pp. 229-261.

⁷³ Ocupou os cargos de presidente da província do Maranhão e de Alagoas (1828), Ministro da fazenda (1832-1834), Ministro da justiça (1833), Ministro dos negócios do Império (1841) e Presidente do senado (1851).

⁷⁴ PARRON, Tamis Peixoto. *A Política da escravidão no império do Brasil*. Dissertação de Mestrado apresentada à banca examinadora do programa de pós-graduação em História Social da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2010, p. 52-53.

É patrono da academia brasileira de letras, estudou na Escola Militar e diplomou-se em ciências matemáticas, chegando também a lecionar no mesmo estabelecimento. Paranhos teve atuação significativa na imprensa nacional, especialmente nos jornais *O Novo Tempo*, *Correio Mercantil*, *Jornal do Commercio* e *O Maribondo*.

A lista poderia ser ainda mais rica com nome como Antônio Rebouças (1798-1880), André Rebouças (1838-1898) e os membros da família Taunay, que tiveram destaque nos debates que envolviam a modernidade no Brasil imperial e nunca fizeram oposição à Monarquia ou ao Imperador. Alguns destacados ainda no primeiro reinado, cuja atuação política era marcada, essencialmente, pelo que se convencionou chamar de liberalismo moderado, guardando notáveis características conservadoras como o apoio a centralização das decisões administrativas e o catolicismo. Características permanentes no projeto de país desenhado pela Sociedade Auxiliadora e nas reflexões, debates e discursos publicados na revista da instituição.

A breve conclusão que este tópico pode desenvolver é a de que apesar da política não ser o principal assunto impresso nas páginas do Auxiliadora da Indústria Nacional, essa era a finalidade da instituição em suas atuações. Seus presidentes, assim como outras cadeiras importantes eram ocupadas essencialmente por nomes que passavam pela aprovação do governo monárquico e suas atividades tinham a pretensão de desenvolver o país no mesmo sentido que as potências globais com intenções de fortalecer o governo. Apesar de ser uma instituição civil na teoria, sua prática era e continuou sendo ao longo da centúria, a de uma organização do Estado.

1.2 A publicação da revista “O Auxiliador da Indústria Nacional”

Em 7 de abril de 1831, depois de um longo processo que envolvia a queda na popularidade e o incremento nas críticas ao governo, o Imperador Pedro I abdicou do trono em favor de seu filho, Pedro de Alcântara, então com cinco anos de idade. O evento inaugurou o período que ficou conhecido como “Era Regencial”, que durou até 1840 e se caracterizou por sua condição política transitória, que estabeleceria bases administrativas utilizadas no segundo reinado. A vacância no poder, entretanto, evidenciou ainda mais a pluralidade de projetos de país existentes entre as elites econômicas de cada província, escancarando uma gama ampla de interesses que buscavam se sobrepor aos demais. Em várias regiões esse sentimento chegou às armas, mas nenhum de fato efetivou a separação em relação ao Rio de Janeiro.

Marcello Basile, estudando a década em questão, lembrou que os primeiros momentos depois do dia sete de abril foram marcados por uma certa euforia liberal, que finalmente atingiu as camadas médias e baixas, o que significa afirmar que a queda da figura do Imperador como referência administrativa e simbólica central do Brasil resultou na politização das ruas e no fortalecimento das elites provinciais e locais em relação ao governo central. Da mesma forma, o movimento do regresso, que culminou com o golpe da maioria de Pedro II, representou o retorno à administração palaciana, centralizada nas decisões do governo imperial, ou seja, exclusão da grande massa popular.⁷⁵

Vale ressaltar que, apesar desta conjuntura, quase nenhum movimento relevante levantou-se enfaticamente contra a monarquia. O máximo que tais debates chegaram foi pensar um programa que permitisse ampliar a autonomia das províncias, influenciadas de diferentes formas pela Revolução Liberal do Porto de 1820 e pelos movimentos emancipacionistas de nações vizinhas. A ideia geral parecia ser esperar por Pedro II, mas, enquanto o monarca crescia, demandas por mais liberdades movimentavam regiões afastadas da nova capital.⁷⁶

A situação fez com que o período fosse taxado pejorativamente de anárquico, desordenado e anômalo por autores do segundo reinado, porém o momento representou intensas transformações na arena política, até então desconhecidas. Miriam Dolhnikoff refletiu sobre a situação da assembleia dos deputados, na qual mecanismos de formação de alianças ganharam muitos incrementos, obrigando o governo central a realizar negociações com as elites locais e provinciais, marcadas, por sua vez, por sua origem na estrutura econômica e em alguns poucos, mas fortes, pontos de convergência, como a já comentada manutenção da base agroexportadora, monocultora e escravista.⁷⁷

Outro ponto de aglutinação dizia respeito ao domínio das províncias ao aparelho repressivo do Estado, materializado, nesta ocasião, na guarda nacional, fundada na reforma de 1835. É possível pensar, assim, que as elites econômicas locais, configuradas principalmente em grandes produtores rurais e comerciantes de escravizados (atividades muitas vezes desenvolvidas pela mesma pessoa), temiam e se opunham à ascensão política e representativa das camadas pobres e procuravam formas diversas de oprimi-las no cenário administrativo brasileiro; ao mesmo tempo, procuravam mais autonomia em relação ao Rio de Janeiro.

⁷⁵ BASILE, Marcello. O Laboratório da nação. In: GRINBERG, Keila (org.). SALLES, Ricardo (org.). *O Brasil Imperial*. Volume II: 1831 – 1870. Rio de Janeiro, Civilização brasileira, 2009, pp. 53-119.

⁷⁶ SCHWARCZ Lilia; STARLING, Heloisa. *Brasil: uma biografia*. 2º edição. São Paulo, Companhia das Letras, 2018. p. 243-244.

⁷⁷ DOLHNIKOFF, Miriam. *História do Brasil Império*. 1º ed. 4º reimpressão. São Paulo, Contexto, 2021.

Nessa conjuntura, podemos refletir novamente sobre o papel político da SAIN, que se manteve ligada ao governo central e, como teve poucas mudanças em seus planos e concepções, foi inserida em um contexto no qual o diálogo com cada província era obrigatório. Ainda no ano de 1831, a Sociedade aprovou a primeira reforma no Estatuto, cuja mudança mais significava estava na escolha da diretoria. O presidente da instituição era, até então, nomeado diretamente pelo Imperador e servia pelo tempo que “fosse do imperial agrado”; os demais representantes do conselho eram eleitos de acordo com um sistema interno.⁷⁸ Na nova condição, todos passaram a ser definidos no pleito “por maioria absoluta, ou relativa” de sócios.⁷⁹

Aproximadamente dois anos depois, iniciaram a publicação do periódico *O Auxiliador da Indústria Nacional*, que trazia, abaixo do título, o complemento:

ou Coleção de memórias e notícias interessantes aos fazendeiros, fabricantes, artistas e classes industriais no Brasil, tanto originais como traduzidas das melhores obras que neste gênero se publicam nos Estados Unidos, França, Inglaterra etc.⁸⁰

Revelando, como dito, que pouco dos projetos da Sociedade haviam sido mudados desde a proposta de Ignácio Alves, de 1825. O periódico era editado pela própria instituição e teve setenta e um anos de existência, que somam, no total, sessenta e um volumes anuais, setecentos e vinte e uma edições e, aproximadamente, vinte e seis mil e setecentas páginas publicadas.⁸¹ Ficou ativo até 1896⁸² com alguns breves momentos de interrupção, por razões distintas, mas geralmente internas, como o falecimento do redator ou a troca da presidência.⁸³

Abaixo, a capa da primeira edição:

⁷⁸ ESTATUTOS da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional. Rio de Janeiro. Tipografia nacional, 1824. *Apud*. ANDRADE, André Luiz Alípio de. Uma visão do progresso. *Op. Cit.* p. 23.

⁷⁹ ESTATUTOS da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional. Rio de Janeiro, 23/06/1831. Encadernado. 9 p. Orig. Ms. Encontra-se no cofre 50,3,017. Coleção decimal, p. 7.

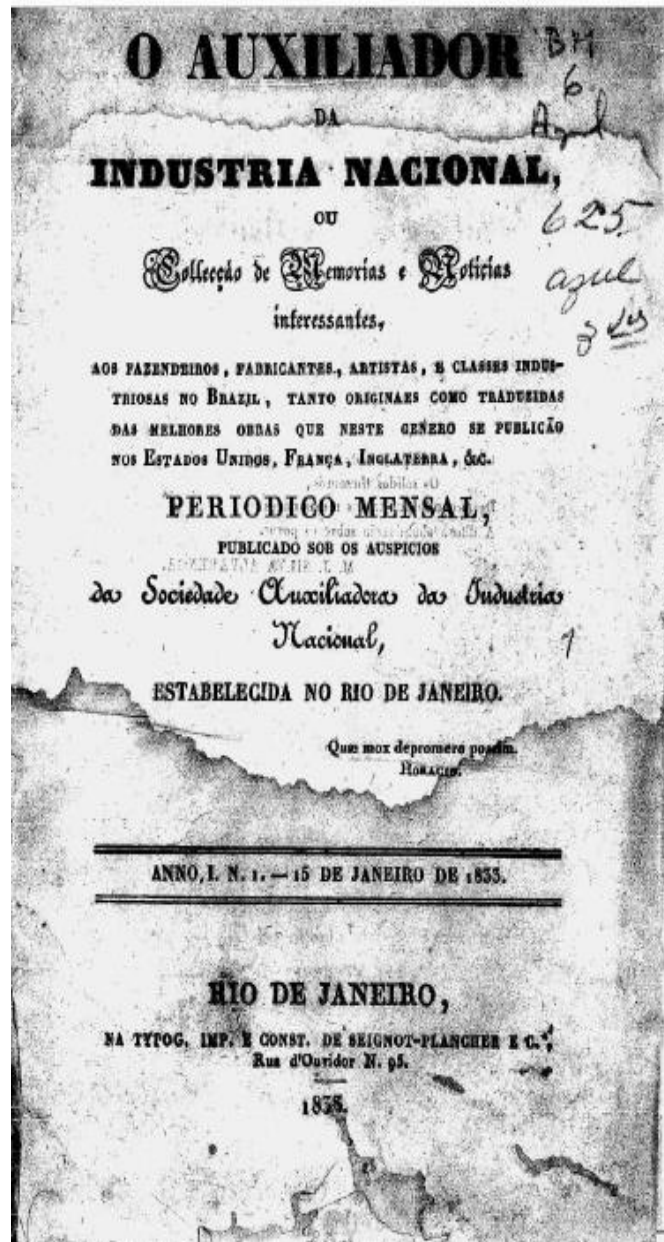
⁸⁰ O AUXILIADOR DA INDÚSTRIA NACIONAL, janeiro de 1833, n/p.

⁸¹ Esses números são estimativas de César Silva e David Penteado. SILVA, Cesar Agenor Fernandes da; PENTEADO, David Francisco de Moura O perfil dos redatores do periódico O Auxiliador da Indústria Nacional (1833 - 1896). *Revista Diálogos Mediterrânicos*. Num. 12, p. 132-153, junho/2017.

⁸² Em 1892 as publicações praticamente se encerraram, sendo o volume de 1896 uma tentativa de reorganização que teve poucos números.

⁸³ Interrupções entre fevereiro e junho de 1846 e dezembro de 1892 e janeiro de 1896.

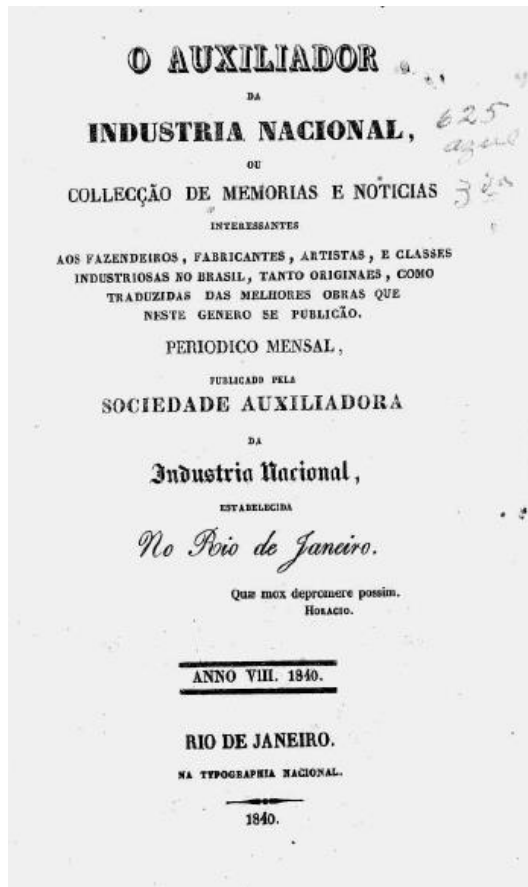
Figura 5: Capa da primeira edição de O Auxiliador da Indústria Nacional



Fonte: O AUXILIADOR DA INDÚSTRIA NACIONAL. Arquivo da Biblioteca Nacional Digital, 1833.

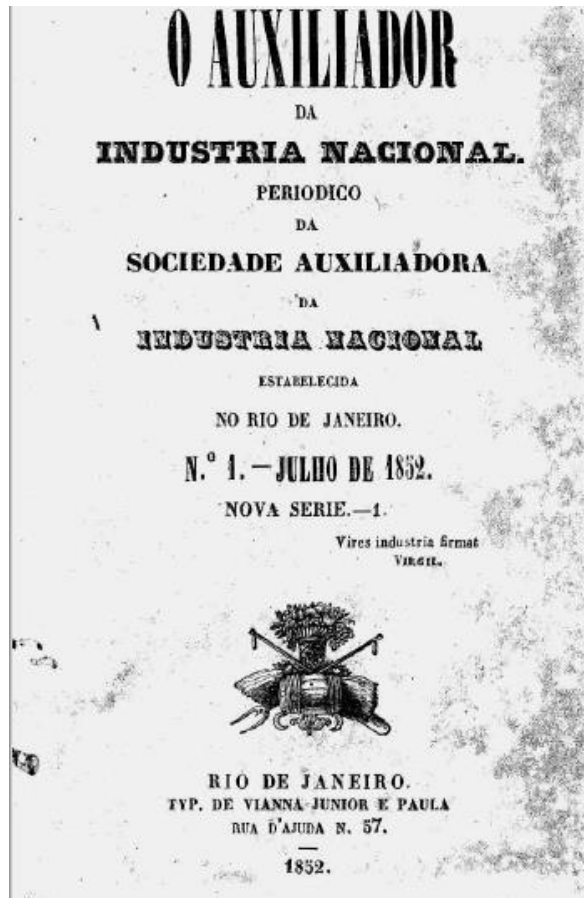
Nos anos de atuação, o periódico utilizou sempre o serviço de tipografia nacional – herdeira oficial da imprensa régia de 1808 – que, entretanto, mudou várias vezes ao longo da centúria e utilizou serviços de impressão de nomes, como “Seignot-Plancher”, “J. F. Torres” e “Dous de Dezembro”. O processo revela um esforço por parte do Estado – e da instituição – em modernizar a própria revista, que notavelmente aperfeiçoou o material utilizado, como o tipo de papel, a qualidade da tinta, a diagramação etc. É fácil ver também a complexidade das capas, como mostram alguns exemplos abaixo:

Figura 6: Capa da edição de janeiro de 1840 de O Auxiliador da Indústria Nacional



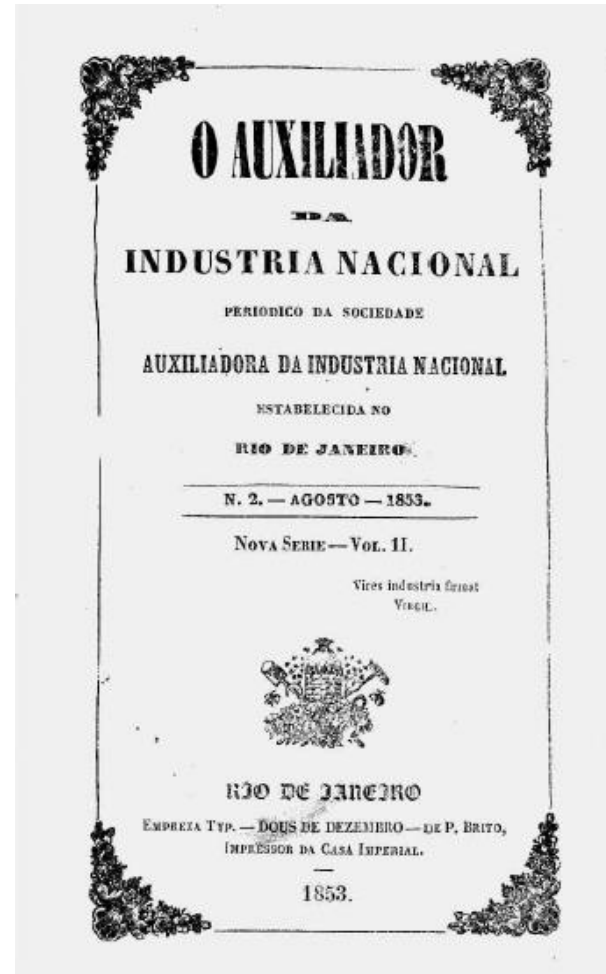
Fonte: O AUXILIADOR DA INDÚSTRIA NACIONAL. Arquivo da Biblioteca Nacional Digital, 1840.

Figura 7: Edição de julho de 1852



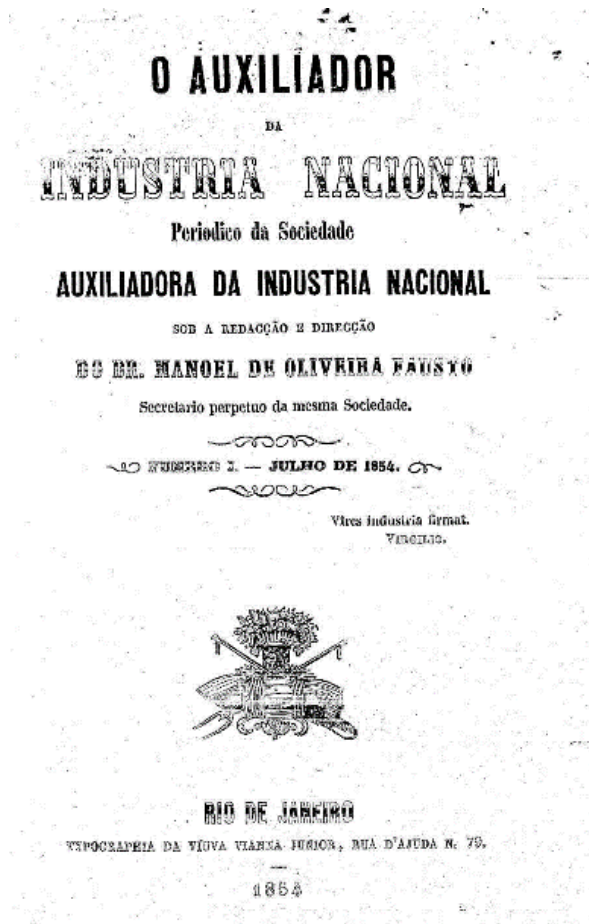
Fonte: O AUXILIADOR DA INDÚSTRIA NACIONAL. Arquivo da Biblioteca Nacional Digital, 1852.

Figura 8: Edição de agosto de 1853



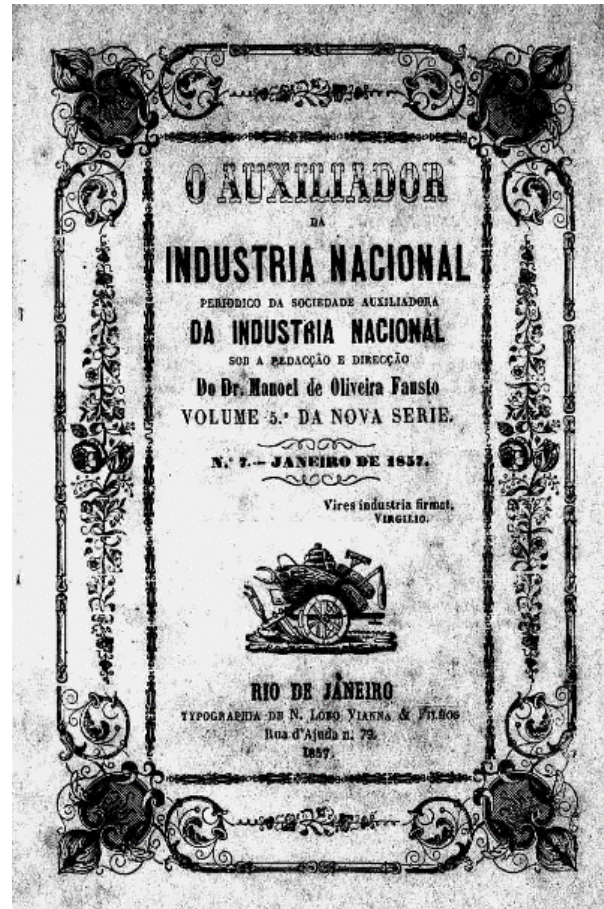
Fonte: O AUXILIADOR DA INDÚSTRIA NACIONAL. Arquivo da Biblioteca Nacional Digital, 1853.

Figura 9: Edição de julho de 1854



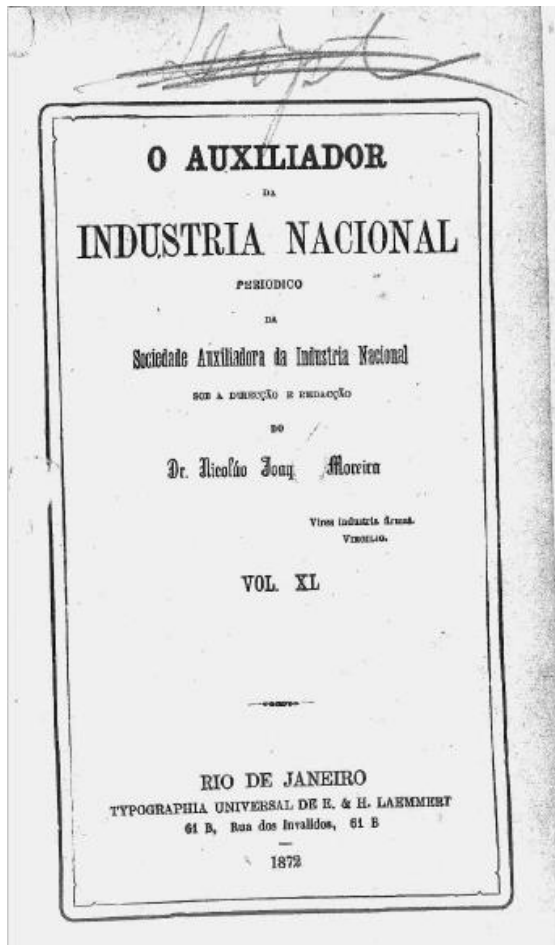
Fonte: O AUXILIADOR DA INDÚSTRIA NACIONAL. Arquivo da Biblioteca Nacional Digital, 1854.

Figura 10: Edição de janeiro de 1857



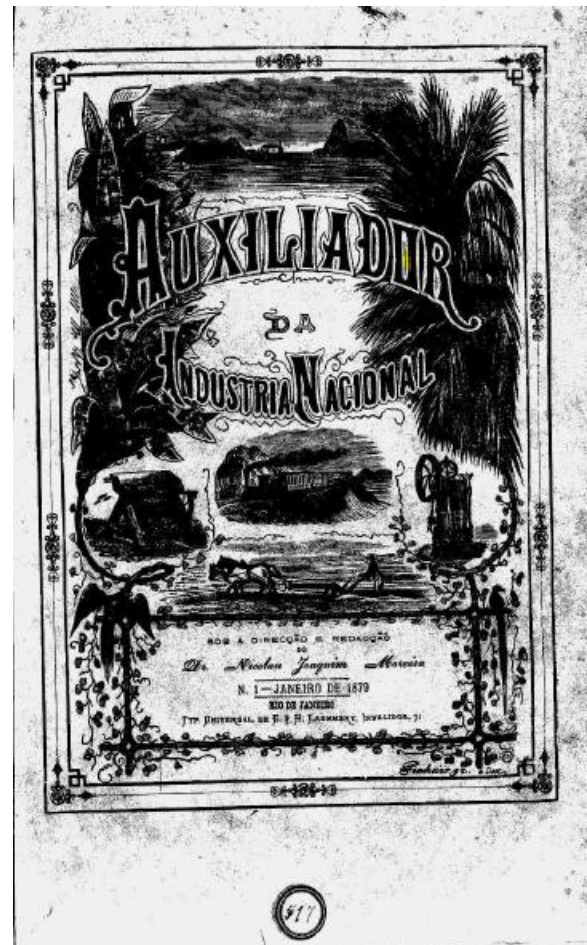
Fonte: O AUXILIADOR DA INDÚSTRIA NACIONAL. Arquivo da Biblioteca Nacional Digital, 1857.

Figura 11: Edição de janeiro de 1872



Fonte: O AUXILIADOR DA INDÚSTRIA NACIONAL. Arquivo da Biblioteca Nacional Digital, 1872.

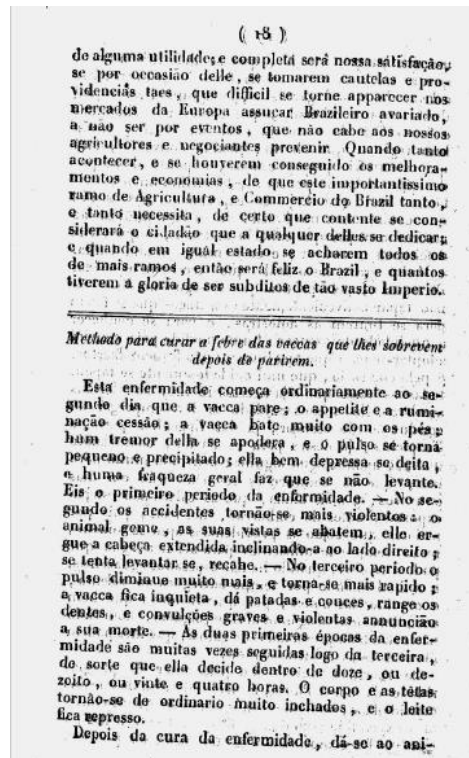
Figura 12: Edição de janeiro de 1879



Fonte: O AUXILIADOR DA INDÚSTRIA NACIONAL. Arquivo da Biblioteca Nacional Digital, 1879.

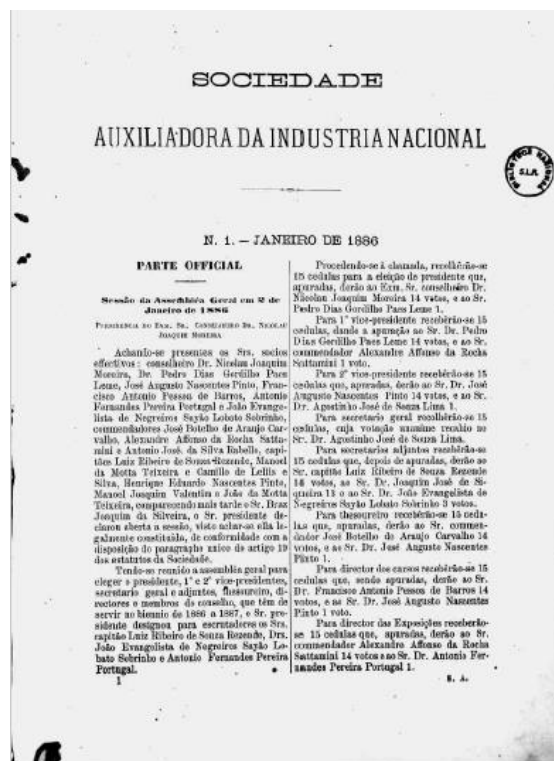
Muitas vezes, no material disponibilizado na biblioteca nacional digital, é perceptível que há uma variação entre dois ou mais modelos, o que indica a possibilidade de a Sociedade utilizar mais de uma editora simultaneamente. Na parte interna, a variação foi mais modesta e mais notável nos anos finais de publicação do periódico:

Figura 13: Diagramação interna da revista O Auxiliador da Indústria Nacional em 1833



Fonte: O AUXILIADOR DA INDÚSTRIA NACIONAL. Arquivo da Biblioteca Nacional Digital, 1833.

Figura 14: Diagramação interna da revista O Auxiliador da Indústria Nacional em 1896



Fonte: O AUXILIADOR DA INDÚSTRIA NACIONAL. Arquivo da Biblioteca Nacional Digital, 1896.

Depois de 1878, a publicação passou a contar com duas colunas; o número de páginas estava reduzido. Na versão física do periódico, porém, foi possível notar que o tamanho das edições era consideravelmente maior, aproximando-se do que conhecemos em revistas contemporâneas (22cm × 28cm), enquanto, as da década de 1830, se assemelham a um livro de bolso (14cm × 21cm). A tiragem nem sempre apareceu nas publicações, mas em um documento manuscrito de 1838. O então secretário João Maria Barbosa solicitou ao tesoureiro Raimundo José da Cunha Mattos a compra de 6 resmas de papel e “125 folhas para capa” para a impressão do periódico da Sociedade:

Figura 15: Manuscrito de João Maria Barbosa solicitando compra de material para o periódico

Month	Description	Amount
January	Saldo do semestre pagado em favor do Redactor.	1/300
	2 Papel para o N. 1. 6 resmas.	15/000
	2 Papel de capa para as Capas. 125 folhas.	2/500
	25 A Cardoso por brochur.	7/500
	29 Papel para o N. 2. idem.	15/000
	2 Ditto de capa para as Capas. idem.	2/500
February	25 A Cardoso por brochur.	7/500
March	5 Papel para o N. 3. idem.	15/000
	2 Ditto para as Capas. idem.	2/500
	17 A Cardoso por brochur.	7/500
April	2 Papel para o N. 4. idem.	15/000
	2 Ditto para as Capas. idem.	2/500
May	3 A Cardoso por brochur.	7/500
	26 Papel para o N. 5. idem.	15/000
	2 Ditto para as Capas. idem.	2/500
June	15 A Cardoso por brochur.	7/500
	28 Papel para o N. 6. idem.	15/000
	2 Ditto para as Capas. idem.	2/500
July	17 A Cardoso por brochur.	7/500
	Dispendida em carretos durante o semestre. d. h.	1/200
	Dinheiros recebidos do Ill. Sr. Thourunior.	452/774
	Saldo em favor do Redactor.	27/74

Rio de Janeiro 18 de Julho de 1838.
J. Maria Barbosa.

Fonte: BARBOSA, João Maria. Carta a Raimundo José da Cunha Matos tratando de dinheiro para a publicação do Jornal da Sociedade. [Rio de Janeiro]: [s.n.], 23/05/1838. 2 p., Orig.

Podemos concluir, a partir desses dados, que eram impressos pouco mais de cem unidades por edição do periódico na década de 1830. Depois disso, a tiragem cresceu e alguns momentos pode ser constatada pelas atas de reuniões chegando a 600 em 1847, 1000 em 1852

e 2500 em 1870.⁸⁴ Em um universo tão extenso e longevo é evidente que inúmeras transformações podem ser constatadas no conteúdo, mas sua estrutura principal e os temas centrais foram uma constante. Tinha, geralmente, em torno de 30 páginas por edição – 20 após as transformações na diagramação –, e, em todos os anos, estavam disponibilizadas as atas das reuniões do conselho, além de reflexões, relatórios lidos em assembleias gerais e notícias consideradas relevantes. Estas últimas tiveram variação mais intensa, uma vez que o periódico atravessou, além da regência, todo o segundo reinado e parte da república, participando e assistindo vários acontecimentos – como a proibição do tráfico de escravizados, a guerra do Paraguai, a abolição da escravidão, as exposições universais, a grande imigração e muitos outros.

Os conteúdos tinham a agricultura como principal base e as matérias que discorriam sobre máquinas, ferramentas e técnicas mais modernas para auxiliar no aumento da produção agrícola, variações e sugestões de culturas distintas e menos conhecidas em várias províncias – como o chá, o bicho da seda e o café nos primeiros anos – ocupavam o maior número de folhas. Existiam, também, artigos que defendiam a construção de estradas de ferro, o uso do vapor para transportes e soluções de problemas de caráter doméstico, como pragas de ratos, conservação de livros e o branqueamento de tecidos.⁸⁵

As folhas tinham espaço também para a publicação de reflexões e correspondências de sócios, residentes no Brasil ou no exterior, além de discussões acerca das condições sociais, políticas e culturais do país. Estas, porém, também relacionadas com o ambiente rural e seu desenvolvimento. Neste ponto podemos destacar o incentivo à promulgação de leis que favorecessem o progresso do campo e a fundação de escolas técnicas agrícolas, imbuídas de disseminar conhecimentos úteis a esse tipo de produção e ao melhoramento das estruturas e dos métodos utilizados no comércio interno e externo. Este último conjunto de artigos é o que mais interessa à nossa investigação, bem como os debates do mesmo campo, que foram claramente evitados pela Revista, os quais discutiremos no segundo capítulo.

O primeiro redator escolhido para o periódico foi o Cônego Januário da Cunha Barbosa (1780-1846), conhecido no cenário colonial e imperial pela sua atividade no jornal *Reverbério Institucional Fluminense*, ao lado de Joaquim Gonçalves Ledo (1781-1847),⁸⁶ no qual

⁸⁴ PENTEADO, David Francisco de Moura. O Auxiliador da Indústria Nacional: Um periódico a serviço do estado brasileiro? (1833 – 1896). Revista Trilhas da História. Três Lagoas, v.8, nº15, jul-dez, 2018. p. 138.

⁸⁵ BARRETO, Patrícia Regina Correia. Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, *Op. Cit.* p. 53.

⁸⁶ Foi jornalista e político conhecido no século XIX. Atuou pela independência na imprensa e dentro da maçonaria e era declaradamente opositor de José Bonifácio de Andrada e Silva.

defenderam a causa da independência do Brasil entre setembro de 1821 e outubro de 1822, interrompendo as publicações logo depois que a separação se consumou. O periódico é apontado por Nelson Werneck Sodr e como o maior arauto da independência na imprensa nacional, mas não o da liberdade – o que indica críticas possíveis ao trabalho do religioso no AIN.⁸⁷

No periódico da Auxiliadora, Cunha Barbosa tinha atividade considerável, escrevendo e traduzindo (do francês e do inglês) grande parte dos textos até o ano de sua morte, em 1846, causando a primeira interrupção nas publicações, que durou quatro meses. Fora da redação da revista, o padre, nascido no Rio de Janeiro, havia sido nomeado, ainda por D. João VI, orador Sacro e Cônego da Capela Real em 1808 e, apesar de apoiar a separação política do Brasil, manteve-se fiel ao regime monárquico e   centralização do poder em sua cidade natal, assumindo uma trajetória bem descrita por Emília Viotti da Costa em relação aos intelectuais da independência, que, aos poucos, transitaram do liberalismo das décadas de 1810 e 1820 para o conservadorismo do regresso nos anos 1830, fato que o diferenciava do seu antigo parceiro de publicações, Gonçalves Ledo, que assumiu uma postura mais próxima do republicanismo.⁸⁸

Esse espírito monarquista do Cônego acabou aparecendo nas páginas do *Auxiliador*, apesar do aparente silêncio que a Sociedade preferia fazer diante de temas pol micos ligados à administração regencial. Por isso, os temas centrais de cada texto eram sempre apoiados no desenvolvimento material, no incentivo às ciências naturais e na civilização europeia, considerada morigerada e modernizada. Ainda na primeira edição, no entanto, podemos ler um discurso proferido pelo então presidente da instituição, Francisco Cordeiro da Silva Torres, de 2 de julho de 1832, no qual demonstra a preocupação em relação à falta de costume em se criar associações no Brasil:

[...] Quão diferente, porém é este mesmo homem associado com outros! Põe em movimento, e dirige uma máquina de cem canhões atroando os quatro pontos cardeais do Universo; resolve dif c licos problemas, que patenteiam verdades de summa utilidade prática e unido a cem mil dos seus semelhantes, parece que se lhe humilham as montanhas, e o cortejam os vales! Onde não há associação, o Mundo é pobre, é pouco,   rude.⁸⁹

O texto defendia que o associativismo, ou quaisquer organizações coletivas, era um valor moderno e diretamente ligado ao progresso; além disso, a ausência deste costume era uma

⁸⁷ SODR E, Nelson W. *História da Imprensa no Brasil. Op. Cit.*, p. 60

⁸⁸ COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia   república*. 9  edição. São Paulo: UNESP, 2010, p. 12

⁸⁹ O AUXILIADOR DA INDÚSTRIA NACIONAL, edição n. 1, janeiro de 1833, p. 12.

das causas do atraso material, da baixa produtividade, da pobreza e outras mazelas. Na primeira década dos anos 1830, de fato, o Brasil viveu um surto na formação de corporações, atrelado ao lançamento massivo de periódicos diversificados, marcados, evidentemente, pela heterogeneidade da amplitude de ideias e interesses defendidos; a maioria, entretanto, apoiava-se na busca pela civilização.⁹⁰

Retomando um pouco a conjuntura imperial da década de 1830, podemos lembrar que o AIN foi lançado durante as reverberações da abdicação de Pedro I, que escancarou a ampla gama de projetos dispersos pelas províncias no Brasil e acendeu, mais uma vez, um alerta em relação à possível fragmentação territorial do Império. A Sociedade Auxiliadora, com seu periódico, comportou-se no sentido de higienizar a agricultura e a monarquia dos problemas sociais políticos da ocasião, buscando unificar os produtores rurais e outros homens ligados ao mundo agrário, de grande ou pequeno porte, em torno de valores e costumes ditos civilizados.

É interessante notar, porém, que até 1846, ano da morte de Cunha Barbosa, poucas mudanças estruturais podem ser observadas, transformando a revista quase que em um empreendimento individual de seu primeiro – mas não único dentro do recorte –⁹¹ redator. O que não significa, entretanto, que esses editores desfrutavam da mesma autonomia que outros empreendimentos da SAIN, como o IHGB, que publicava um periódico próprio. As folhas tinham uma atenção especial da diretoria, já que expressavam, junto ao público, a opinião oficial da entidade. Depois de mais de um século do desmembramento da Sociedade, inegavelmente é este o vestígio mais organizado das ideias da instituição.

Contudo, existe um volume considerável de publicações paralelas ao periódico entre 1825 e 1904 também mobilizadas pela SAIN, como Manuais Agrícolas, lançados em formato de livro, discursos isolados em panfletos e até os seus estatutos, quando reformados, em formato de pequenos livretos. Todos, apesar de classificados em um conjunto separado, têm sua importância no esforço que busca entender as relações entre a instituição e a sociedade imperial, assim como em seu projeto de difundir conhecimentos, técnicas e máquinas mais modernas.

É evidente que o AIN contava com uma ação coletiva da diretora e até dos associados, de maneira geral, publicando, inclusive, as atas das reuniões e descrições das assembleias gerais e de exposições. Mesmo assim, fez-se importante considerar o editor-chefe, uma vez que, em

⁹⁰ BASILE, Marcello. O Laboratório da nação. *Op. cit.*, p. 66.

⁹¹ Entre 1837 e 1840, a revista esteve a cargo do Frei João Maria Barbosa (?-1848), que além de padre foi professor da Academia Militar. SILVA, Cesar; PENTEADO, David Francisco M. O perfil dos redatores do periódico O Auxiliador da Indústria Nacional. *Op. Cit.* p. 146.

mais de uma oportunidade, ao trocar o responsável pelo periódico, inaugurava-se uma “nova série”, até reiniciando a contagem dos números.

A relação completa de editores pode ser vista na tabela abaixo, adaptada do artigo de Cesar Silva e David Penteado:

Tabela II: Relação dos redatores do periódico O Auxiliador da Indústria Nacional

Período	Redator	Naturalidade	Ocupação/ Formação
1833-1837 e 1843-1846	Januário da Cunha Barbosa	Rio de Janeiro – Brasil	Deputado, professor (lente), cônego, jornalista e diretor da Biblioteca Nacional.
1837-1840	João Maria Barbosa	Portugal	Frei, padre e professor (lente).
1840-1842	Manoel Ferreira Lagos	Rio de Janeiro – Brasil	Diretor de seção do Museu Nacional, médico e pesquisador.
1843	Lino Antônio Rebello	Buenos Aires – Argentina	Professor, médico, doutor em Filosofia e funcionário da tesouraria de Minas Gerais.
1846-1849	Emílio Joaquim da Silva Maia (1808-1859)	Bahia – Brasil	Médico, professor (lente), diretor de seção do Museu Nacional e vereador.
1849-1850	Pedro de Alcântara Lisboa (1821-1885)	Rio de Janeiro, Brasil	Engenheiro químico e professor.
1850-1851	Miguel Joaquim Pereira de Sá	Maranhão - Brasil	Doutor em Matemática e funcionário do Tesouro Nacional.
1851-1854	Berthold Goldschmidt	Grão-Ducado de Posen, Prússia	Professor e médico homeopata.
1854-1856	Manoel de Oliveira Fausto	Desconhecido, possivelmente Brasil	Advogado e funcionário da Secretaria de Instrução Pública.
1856	José Bonifácio Nascente de Azambuja (1814-1877)		Presidente da província do Espírito Santo (1851 a 1852) e da Bahia (1867 a 1868)
1857-1866	Frederico Leopoldo César Burlamaque (1803-1866)	Portugal	Professor (lente), engenheiro, militar e diretor do Museu Nacional.
1866-1892	Nicolau Joaquim Moreira (1824-1894)	Rio de Janeiro – Brasil	Intendente, farmacêutico, diretor do Jardim Botânico e subdiretor do Museu Nacional.
1896	Domingos Sérgio de Carvalho	Brasil	Engenheiro agrônomo, professor do Museu Nacional e funcionário do MAIC

Fonte: autoria própria, adaptado de SILVA, Cesar Agenor Fernandes da; PENTEADO, David Francisco de Moura O perfil dos redatores do periódico O Auxiliador da Indústria Nacional (1833 - 1896). Revista Diálogos Mediterrânicos. Num. 12, p. 132-153, junho/2017, p. 144.

Chama a atenção uma variação essencialmente regular com a troca de editor a cada três anos, em média – com exceção de Frederico Leopoldo Burlamaque, que permaneceu à frente do AIN por nove anos consecutivos, e Nicolau Joaquim Moreira, que chegou a vinte e seis anos, publicando, inclusive, o último número do periódico antes da pausa mais longa da revista, na década de 1890, que praticamente encerrou as atividades. A edição de 1896 foi uma tentativa de reorganização, com uma única edição trimensal. Implica que a dupla derradeira de redatores era de formação científica e chefiaram a fase do AIN na qual esse modelo de pensamento foi mais valorizado.

A lista completa reforça, ainda, a preocupação e os objetivos da publicação, que eram, de fato, essencialmente científicos, dadas as profissões e a formação de cada um desses editores. Mais uma vez, porém, fica evidente que a Sociedade, no todo, tinha uma clara preferência político-ideológica, que estava umbilicalmente ligada à monarquia e ao governo. Sua atuação era, assim, aparentemente fragmentada em diversos campos e mecanismos, mas com o objetivo central de defender a manutenção do sistema político vigente e o projeto de país que se centralizava na figura do Imperador Pedro II. Cabia ao AIN, neste plano, a função de promover o conhecimento técnico, difundir pautas civilizatórias e incentivar o avanço tecnológico, aparelhando com novos métodos, produtos e equipamentos a produção rural.

1.3 O moderno e o arcaico nas páginas do *Auxiliador*

É interessante e cativante desenvolver essa pesquisa sobre a Sociedade Auxiliadora, porque é possível relacionar sua trajetória com a formação gradual da sociedade civil no Brasil. Considerando que o século XIX nos trópicos se insere nos processos da era das revoluções, bem descrita e trabalhada por Eric Hobsbawm,⁹² é importante refletir sobre as transformações que vinham ocorrendo no Império e as pressões internas ou externas pela radicalização ou desaceleração desse processo. A própria independência política em relação à metrópole lusitana faz parte deste debate, assim como a elevação da colônia à condição de Reino Unido, anos antes, a abolição da escravatura, décadas depois, a escrita da constituição, a fundação da República e tantos outros eventos e processos que ocorreram em território brasileiro e se conectam com acontecimentos marcantes no mundo todo, como a Revolução Francesa, a

⁹² HOBBSAWM. *A era das revoluções. Op. Cit.*

emancipação dos Estados Unidos, a Revolução Liberal do Porto, a Primavera dos Povos e muitos outros.

O resultado final desta reação em cadeia foi a formação de um novo mundo, pautado, dessa vez, por valores, costumes e interesses burgueses, expressos na sociedade civil, na política constitucional – e, às vezes, republicanas –, na valorização das liberdades individuais e na cultura que estimularia cada vez mais o enriquecimento e o consumo. Mas é evidente e sabido que esta mudança não foi abrupta, e a transição gradual permitiu a existência mútua de elementos característicos do momento anterior e daquele que se constituía. Neste item, o objetivo é entender justamente como o *Auxiliador* assimilou e externou as opiniões da SAIN nesta tensão contínua entre o passado e os possíveis futuros.

Em 1825, ano da fundação da Sociedade Auxiliadora, o mundo entrava no auge dessas convulsões revolucionárias, as quais possuíam feições particulares em cada país ou região em que surgisse, o que não significa que tais movimentos estivessem isolados. Beneficiando-se do momento mais globalizado que se tinha conhecimento até então, cada contestação na ordem que emergisse podia influenciar e ser influenciada por suas semelhantes através de exemplos, lições, parâmetros etc.⁹³

Reforçamos, nesse aspecto, que a SAIN se interessava profundamente por esse processo e estava repleta de figuras que contribuía ativamente para a continuidade dele, apesar de sempre marcar distância de transformações muito bruscas ou profundas nas estruturas político-sociais. A instituição sempre contou com os chamados “sócios correspondentes” que viviam em países como França, Suíça, Inglaterra, Estados Unidos, México, Argentina, entre muitos outros, e, literalmente, tinham a função de escrever e enviar relatórios sobre inovações de qualquer natureza, com atenção especial para o setor rural.

O quadro de associados, especialmente o da diretoria, era, assim, composto por um grupo de homens curiosos e crentes no progresso, entendido como um movimento positivo que entregaria, no futuro próximo, um Brasil mais moderno, economicamente estável e pacificado. O grupo, em outras palavras, buscava, na concepção própria, a superação do período colonial por meio da importação de fora de um conjunto de conhecimentos e materiais que promoveriam as transformações necessárias nas áreas que eles mesmos julgavam mais críticas.

Como mencionado anteriormente, a política não era um dos principais elementos nesse radar da instituição; outras contradições ou discordâncias podem ser mencionadas e aprofundadas. Considerando que a Europa representava o modelo civilizatório e tecnológico,

⁹³ PIMENTA, J. *Independência do Brasil. Op. Cit.*, p. 31.

convém refletir brevemente sobre as características do continente na ocasião. Apesar dos intensos avanços industriais e da urbanização, a maior parte da população ainda morava no campo. A Inglaterra, primeiro país a inverter esse quadro, só o assistiu em 1851. No restante da Europa e nos Estados Unidos, nada de significativo pode ser observado antes da década de 1870. Em outras palavras, “de longe, a maior parte da humanidade e os destinos da vida ainda dependiam do que acontece na e com a terra”.⁹⁴

A terra, na ocasião, precisou ser transformada em mercadoria, junto com a mão de obra. Fatores, esses, que comprometeram a relação secular de camponeses com a produção agrícola, que foi subjugada aos interesses dos mercados internacionais. A produção, assim, necessariamente, deveria ser realizada em larga escala, tanto para fornecer matérias primas, como para alimentos. Ou seja, a industrialização atingiu também o campo, transformando profundamente o modo de vida de pessoas rurais e causando, posteriormente, seu empobrecimento e migração em massa para as cidades.

Como em tantos outros, é evidente que esses processos econômicos se deram de formas distintas e não podem ser entendidos descolados da política, cultura ou sociedade de cada país. Mesmo assim, pode-se considerar dois resultados em comum: a destruição do sistema feudal e, conseqüentemente, a extinção do campesinato, que passou a acumular-se nas cidades e buscar formas variadas de sobrevivência. A Inglaterra apareceu novamente como pioneira, transformando terra em mercadoria após a revolução de 1640.⁹⁵

Ainda sobre a península britânica, é interessante notar como os grandes proprietários se beneficiaram da medida, já que tinham condições financeiras de acumular cada vez mais terras sob suas posses, assistindo a um êxodo generalizado de camponeses, uma vez que vida rural ficou tão intolerável que enormes contingentes de trabalhadores passaram a aceitar qualquer tipo de trabalho nas cidades, deixando, por conseguinte, mais propriedades disponíveis para os latifundiários.⁹⁶

O problema se estendeu para várias outras nações europeias, como a Dinamarca, a Noruega e a Suécia, onde ocorreu o processo de abolição dos campos abertos, fazendo com que proprietários consolidassem suas posses e conseguissem ampliar suas produções. Esse saldo, porém, não comportou o aumento populacional, fazendo com que moradores rurais tivessem cada vez mais dificuldade de encontrar empregos, o que ocasionou na miséria. Na Irlanda,

⁹⁴ HOBBSAWM, Eric J. *A Era do Capital* (1848 – 1875). 22ª Edição. Paz e Terra. Rio de Janeiro. 2014. p. 266.

⁹⁵ HILL, Christopher. *A Revolução Inglesa de 1640*. Tradução Wanda Ramos. Presença. Lisboa. 1983.

⁹⁶ HOBBSAWM, Eric J. *A era das revoluções*. Op. Cit, p. 242.

trabalhadores do campo puderam ampliar posses até suas fronteiras em 1820; depois disso, também se observa um problema de escassez de alimentos, que estava associado a mais fatores e, igualmente, causou a fome e o êxodo rural.⁹⁷

Não é interesse deste trabalho aprofundar as relações entre a fome e a propriedade de terra no ambiente europeu, mas convém observar esses dados porque os integrantes da SAIN estavam bem informados sobre as transformações políticas, econômicas e jurídicas europeias, assim como os problemas sociais do continente. Seria injusto, certamente, cobrar uma análise historiográfica desses escritores, mas aquilo que foi assimilado e publicado na revista tinha relação com o projeto de país que a associação havia desenhado. Para os mesmos, essas transformações na forma de adquirir propriedades era positiva.

Apesar do aumento da pobreza no campo e do desenraizamento das comunidades rurais na Europa, o que levou as pessoas a se deslocarem em busca de melhores condições de vida nas cidades ou em outras partes do mundo, o AIN sempre destacou a importância da agricultura e da modernização na Europa. A primeira, como o elemento de desenvolvimento econômico mais seguro e barato disponível, e o segundo como exemplo de civilidade, progresso e morigeração. A miséria, quando publicada, era oriunda de periódicos estrangeiros e aprofundada como um problema contemporâneo, como no seguinte trecho retirado da edição de setembro de 1840:

Pauperismo

Segundo vários dados estatísticos que se há pouco publicaram nos diversos Estados da Europa, cuja população total é de 230 milhões de habitantes, o número de mendigos, que vivem à custa da caridade pública, sobe a 14 milhões, sendo a Inglaterra a que tem, proporcionalmente, maior número deles, pois os socorros que ali se distribuem por cada paróquia aos do distrito não fazem mais do que contribuir para o aumento da ociosidade e da pobreza. Apresentamos aqui o número de pobres que há em relação aos habitantes de diversos países da Europa

- Na Inglaterra há 1 pobre em cada 6 habitantes.
- Na França há 1 pobre em cada 18 habitantes.
- Na Alemanha há 1 pobre em cada 20 habitantes.
- Na Itália há 1 pobre em cada 20 habitantes.
- Na Espanha há 1 pobre em cada 25 habitantes.
- Em Portugal há 1 pobre em cada 25 habitantes.

Não alcançamos a exatidão desta última verba, a qual entendemos que em realidade deverá ser um pouco mais subida, e desgraçadamente, por efeito de mil causas bem notórias e bem incontestáveis, tornar-se-á muito maior de ano para ano, e ainda de mês para mês! É este, sem contradição, um dos assumptos sociais de maior monta. O pauperismo parece uma moléstia essencial dos povos civilizados. Muitos filósofos modernos o têm estudado, e estudam, escalando as suas causas, a sua índole, todas as suas verdades, e diligenciando atinar com os remédios para a sua cura; é a pedra Filosofal do nosso tempo.⁹⁸

⁹⁷ HOBBSAWM, Eric J. *A era das revoluções. Op. Cit.*, p. 261.

⁹⁸ O AUXILIADOR DA INDÚSTRIA NACIONAL, volume 9, edição n. 9, setembro de 1840, p. 281-282.

O texto continuava refletindo sobre os problemas da pobreza e da prostituição, especialmente na Inglaterra e suas “maravilhas materiais”. Chega a cobrar dos governos ações para “abolir os mendigos” por meio de políticas que combatessem essas condições e até criticando a forma como a polícia de Londres escondia tal realidade de possíveis visitantes estrangeiros.

Fato é que a SAIN não responsabilizava a expulsão dos camponeses de seu ambiente originário como um fator do empobrecimento. Mais ainda: encarava esta transformação na questão da terra como uma possibilidade de organização racional das propriedades no Brasil. Bem antes da Lei de Terras, ainda na década de 1840, a instituição chegou a sugerir a adoção de uma legislação agrícola específica que teria como modelo o “Código Rural do Haiti” na ocasião. Buscando favorecer os produtores do campo, entre outras medidas, como obras de infraestrutura e estabelecimento de regras para a aquisição das propriedades. Posteriormente, chegaram a publicar, também, alguns textos em defesa de uma política de distribuição de pequenas propriedades para imigrantes europeus, atrelada, obviamente, a um estímulo na produção mecanizada.

Refletiremos com mais calma sobre estes dois pontos no capítulo seguinte, que versa sobre as influências liberais do Auxiliador, mas é interessante pontuar que, mesmo com os efeitos colaterais e a pobreza crescente que a SAIN observava na Europa, a transformação da terra em mercadoria era considerada um avanço na questão civilizatória. A norma que realizou esta mudança só foi assinada em 1850, após um longo período de debates parlamentares. A Sociedade Auxiliadora tinha acertado na sua previsão, incluindo a propriedade privada como elemento da modernidade.

Como outra consequência do empobrecimento de camponeses e do êxodo rural europeu, pode-se lembrar que, no início do oitocentos, existia um movimento emigratório significativo na direção da América do Norte, protagonizado por pessoas que buscavam a possibilidade de continuar trabalhando no campo e de adquirir um pequeno pedaço de terra como propriedade. Tais deslocamentos foram nomeados por John Gould de “*old emmigration*”, que tinha como característica adicional os países de origem, localizados na parte setentrional e no oeste continental. O Brasil ainda não figurava entre os principais destinos desses deslocamentos, mas passou a integrar a lista a partir de 1880, durante a “*new emmigration*”, que também incluiu

países austrais e do leste do velho mundo entre os dispersores e o restante da América do Sul e da Austrália entre os destinos.⁹⁹

A chegada ao Brasil, para o AIN, de europeus que conheciam o trabalho no campo sempre foi vista com bons olhos, mesmo que a escravidão não fosse um assunto superado nos primeiros anos. Os fatores de expulsão do lado oposto, no entanto, não eram motivos de reflexão, mesmo quando textos sobre o pauperismo eram publicados, como citado acima. A colonização por meio de imigrantes era vista como um componente do processo de modernização. Isso era ainda mais evidente nas colônias alemãs do Sul do Brasil, onde o trabalho de homens livres já era amplamente empregado.

Nesse sentido, a mão de obra figura como um fator claro de modernização para a Sociedade Auxiliadora, mas o debate na revista é bastante complexo e mereceu, nas próximas páginas, um item exclusivo. O que cabe ressaltar antes, no entanto, é que os europeus livres eram vistos como agentes do progresso, especialmente no campo, uma vez que promoveriam um processo de produção utilizando técnicas mais modernas e poderiam retirar dos ofícios manuais, como carpinteiro, pedreiro e alfaiate, a carga de preconceito que os tornavam desprezíveis perante o imaginário da opinião pública.

Na mesma esteira estava a importação de máquinas, vistas como uma forma de reduzir o esforço desnecessário, aumentar a produção e facilitar a vida nos ambientes profissionais e doméstico. Qualquer equipamento ou ferramenta disponibilizado nos mercados europeus tinha atenção da Sociedade e, se efetivamente útil no julgamento da instituição, ganhava uma descrição detalhada no periódico, muitas vezes acompanhada de uma ilustração, como mostra a matéria abaixo:

DESCRIÇÃO DA PRENSA HIDRÁULICA DE BRAMAH, APLICADA A PRESSÃO DA CANA DE AÇÚCAR

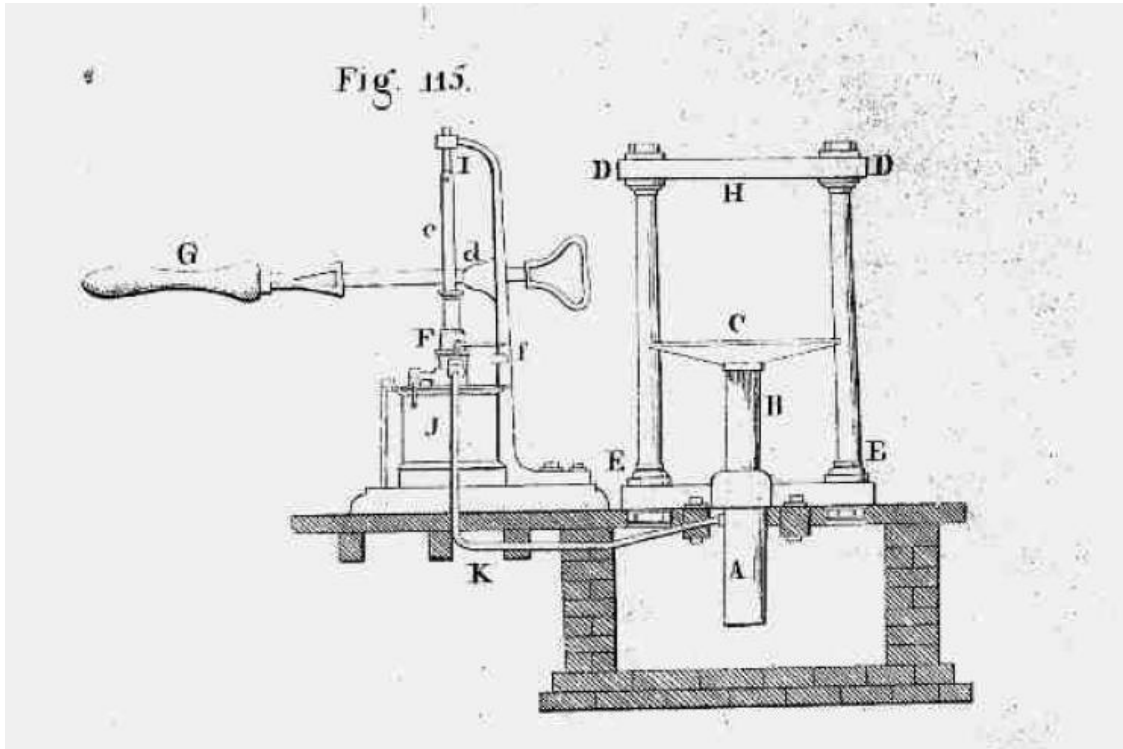
Aqui apresentamos a descrição desta máquina aplicada a pressão da cana de açúcar com muitas mais vantagens que os cilindros ordinários usados pelos nossos fazendeiros; mas como disse a comissão especial nomeada pela Sociedade Auxiliadora para emitir seu juízo sobre ela, é conveniente para que bem funcione que seja tratada por mãos inteligentes, e que só assim, pode convir as grandes manufaturas do açúcar (Veja-se a estampa).¹⁰⁰

⁹⁹ GOULD, John D. European inter-continental emigration 1815 – 1914: patterns and causes. *The Journal of Economic History*, v. 8, n. 3, Roma, 1979, pp. 593 – 679, p. 628.

¹⁰⁰ O AUXILIADOR DA INDÚSTRIA NACIONAL, volume II (nova série), edição n. 9, fevereiro de 1848, p. 347.

A introdução era seguida por uma descrição de cada elemento da ferramenta e suas funções; abaixo, havia a seguinte ilustração:

Figura 16: Prensa Hidráulica de Bramah publicada no Auxiliador da Indústria Nacional



Fonte: O AUXILIADOR DA INDÚSTRIA NACIONAL, volume II (nova série), edição n. 9, fevereiro de 1848, p. 348.

A própria imagem levanta um questionamento sobre os avanços técnicos de impressão dentro da revista, reforçando que este também era considerado um elemento da modernidade. O avanço do século, evidentemente, promoveu o aumento da complexidade dessas invenções, que também ganharam atenção do periódico e até mais, pois a Sociedade Auxiliadora cresceu em número de sócios, que ajudaram a ampliar os diálogos com o mundo europeu e a avolumar seu saber científico. Chegaram a criar um prêmio para inventores brasileiros, que se inscreveriam esporadicamente e apresentariam suas ideias inovadoras para uma comissão, a qual, por sua vez, teceria um parecer favorável ou contrário.

No espelho desses elementos modernizadores está o conjunto de fatores denunciados pela instituição como arcaicos ou até culpados pelo atraso brasileiro. Existia, desde os primeiros anos, uma forte preocupação com a concorrência que os produtos brasileiros teriam com outras nações de vocação agrícola, especialmente a cana de açúcar, que estava perdendo mercados para países da América Central. Esses, por outro lado, teriam passado pela industrialização e

aprimorado tanto a quantidade quanto a qualidade deste artigo, tornando-o melhor e mais barato. Além disso, existia, em países dentro da Europa, uma fabricação significativa de açúcar de beterraba, também modernizada nesses parâmetros. Em 1839, uma correspondência expressava esse sentimento:

O receio que causou aos nossos lavradores, que fabricam o açúcar, a notícia de que os ingleses pretendem estabelecer na Índia a cultura da *Cannamelle officiale*, *Saccharum officiale de Linn*, e fazerem açúcar, assim como os portugueses nas suas possessões da África, de onde se transportavam para o Brasil as primeiras canas; bem como o produto já assaz considerável do que se está na Europa extraído da beterraba: esse receio, dizemos, lhe trouxe o justo temor de que o açúcar fabricado no Brasil grandemente caísse nos mercados, sendo todavia as suas fábricas aqui muito dispendiosas e contendo empregados grandes valores.¹⁰¹

A preocupação implícita era com todo aparato tecnológico, que poderia contribuir com a modernização da produção, mas estava indisponível no Brasil. A SAIN ampliava suas críticas, apontando a comunicação deficiente entre as províncias e os portos de exportação. Seja por meio dos canais de navegação ou pelo investimento em vias férreas, conforme essas ganharam mais destaque, o assunto sempre apareceu na revista como prioridade. Em 1834, no segundo ano de atividade, a proposta já estava clara:

São muito notórias as vantagens que os canais de navegação produzem à Agricultura, ao Comércio, e às artes, facilitando os consumos, diminuindo as despesas de condução, e destruindo o espírito de monopólio e hoje já são tão geralmente conhecidas que seria uma néscia pedanteria se nos demorássemos em inculca-las.¹⁰²

Muitos anos depois, em 1881, discutindo problemas da província de Minas Gerais, a revista expõe uma questão semelhante, atrelando a melhora na comunicação a outros processos modernizadores:

Na parte da província que começa a ser beneficiada pelas estradas do ferro vão sendo introduzidas as máquinas agrícolas. Este exemplo e a adoção urgente do ensino profissional, generalizando os processos aperfeiçoados da lavoura, como arte e como ciência, o desenvolvimento da viação férrea e fluvial e a imigração, darão sem dúvida grande impulso e prosperidade mineira, preparando ao mesmo tempo a província para a transição do trabalho servil para o livro, problema que se nos afigura a mais grave e importante questão da atualidade.¹⁰³

¹⁰¹ O AUXILIADOR DA INDÚSTRIA NACIONAL, volume 7, edição n. 8, agosto de 1839, p. 303.

¹⁰² O AUXILIADOR DA INDÚSTRIA NACIONAL, volume 2, edição n. 4, abril de 1834, p. 127.

¹⁰³ O AUXILIADOR DA INDÚSTRIA NACIONAL, volume XLIX, edição n. 10, outubro de 1881, p. 229.

O texto tirava dados do relatório oficial do presidente da província na ocasião, João Florentino Meira de Vasconcellos (1815-1882),¹⁰⁴ e defendia que as linhas férreas trariam a imigração europeia, o trabalho livre, o maquinário e outros, considerados aperfeiçoamentos para a lavoura. No mesmo trecho, lê-se também o enaltecimento do ensino profissional, que estava invariavelmente conectado a outra inquietação dos primeiros anos de atuação da SAIN e da revista, pois era a melhor forma, segundo os mesmos, de ensinar as técnicas modernas de produção baseadas em saberes científicos.

Relacionado ao mesmo tema estava o empreendimento do telégrafo elétrico, que geralmente se relacionava a reflexões sobre maquinário e uso do metal. Em 1863, o equipamento continuava na pauta, apontado como elemento modernizador:

PROJETO DE UMA REDE TELEGRAPHICA EM TORNO DO MUNDO (1)

Suprimir as distâncias, aproximar os povos e fusionar os interesses, tal é a obra que deve completar o século décimo-nono. Grande obra, obra magnífica, gloriosa, porque só ela é que poderá fazer compreender que o homem sendo o produtor e o consumidor por excelência; lesar a um, é ocasionar um desperdício de força, e, por consequência, lesará todos os outros homens; ela só pode provar que não existe antagonismo real entre os interesses, porém sim uma concorrência que não exclui a solidariedade; finalmente que a guerra deve desaparecer, não por considerações de humanidade - o ser coletivo não tem entranhas - mas porque ela é um enorme absurdo: - não se deve fazer a guerra a seus interesses. Ela só, em uma palavra, converterá estes paradoxos em lugares comuns.

(1) Veja-se a Revista dos Dois Mundos, número do 1º de dezembro de 1862: A telegrafia oceânica, por Mr. H. Blerzy.¹⁰⁵

Tratava-se, de fato, de mais um texto retirado e traduzido de periódicos europeus, neste caso a conhecida *Revue des Deux Mondes*, da França. Contemplava, entretanto, o projeto da Sociedade Auxiliadora da mesma forma que vinha sendo exposto desde a década de 1830. No trecho em questão, a competição entre nações e produtores é vista como algo positivo. O autor, de forma otimista, acredita que a 'supressão das distâncias' por meio de um telégrafo mundial pode promover o progresso e a paz de maneira conjunta.

A lógica coletiva era também muito explorada nesse processo modernizador da revista, exposta logo na primeira edição, que enaltecia a formação de associações compostas por pessoas industriosas e defensoras do progresso tecnológico, ordeiro e civilizatório. Ideia que não impedia a valorização do mérito individual e, mais ainda, seria um dos fatores que a

¹⁰⁴ Nomeado presidente de província por carta imperial em 1881. Ocupou o cargo entre maio e dezembro do mesmo ano.

¹⁰⁵ O AUXILIADOR DA INDÚSTRIA NACIONAL, volume XI, edição n. 8, agosto de 1863, p. 288-289.

favoreceria, uma vez que cada mente inventora estaria em diálogo regular com outras e com problemas enfrentados em locais dessemelhantes dos seus.

Por último, mas também importante: nesse esforço pela difusão de novidades modernas, a Sociedade Auxiliadora valorizou, participou e organizou uma série de exposições públicas, nacionais e internacionais. Elemento, que discutiremos no último capítulo, amplamente valorizado no *Auxiliador*, que fazia descrições muitas vezes detalhadas sobre esses eventos, sempre de maneira elogiosa e enaltecendo os inventores e as invenções expostas, os discursos proferidos, a organização e a adesão do público.

Abaixo, a transcrição de uma reflexão sobre a Exposição Nacional de 1866 organizado pelo governo:

EXPOSIÇÃO NACIONAL
DE
1866
I.

Convidada pela ilustrada comissão diretora da exposição, a fim de concorrer com o seu contingente para abrilhantar a solene festividade, que se tem de realizar em Outubro do corrente ano, a Sociedade Auxiliadora, empregando todos os meios para corresponder a tão delicado convite, julga dever começar por dirigir-se, por meio da redacção de seu jornal, a todos os seus associados quer agricultores, quer industriais, animando-os a tornarem-se convivas desse grande banquete nacional, e onde já em 1861 a agricultura e a indústria pátria conquistaram a sua primeira e gloriosa coroa. dando lugar, pela maneira porque se fizeram conhecidas no antigo mundo, a que o Brasil jovem nação americana se ostentasse brioso entre os povos europeus incrustados pelo pó dos séculos; e se nesse primeiro ensaio foram consignados os mais belos resultados, e se destes nasceram as mais lisonjeiras esperanças, não é possível que percamos na actualidade uma feliz ocasião de darmos, ainda uma vez, a mais ampla ideia de nossa actividade e civilização, e contribuindo para o triunfo e brilhantismo da exposição nacional possamos tomar parte no concurso universal, que em breve se tem de abrir nessa Athenas dos povos modernos, fazendo conhecer e apreciar a grandeza e fertilidade de nosso solo, o desdobramento de nossa agricultura e o desenvolvimento dos diversos ramos industriais.

Se, pois, a primeira exhibição de nossos productos deixaram gratas e suaves reminiscências dentro e fora do país, tornemo-las imorredouras sustentando a posição foi conquistamos, e preferem avançar na carreira do progresso, acompanhando essas nações que sustentam na actualidade o lábaro da verdadeira civilização.

Para a consecução desta nobre aspiração, o governo imperial desprende o brado de alerta, e o estandarte industrial flutua arvorado no centro de uma comissão composta de homens ilustrados, e que fazendo abnegação de seus cômodos, envidam todos os esforços e removem todas as dificuldades a fim de que o Brasil se ostente em todas as galas de sua pureza nesse banquete fraternal da arte e da intelligência.¹⁰⁶

Na sequência do texto existia uma referência à guerra do Paraguai, indicando que aquele poderia ser considerado um momento inoportuno para organização de um evento deste tipo, já

¹⁰⁶ O *AUXILIADOR DA INDÚSTRIA NACIONAL*, edição n. 5, maio de 1866, p. 201-202.

que conflitos armados e a violência estariam no polo oposto da ordem civilizada almejada pela instituição e pela exposição. A própria SAIN, entretanto, argumentava, mais uma vez, defendendo a escolha de Pedro II, afirmando que “o brilho das armas não ofusca o esplendor das letras, das ciências e da indústria”, e, mais ainda: tenta justificar a ação militar chamando o país vizinho de “bárbaro”.

O que convém absorver de todos esses elementos é que o filtro utilizado pela SAIN para a escolha do que é ou não moderno não está na ideologia. Implica afirmar que, ao contrário do liberalismo europeu que nasceu no seio de um movimento revolucionário, como uma expressão da burguesia insurgente, a Auxiliadora formulou sua versão da doutrina de dentro da burocracia e dos interesses do Estado. É possível, assim, perceber um projeto com uma postura de continuidade, que utilizava o termo não como um horizonte coletivo, mas como um adorno para discursos que serviam como uma reação à radicalização do avanço nas liberdades individuais.

Tal ideia não implica defender que a SAIN não acreditava no liberalismo da forma como a mesma constituiu, mas pode-se entender que, tal como a burguesia, a ciência, a economia moderna, as técnicas de medição e produção brasileiras, a ideologia em questão precisava ser formada e lapidada. Tanto no conjunto geral de características do recém-independente Império do Brasil, quanto nos grupos intelectuais e periódicos que tentavam desenhá-lo e interpretá-lo, elementos do período colonial e das décadas posteriores podem ser percebidos.

Em busca de inovação, a Sociedade Auxiliadora defendeu uma produção mecanizada e científica, dentro, porém, de limites que respeitavam a monarquia católica e o protagonismo de uma sociedade patriarcal, branca, cristã e hierarquizada. Nesta lógica, coube a instituição refletir, aprimorar e debater em defesa do governo monárquico e ao Auxiliador da Indústria Nacional, dentro de suas ações, coube a função de divulgar e dialogar com a opinião pública, além de assimilar a repercussão que ela estava externando.

No capítulo subsequente pretendemos aprofundar melhor a forma como o liberalismo clássico serviu de inspiração para as ideias da Sociedade Auxiliadora, e mais ainda. Como e por que a filosofia importada da Europa foi modificada, não apenas pela SAIN, mas também por outros cientistas, grupos de intelectuais ou periódicos que buscaram promover ou desenvolver o sentimento de liberdade na esfera pública do Brasil no século XIX, particularmente durante o Segundo Reinado.

1.4 Os Espaços Públicos no Rio de Janeiro do século XIX

A noção de “esfera pública” trabalhada nesta pesquisa tem como base as reflexões de Jurgen Habermas, que merecem, entretanto, ser aprofundadas do ponto de vista teórico para a adaptação e aplicação no caso brasileiro. O uso da expressão, para a conjuntura ibero-americana é bastante contestada pela historiografia, com destaque para Marco Morel¹⁰⁷, que prefere utilizar “espaços públicos”, enfatizando a experiência política híbrida dos trópicos, caracterizada pela presença concomitante de elementos da modernidade e do Antigo Regime.

Habermas definiu “esfera pública”, no contexto europeu da passagem do século XVIII para o XIX, como espaços físicos, distantes da atuação do Estado, nos quais atuaram e interagiram diferentes atores de vários segmentos. Tratavam-se de cafés, clubes, praças, largos, associações, ruas e outros locais de interação coletiva, anteriores às sociedades de massa características do século XX, que permitiram a identificação de grupos específicos. Destaca-se entre os mesmos a imprensa, que reuniu e compartilhou experiências e opiniões marcantes da vida moderna.

Para o sociólogo alemão, a importância desses espaços se dá porque neles se constituíam mecanismos de pressão de pessoas e grupos desprovidos de direitos políticos até então, obrigando o desenvolvimento gradual da relação entre homens livres e o Estado, que passou a se transformar e atender os desejos deste mesmo conjunto. A esfera pública, assim, se estabeleceu no campo político-social e histórico da relação entre a sociedade civil e o Estado moderno e forçou a (re)consideração e a (re)definição das fronteiras para o público e o privado em assuntos relativos à administração do dinheiro arrecadado por meio de impostos, fazendo com que limites para gastos da família real e do exército, por exemplo, ficassem mais evidentes e definidos. Em outras palavras a atribuição do que é “público” transitou gradualmente de uma pessoa investida de autoridade para se tornar sinônimo de “estatal”.¹⁰⁸

A imprensa, outrora usada como ferramenta utilizada pela realeza e a nobreza demonstrarem poder, passou a ser uma arma civil utilizada por parte do “terceiro estado” para desmontar mitos do Antigo Regime e da monarquia, denunciar a tirania, pressionar o governo com base em interesses próprios e efetivamente publicar documentos, decretos, portarias, legislações ou textos considerados de interesse popular. As folhas enalteciam assim, um novo

¹⁰⁷ MOREL, Marco. As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na Cidade Imperial, 1820-1840. São Paulo. Hucitec. 2005.

¹⁰⁸ HABERMAS, Jürgen. Mudança estrutural na esfera pública. *Op. Cit.*, p. 27

modelo de sociedade, que guardava objetivos materiais de uma classe em formação e ascensão. Na ocasião, vale considerar os escritos acabaram restritos a um grupo letrado, que também tinha ressalvas quanto a pautar a radicalização da democracia ou outras questões que expandiam direitos das camadas subalternas.¹⁰⁹

Podemos assimilar das ideias de Habermas é que a imprensa foi, ao mesmo tempo, produtor e produto da burguesia europeia, que se apropriou de espaços criados pela monarquia e pela nobreza para difundir, através deles, seus valores e costumes, que muitas vezes confrontavam os então vigentes. Ao utilizar a este mecanismo, essa classe em formação, popularizou inicialmente o romance, como gênero literário que incluiu a família, a vida privada, o amor e a intimidade desses sujeitos entre os principais temas, mudando a relação entre quem escrevia e quem lia e os deixando mais próximos.¹¹⁰

O público leitor passou a se identificar nessas folhas e entre si, assim como em encontros em clubes, cafés e outros estabelecimentos que iam se formando nas cidades do período. Uma vez aglomerados, os assuntos se desdobraram em posições políticas, que buscavam valorizar a racionalidade e regulamentar a sociedade civil. Vale notar que, para Habermas, as ideias institucionais da burguesia partem de uma consciência fundamentada na concepção de identidade abstrata, estabelecida, por sua vez, no ambiente privado, familiar e que tais fatores se pretendem ser exportados para as esferas coletivas.¹¹¹

James Thompson deu um passo além neste debate e pensou sobre a “opinião pública”, pesquisando grupos que mesmo após as transformações investigadas por Habermas, continuavam alienados dos debates e das decisões políticas estabelecidas. O historiador britânico defendeu que mulheres e operários por exemplo, já organizados e com pautas definidas, utilizaram formas distintas para mostrar posicionamentos, denunciar as contradições do sistema que pretendia liberal e pressionar autoridades. Entre esses mecanismos destacamos, evidentemente, a imprensa, mas é importante lembrar que autor trabalha também a “plataforma” e as “petições”¹¹². Os jornais, revistas e outros periódicos, para ele carregavam a expressão do público, formada em esferas coletivas com suas próprias formas de entender as transformações da modernidade.¹¹³

¹⁰⁹ HABERMAS, Jürgen. Mudança estrutural na esfera pública. *Op. Cit.*, p. 37

¹¹⁰ HABERMAS, Jürgen. Mudança estrutural na esfera pública. *Op. Cit.*, p. 173-174

¹¹¹ HABERMAS, Jürgen. Mudança estrutural na esfera pública. *Op. Cit.*, p. 181-182

¹¹² As outras formas analisadas por Thompson são a petição e a plataforma, formando o que chamou de “three p’s (press, platform and petition)”.

¹¹³ THOMPSON, James. British Political Culture and the Idea of "Public opinion". *Op. cit.*, p. 3.

Thompson desdobrou, nesse sentido, as reflexões de Habermas, expandindo-as para a classe que se tornaria a antítese da burguesia, mas que usou os mesmos mecanismos de luta em tempos menos distantes. Ou seja, a imprensa estava sendo organizada e utilizada novamente por conjuntos excluídos das decisões políticas, os quais, por sua vez, reagiam às imposições legislativas e administrativas dessa vez, em um contexto constitucional. Tratava-se de um novo processo dialético envolvendo novos agentes. O autor aponta, também, que cada vez mais, se viu uma tentativa de atrair leitores para essas folhas, variando os assuntos e até escanteando, aos poucos, temas com foco político.¹¹⁴

Pode-se perceber nesse aspecto que existia um apelo popular que procurou ampliar o acesso a bens materiais, mostrando que a relação da sociedade com o consumo pode ter estimulado os interesses políticos tanto do contexto analisado por Habermas quanto esse de James Thompson, criando atrativos dentro dessas “esferas públicas”, como experiências gastronômicas em bares, cafés e clubes e textos variados em folhas vendidas em ambientes urbanizados. Os dois casos criam um padrão de modernidade e status que grupos subalternos desejavam acessar.

Adaptar os dois autores ao cenário do Império brasileiro, como dito, é uma tarefa complexa e perigosa, mas podemos entender que grupos abastados das províncias, adequaram a imprensa régia, organizada na administração de D. João VI, aos seus interesses e vontades. Organizaram, junto com seus semelhantes uma série de jornais, revistas, folhas e afins que integraram a expressão das classes em formação. A Sociedade Auxiliadora não era composta por indivíduos excluídos da burocracia do Estado, como àqueles analisados por Thompson, mas sua postura, que apareceu no periódico, seguiu um padrão e serve como fonte para pensar o processo de formação do ideário daqueles que se consolidaram no poder anos mais tarde. Em outras palavras, a despeito de congregar em seu espaço membros oriundos da aristocracia e de estar diretamente ligada ao poder central, a instituição pode ser classificada dentro do conceito de “público” e, por conseguinte, carregava em suas páginas, ou pelo menos pretendia, algum interesse coletivo.

A SAIN, efetivamente atuou em espaços semelhantes à “esfera pública” do Rio de Janeiro, mas a expressão merece atenção especial nessa conjuntura. Habermas estudou as movimentações populares na Europa, especialmente Inglaterra e França, na passagem do século XVIII para o XIX e aprofundou que esses espaços ganharam um caráter burguês. A historiografia recente contesta a utilização do termo para o contexto ibero-americano porque

¹¹⁴ THOMPSON, James. British Political Culture and the Idea of "Public opinion". *Op. cit.*, p.99-100.

nesses locais se desenvolveu uma vivência híbrida, sem a consolidação do capitalismo ou burguesia.

Marco Morel, adaptando a teoria e munido de um arcabouço teórico bem mais rico – que destaca François Xavier Guerra (orientador de seu trabalho e escritor de “Modernidad e Independencias”¹¹⁵) e inclui autores como Pierre Rosavalon, Reinhart Kosseleck, Roger Chartier, Daniel Roche, Pierre Bourdieu, Maurice Agulhon, Ariette Farge e evidentemente Habermas.¹¹⁶ Em sua investigação a expressão trata de locais físicos informais – que não se confundem com o Estado, mas que aglomeram agentes de diferentes trajetórias – a cena literária e cultural e lugares nos quais ambas e juntas configuram-se¹¹⁷.

Tanto Morel quanto Habermas, porém, consideram reformas administrativas e legislativas em suas pesquisas e as reações do público, cada vez mais diversificados no contexto. Grupos e indivíduos que atuam na cena política imperial, mostrando que a *práxis* não estava restrita à corte ou aos espaços oficiais do governo. Para o estudo dessa história, importa considerar expressões literárias e culturais, discursos, eventos e outras formas de contatos e relações sociais que denunciam a diversidade de ideias nessa época de transformações e transições.

O debate teórico verticalizado por Morel, nesse sentido, evita o uso da expressão “esfera pública” para o caso brasileiro, mas o autor reconhece e procura aprofundar que os movimentos populares fora dos palácios, gabinetes e residências oficiais tiveram importância na definição dos rumos que o país tomaria a partir de decisões políticas. Para ao autor, existia no Rio de Janeiro uma intensificação nos mecanismos de ocupação de praças, paços, lagos, quarteirões específicos, boticas e outros, os quais se configuravam por dois ambientes distintos, mas não efetivamente separados, caracterizados por um lado pela presença direta do governo vigente, que organizava festas religiosas, celebrações dinásticas e outros eventos oficiais, atraindo uma parcela considerável da população. E de outro, e bem mais complexo para o trabalho historiográfico, existia um conjunto de “palavras isoladas, gritos, exclamações, vozes e gestos” oriundos de grupos mais diversificados e espontâneos, efetivamente incômodos para as mesmas

¹¹⁵ XAVIER-GUERRA, François. Modernidad e Independencias: Ensayos sobre las revoluciones hispánicas. Madrid. Editorial Mapfre. 1992.

¹¹⁶ MOREL, M. A política nas ruas: os espaços públicos na cidade imperial do Rio de Janeiro. Estudos Ibero-Americanos, 24(1), 1998.

¹¹⁷ MOREL, Marco. As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na Cidade Imperial, 1820-1840. São Paulo. Hucitec. 2005.

autoridades porque poderiam representar a resistência daqueles conhecidos como “plebe”, “populaça” ou “populacho”, que ocupavam marcavam e afetavam a vida na cidade¹¹⁸.

As duas formas de sociabilidade coexistiram na capital imperial durante todo o século XIX dando ao Rio de Janeiro uma característica híbrida que entrelaçava as trepidações e conflitos característicos da urbe com o topo da hierarquia do poder, distinguindo-se de Versailles, por exemplo, que organizara o governo em um local distante do centro urbano parisiense. Essa proximidade entre o que existia de mais nobre e o que existia de mais plebeu criou mecanismos peculiares de interações e rivalidades, os quais evidentemente não eliminavam as distâncias sociais entre os grupos, mas permitiam influências recíprocas em diferentes espetáculos da vida urbana.¹¹⁹

Morel enfatizou que os conflitos mais evidentes nas primeiras décadas do século estavam nos quarteirões utilizados para o comércio porque essa atividade continuou sob o monopólio português após a independência. Duelo notado em jornais do período, que publicaram por um lado, discursos de liberais exaltados criticando os portugueses e por outro, liberais moderados e monarquistas, condenando os grupos mais populares, e atitudes de “violência”, “anarquia” e “desordem”¹²⁰. A Sociedade Auxiliadora e especialmente seu periódico, devemos lembrar, estava muito mais atenta a inovações e transformações no ambiente rural, mas era composta também por habitantes da cidade do Rio de Janeiro e tinha sede em um prédio oficial do governo, muito mais próximo assim do segundo conjunto descrito pelo autor.

É interessante perceber também que a SAIN foi fundada em um período do Rio de Janeiro que Morel descreve como carente de uma política cultural atualizada que atendesse às demandas do país recém-independente, sem o controle da inquisição e um público leitor mais amplo e diversificado. Apesar de não estudar a instituição o autor traçou um panorama editorial do período a partir da atuação do renomado editor francês Pierre Plancher (1779-1844), que desembarcou na capital imperial na mesma década de 1820 com todo aparato material para fundar uma editora e abrir uma livraria¹²¹.

Plancher, junto com seu filho foram os primeiros a imprimir e distribuir a revista O Auxiliador através da Typografia Nacional, assunto que retomaremos adiante. Era monarquista

¹¹⁸ MOREL, M. A política nas ruas: os espaços públicos na cidade imperial do Rio de Janeiro. *Estudos Ibero-Americanos*, 24(1), 1998, p. 60-61.

¹¹⁹ MOREL, M. A política nas ruas. *Op. Cit.* p. 63.

¹²⁰ MOREL, M. A política nas ruas. *Op. Cit.* p. 63.

¹²¹ MOREL, M. As transformações dos espaços públicos. *Op. Cit.*, p. 29.

constitucional, defensor do liberalismo na mesma vertente, enaltecia o período napoleônico, a civilização europeia e autores do iluminismo, especialmente Guizot. Sua livraria e suas publicações não escondiam esses gostos e interesses revelando uma explícita linha editorial, que selecionava dos textos franceses reflexões moderadas antes de disponibilizá-las para leitores brasileiros, mesmo quando o assunto era a revolução¹²².

Aplicar o mesmo raciocínio à Sociedade Auxiliadora permite entender que a entidade utilizou sua revista para interagir com seu público com uma intenção de reforçar esses estereótipos e mais ainda, organizou eventos, reuniões e exposições que contribuíssem com a difusão do estilo de vida que consideravam moderno e ideal. Corroborando com a conjuntura descrita por Marco Morel é possível perceber ainda a SAIN no centro da dicotomia que envolvia a nobreza e as camadas menos favorecidas, pois, apesar de pendurada na burocracia imperial, liderada por homens nomeados e intitulados pela monarquia e composta por grandes proprietários, era na prática uma instituição civil e foi aos poucos se diversificando e incorporando indivíduos de outras vertentes.

Mesmo assim a Auxiliadora jamais abandonou o monarquismo ou a versão do liberalismo inspirado na via mais tradicional e conservadora das cortes europeias e marcado pelo flagelo do Antigo Regime. Não chegou a incorporar ideias republicanas ou radicais em relação à democracia, opôs-se à ampliação dos direitos para camadas mais pobres e não defendeu o processo de industrialização através de manufaturas. O periódico manteve-se, ao longo de sua existência, como um representante do governo nos espaços públicos da cidade, visando dar visibilidade e capilaridade ao projeto modernizador do primeiro reinado, fixados essencialmente nas transformações materiais da produção e estéticas na cultura.

Mas antes de refletir sobre as atividades da instituição e do periódico convém verticalizar mais dois pontos sobre a diferença entre “espaços públicos” e “esfera pública” e não por acaso também pode ser percebida no universo da instituição. O primeiro trata das identidades dos atores envolvidos nesse processo de transição entre o Antigo Regime e a modernidade. François-Xavier Guerra entendeu que a grande novidade da conjuntura não era um sistema global de referências ou novas concepções e imaginários em relação ao novo homem ou valores que configurariam a sociedade, mas sim a formação e ocupação dessa cena popular por parte de agentes até então excluídos dos processos políticos¹²³.

¹²² MOREL, M. As transformações dos espaços públicos. *Op. Cit.*, p. 43.

¹²³ XAVIER-GUERRA, F. Modernidad e Independencias. *Op. Cit.*, p. 13-14.

Para Guerra foi neste espaço que se garantiu a ruptura definitiva e irreversível entre o Antigo Regime e a modernidade, criando outro mecanismo de legitimação do poder. Ou seja, mesmo que houvesse uma tentativa de reorganizar o Estado absolutista, ele não seria mais possível, obrigando a fundação de modelos atualizados que limitavam o poder. As pessoas envolvidas nessas transformações específicas, não eram para o autor, necessariamente burguesas e nem não classificados por sua condição econômica, mas profissionais oriundos do trabalho cultural, como escritores, clérigos, funcionários públicos e professores, responsáveis também pela difusão, mesmo que indiretamente, deste novo sistema¹²⁴.

Na Nova Espanha, segundo o autor, é importante considerar ainda que toda comunidade letrada havia sido formada na estrutura corporativa montada pela coroa, que ainda estava em atividade no início do XIX. As colônias conciliaram assim características ao mesmo tempo modernas e tradicionais, conservando as temáticas religiosas, as escolas e a homogeneidade de valores – apesar das diferenças culturais. E incluindo a extensão e a intensidade da alfabetização, além da expansão da imprensa¹²⁵. Leitura que serve à América portuguesa.

O trabalho de Marco Morel, novamente levantou esta questão e para entender a politização identidades ele olhou para a base da formação partidária do primeiro reinado. Interpretando escritos de diplomatas franceses que trabalharam no Rio de Janeiro, ele chamou a atenção para a falta de elementos sistematizadores nesses aglomerados, que acabavam se definindo mais por afeições particulares. Traçando uma linha do tempo, era possível notar a existência de duas diferentes leituras do liberalismo, uma que se organizava em torno da monarquia – que chegou a ser nomeada como “Partido do Rei” – e outra chamada por vezes de “Anarquista”, que incluía grupos oprimidos e camada populares, mas não oficialmente¹²⁶.

Percebia-se nas reflexões uma falta de particularidade por parte dos partidos políticos, configurando uma cena extremamente complexa e peculiar, analisada de formas distintas por vários historiadores. Mas é possível perceber que na abertura do segundo reinado esses dois blocos continuavam atuando na arena política nacional marcando distâncias para as camadas populares. As últimas, entretanto, ficavam cada vez mais volumosas e descontentes, pressionando os dois partidos a participando ativamente da formação da nação. Rio de Janeiro tem sua especificidade, graças aos privilégios oriundos de localizar-se no centro administrativo do Império¹²⁷.

¹²⁴ XAVIER-GUERRA, F. *Modernidad e Independencias: Op. Cit.*, p. 275.

¹²⁵ XAVIER-GUERRA, F. *Modernidad e Independencias: Op. Cit.*, p. 275.

¹²⁶ MOREL, M. *As transformações dos espaços públicos. Op. Cit.*, p. 77-78.

¹²⁷ MOREL, M. *As transformações dos espaços públicos. Op. Cit.*, p. 157.

A atividade popular no Rio de Janeiro, nesse sentido, é marcante e intrigante para historiadores e a cena pública que se configurou em seu território tem vasta importância para a consolidação do Estado imperial, a formação da nação e a aglutinação da burguesia agrária ao longo de praticamente todo o século XIX. Sem negar a importância das demais províncias imperiais, nosso trabalho visa entender os projetos governamentais que conseguiram ter capilaridade através da Sociedade Auxiliadora neste conturbado e dicotômico cenário e aqueles que foram descartados.

O segundo e último ponto a ser pensado na configuração da cena pública do Rio de Janeiro é a importância do consumo nesse ambiente. Assunto um pouco mais modesto e diluído no periódico da Auxiliadora, mas ainda sim presente. Apesar de a questão cultural não ser nosso principal objetivo, interessa perceber que elementos dessa natureza também seguiram o padrão descrito por Morel na “cidade-corte”, mesclando, de maneira peculiar hábitos do Antigo Regime e inovações da modernidade.

O Rio de Janeiro, especialmente depois de 1850, teve sua paisagem profundamente modificada, ganhando iluminação a gás, rede de esgoto e água encanada, ruas pavimentadas por paralelepípedos, transporte público animal, confeitarias que ofereciam sorvetes em forma de pirâmide, restaurantes disponibilizando almoços completos, lojas de roupas que ofereciam vestidos no estilo europeu, perfumaria, salões de beleza, serviços de fotografias, hotéis que prezavam pelo conforto, concertos, espetáculos, festas, bailes e muitas outras experiências da vida moderna¹²⁸.

Os usuários dos espaços, entretanto, conservavam hábitos da vida do período colonial. A contradição mais gritante neste caso é a presença de escravizados, que muitas vezes acompanhavam seus proprietários, até mesmo como forma de ostentação. Entre outras relações que chamaram a atenção fez o governo e outros grupos refletir e informar a população sobre valores e comportamentos que consideravam mais civilizados, dando até algumas orientações sobre o tratamento modernizado de cativos, assunto esse que teve atenção da SAIN.

Junto com isso, mais comodidades da vida moderna ocuparam as páginas do Auxiliador, como remédios, ervas, inseticidas para controles de pragas, produtos para conservas livros e tecidos mais brancos entre outros. Mercadorias e novidades que também tinham a Europa, em

¹²⁸ Vários livros já se interessaram sobre esta questão, destacamos nesse parágrafo: SCHWARCZ, Lilia. *As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. SCHWARCZ Lilia; STARLING, Heloisa. *Brasil: uma biografia*. 2ª edição. São Paulo, Companhia das Letras, 2018. ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *Vida privada e ordem privada no império*. In: NOVAIS, Fernando A. (coordenador geral); ALENCASTRO, L F. (organizador do volume). *História da vida privada no Brasil (volume 2)*. São Paulo, Companhia das letras, 1997.

especial a França e a Inglaterra, como principal referência se apresentam no cenário comercial do Rio de Janeiro da mesma forma e até nos mesmos locais que as revistas e livros publicados na ocasião. A politização das ruas tinha também esse interesse por parte daqueles que a ocupavam, seja o comerciante que buscava vender ou o cliente que queria adquirir ou experimentar.

CAPÍTULO 2: O CONSERVADORISMO LIBERAL FLUMINENSE

“[...] Um governo democrático não dá a vida necessariamente a um Estado liberal: ao contrário, o Estado liberal clássico foi posto em crise pelo progressivo senso de democratização produzido pela gradual ampliação do sufrágio até o sufrágio universal.” (Norberto BOBBIO, 1985).

Nos últimos anos, o interesse pelo “liberalismo” tem crescido no Brasil, bem como o debate em torno de suas origens e conceitos. O próprio termo, por si só, merece atenção, especialmente em trabalhos historiográficos, assim como sua antítese: o “conservadorismo”. Para entender essa tensão no campo das ideias, Antônio Carlos Peixoto afirmou que é importante recuar no tempo até as reflexões de Maquiavel, pois foi esse pensador que rompeu com o legado da teologia medieval e colocou a “ação humana” individual como ênfase para pensar a sociedade. A teoria do pensador italiano se desdobrou em incontáveis outras reflexões, que, por sua vez, atingiram, já na era das revoluções, questões variadas, envolvendo a propriedade privada – debatidas por Jean-Jacques Rousseau –, os direitos naturais – descritos por John Locke –, a natureza do poder – de interesse de Montesquieu –, entre outros fatores.¹²⁹

Por definição, parte-se da ideia de que o Liberalismo é uma doutrina filosófica que tem como principal objetivo refletir sobre a sociedade, a economia e a política, mirando ampliar as liberdades individuais dos cidadãos. Um ideário que emergiu concomitante e simbioticamente com o iluminismo e a sociedade civil, e, conseqüentemente, como produtos de seu tempo e lugar. A constatação permite balizar o conceito dentro do contexto no qual ele porventura apareça, pois, a luta contra a tirania – entendida como ideias, regras, dogmas etc. impostas aos indivíduos por meio de uma ação externa – só teria sentido se ela existisse. Assim, Immanuel Kant buscou defender a maioria da razão contra tiranos do pensamento; Descartes defendeu o direito de negar concepções mais antigas e criar as próprias; John Locke entendeu que o ser humano nascia como uma tábua rasa que poderia acumular conhecimento ao longo de sua vida; Adam Smith formulou a “teoria da mão invisível” do mercado; Voltaire argumentou pela

¹²⁹ PEIXOTO, Antônio Carlos. Liberais ou conservadores? In. GUIMARÃES, Lucia Maria Pachcoal (org.); PRADO, Maria Emilia (org.). O liberalismo no Brasil imperial: origens, conceito e prática. Rio de Janeiro, Editora Revan (UERJ), 2013, p. 11-12.

ampliação do direito de se expressar; Stuart Mill pelo direito de agir livremente, desde que não fizesse mal a nenhum outro.

Para além desses grandes nomes da história do ideário liberal, podemos entender que a doutrina surgiu a partir da contraposição ao sentimento de algum tipo de opressão e, por conseguinte, procurava promover a liberdade contra um conjunto de regras despóticas estabelecidas e cristalizadas no que conhecemos, atualmente, como Antigo Regime. Artistas queriam mais liberdade em relação ao pensamento religioso, que dominava a cultura; constitucionalistas defendiam a liberdade em relação ao poder das monarquias absolutistas, que dominavam as decisões do Estado quase sem nenhum controle; comerciantes desejavam ser livres para negociar seus produtos com segurança, e, assim, sucessivamente.

Não é objetivo desta tese verticalizar e definir os pontos e detalhes da doutrina no contexto global, mas é um fato que o Brasil oitocentista estava no período e no espaço de disseminação desse tipo de pensamento, que teve sucesso notável desde os tempos da dupla revolução europeia, até, aproximadamente, a terceira década do século XX, marcada pelas consequências da crise de 1929 e pela ascensão do nazifascismo. A conjuntura gerou um período catastrófico que impactou profundamente nos campos refletidos pela doutrina.¹³⁰

Para a nossa investigação, entretanto, interessa compreender a assimilação da doutrina liberal no Brasil e, mais especificamente, sua versão adaptada e publicada no periódico da Sociedade Auxiliadora. Partimos do princípio de que, no império recém inaugurado, as ideias de busca pela liberdade se desenvolveram a partir das suas condições materiais, as quais, porém, eram distintas daquelas conhecidas na Europa revolucionária. Não havia, no novo mundo, sujeitos reais que dessem suporte ao discurso liberal, e a consequência disso foi a tentativa de promovê-lo através das próprias classes dominantes, conciliando uma notória ambiguidade caracterizada pela retórica inflamada e radical que estava descolada da realidade política e que nunca atingia segmentos menos abastados da população, o qual, por sua vez, continuava drasticamente excluído das decisões coletivas.¹³¹

¹³⁰ Em 1914, às vésperas da primeira guerra mundial e auge do avanço da doutrina em questão, notou Hobsbawm, havia um total de 65 países soberanos no mundo, dos quais 35 eram governos constitucionais eleitos. Em 1938, após Adolf Hitler assumir como chanceler na Alemanha, esse número caiu para 17; em 1944, eram 12. Ou seja, a tendência era que o liberalismo, como base filosófica que direcionava governos, perdesse muito espaço até meados do novecentos. Com o fim da guerra, já dentro de uma perspectiva mais contemporânea, o pensamento se reformulou, inaugurando o que hoje é chamado de “neoliberalismo”, que visa adaptar as antigas concepções, mas tem um foco claramente econômico. HOBBSAWM, Eric J. *A era dos extremos (1914 – 1991)*. Companhia das Letras. São Paulo. 1995, p. 114-115.

¹³¹ NOGUEIRA, Marco Aurélio. *As desventuras do liberalismo: Joaquim Nabuco, a Monarquia e a República*. RJ: Paz e Terra, 1984, p. 66.

O liberalismo no Brasil do século XIX precisou se estabelecer em um Império que valorizava a centralização do poder; era socialmente mais ruralizado que o velho mundo e economicamente dependente da escravidão. O resultado momentâneo da ocasião não poderia deixar de revelar uma série de contradições que marcavam quase que uma realidade oposta àquilo que os teóricos liberais clássicos pregavam: a admiração pelo conservadorismo no campo cultural, muitos privilégios aos grandes proprietários, negação em relação à igualdade, e uma dicotomia entre o formalismo da lei e a democracia social.¹³²

Características que chamam a atenção para esse segundo termo e que, na conjuntura global, surgiu como uma reação opositora que visava denunciar os exageros das ampliações da liberdade a toda sociedade. O conservadorismo, enquanto movimento intelectual, era, portanto, uma resposta teórica – encabeçada por autores como Edmund Burke – aos acontecimentos violentos atribuídos ao liberalismo, especialmente a Revolução Francesa. Essa constatação implica entender que tais teorias não podem ser vistas como meras defesas de privilégios dos grupos dominantes e controladores dos mais pobres, mas como revisores dos princípios intelectuais que nortearam os processos revolucionários do período. Os conservadores classificavam os liberais como radicais e utópicos, e duvidavam do desenvolvimento de uma política global e coletiva que assegure o bem-estar geral.¹³³

O conservadorismo, enquanto teoria, pode ser definido genericamente como “o medo da desordem”, e, nesse contexto, se aplica a qualquer alteração na ordem estabelecida. Segundo Raimundo Faoro, no prefácio do livro *As Desventuras do Liberalismo*, de Marco Aurélio Nogueira, para estudar a linha de pensamento liberal no Brasil, deve-se sempre estar atento ao mecanismo antinômico utilizado pelos seus adeptos, que sempre procuravam refúgio na “fortaleza conservadora” quando se sentiam ameaçados pela radicalização do desenvolvimento das liberdades.¹³⁴

Tal fortaleza, que unia tanto liberais, quanto conservadores, seja por prudência ou temor, impregnava as concepções de liberdade política e jurídica com autoritarismo, defendendo e aceitando as raízes oligárquicas, o despotismo e o predomínio do Estado. Na melhor das hipóteses, refletiu Nogueira, a doutrina da liberdade tinha espaço mais amplo apenas quando o assunto era a economia e, mesmo assim, de maneira notadamente contraditória, já que,

¹³² NOGUEIRA, M. *As desventuras do liberalismo*. Op. Cit., p. 66.

¹³³ PEIXOTO, Antônio C. *Liberais ou conservadores?* Op. Cit., p. 25-26.

¹³⁴ FAORO, Raimundo. Prefácio. In: NOGUEIRA, M. *As desventuras do liberalismo*. Op. Cit., p. 11.

ocasionalmente, foram obrigados a defender o protecionismo estatal. Na política, defendiam as raízes da oligarquia e eram conformados com o despotismo e o predomínio do Estado.¹³⁵

Este “liberalismo conservador” era quase nada democrático, e, mesmo assim, abalou as estruturas políticas do Estado imperial, mas retomou o poder em seguida. Após a inauguração da república, sepultou sua vertente mais popular por meio da “engenhosa, mas perversa, articulação entre os localismos”. Tal processo teria estabelecido um novo sistema excludente, envernizado nominalmente de federativo e representativo, mas que, nas estruturas, sustentava a centralidade e a tirania.¹³⁶

Como já discorreremos brevemente no Capítulo 1, a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional tinha inspirações liberais, mas não escondia ideias conservadoras, especialmente quando o assunto era a igualdade entre os cidadãos, novidades no campo da manufatura, o sistema de mão de obra e a transição para o trabalho livre – que aconteceu com mais nitidez durante a segunda metade do século XIX –, além dos preceitos morais religiosos que deveriam guiar a sociedade. Ou seja, era um grupo que contemplava as características antinômicas descritas acima, com a especificidade de pender a balança para o lado conservador.

Vale a pena lembrar, entretanto, que liberalismo e conservadorismo são termos vivos e a dicotomia que eles formaram, ao longo do século XIX, variou junto com suas definições e limites. A SAIN, como uma instituição longeva teve mudanças significativas na composição da diretoria, que contou com cada vez mais homens ligados ao mundo das ciências, e também no quadro de associados, que ampliou a quantidade de fabricantes de manufaturas, fazendo com que a articulação entre os termos em questão promovesse mudanças nas suas concepções. Não foi suficiente, porém, para derrubar os pilares mais concretos do seu projeto inicial: a agricultura e o monarquismo.

A instituição pode ter sido mais próxima de um “conservadorismo liberal”, que ficou bastante evidente mediante os argumentos usados nos debates que o periódico escolheu participar, especialmente os relativos à escravidão, cuja análise está no tópico de abertura deste segundo capítulo. A forma como a diretoria da SAIN lidou com esse assunto é um dos pontos mais intrigantes dentro das páginas do *Auxiliador*, uma vez que foi evitado por mais de uma década – apesar de ser um debate já consagrado na Europa e uma preocupação iminente para os grandes proprietários rurais no Brasil, que assistiam à proibição acontecendo em vários outros países de passado colonial nas Américas.

¹³⁵ NOGUEIRA, Marco A. *As desventuras do liberalismo. Op. Cit.*, p. 67.

¹³⁶ NOGUEIRA, Marco A. *As desventuras do liberalismo. Op. Cit.*, p. 16.

Em outras palavras, o abolicionismo já era um fato em muitas nações vizinhas do Império recém-independente, acendendo um alerta entre aqueles que dependiam desse recurso para a produção e comércio. Mesmo assim, os editores escolheram o silêncio, e, ademais, buscavam exemplos de sucesso e progresso nessas mesmas antigas cidades coloniais, como Cuba e Haiti. Quando optaram por debater o assunto, flutuavam entre a humanização no tratamento dos escravizados e a extinção do tráfico, mas sem condenar ou criticar os seus proprietários e atuando no sentido de defender o governo imperial dos problemas, atribuindo o processo ao resultado de pressões e de políticas externas. Para essas reflexões, foram muito importantes as leituras do livro *Independência do Brasil*, de João Paulo Pimenta,¹³⁷ que analisou como o Império pode ser incluído na já citada *Era das Revoluções*, de Eric Hobsbawm.

Foram interessantes e importantes, também, as contribuições do historiador estadunidense Vincent Brown, que pesquisa o mundo Atlântico e escreveu sobre revoltas de escravizados na Jamaica do fim do século XVIII, as quais causaram, segundo ele, um forte impacto nas relações dos senhores e do Império britânico com a escravidão. O problema se estendeu pelas demais cidades coloniais e influenciou, primeiramente, outras revoltas, como o exitoso levante do Haiti, mas também políticas públicas locais de combate ao tráfico, que passou a ver os africanos capturados como escravizados de maneira ameaçadora.¹³⁸

No segundo item, pretendemos discutir como os “liberais” e seus respectivos discursos estavam dispersos e difusos no país, estabelecendo várias vertentes dentro de diversos grupos que gestavam a “burguesia agrária”. Constatação essa que pode ser complexa se considerarmos que os grupos dominantes de cada província do Império também podiam assimilar de maneira distinta as teorias e ideias que chegavam da Europa e dos Estados Unidos. Seja no campo político, econômico, social ou até mesmo cultural, muitos foram os aspectos associados aos discursos do “liberalismo”, do “progresso” ou da “modernidade”, que, aos poucos, encontrou suas formas mais comuns para reverberar na sociedade civil, também em formação.

Nesse aspecto, não podemos esquecer de analisar as influências tanto teóricas quanto práticas utilizadas pela SAIN, uma vez que suas propostas de desenvolvimento eram muito ligadas à agricultura e quase restritas à questão material. Como mencionamos antes, trabalhamos com a hipótese de que a instituição estava mais próxima do campo “conservador” – que procurava criar ou defender projetos que desenvolvessem a indústria de maneira gradual

¹³⁷ PIMENTA, João Paulo. *Independência do Brasil*. São Paulo. Contexto, 2022.

¹³⁸ BROWN, Vincent. *Tacky's revolt: the story of an Atlantic slave war*. Cambridge, Massachussets: The Belknap press of Harvard University, 2020.

e pouco impactante – do que dos liberais exaltados, com projetos mais amplos de reformas políticas e sociais.

Por último, vale a ressalva, pretendemos entender o papel da imprensa nestes avanços e definições do liberalismo, especialmente da revista *O Auxiliador da Indústria Nacional*, uma vez que partimos da premissa de que tais ideias não estavam formadas e consolidadas, e os jornais, revistas e demais periódicos procuravam maneiras de se estabelecer e desenhar as diretrizes do progresso, o qual, por sua vez, tinha concepções distintas neste vasto volume de publicações. Mais ainda, devemos lembrar: o movimento liberal não havia encontrado, até então, respaldo social, ou não tinha força suficiente para promover alianças com as camadas mais exploradas, protagonizadas pelos escravizados.

A imprensa foi muito importante no processo de formação das ideias e atuou ativamente no imaginário popular. Magda Ricci, em fala sobre cidadania no Brasil e, mais especificamente, na província do Pará, feita no IV Encontro de Pós-Graduandos da Sociedade de Estudos do Oitocentos (SEO), comentou sobre a importância de Hipólito da Costa (1774-1823) neste contexto, que morava na Inglaterra, mas escrevia para o conhecido jornal *Correio Braziliense* e se tornou uma referência para os liberais ainda na década de 1820, mais especificamente, para aqueles que visavam conservar ideais eclesiásticos.¹³⁹

O AIN, que iniciou suas publicações na década seguinte, não fazia menções ao escritor, mas as mesmas características podem ser percebidas nas páginas do periódico, o que mostra alguma inspiração, mesmo que indireta. Na questão escravista, por exemplo, Costa entendia que o silêncio de parte dos periódicos nacionais indicava a sua iminente extinção, e que a liberdade, enquanto tema e tendência, era incompatível com este tipo de mão de obra, mas não deixava de enfatizar a importância para que esse processo fosse feito de maneira lenta e gradual.¹⁴⁰

Antes de iniciar o debate, cabe a última ressalva de que, nestes itens, pretendemos evitar qualquer tipo de eurocentrismo exagerado, entendendo que, tal como a burguesia, a nação, a sociedade civil, o código jurídico e tantos outros elementos da sociedade moderna, o liberalismo e o conservadorismo se estabeleceram em processos históricos da América Latina e se conectam com eventos do velho mundo e dos países do norte do continente.

¹³⁹ SOCIEDADE DE ESTUDOS DO OITOCENTOS (SEO). Cidadania no Brasil, 1822-2022. Youtube, 26/04/2022. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=2ROq4Wrm9Po>>. Acesso em: 26/04/2022.

¹⁴⁰ COSTA, Hipólito José. da. "Escravidão no Brasil". *Correio Braziliense ou Armazém Literário*. Vol. XXIX, nº 174, novembro de 1822, Ed. fac-similar. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado: Brasília, DF: Correio Braziliense, 2002, pp. 574-577.

2.1 As influências liberais da Sociedade Auxiliadora – transformar no item um deste capítulo

Consideramos, neste ponto, que a conjuntura na qual um pensamento emerge é sempre importante; logo, devemos lembrar que, no início do século XIX, a política, a identidade, a união, a sociedade brasileira, assim como vários outros fatores, estavam bastante difusas pelo território. Além disso, conservara-se, parcialmente, características dos tempos de submissão ao império português, nas quais as províncias eram tratadas como um conjunto de cidades coloniais distintas e pouco relacionadas entre si. Conseqüentemente, vários horizontes de possibilidades figuravam no imaginário daqueles que viviam nos trópicos.

Tais aspectos também refletiram na forma como os ideais liberais seriam incorporados pelas classes dominantes locais, mesmo que todas, de alguma forma, buscassem o seu modelo e sua inspiração de modernidade. Periódicos, na ocasião, foram uma constante utilizada por esses grupos ou por indivíduos para expressar opiniões, mas os conteúdos, como conseguimos imaginar, podiam apresentar divergências no campo teórico ou na apresentação de projetos. Era consenso, porém, a oposição e o temor à ascensão das massas ao poder, consideradas genericamente desqualificadas e incapazes, e que, conseqüentemente, formariam um governo popular desorganizado, um “governo dos pobres”, uma “comuna africana”.¹⁴¹

Em Pernambuco, por exemplo, os estudos de Peter Eisenberg descrevem o prevaecimento da produção de açúcar, a qual, entretanto, estava estagnada na década de 1850 porque sofria ampla concorrência. Na Europa, havia ganhado destaque o produto fabricado a partir da beterraba. Os Estados Unidos estavam plantando cana em Cuba, Porto Rico e Havaí; na América Latina, agricultores da Argentina e do Peru também estavam investindo nesta mercadoria. Ainda mais internamente, o café ganhava destaque no Rio de Janeiro, evidenciando-se e transformando-se, aos poucos, no principal produto agrícola nacional para exportações, em detrimento, também, das províncias açucareiras do Nordeste.¹⁴²

A situação de crise econômica na província refletiu diretamente no processo de modernização material, pois os capitais disponíveis para esse empreendimento ficaram um pouco mais escassos, e os donos das fazendas não conseguiam comprar as máquinas necessárias para desenvolver a produção. O mesmo problema atingiu a mão de obra, pois os preços dos

¹⁴¹ LOURENÇO, Fernando Antônio. *Agricultura Ilustrada: Liberalismo e escravismo nas origens da questão agrária brasileira*. Editora da UNICAMP. Campinas (SP), 2001, p. 71

¹⁴² EISENBERG, Peter L. *Modernização sem mudança: a indústria açucareira em Pernambuco, 1840 – 1910*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977, p. 48.

escravizados subiu até a década de 1880, e os produtores, muitas vezes, se viram obrigados a investir em trabalhadores livres, não por afinidade aos discursos liberais ou humanistas, mas porque não tinham outra escolha. Para Eisenberg, enquanto, em Cuba, a transformação tecnológica abriu caminho para o desenvolvimento e até para a revolução de 1959, um século depois, em Pernambuco, no final do século XX, continuava-se esperando os benefícios do progresso.¹⁴³

Mas o que vale a pena assimilar é que, em Pernambuco, destacou-se o discurso liberal que defendia investimentos ampliados em maquinário para a idealização do progresso. Acreditava-se que esse projeto seria capaz de devolver à província e à sua produção de açúcar o protagonismo de tempos anteriores, nos quais a região era uma referência nacional para o produto. O limite desse processo entre os agricultores estava no monopólio da terra, que permitiu aos, então, senhores dominarem o mercado de trabalho, deixando insalubres as condições de quem labutava – mesmo entre os livres – e promovendo uma crise social longeva. A modernização nesse modelo não salvou o açúcar pernambucano da estagnação e a concentração de terra, somada aos laços familiares seculares, garantiu uma supremacia política secular, poucas vezes ameaçada.

Verticalizando a situação do Rio Grande do Sul, podemos destacar que era uma região historicamente ligada a conflitos castelhanos pela posse de terras para a criação de gado próxima às fronteiras. Situação essa que diferenciava o distrito dos demais e conferia a ele alguma autonomia, reforçada pela grande produção de charque, que, por sua vez, abastecia todo o mercado interno do Império. Ambos os pilares sofreram abalos com o andamento do regresso e a centralização das decisões administrativas na figura de Pedro II, incluindo as que envolviam os sulistas. O resultado foi o crescimento de um sentimento de insatisfação das elites dessa província contra o que consideraram uma derrota política intensificada pelo aumento no preço do sal, que atrapalhou a fabricação de seu principal produto.¹⁴⁴

Sentindo-se menosprezados pelas demais províncias do Império, os senhores riograndenses incorporaram o liberalismo às suas reivindicações, aproximando-se de ideias republicanas e federalistas inspiradas no modelo argentino. Eles se revoltaram no evento que ficou conhecido como Guerra dos Farrapos, em 1835, e chegaram a se declarar como independentes do império em 1836. A revolta durou até 1845 e, durante esse intervalo de dez

¹⁴³ EISENBERG, Peter L. Modernização sem mudança. *Op. Cit.*, p. 251

¹⁴⁴ PESAVENTO, Sandra Jatahy. Uma certa revolução farroupilha. In: GRINBERG, Keila. SALLES, Ricardo. *O Brasil Imperial*. Volume II: 1831 – 1870. Rio de Janeiro, Civilização brasileira, 2009, p. 240.

anos, jornais, como o *Recompilador Liberal* e *O povo*, circularam entre os rebeldes, com reflexões e textos literários romantizados, difundindo a ideia de que a província estava em uma luta justa contra inimigos que sempre vinham “de fora”.¹⁴⁵

Confrontando as características identitárias promovidas pelo Rio de Janeiro, os Farroupilhas tentaram criar suas próprias para a “República Riograndense”; elas incluíam um exército, as vestimentas típicas e a história. Além disso, buscaram novos mercados para o charque que produziam, recorrendo ao Uruguai e promovendo medidas protecionistas em sua região. Mas, entre eles, também existiam limites para o discurso liberal; um dos mais evidentes tratava dos escravizados, que chegaram a participar do conflito como “voluntários”. A Argentina já havia libertado os cativos em 1815, o que gerou uma cisão entre os farroupilhas, que até concordaram em incluir no tratado de Ponche Verde – que marca o fim da guerra – um artigo emancipatório aos que lutaram pela república, mas a norma acabou não tendo ação prática.¹⁴⁶

O que podemos assimilar da Guerra dos Farrapos, neste aspecto liberal, é que, como outros movimentos do período, foi motivada pelos interesses privados das oligarquias fundiárias locais e, conseqüentemente, não tinha nenhuma pretensão revolucionária e nenhuma proposta de radicalização do processo de ampliação das liberdades individuais. O recrutamento de tropas acontecia em torno de estancieiros, que já tinham, previamente, relações com proprietários de grandes porções de terras, e acabavam se tornando o caudilho que comandaria um grupo de lanceiros.¹⁴⁷ As características da revolta e o aprofundamento dos discursos difundidos entre os rebeldes permite entender que, também no Sul, a grande propriedade era um dos limites do liberalismo.

Outro exemplo pode ser percebido na província do Grão-Pará, conhecida desde os tempos coloniais pela produção das drogas do sertão e, por conseguinte, pelo extrativismo. Palco de outra revolta com inspiração liberal, que ficou conhecida como “Cabanagem”, na década de 1830, a região era, segundo Magda Ricci, uma das cidades coloniais mais ricas e organizadas do Brasil durante o século XVIII, acomodando, inclusive, uma comunidade civil e uma estrutura militar bem estabelecida. A partir de 1817, entretanto, a região passou a ser considerada uma “sociedade que deu errado” por vários motivos, dentre os quais pode ser

¹⁴⁵ PESAVENTO. Uma certa revolução farroupilha. *Op. Cit.*, p. 253.

¹⁴⁶ GUAZZELLI, C. “Libertos, gaúchos, peões livres e a Guerra dos Farrapos”. *Op. Cit.*, p.254.

¹⁴⁷ GUAZZELLI, C. “Libertos, gaúchos, peões livres e a Guerra dos Farrapos”. *Op. Cit.*, p.254.

destacada, no final dos setecentos, a reestruturação do comércio para atender demandas muito diversificadas em vários mercados internos e externos.¹⁴⁸

O período foi marcado, na província, por conflitos entre os liberais mais ousados e conservadores, entre os defensores da manutenção da submissão ao império português e antilusitanos, além de várias outras vertentes sociais, as quais se estabeleciam, entre outros meios, nos diversos periódicos locais, que contavam, por sua vez, com escritores também diversificados, tanto no aspecto ideológico quanto geográfico, já que incluía pessoas oriundas de outras partes do Brasil, de diferentes religiões, estrangeiros e até Cabanos, uma população que vivia nas matas próximas dos centros urbanos da região. Esses últimos mantinham contato com outras nações que faziam fronteira com a província, como a Venezuela e a Colômbia, e defendiam ideias mais radicais, como o fim da escravidão e a liberdade de ir e vir.¹⁴⁹

Podemos retomar a ideia central do argumento ao refletir que as províncias brasileiras tiveram – guardadas as devidas proporções e durante o período colonial – uma história paralela em aspectos econômicos, sociais, culturais, diplomáticos etc. A chegada das ideias liberais, que também não respeitou um único ponto de referência, atingiu cada uma delas de maneira distinta e, conforme o tempo passava, as inovações modernas se intensificavam e essas concepções ficavam ainda mais diversas. Os grupos políticos da cidade do Rio de Janeiro não fugiram dessa lógica, e as teorias, como refletimos, passaram por uma adaptação que visava atender a uma série de demandas materiais previamente estabelecidas, que envolviam todos os campos das relações humanas. Depois de 1850, para pensar uma questão prática, os comerciantes fluminenses continuavam explorando as demais províncias do Império como se fossem colônias, que serviam a capital com mercadorias, matérias-primas e escravizados.

Na capital imperial prevaleceu, nesse sentido, o discurso que ligava o liberalismo à segurança e à racionalização, e a SAIN representava, em parte, esse ideário. Suas influências teóricas e práticas externavam essa preocupação, evidenciada pela apresentação de modelos de produção que acreditavam ser de sucesso, mas que geravam desconfiança nos grandes latifundiários, como os de Cuba e do Haiti. Verticalizando este debate, podemos analisar uma matéria do ano de 1840, na qual apareceu, na Ata da reunião da diretoria, o interesse concreto na formulação de um código rural:

¹⁴⁸ IFCH UNICAMP. Cidadania no Brasil, 1822-2022 - IV Encontro de Pós-Graduandos da Sociedade de Estudos do Oitocentos. Youtube, 26/04/2022. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=2ROq4Wrm9Po&t=3588s>>

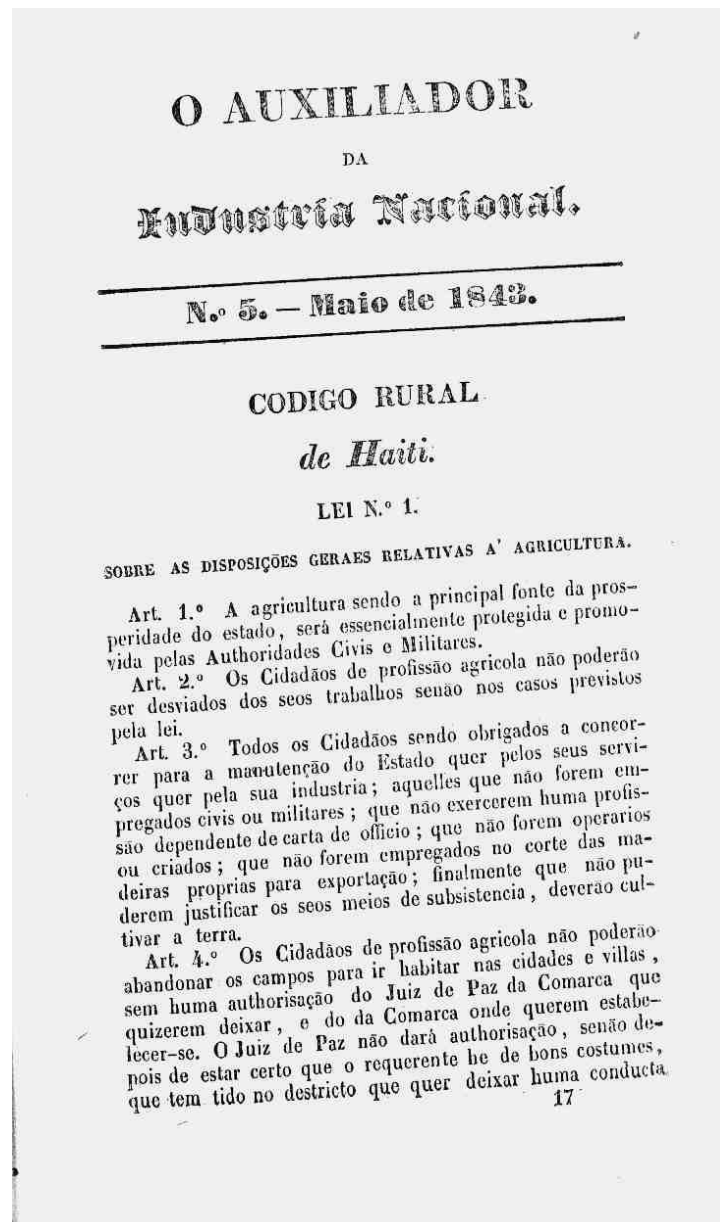
¹⁴⁹ RICCI, Magda. Cabanos, patriotismo e identidades: outras histórias de uma revolução. In: GRINBERG, Keila. SALLES, Ricardo. O Brasil Imperial. Volume II: 1831 – 1870. Rio de Janeiro, Civilização brasileira, 2009, p. 221.

Depois de gastar algum tempo, em buscar entre livros e papéis em confusão o - Código Rural de Haiti – tão bem avaliado em Inglaterra e o qual tinha principalmente empenho de que fizesse parte da minha pobre oferta a Biblioteca da Sociedade Auxiliadora, deparei enfim com ele e rogo a V. S. que da minha parte o apresente a esta Sociedade. O Código rural é hoje, um desideratum em todas as nações cultas e industriosas e entre nós, é uma necessidade; a tão gabada legislação agrária portuguesa. [...] nem é aplicável ao Brasil, nem está ao nível das luzes do século e nem em harmonia com a Constituição Política, que juramos defender, pois que além de outros defeitos, ataca uma das nossas essenciais garantias, a da propriedade individual” [...]. Dada por indubitável a necessidade dele, consultaremos o meio prático de o realizar e por esta ocasião peço licença para emitir cá de longe a de humilde minha opinião, apoiada na do célebre agrônomo Dombasle, quando em 1830 apresentou o seu voto à Câmara dos deputados em França, relativamente a uma semelhante lei à quarenta anos reclamada. Não se improvise um Código rural, parece-me conveniente que traduzido este Código do Haiti algumas das ponderações mais a propósito; do Prefácio a Lord Bathurst, se inserisse no Jornal da Sociedade Auxiliadora que o nosso Secretario perpetuo o remetesse em especial às Sociedades de Agricultura existentes no Brasil e aos Fazendeiros de maior conceito e experientes, convidando a umas e a outros a anotarem com suas observações; então sobre as bases colhidas coordenado o projeto por uma comissão de redação escolhida de seu seio, passaria por discussões em nossas Sessões ordinárias, e aprovado o ofereceríamos à Assembleia Legislativa para dar-lhe sanção, se o julgasse digno. Um tal projeto, assim elaborado, seria o primor das luzes reunidas e das experiências de todo o Brasil, e por esta traça obteríamos uma Lei, senão perfeita; ao menos a mais acomodada às necessidades atuais da propriedade rural.¹⁵⁰

A ideia debatida, como podemos notar, já propunha o código haitiano como referência e a adaptação a partir de reuniões e contribuições dos produtores de todo Brasil, o que seria feito de maneira espontânea pela SAIN e encaminhado, posteriormente, para a apreciação das autoridades federais. O plano foi bem recebido e aprovado na reunião, reforçando a suspeita de que as referências usadas pela instituição tinham características comuns aos países imperialistas. Em 1843, a primeira parte do código rural do Haiti foi publicado na revista:

¹⁵⁰ O AUXILIADOR DA INDÚSTRIA NACIONAL, V. VIII, n. 6, junho de 1840, p. 203-204.

Imagem 2: Capa da edição nº 5 de 1843



Fonte: O *AUXILIADOR DA INDÚSTRIA NACIONAL*, V. XI, n. 5, maio de 1843, p. 1

Como mostra a imagem, o periódico deu destaque ao projeto, colocando-o, inclusive, na primeira página. No conteúdo da legislação, nota-se uma defesa pela forte e notável presença estatal, não apenas nas questões financeiras, mas, principalmente, na parte de segurança e, até, na regulação da comercialização, da venda de terras e a desistência de uma fazenda. O código tinha claras características coloniais, versando sobre as obrigações dos produtores e definindo a obrigatoriedade de produzir para o mercado externo. As disposições mais específicas dos agentes foram expressas na “Lei nº 6”, publicada em setembro:

TÍTULO I.
Disposições gerais.

Art. 119. A Polícia Rural compreende tudo, o que diz respeito à administração e prosperidade das propriedades rurais.

Art. 120. A Polícia Rural é feita debaixo da inspeção dos Comandantes de distrito, e dos Comandantes dos comuns, por oficiais de Polícia Rural distribuindo pelas seções de cada uma comum, pelos guardas campestres, pelos soldados que vigiam nos campos, e, em casos de necessidade, por destacamentos de tropas de linha.

Art. 121. Os Juizes de Paz exercem também a Polícia Rural nos casos previstos pela Lei.

Art. 122. Os Conselhos das Tabeliães dos Comuns, e os Conselhos de agricultura auxiliarão em caso de necessidade a todas as autoridades, para completa manutenção da vigilância da Polícia do campo (...).¹⁵¹

A legislação seguia expandindo cada um dos termos e artigos, entre os quais se destaca o que diz respeito às funções da polícia rural, que estava na edição seguinte do periódico:

TITULO 3º Da Polícia Rural

Art. 172. A Polícia Rural será feita especialmente pelos Policiais encarregados do Governo das seções rurais das comuns, ajudados pelos guardas campestres.

Art. 173. A Polícia Rural tem por fim:

- 1.º A repressão dos vagabundos
- 2.º A ordem, e a assiduidade nos trabalhos do campo.
- 3.º A disciplina dos estabelecimentos.
- 4.º A conservação e os reparos das estradas públicas e particulares.¹⁵²

A publicação do código expõe, assim, que a SAIN tinha tendências despóticas e, apesar de defender algumas liberdades na produção, esforçava-se em criar mecanismos para garantir que o trabalho fosse realizado. Além disso, ao especificar o termo “vagabundos”, o documento definia que eram “todos os indivíduos, que não forem proprietários, ou rendeiros de um estabelecimento rural onde são residentes, ou que não tiverem feito contrato com algum proprietário, ou rendeiro principal”;¹⁵³ em outras palavras, qualquer pessoa que não fosse produtora e nem trabalhasse para uma.

Estranhamente, ao longo dessas publicações, a Sociedade não tecia comentários sobre a lei transcrita no periódico. Depois de encerrada a série em questão, não se lê novas publicações sobre a escrita e organização de um código rural até a década de 1870. O motivo pode estar ligado ao fato de que a revista – e o governo – não conseguiu mobilizar o debate esperado entre os produtores. Em 1878, um breve comentário retomou a ideia:

Emenda substitutiva da maioria da comissão

¹⁵¹ O AUXILIADOR DA INDÚSTRIA NACIONAL, V. XI, n. 9, setembro de 1843, p. 270.

¹⁵² O AUXILIADOR DA INDÚSTRIA NACIONAL, V. XI, n. 10, outubro de 1843, p. 304.

¹⁵³ O AUXILIADOR DA INDÚSTRIA NACIONAL, V. XI, n. 10, outubro de 1843, p. 304.

Facilitar o bom aproveitamento dos braços nacionais; esperar a espontânea imigração estrangeira; dar pronta e severa execução às leis que proíbem a vagabundagem; fazer leis em que se regulam as relações entre proprietários e lavradores, e entre locatários e locadores, ou melhor - um Código Rural; tornar oficial o procedimento pelo crime de furto.¹⁵⁴

Apesar de breve e modesto, é possível notar que parte das ideias continuava a mesma de algumas décadas atrás, como a ação efetiva para “oprimir a vagabundagem” e o estabelecimento de leis mais detalhadas para definir obrigações de proprietários e dos trabalhadores do campo. Vale retomar a concepção, também, de que o período regencial foi marcado pela ação governamental, que visava utilizar a prática política como um sistema de testes para a constituição da nação¹⁵⁵ – concepção que pode até ser estendida para a década de 1870. Assim, podemos refletir que o governo pode não ter definido de uma só vez um conjunto de leis que atendesse aos interesses do campo, mas houve um esforço em realizar reformas parciais e empreender mudanças paulatinas relativas à mão de obra e à questão da terra, que atingiam, por sua vez, a produção rural.

Participando desses debates, que, de alguma forma, atendiam aos pontos listados no código do Haiti, a SAIN não tinha muitos motivos para insistir na escrita de um código rural completo, mesmo porque a instituição, muitas vezes, evitou o enfrentamento político explícito, focando mais em questões relativas às ciências e à difusão da produção rural mecanizada. Outra razão poder ser o debate em relação à escola agrícola, que começou a atrair mais atenção dos diretores da Auxiliadora na mesma época.

Dando continuidade às influências práticas que podemos encontrar na revista, existem menções à Ilha de Cuba sobre a produção mecanizada de tabaco, em 1834, e da Jamaica, sobre prêmios a serem pagos a produtores de cana em 1845. Mais ainda, há inúmeras publicações sobre os Estados Unidos e seus empreendimentos modernizadores. Todos os exemplos, entretanto, espelham-se novamente para o mundo europeu, considerando como principal modelo de sucesso os empreendimentos e ideias consagrados por nações conhecidas pelos interesses imperialistas.

As reflexões publicadas pela Sociedade Auxiliadora mostram que a instituição apoiava o governo imperial no esforço de formar uma unidade nacional que respeitava a hierarquia política centralizada no Rio de Janeiro e no governo imperial, o qual estaria procurando

¹⁵⁴ O AUXILIADOR DA INDÚSTRIA NACIONAL, n. 12, dezembro de 1878, p. 274.

¹⁵⁵ BASILE, Marcello. O Laboratório da nação. In. GRINBERG, Keila (org.). SALLES, Ricardo (org.). O Brasil Imperial. Volume II: 1831 – 1870. Rio de Janeiro, Civilização brasileira, 2009, pp. 53-119.

caminhos que atendessem às demandas de produtores agrícolas das demais Províncias. Na mesma citação que transcrevemos acima, por exemplo, há um apelo pela imigração espontânea e estrangeira, que também estava aumentando depois do fim do tráfico Atlântico. Um tema sempre recorrente e que, como outros, ganhou mais fôlego na segunda metade do século.

Em 1835, a própria Sociedade Auxiliadora contribuiu diretamente com a criação da Sociedade de Colonização, que tinha o intuito de proteger e orientar imigrantes que chegavam ao Império.¹⁵⁶ No AIN, desde 1834, a chegada de estrangeiros mobilizava reflexões, vista, muitas vezes, como um possível mecanismo para a superação da escravidão, que merece um item específico neste debate. Também nesse fator, a instituição reclamava por uma ação estatal que trabalhasse no sentido de regular a entrada de colonos.

Na prática, estes braços somariam o projeto desenvolvido pela SAIN, que não deixava de enfatizar os valores estéticos europeus. Assim, na prática, discutia-se quais indivíduos poderiam ser aceitos como cidadãos do Brasil e quais não poderiam. O caso dos chineses é curioso porque, nas décadas de 1830 e 1840, a Sociedade Auxiliadora, mediante sua revista, rasgava elogios à cultura dos asiáticos, como podemos ver no artigo intitulado “Honra dada à agricultura”, transcrito abaixo:

Este uso, que é muito antigo, tem por fim fazer lembrar o monarca, que os trabalhos dos lavradores são a fonte de suas riquezas, que ele não deve prodigalizar loucamente bens, que tantos trabalhos custam, nem vexar por impostos excessivos o cidadão que tanto se empenha com seus suores em tornar a terra produtiva e fértil.

Eis um exemplo, que não devia ser desprezado.

[...]

Que devem fazer os Soberanos da Europa sabendo tais exemplos? Pergunta Voltaire, e responde ele mesma; admirar, corar, mas sobretudo imitar.¹⁵⁷

Nota-se que o texto descreveu um costume do país asiático, no qual o Imperador passa um dia trabalhando na lavoura junto aos camponeses, e completou, citando Voltaire, que era um exemplo que merecia ser assimilado até por nações europeias. Apesar de se tratar de uma tradução, a Sociedade endossou a ideia que continuou implícita no periódico da instituição por vários anos. Em 1858, outro trecho chamou a atenção, retirado de um Manual Agrícola e publicado como apêndice ao volume daquele ano:

[...] mas a agricultura europeia ainda está atrasada em comparação à agricultura chinesa. Os chins são admiráveis horticultores, e sabem dar a cada planta uma

¹⁵⁶ GUIMARAES, L. M. P. Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (verbete). In: Ronaldo Vainfas. (Org.). Dicionário do Brasil Imperial (1822-1889). 1ed. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2002, v. 1, p. 679-680.

¹⁵⁷ O AUXILIADOR DA INDÚSTRIA NACIONAL, vol. 3, n. 6, junho de 1835, p. 195.

educação adequada e preparar-lhe uma terra particular. Em uma palavra a agricultura tem chegado entre eles ao mais alto grau de perfeição [...]”¹⁵⁸

As técnicas rurais do país asiático, como é fácil notar, continuavam sendo muito valorizadas, superando, inclusive, a dos europeus. Os elogios, entretanto, resumiam-se a essas atividades e costumes, pois o discurso na revista transformou-se radicalmente quando o assunto passou a ser a colonização através do trabalhador chinês, tachado de “preguiçoso”, “desmoralizado” e “viciado em ópio”. Mas, antes de continuar, cabe uma ressalva sobre a atuação política da Sociedade Auxiliadora em 1860: quando a instituição passou a integrar oficialmente a recém-criada Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas (MACOP)¹⁵⁹ – que passaria por várias transformações no governo republicano até se tornar o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) – e, dentro da nova pasta, atuou ainda mais como consultora do governo em assuntos ligados ao mundo rural.

A Secretaria foi criada por meio do Decreto imperial 1.067, de 28 de julho de 1860. No próprio documento consta a informação de que a pasta era o resultado de debates na Assembleia Legislativa; além disso, a notícia de sua fundação consta nos relatórios do ministério da justiça publicados em 1861, o qual, por sua vez, chama a atenção para mais três – n. 2.747¹⁶⁰, 2.748¹⁶¹ e 2.749¹⁶² – que dispõem sobre o funcionamento do ministério. O primeiro deles estabelecia que ficariam a cargo do ministério: “Os institutos agrícolas, a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, e quaisquer outras que se proponham aos mesmos fins”.

O mesmo documento determinava que a pasta seria responsável por diversos serviços, como a aquisição e distribuição de sementes e animais, a coleção e exposição de produtos industriais e agrícolas, os jardins botânicos e passeios públicos, a colonização, a “catequização

¹⁵⁸ O AUXILIADOR DA INDÚSTRIA NACIONAL, Manual agrícola de 1858, p. 193.

¹⁵⁹ BRASIL. Decreto no 1.067, de 28 de julho de 1860. Crêa huma nova Secretaria de Estado com a denominação de Secretaria de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas. Coleção de Leis do Império do Brasil. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1067-28-julho-1860-546420-publicacaooriginal-60429-pl.html>>. Acesso em: 19 jun. 2023.

¹⁶⁰ BRASIL. Decreto no 2.747, de 16 de fevereiro de 1861. Dá execução ao decreto n. 1.067 de 28 de julho de 1860. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-2747-16-fevereiro-1861-556075-publicacaooriginal-75729-pe.html>>. Acesso em: 19 jun. 2023.

¹⁶¹ BRASIL. Decreto no 2.748, de 16 de fevereiro de 1861. Organiza a Secretaria de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-2748-16-fevereiro-1861-556076-publicacaooriginal-75732-pe.html>>. Acesso em: 19 jun. 2023.

¹⁶² BRASIL. Decreto no 2.749, de 16 de fevereiro de 1861. Altera o Regulamento da Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-2749-16-fevereiro-1861-556077-publicacaooriginal-75733-pe.html>>. Acesso em: 19 jun. 2023.

e civilização” dos indígenas, navegação interna, estradas de ferro, correios e telégrafos, iluminação pública, concessão de patentes sobre invenções e até a companhia de bombeiros.¹⁶³

Fatores que já eram assuntos de interesse da Sociedade Auxiliadora e, ocasionalmente, apareciam na revista AIN, mas que escancaravam as funções da instituição de atuar como um braço do governo, auxiliando nos seus projetos modernizadores mediante o desenvolvimento de trabalhos propostos e considerados necessários, como a organização de escolas, concursos de inventores, exposições de produtos e a própria distribuição de sementes. Tudo isso para utilizar a revista como um item de propaganda em defesa da monarquia; além disso, desde 1850, a organização emitia pareceres técnicos sobre pedidos de privilégios¹⁶⁴ – função que estava, anteriormente, a cargo da Real Junta do Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação¹⁶⁵ – e, na nova pasta, teve incumbências ampliadas institucionalmente, indicando que não apenas apoiava, como também recebia apoio do governo.

No mesmo período, é possível notar também o incremento no número e na importância de profissionais ligados à engenharia nas comissões organizadas pela diretoria, como André Rebouças, Henrique Eduardo Hargreaves e José Ewbank da Câmara (1843-1890).¹⁶⁶ Fato que acompanha o contexto imperial, no qual se percebe mais diversidade nas formações acadêmicas e mais complexidade na *intelligentsia* brasileira, às vezes, com a presença de estrangeiros. Em outras palavras, até então a universidade de Coimbra era a principal matriz de estudos e o Rio de Janeiro era o centro de difusão mais consolidado – apesar de não ser o único, nem o principal da SAIN –, e, a partir de então, outros polos de desenvolvimento científico regionais ganharam destaque, fazendo profissionais locais começarem a buscar especializações em diversas instituições estrangeiras.¹⁶⁷

A emissão de pareceres era variada e o governo acionava a instituição para avaliar produtos, máquinas, técnicas e até legislações. Abaixo, um exemplo da edição de março de 1858:

Foram lidos e aprovados os seguintes pareceres:

A 7ª seção recebeu um ofício do Sr. secretário geral, cobrindo um aviso do ministério do império, com a data de 16 de Dezembro do ano próximo passado, no qual o governo imperial convida a Sociedade Auxiliadora a propor o que julgar conveniente para a

¹⁶³ BRASIL. Decreto no 2.747, de 16 de fevereiro de 1861. *Op. Cit.*

¹⁶⁴ Tratam-se da concessão estatal para a exploração exclusiva de uma determinada atividade econômica. Pode ser comparado a uma patente.

¹⁶⁵ PENTEADO, David Francisco de Moura. O Auxiliador da Indústria Nacional: Um periódico a serviço do estado brasileiro? (1833 – 1896). *Revista Trilhas da História*. Três Lagoas, v.8, nº15, jul.-dez., 2018, p. 136.

¹⁶⁶ ANDRADE, André. Uma visão do progresso. *Op. Cit.*, p. 95.

¹⁶⁷ SCHWARCZ, Lilia. O Espetáculo das Raças. *Op. Cit.*, p. 30.

aquisição de cavalos próprios para o melhoramento das raças cavалares do Brasil. Constando na mesma seção, que o mesmo governo imperial já tomou a deliberação de mandar buscar 12 cavalos na Alemanha, e 10 ao Cabo da Boa-Esperança, aqueles para o cruzamento das raças existentes nas províncias do Rio de Janeiro para o Sul, e estes para as do Norte, julga que deste modo tendo o governo acolhido o plano oferecido por um dos membros da comissão para a regeneração das raças cavалares do Brasil, e estando na disposição de continuar a mandar vir para esse fim cavalos do Cabo e da Europa, julga a comissão que ficam satisfeitas as vistas do mesmo governo, e os desejos da Sociedade, restando somente agradecer ao Sr. ministro do império e presidente do conselho, o decidido interesse que tomou nesse negócio de tanta importância para o país.

Sala das sessões, 18 de fevereiro de 1858.

F. I. C. Burlamaque, presidente -; J. A. de Azevedo, secretário -; J. B. Nascentes d'Azambuja.¹⁶⁸

Na ocasião, uma comissão organizada pela instituição apoiava a proposta de compra de cavalos europeus por parte do governo, com intenção de promover o melhoramento desses animais no Brasil. Neste ponto, é interessante retomar os argumentos da instituição sobre os trabalhadores chineses. Em 1870, solicitou-se, junto a SAIN, um parecer acerca da substituição dos escravizados, e o, então presidente, Nicolau Moreira (1824-1894)¹⁶⁹, discursou na assembleia geral, invertendo a concepção original e tecendo duras críticas aos asiáticos e à miscigenação, texto que foi transcrito para a edição de setembro da revista, na qual o próprio era redator:

A raça híbrida dos Papuas é sem vigor, sem energia moral e sujeitando-se facilmente à escravidão. A Rússia que há dois séculos se enlaça com os Mongóis continua ainda na retaguarda dos povos civilizados. A constituição da raça ariana, tão bela nos antigos germanos, perdeu toda a sua pureza desde que se deram cruzamentos com as populações eslavas e armênias.

[...] Não é de uma população numerosa, porém pobre de costumes morais, que as nações devem esperar lisonjeiro porvir, não é com uma submissão passiva que elas poderão encaminhar-se na carreira dos progressos. A escravidão é a deficiência de dignidade pessoal, mata as mais nobres aspirações, embrutecendo o espirito. A submissão absoluta a vontade de outrem é o mais poderoso entrave ao desenvolvimento moral e intelectual da espécie humana, “a grandeza das nações, dizia Lamartine, não se mede pelo número de braços que elas exibem, porém calcula-se pela escala das inteligências, e por sua atividade moral” (378)

E nem, senhores, os argumentos deduzidos da introdução dos povos asiáticos e africanos nas colônias das diversas nações europeias podem ter aplicação ao Brasil.

Filhos deste vasto e fértil torrão americano, amando-o de todo o coração como a pátria futura de nossos filhos, nós temos o implícito interesse em promover o desenvolvimento de todas as forças com que o dotará o Criador, não só para felicitamo-nos como também para colocá-lo no primeiro plano do mapa das nações civilizadas

[...] Pelas sucintas considerações gerais que acabais de ouvir, compreendeis perfeitamente que somos adversários da escola que professa a colonização chinesa e que por conseguinte acompanhamos a ilustre secção de colonização e estatística

¹⁶⁸ O AUXILIADOR DA INDÚSTRIA NACIONAL, n. 03, março de 1858, p. 62.

¹⁶⁹ Foi médico e botânico no segundo reinado e membro de outras instituições do período, como o IHGB e a Sociedade Velosiana.

quando em seu parecer faz votos não só para que os asiáticos não permaneçam no país nem se cruzem com a nossa população, como também que contingentes das diversas nações europeias com as diversas aptidões e qualidades que as caracterizam venham estimular a atividade do povo brasileiro.

E com efeito, senhores, a imigração chinesa não é uma imigração propriamente dita, é antes uma barbárie sistemática e artificial. Os chins não são os homens do século, os obreiros da civilização. Não é um povo onde o homem é besta de carga, onde o pai tem o direito de trucidar o filho recém-nascido, onde os indivíduos se envenenam diariamente com o ópio, onde a inteligência degenerou pela disformidade do cérebro, onde a raça definhou pela nutrição insuficiente do arroz, onde enfim a religião é o culto dos ídolos, que nós, nação nova e nas vias que da civilização moderna, iremos buscar um contingente prestimoso para a conquista grandiosa que temos em vista - a cultura da razão, a organização social, a produção multiplicada e o progresso sem limites

A civilização chinesa é um obstáculo à civilização, porque ela disse ao homem - paraí, quando o destino lhe brada - marchai.¹⁷⁰

Não é objetivo da investigação discutir os fluxos migratórios em si, mas é importante entender como este posicionamento sobre os asiáticos – e também sobre os europeus, vistos de maneira bem mais positiva – se articulava com o projeto “conservador” delineado pela Sociedade Auxiliadora até então para apontar as contradições entre essas reflexões e suas inspirações liberais, constatadas desde muitos anos antes. O que podemos notar, primeiramente, é que, também nesse aspecto, as influências práticas eram europeias e apareceram como fatores que contemplassem os fundamentos da SAIN, estabelecidos a priori e que apontavam para a produtividade, ou melhor, para mudanças que acreditavam e defendiam ser mais produtivas.

O próprio Nicolau Moreira, em 1870, chegou a publicar um livro intitulado “Questão: convirá ao Brasil a importação de colonos *chins*?”, no qual já havia exposto o mesmo posicionamento de oposição a esse imigrante. Aproximadamente um ano depois, apesar de a seção de colonização e estatística da SAIN ter uma conclusão distinta (que não foi publicada na revista), ele usou de sua posição de presidente da instituição e discursou novamente, declarando:

O meu ilustrado colega presidente da secção de colonização e estatística desta Sociedade acreditou que sitiando-me pelo espaço de três longos meses, faria com que me rendesse à discricção. Enganou-se completamente, porque na arena da ciência como no Campo das batalhas, se há combatentes que nos passos difíceis se desapontam e colocou a espada de honra aos pés do adversário, existem também outros que, cheios de fé, fortalecidos em suas crenças pelo apoio moral que lhes prestam seus correligionários e abraçados com a bandeira que hastearam, batem-se até a última extremidade e sepultam-se muitas vezes sob as ruínas dos baluartes, cuja defesa lhes fora confiada.

Pertencendo a esta última classe de combatentes continuo a sustentar o pleito que travei com o Sr. Dr. Galvão e tanto mais quanto nem a pertinácia do sítio, nem as investidoras feitas por S. S. puderam dismantelar o reduto em que me acastelei,

¹⁷⁰ O AUXILIADOR DA INDÚSTRIA NACIONAL, n. 4, setembro de 1870, p. 375-385.

parecendo antes ser o meu adversário quem se retira extenuado pelos longos esforços que inutilmente empregara para esmagar-me.

Entro, pois, de novo na arena da discussão, ainda com as mesmas ideias, porém mais robustecido pelas novas forças que adquiri e tenho fé em Deus que o brando calor da discussão fundirá esses castelos de gelo que a habilidade do meu colega souberam levantar, é que mostrarei ao conselho que não se trata da substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre e inteligente, e sim da transformação de uma escravatura africana com todos os seus defeitos por uma outra mongólica com todos os seus vícios, que as indústrias e as artes continuarão por muito tempo ainda humilhadas que a desgraçada teoria dos fins justificarem os meios permanecerá com seus foros de cidade e que por um bem-estar material e passageiro sacrifica-se a grandeza moral de nossa futura nacionalidade.

E, senhores, se sucumbir neste pleito de honra, ainda assim cairei satisfeito porque me acompanharão os votos dos mais prestimosos cidadãos do continente europeu e das terras americanas.¹⁷¹

Em uma nota de rodapé, o autor nomeou as referências desta frase final: Duque de Broglie, Laboulaye, Alfred de Broglie, Olozaga, J. Cooper, Garrison, Palfray, General Dubois, Rainy, Vogels, General Rogas, A. Cochin, Visiarrondo, Hammered, Chamenrow, Moges, Duval, Clavel, Guizot, Bright, Reclus e o mais conhecido deles, Stuart Mill. Além desses autores, lemos no trecho o argumento da “escravidão amarela”, utilizado por opositores da imigração asiática que consideravam esse recurso uma transição entre a escravidão e o trabalho livre, e que causariam obstáculos ao progresso.

Uma resposta à visão de Moreira foi publicada paralelamente pela SAIN em forma de livreto, assinada por Ignácio da Cunha Galvão (1821-1906)¹⁷². Ele argumentava que os chineses “seu lado brilhante e seu lado sombrio” e os caracterizava como frios, desconfiados, dissimulados e vingativos, mas também os qualificava como industriais, com disposição para a submissão, de maneiras brandas, pontuais e afáveis. O autor completava afirmando que “sob um melhor governo os chins seriam, sem dúvidas, um melhor povo”, mas que não deveriam ser considerados “verdadeiros colonos”.¹⁷³

Robert Conrad, ao refletir sobre os argumentos favoráveis e contrários à imigração chinesa que apareceram nos debates do período, considerou que existia uma desconfiança dos grandes produtores do Brasil a respeito da competência dos trabalhadores que ocupariam a função dos escravizados. Incorporavam, constantemente, assim, relatos de experiências frustrantes de colonização asiática de países como Cuba e Peru – entendidos como o motivo para o insucesso do recurso no Brasil – e por meio da pressão internacional, principalmente da

¹⁷¹ O AUXILIADOR DA INDÚSTRIA NACIONAL, n. 4, setembro de 1871, p. 76-77.

¹⁷² Foi político de carreira e chegou à presidência da província de Santa Catarina. Na SAIN ocupou o cargo de presidente da “Seção de Colonização e Estatística”.

¹⁷³ SOCIEDADE AUXILIADORA DA INDÚSTRIA NACIONAL. Discurso pronunciado pelo Dr. I. C. Galvão na sessão de 3 de outubro de 1870 Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1870, p. 15-16.

Inglaterra, que difundia ideias de dificuldade na negociação, além de sua já conhecida pressão contra sistemas semelhantes à servidão.¹⁷⁴

De uma maneira geral, podemos afirmar que os principais opositores à chegada de chineses e indianos eram positivistas e denunciavam o caráter “semi-servil” do projeto, assim como o perfil desses povos orientais, que era considerado como “intermediário” e que, conseqüentemente, seria incapaz de empreender ou contribuir com a reforma do Império; os argumentos utilizados eram, em sua totalidade, baseados em teorias europeias. O debate se intensificou ainda mais na década de 1870, já que os defensores dessa medida também ganhavam algum destaque.

Os projetos em desenvolvimento fora do país merecem também alguma atenção, especialmente no mundo ocidental. Nos Estados Unidos, por exemplo, a política imigratória foi marcada pela exclusão desses trabalhadores, chegando ao ápice em 1882, na assinatura do *Chinese Exclusion Act*, que oficializou o conceito de “imigrante ilegal”, e era, na prática, uma norma que buscava restringir a entrada de chineses, classificando-os como “indesejados”. Antes disso, entretanto, os asiáticos já sofriam perseguições do Estado norte-americano e de uma parcela da sociedade,¹⁷⁵ especialmente algumas organizações sectárias e xenófobas que pressionavam a câmara dos deputados por medidas mais restritivas a todos os não-estadunidenses durante os debates sobre legislações que envolviam direitos civis e, evidentemente, a chegada de estrangeiros.¹⁷⁶

Outro exemplo era o caso dos Irlandeses católicos, que geravam preocupações em parte dos estadunidenses graças à sua religião, já que a consideravam um obstáculo à lealdade dessas pessoas. Incomodavam-se, também, com à pretensão salarial, considerada bastante baixa – uma vez que fugiam da miséria e da escassez de alimentos de suas terras vernáculas –, e capaz, por conseguinte, de reduzir a média de pagamentos a trabalhadores livres. Durante as décadas de 1840 e 1850, esses grupos sectários se organizaram em conjuntos, que ficaram conhecidos como “*Know Nothing*”, os quais, por sua vez, cresceram consideravelmente a ponto de fundar o “Partido Americano” e de eleger diversos membros em importantes cargos do governo.¹⁷⁷

¹⁷⁴ CONRAD, Robert. The planter class and the debate over chinese immigration to Brazil, 1850 – 1893. *International Migration Review*. New York, v. IV, n. 1, 1975, pp. 41 – 55.

¹⁷⁵ Em 1870, por exemplo, foi assinado o *Naturalization Act*, que naturalizou estrangeiros no país, mas excluiu os asiáticos.

¹⁷⁶ CUNHA. Filipe Brum. *Imigração aos Estados Unidos da América: análise histórica e tendências no início do século XIX*. Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. 2012, p. 34.

¹⁷⁷ CUNHA. *Imigração aos Estados Unidos da América. Op. Cit.*, p. 25.

O que podemos incorporar deste processo é que, na nação norte-americana, desenvolveu-se uma preocupação espontânea em relação ao imigrante que deveria ser atraído, para que, uma vez nos Estados Unidos, pudesse atuar como um agente do progresso não só material, mas cultural e social da civilização. No mesmo contexto, surgiu uma série de teorias científicas que respaldavam esse pensamento, como a frenologia e o darwinismo social, usadas para organizar a espécie humana em raças e classificá-las hierarquicamente, colocando sempre os brancos na prateleira mais alta.

Com adeptos numerosos na América Latina e, evidentemente, no Brasil, essas concepções ampararam os projetos políticos que visavam promover o “branqueamento progressivo” da população, pautado em empreender uma série de medidas que integrassem um processo de “melhoramento biológico” da sociedade por meio de uma suposta mestiçagem espontânea, regulada, por sua vez, pelo aumento da “carga de pessoas brancas”. As teorias serviam também como base para a construção de um imaginário que enaltecesse as contribuições portuguesas de décadas e até séculos anteriores em detrimento às indígenas e africanas.

Um exemplo de dentro da própria SAIN é a criação e atuação do IHGB em 1838, que pretendemos discorrer com mais detalhes no terceiro capítulo desta tese. Podemos adiantar, entretanto, que, como os demais empreendimentos da instituição e do governo, a entidade definia-se pelo olhar que vinha de fora, procurando criar uma história nacional branca, eurocêntrica e cristã. Retomando a questão chinesa, devemos lembrar que, na prática, a chegada desses imigrantes não foi significativa em nenhum momento do século XIX, mas o debate existiu e chamou a atenção da SAIN, que incluiu a pauta nas páginas de sua revista, relacionando-a com medidas que suprissem as necessidades da lavoura do Império.

Como dito antes, a “colonização” sempre foi um assunto que interessou aos diretores da instituição e apareceu em praticamente todos os anos de publicação. Depois de 1845, com o avanço cada vez mais notável da questão abolicionista no Brasil, o periódico passou a encarar o fim do cativeiro como um acontecimento iminente e também incluiu no AIN ideias com características eugenistas, como mostra o seguinte trecho:

[...] Escusamos lembrar o exemplo de nossos conterrâneos: basta dizer, para incentivo de nós outros, que uma só sociedade no Maryland, estabeleceu uma colônia da África, e que pelo menos metade da sua população escrava já tenha sido exportada. É, portanto, natural que as nossas províncias porfiem com a maior emulação para expelirem do seu seio esta praga, causa única do seu atraso. Além dos benefícios que devem resultar de nos livrarmos de uma tal praga, quem não vê nestes estabelecimentos um ato de grandeza e glória para o nosso país, e uma origem de comércio vantajoso! Grandeza e glória, porque assim poremos de par com

a Grã-Bretanha e a América do Norte, na grande obra da civilização da África; de comércio vantajoso, porque os gêneros produzidos nestas colônias servirão de objeto de troca para os que produz o nosso país e, portanto, de um comércio que deve tomar uma grande latitude com a África inteira, a quem estas colônias servirão de interposto.¹⁷⁸

A reflexão era assinada por Frederico Leopoldo Cezar Burlamaque (1803-1866)¹⁷⁹ e defendia a fundação de uma “colônia brasileira” na África, que produziria bens agrícolas para o comércio internacional utilizando a mão de obra livre dos libertos que fossem conquistando alforria no Brasil. O que podemos notar, neste aspecto, era que o autor buscava formas de aumentar a quantidade de brancos por meio da imigração e diminuir a de negros, libertando-os e encaminhando-os para este empreendimento na costa africana, reduzindo, assim, a carga não branca na miscigenação.

O texto era de 1848, mas já revelava uma postura da Sociedade em favor do processo de “branqueamento”. Os chineses, bem como indianos e outros asiáticos, eram vistos como parte de uma “raça inferior”. Os diretores da SAIN, com esse respaldo considerado científico na ocasião, engrossavam seus argumentos de oposição à chegada desses trabalhadores, defendendo que a equação final da miscigenação seria negativa para o Brasil. Burlamaque, na mesma matéria, defendeu a abolição, entendendo que a medida, mesmo que gradual, iniciaria um processo de “valorização do trabalho”. Para ele, atividades realizadas por escravizados eram consideradas “desqualificadas”, assim como aqueles que as ocupavam; ao transferir tais ofícios para o trabalhador livre branco, o prestígio sobre elas também aumentaria.

Assim, as reflexões de Burlamaque iam no sentido de reparar o que considerava um problema e argumentar com os senhores que o sentimento receoso em relação a esta transformação não se justificava. Utilizando experiências do exterior para ilustrar suas ideias, o engenheiro acreditava que o Estado deveria ser responsável pela segurança e os colonos pelo trabalho. No debate acerca de qual imigrante deveria ser pretendido para essa “segunda colonização brasileira”, a SAIN importou visões econômicas, sociais e culturais de maneira equivalente, apesar de separadas. A valorização do trabalho, o progresso e o desenvolvimento do Império como um todo só seria possível se o elemento retardante, materializado nos negros, bem como o intermediário, referindo-se aos asiáticos, fossem removidos, e o catalisador, representado pelos brancos, passasse a ser incluído de maneira exponencial. É interessante notar

¹⁷⁸ O AUXILIADOR DA INDÚSTRIA NACIONAL, Vol. II (nova série) n. 8, janeiro de 1848, p. 321.

¹⁷⁹ Frederico Burlamaque era engenheiro e botânico formado pela Escola Militar do Rio de Janeiro. Foi professor na mesma entidade, diretor do Jardim Botânico e do Museu Nacional do Rio de Janeiro, conselheiro do Império e associado da Academia Nacional de Belas Artes e do IHGB.

que essa postura estava calçada apenas na parte humana da equação, guardando o respeito, por exemplo, à produção agrícola dos chineses, considerada até superior à europeia, tanto em aspectos técnicos como em relação ao conhecimento destes trabalhadores sobre a terra e as plantas. Em 1860, outro exemplo que dizia respeito à produção de seda pode ser destacado:

O que melhor se poderia fazer seria voltar a educação pastoral, que dá sempre melhores resultados de que nos grandes estabelecimentos seropédicos. Dever-se-ia imitar os chineses, nossos mestres quanto à educação dos bichos de seda, que conseguem produzir massas enormes de casulos dividindo esta produção por um grande número de mãos.¹⁸⁰

O produto não chegou a ocupar espaços significativos na economia brasileira, mas era recorrente nas páginas d'*O Auxiliador da Indústria Nacional*, assim como a cultura do chá, que também incluía referências aos chineses. O que podemos assimilar desses textos, porém, é que havia um interesse em uma parcela da SAIN de importar técnicas chinesas para a produção desejada, que, contraditoriamente, defendia medidas restritivas à chegada dos trabalhadores conhecedores das mesmas atividades. Em 1863, em outro artigo de pretensão científica sobre estrumes, lê-se outro elogio:

[...] Neste ponto, o orgulho das nações civilizadas deve inclinar-se perante a barbaridade dos chineses que há muitos séculos conservam o seu país em perene fertilidade sem nenhuma importação de estrumes, mas simplesmente apanhando cuidadosamente as dejeções humanas.¹⁸¹

Ou seja, até a década de 1860, liam-se muitas abonações aos chineses e às suas técnicas e produções agrícolas, apesar de ainda os chamarem de “bárbaros” – no sentido de alheios ao mundo civilizado. Conforme os debates sobre imigração avançavam, no sentido de considerar aquele povo como possíveis colonos, a postura da instituição se radicalizava para o lado da oposição. Um ano antes dos textos de Nicolau Moreira, expostos acima, serem publicados, já havia um indicativo sobre qual seria o posicionamento em relação à convivência com os chineses:

Imigração

Importação de trabalhadores chins, tal é o título de uma memória escrita pelo Sr. José Pedro Xavier Pinheiro e pelo mesmo apresentada ao Ministério de Agricultura, que a mandara imprimir e distribuir pelas diversas associações do Brasil. Tem por fim, a memória, mostrar as vantagens da colonização chinesa em substituição dos braços

¹⁸⁰ O AUXILIADOR DA INDÚSTRIA NACIONAL, maio de 1860, p. 214.

¹⁸¹ O AUXILIADOR DA INDÚSTRIA NACIONAL, março de 1863, p. 174.

escravos que tendem necessariamente a extinguir-se. Dando conta desta publicação, que interessa tão de perto a nossa agricultura, reservamo-nos para mais de espaço para examinarmos a força dos argumentos em que se fundam os sectários dessa espécie de colonização.

Entretanto diremos desde já que, para nós, a colonização é uma questão complexa, e que não é possível tratá-la como convém, olhando tão somente para os colonos como máquinas brutas de trabalho, porém que devemos ter em grande atenção, sobretudo em um país como o nosso, as condições orgânicas fisiológicas dos imigrantes, o estado de adiantamento intelectual em que se acham, a raça a que pertencem, os resultados prováveis dos cruzamentos que necessariamente hão de verificar, e que devem vir a constituir a população nacional, mais ou menos robusta e inteligente conforme a natureza de seus progenitores.

Dos agricultores e dos que se entregam ao estudo da antropologia étnica chamamos a atenção para a memória do Sr. Dr. X. Pinheiro.¹⁸²

É notável, na matéria, o incômodo com a possibilidade de colonização chinesa, reagindo a uma proposta apresentada ao ministério da agricultura por José Pedro Xavier (1822-1882), um escritor brasileiro. Defendiam, na reflexão, que os estrangeiros que chegavam ao Brasil não poderiam ser encarados apenas como trabalhadores, mas também como moradores do país. A matéria pode ser também uma resposta à repercussão que o assunto vinha mobilizando na esfera pública e configura como uma contradição em relação ao histórico de reflexões sobre os asiáticos no *Auxiliador*. Os editores, na ocasião, desconsideravam a agricultura e as técnicas asiáticas como fatores de “desenvolvimento intelectual” dos povos, voltando sua análise para o que chamaram de “condição fisiológica” das pessoas que habitavam oriente. Nicolau Moreira, como vimos, acabou mais ligado a esta vertente dentro da instituição e, sendo ele o presidente, na ocasião, teve alguma autoridade para definir este pensamento como a posição oficial.

O debate no Brasil, entretanto, estendeu-se por mais alguns anos, sendo muito presente no Congresso Agrícola do Rio de Janeiro de 1878, organizado pelo então presidente do Conselho de Ministros e Ministro dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas (MACOP), João Lins Vieira Cansanção de Sinimbu (1810 – 1906). O estadista tinha a pretensão de promover reflexões entre os grandes produtores, intelectuais e políticos do Império sobre os problemas da lavoura, destacando a crise na demanda da mão de obra oriunda do processo de abolição da escravidão. Foi a primeira vez na história independente do império que um evento desta natureza foi organizado oficialmente pelo governo, dando aos proprietários e interessados a oportunidade de debater e defender interesses diretamente, sem a participação ou representação parlamentar.

O Congresso foi uma medida inovadora de Sinimbu assim que chegou ao cargo, agradando os proprietários. Segundo a contagem aproximada dos anais do evento, houve 399

¹⁸² O AUXILIADOR DA INDÚSTRIA NACIONAL, outubro de 1869, p. 444.

participantes, dos quais o Rio de Janeiro, com 59 inscritos, e São Paulo, com 34, eram as províncias com maior número de representantes, acompanhados de 400 delegados.¹⁸³ Repercussão que não é complexa de se entender, uma vez que era um momento difícil para a lavoura, com dificuldades de encontrar uma saída rápida para o problema da falta de mão de obra. A introdução de trabalhadores chineses era um dos assuntos mais aguardados, defendida, entre outros participantes, pelo próprio Sinimbú.

Os debates sobre esse assunto acabaram condensando argumentos de toda a década e revelando que existia consenso, por exemplo, de que os avanços tecnológicos eram importantes – mas nem todos concordavam que era uma prioridade – e que a falta de capital e de braços para a lavoura eram os problemas mais críticos – mas havia muitas discordâncias a respeito das medidas a serem tomadas.¹⁸⁴

A respeito da imigração chinesa, nomes conhecidos do Brasil eram seus defensores, como é o caso de Irineu Evangelista de Souza, o Visconde de Mauá (1813-1889),¹⁸⁵ que apoiou a importação de 100 mil chineses por ano, e Quintino Bocaiuva (1836-1912),¹⁸⁶ que, posteriormente, participou do processo de fundação da República. Os principais argumentos viam no recurso uma oportunidade de substituir os escravizados por outra nação considerada “atrasada”, conservando as estruturas sociais vigentes, mesmo que uma grande parte considerava os asiáticos como “pior que os negros”, “sem amor ao trabalho”, “entregues ao vício do ópio”, “atrasados intelectualmente” e cultivadores de “hábitos anti-europeus”.¹⁸⁷

Segundo Maria José Elias, mesmo entre os defensores da importação de trabalhadores da China, existia a ideia de que se tratava de uma proposta intermediária entre a escravidão e o trabalho livre. A autora lembra, em sua reflexão, que várias experiências com a introdução de asiáticos no país foram sendo consideradas pouco satisfatórias e geraram receio das elites ao permitir a entrada desses agricultores, apesar de avaliar que eles representavam uma saída para

¹⁸³ CARVALHO, José Murilo de. *Introdução dos Anais do Congresso Agrícola de 1878*. In. CONGRESSO AGRÍCOLA. *Anais do Congresso Agrícola de 1878*. Introdução e notas de rodapé: José Murilo de Carvalho. Rio de Janeiro, Fundação Casa de Rui Barbosa, 1988, p. VI.

¹⁸⁴ CARVALHO, José Murilo de. *Introdução dos Anais do Congresso Agrícola de 1878*. Op. Cit, p. VII.

¹⁸⁵ Foi comerciante, armador e banqueiro, ficou conhecido pelo incentivo e defesa da industrialização. Implantou a primeira fundição de ferro e estaleiro no país e a construção da estrada de ferro Mauá, a primeira do Brasil. Recebeu os títulos de Barão e posteriormente Visconde pela atuação e pioneirismo em setores da economia, é considerado um dos primeiros representantes do capitalismo no Império.

¹⁸⁶ Foi político e jornalista, conhecido pela militância republicana ao lado de Benjamin Constant e Marechal Deodoro da Fonseca. Foi o primeiro ministro das relações exteriores e presidente do Estado de Rio de Janeiro entre 1900 e 1903.

¹⁸⁷ GONÇALVES, Paulo Cesar. *Mercadores de Braços*. Op. cit, p. 162.

conseguir mão de obra para as fazendas sem precisar impor esse tipo de trabalho aos europeus.¹⁸⁸

Em fevereiro 1883, Sinimbú inaugurou a Companhia de Comércio e Imigração Chinesa no Rio, que buscava discutir contratos e introduzir trabalhadores chineses no Brasil.¹⁸⁹ No mesmo ano, entretanto, a organização foi encerrada e os opositores da entrada de chineses se fortaleceram, destacando, também, a atuação da Sociedade Central de Imigração (SCI), da Sociedade Brasileira de Imigração (SBI) e de parte da imprensa nacional, que criticaram o projeto, classificando-o como uma “segunda escravidão” e contribuindo para o seu fracasso.¹⁹⁰ Tal proposta chegou a ser mencionada no *Auxiliador da Indústria Nacional* na ata da assembleia geral do mesmo ano:

O mesmo Sr. Dr. Pereira Rego Filho, depois de rememorar o interesse tomado pela Sociedade para externar suas ideias contrárias ao elemento chinês, quando se agitou a questão da sua introdução entre nós, pede permissão a assembleia para, aproveitando-se da presente reunião, sujeitar ao seu esclarecido voto uma moção, que entende ser a melhor felicitação, que pôde ela dirigir ao país nos dias em que tanto se cogita do seu desenvolvimento e prosperidade futura.

A moção seria um justo prêmio à vitória afetiva e moral que alcançou, vendo o seu triunfo no justo, equitativo e altamente patriótico empenho que manifestou, condenando a ominosa colonização chinesa que, embora julgada em demasia ainda se pretendia inconscientemente dar-nos, malgrado todos os sacrifícios que pudessem resultar de tais hóspedes, para o abastardamento da nossa nacionalidade, já suficientemente enfraquecida, para aumentar-se por capricho sua maior ruína.

Acreditando na coerência dos princípios que a guiaram então, vai segura da aceitação, solicitar o voto unânime da presente Assembleia para a seguinte moção:

A Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional viu com manifesto prazer que, em consequência do pronunciamento hostil da opinião pública, em referência ao elemento senense a *Companhia Commercio e Imigração Chinesa* anunciou a sua liquidação definitiva, ficando assim julgado pelo país este incidente econômico.¹⁹¹

Comemoraram, assim, o fim da Companhia, invocando inclusive a “opinião pública”, como determinante para o acontecimento, encarado também como o fim da discussão e das tentativas de introdução deste estrangeiro. Mesmo assim, em 1884, em um discurso proferido para o imperador, o tema apareceu e, mais uma vez, enfatizou a questão racial, étnica e cultural que marcava seus argumentos:

¹⁸⁸ ELIAS, Maria José. Os debates sobre o trabalho dos chins e o problema da mão de obra no Brasil durante o século XIX (Comunicação). In. *Anais do VI Simpósio nacional dos professores universitários de história: Trabalho livre e trabalho escravo*. Goiânia. 1971. Euripes Simões de Paula (org.). ANPUH. São Paulo 1973. p. 698.

¹⁸⁹ CONRAD, Robert. *The planter class and the debate over chinese immigration to Brazil*. Op. Cit, p. 46.

¹⁹⁰ CARREGA, Arthur Daltin. Imigrantes para a pequena propriedade: o boletim e as ideias da Sociedade Central de Imigração (1883-1891). Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP). 2017, p. 70-71.

¹⁹¹ O AUXILIADOR DA INDÚSTRIA NACIONAL, Volume LI, n. 12, dezembro de 1883, p. 268.

A quantos lamentam o ouro despendido com esse estrangeiro é justo responder; quando escasseia a imigração espontânea, atraindo correntes imigratórias capazes de inocular sangue forte, enérgico e generoso na circulação do Brasil, do que perder tempo com ajustes diplomáticos para introduzir trabalhadores chineses, elemento pernicioso e repugnante a todas as nações cultas do mundo. O Império Americano já está cheio de negros, vermelhos e amarelos. Venham mais brancos melhorar as raças existentes no país, cruzando-se com elas, radicando os seus haveres, perpetuando-se nos vínculos da família, em vez de viciar-se ainda mais a sociedade brasileira com gente corrupta, débil e inimiga da raça branca.¹⁹²

Assim, como se pode notar, o posicionamento oficial da instituição se manteve praticamente o mesmo até o fim de suas publicações, mesmo que essa tenha sido a última menção à imigração e colonização pelos chineses. Nas edições e anos seguintes, esses asiáticos voltaram a ser encarados como bons agricultores do chá e produtores do bicho da seda – inclusive, merecendo elogios.

O debate, no âmbito mais amplo dos liberais fluminenses, abriu caminho para discutir outros pontos da ação liberal na província, especialmente nas propostas da Sociedade Auxiliadora. A questão da mão de obra merece atenção específica, uma vez que era um dos debates centrais no processo de modernização da agricultura no império. Além disso, o papel da imprensa na difusão das ideias deve ser considerado, já que publicou concepções e propostas que tiveram sucesso ou não. De maneira genérica, podemos adiantar, com base nas reflexões do primeiro item deste capítulo, que o liberalismo não era a principal preocupação da entidade, tampouco do periódico.

Na introdução de *Brasil: uma biografia*, Lilia Schwarcz e Heloísa Starling afirmam que o país “sempre foi definido pelo olhar que vem de fora”,¹⁹³ uma concepção que cabe decisivamente à SAIN. Sua intenção era promover a modernidade e o progresso dentro de um modelo pré-estabelecido, que favorecia o regime monárquico e era importado principalmente da Europa. A filosofia liberal acompanhava esse conjunto de inovações, muitas vezes sem mencionar o termo; em outras, era associada a ele distorcendo o conceito ou utilizando-o de maneira distinta de como o conhecemos no século XXI.

O objetivo era representar a burocracia imperial e parte da elite agrária do Rio de Janeiro na fundação das bases culturais, sociais e econômicas nacionais. O liberalismo brasileiro da Sociedade Auxiliadora tentou conciliar uma estética histórica europeia, patriarcal, branca e oriunda da nobreza com as necessidades comerciais coloniais. Retomando as proposições de

¹⁹² O AUXILIADOR DA INDÚSTRIA NACIONAL, Volume LII, n. 1, janeiro de 1884, p. 13.

¹⁹³ SCHWARCZ; STARLING. *Brasil: uma biografia*. *Op. Cit.*, p. 20.

Habermas e Thompson, a hipótese é que o ambiente social letrado do Brasil era favorável ao desenvolvimento dessas ideias, e as folhas, jornais ou revistas contribuíram com a interiorização dos mecanismos de dominação e dos limites conservadores da economia oitocentista.

2.2 Quem cala consente: a questão escravista nas páginas d’*O Auxiliador da Indústria Nacional*

Retomando brevemente alguns pontos: devemos lembrar que a Sociedade Auxiliadora foi fundada na agitação da independência, gestada em 1825 e oficialmente instalada em 1827. Era idealizada e dirigida por homens com títulos de nobreza e antigos funcionários do governo de Pedro I, mas congregou, até seus momentos finais, outras figuras, como cientistas, produtores rurais e comerciantes. Começou a publicar a revista *O Auxiliador da Indústria Nacional* (AIN) em 1833, ou seja, após a abdicação do Imperador, ocorrida em 1831, mantendo, porém, os princípios norteadores pensados na sua criação.

Existem vários fatores para serem considerados no contexto, já que procuramos entender o posicionamento da instituição diante do tema da escravidão, a começar pela pressão externa – principalmente, a britânica –, que incentivava a supressão do tráfico desse tipo de mão de obra no Atlântico; existia, também, um desenvolvimento avançado de pautas abolicionistas no restante das Américas. Internamente, porém, é interessante notar uma característica comum entre esses países vizinhos, que conseguiram desenvolver uma conjuntura favorável à reação contra os regimes políticos do velho mundo sem pressupor mudanças significativas e fundamentais nas instituições sociais, especialmente na escravidão.¹⁹⁴

No Brasil, mais ainda, essa luta pela independência ganhou claros contornos institucionais, sendo travada essencialmente no interior da burocracia imperial lusitana. Não houve, no país, a construção significativa de um movimento republicano até a segunda metade do século XIX, e a “nação miscigenada” não criou uma sociedade pacífica e harmoniosa; pelo contrário, abriu espaço para transformar e até ampliar os mecanismos de dominação existentes. O resultado foi a formação de uma civilização profundamente hierarquizada e com esferas bem definidas. Os grupos dominantes, temerosos de instabilidades de diversos campos,

¹⁹⁴ BLACKBURN, Robin. *A Queda do Escravismo Colonial: 1776-1848*. Tradução: Maria Beatriz Medina. Rio de Janeiro. Record, 2002, p. 16.

fundamentaram e cristalizaram seus próprios tabus, que continuaram servindo de escudo em relação aos menos privilegiados.

Neste debate, é importante lembrar do escopo principal da revista e da instituição, declaradamente preocupada com os avanços da tecnologia e das ciências, no sentido de promover o domínio do homem sobre a natureza – o que acabava por se tornar uma promotora de narrativas de defesa prévias. Por último, a condição paradoxal do periódico, que, diante do projeto central da Auxiliadora, tinha, por um lado, uma relação oficial com o governo, e, por outro, com os agricultores e comerciantes, o qual definia o que seria ou não publicado.

Sobre a pressão dos ingleses é importante considerar que as relações diplomáticas entre o Brasil e a Inglaterra se transformavam e se intensificavam desde tempos prévios à transferência da família real para o Rio de Janeiro, em 1808. Evitando um recuo muito longo,¹⁹⁵ podemos considerar que, quando Napoleão Bonaparte decretou o bloqueio continental em 1806, o Reino Unido era economicamente dependente das exportações para manter o padrão de vida dos ingleses e financiar seus elevados gastos militares, especialmente da marinha. Portugal e suas colônias eram alguns de seus principais parceiros, formando um cenário que obrigou os britânicos a participarem ativamente da permutação da capital lusitana para os trópicos.¹⁹⁶

Depois da abertura dos Portos, em 1810, e da derrota francesa, em 1815, o Brasil deixou de ser intermediário e passou a comercializar manufaturas diretamente com os ingleses, fazendo com que a balança comercial chegasse a ficar deficitária para os portugueses por um breve período. O resultado dessa sequência de acontecimentos é que a transição econômica que tirou o Brasil do pacto colonial para colocá-lo sob a hegemonia dos ingleses foi negativa, deixando um legado de dependência para o futuro Império tropical.¹⁹⁷

A herança colonial foi reforçada no período imediatamente posterior à independência, quando Pedro I, buscando reconhecimento internacional, recorreu aos empréstimos ingleses para o pagamento da indenização exigida pelos portugueses. Em 1825, o acordo foi consumado,

¹⁹⁵ Jobson Arruda analisou as tabelas de importação e exportação entre as colônias e mostrou que a revolução industrial, no século XVIII, e o conseqüente aumento significativo na produção manufatureira britânica trouxeram conseqüências para a transformação do modo de vida dos ingleses, fazendo a *gentry* pressionar a formação de uma nova política imperialista, que visava estimular exportações como nova prioridade. No século XIX, o capital britânico passou a ter concorrência de outras nações imperialistas, em especial a França, na Europa, e os Estados Unidos, na América, e, para não perder o controle – econômico, mesmo que intermediário, uma vez que estavam sob a vigência do pacto colonial – sobre as cidades coloniais portuguesas, houve um reforço nos mercados consumidores. Cf. ARRUDA, José Jobson A. A colônia entre dois imperialismos: do mercantilismo ao livre-cambismo. In: ARRUDA, José Jobson A. *Uma colônia entre dois impérios: a abertura dos portos brasileiros (1800-1808)*, 2008. p. 45.

¹⁹⁶ ARRUDA, J. A colônia entre dois imperialismos. *Op. Cit.*, p. 45.

¹⁹⁷ ARRUDA, J. A colônia entre dois imperialismos. *Op. Cit.*, p. 73.

mas com a condição imposta pelo Reino Unido de que o Brasil extinguiria o tráfico de cativos africanos em até 3 anos, acordo que os brasileiros não tinham condições, nem interesse de cumprir, mas que inauguraram uma série de ações britânicas que forçavam o fim desse comércio. No mesmo período, desdobraram-se alguns conflitos de interesses com os países da antiga América espanhola, permeados por questões territoriais.¹⁹⁸

Mas o ponto que interessa ao nosso argumento, oriundo do restante das Américas, incluindo as ex-colônias inglesas, francesas, holandesas e espanholas, é o processo de abolição do tráfico e do trabalho de escravizados que se desenvolvia desde o século XVIII. Vincent Brown, que escreveu sobre as revoltas de cativos na Jamaica – a então colônia mais lucrativa do império britânico –, afirmou que os africanos submetidos a essa condição estavam em um “Estado de guerra perpétuo”,¹⁹⁹ o qual era permeado pela violência na captura, no transporte e no controle da atividade exercida nas fazendas para onde eram deslocados. A constatação significa considerar a trajetória dessas pessoas, que, muitas vezes, eram líderes ou aliados militares de suas comunidades na costa africana; aos poucos e de maneira furtiva, conseguiram reorganizar grupos leais às suas origens, dispostos a retomar as lutas das quais participavam anos antes da sua migração forçada.²⁰⁰

O resultado foi a emergência de várias revoltas, entre as quais Brown destaca a “Rebelião de Tacky”, na freguesia de St. Mary, na parte ocidental da ilha; o levante de *Westmoreland*, liderado por Apongo (nome africano do escravizado Wager), também no oeste jamaicano; e a “Marcha de Simon”, que se desenvolveu nas regiões centrais. Todos os eventos ocorreram na segunda metade do setecentos, mas deixaram flagelos bem mais longevos para a política e para a economia de todas as cidades coloniais inglesas e, posteriormente, aos demais impérios europeus. O autor chega a chamar as rebeliões de “revolução americana que não aconteceu”,²⁰¹ com elementos e interesses semelhantes à posterior, no Haiti,²⁰² bem-sucedida na luta pela independência.²⁰³

¹⁹⁸ PIMENTA, J. Independência do Brasil. *Op. Cit.*, p. 1203ss

¹⁹⁹ Tradução nossa, do original *Perpetual state of war*. A frase era uma citação de Olaudah Equiano (1745-1797) – também conhecido como Gustavus Vassa, que foi escravizado e comprou a própria liberdade antes de se tornar escritor. Brown completou que, para o escritor africano, não se tratava de uma guerra convencional, mas que, ainda assim, envolvia exércitos disciplinados com ordens estatais definidas. Cf. EQUIANO, Olaudah. 1995 [1789], p. 111-112, 171-172 *apud*. BROWN, V. Tacky’s revolt. *Op. Cit.*, p. 4.

²⁰⁰ BROWN, V. Tacky’s revolt. *Op. Cit.*

²⁰¹ Tradução nossa, do original: “[...] American revolution was not to be”.

²⁰² Mais ainda, a revolução de São Domingos fundou a primeira república africana fora do continente de seus protagonistas e, ao abolir a escravidão, mostrou para mundo que o sistema escravista era apenas uma perversa circunstância histórica; logo, poderia ser também transformada. Cf. SCHWARCZ; STARLING. *Brasil: uma biografia*. *Op. Cit.*, p. 151-152.

²⁰³ BROWN, V. Tacky’s revolt. *Op. Cit.*, p. 238.

Tais insurreições, reflete Brown, repercutiram com muita intensidade nas colônias inglesas e estimularam uma série de reformas políticas nesses ambientes, o que não impediu que os colonos se sentissem desamparados pela coroa, desenvolvendo um sentimento identitário cada vez maior, os quais culminaram, no Norte, na independência dos Estados Unidos. No século XIX, ao escrever sobre a história do Império inglês, os britânicos advogavam em favor dos grandes agricultores das Américas, mas não deixavam de externar a ideia de que os eventos violentos ocorridos nas fazendas jamaicanas tinham causa racial.²⁰⁴

Entre os colonos, além do mais, desenvolveu-se um sentimento de “solidariedade branca”, na qual as leis de controle dos escravizados ficaram ainda mais violentas e opressoras, direcionando essa percepção das revoltas para o ideal do abolicionismo. Toda essa conjuntura mostra que a mentalidade “antinegra” destas concepções, assentadas no medo e raiva dos africanos, influenciaram os primeiros passos para o processo de proibição do tráfico, que foi acompanhado por outras colônias britânicas, como a Pensilvânia, e tinham, como objetivo, regular a entrada de escravizados no país, já que tinham passado a vê-los como uma ameaça.²⁰⁵

Notícias e reflexões sobre esses eventos também se difundiram pelas Américas, incluindo pelo Brasil, que tinha uma população escravizada consideravelmente numerosa. Segundo Beatriz Mamigonian, em 1808, quando a família real desembarcou no Rio de Janeiro, uma a cada três pessoas que habitava a colônia era escravizada. No mesmo ano, os britânicos, seguindo uma medida legislativa própria, de 1807, abandonaram a atividade e iniciaram uma campanha que visava extinguir todo comércio de cativos africanos no Atlântico.²⁰⁶

O dado indica que a pressão externa, bem como o desenvolvimento do argumento abolicionista já influenciavam de alguma forma a política interna do Brasil desde tempos pretéritos à independência. Além disso, antes da década de 1840, o governo enfrentou a rebeldia dos cativos e de seus descendentes em várias revoltas, como a “Cabanagem” (1835-1840), no Pará, a “Balaiada” (1838-1841), no Maranhão, e o Levante de Manuel Congo (1838), em Vassouras (RJ). Era inegável que o assunto preocupava e gerava debates sobre como o Império deveria lidar com a situação, que se intensificava conforme os países da América espanhola aderiam ao movimento dos ingleses. O problema aparecia, inclusive, no código criminal de 1830, diferentemente da constituição de 1824, que sequer mencionava a palavra.²⁰⁷

²⁰⁴ BROWN, V. Tacky's revolt. *Op. Cit.*, p. 238.

²⁰⁵ BROWN, V. Tacky's revolt. *Op. Cit.*, p. 219.

²⁰⁶ MAMIGONIAN, Beatriz. A proibição do tráfico atlântico e a manutenção da escravidão. In. GRINBERG, Keila. SALLES, Ricardo. *O Brasil Imperial*. Volume I a III. Rio de Janeiro, Civilização brasileira, 2009, p. 210.

²⁰⁷ GONÇALVES, Paulo. Escravos e imigrantes são o que importam. *Op. Cit.*, p. 318.

O debate apareceu com ênfase no *Manual do Agricultor Brasileiro*, publicado por Carlos Augusto Taunay (1791-1867),²⁰⁸ no Rio de Janeiro, em 1839. Com o livro, o autor pretendia guiar os proprietários agrícolas na gestão de suas unidades diante das transformações da demanda do mercado externo. A obra continha uma série de instruções técnicas e, em pouco tempo, agradou parte da elite imperial.²⁰⁹ O então ministro da justiça, Bernardo Pereira de Vasconcelos (1795-1850), indicou-o para a própria SAIN ainda no início do ano, recomendando a reedição e publicação em todo o território Nacional. Na ata do mês de abril, lemos:

Recebem uma sugestão do ministro Bernardo Pereira de Vasconcelos sobre o Manual do Agricultor Brasileiro.

O Secretário interino leu um ofício do Exmo. Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Justiça e Império, no qual recomendava a publicação do Manual de Agricultura de Mr. Taunay, que o mesmo ofício acompanhava. – Decidiu o Conselho que fosse remetido ao redator do nosso Periódico para o fazer imprimir o mais breve possível, fazendo o mesmo redator aos nossos Agricultores algumas observações acerca da utilidade da obra.²¹⁰

O ofício original, do ministro do Império, também foi publicado no mesmo número algumas páginas adiante:

O Repente, em Nome do Imperador, desejando proteger quanto ser possa, o aumento da indústria e riqueza Nacional; e considerando nos benefícios, que podem resultar ao melhoramento da agricultura do conhecimento de quaisquer escritos, que ofereçam noções sobre a lavoura e a produção: Manda, pela Secretaria de Estado dos Negócios do Império, remeter a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional um exemplar do Manual do Agricultor recentemente publicado nesta Corte, a fim de que a mesma Sociedade lhe faça dar a maior publicidade possível.²¹¹

Referentes ao mesmo fato, as duas citações oferecem interessantes perspectivas, já que o próprio Cunha Barbosa foi convidado a refletir sobre a obra na edição que a SAIN publicaria ainda em março em forma de livro. Mais ainda: percebe-se uma aproximação da instituição com o Ministro conhecido por ser um dos nomes mais ativos do movimento do regresso, ou seja, um defensor da política de Pedro I e da reorganização e centralização do poder em um sistema semelhante ao do primeiro reinado e em torno da figura de Pedro II.

²⁰⁸ Nascido em Paris, filho do pintor Nicolas Antonie Taunay (1755-1830), que participou do círculo de artistas próximos a Napoleão Bonaparte após o Golpe do 18 de Brumário, em 1799. Carlos Augusto chegou a ser major no exército francês, mas acabou expulso em 1814. Tentou, sem sucesso, juntar-se aos exércitos napoleônicos em 1816, e a derrota definitiva do antigo imperador obrigou-o a sair da França. Chegou ao Brasil em 1821 e foi incorporado com a mesma patente de antes ao exército brasileiro, em 1822. Participou de campanhas na Bahia pela independência brasileira. Junto com seu irmão, administrava uma fazenda na Tijuca (RJ), produtora de café.

²⁰⁹ MARQUESE, Rafael de Bivar (org.). Introdução. In: TAUNAY, Carlos Augusto. *Manual do Agricultor Brasileiro*. São Paulo. Companhia das Letras, 2001, p. 13.

²¹⁰ O AUXILIADOR DA INDÚSTRIA NACIONAL, ano 6, n. 4, abril de 1839, p. 121.

²¹¹ O AUXILIADOR DA INDÚSTRIA NACIONAL, ano 6, n. 4, abril de 1839, p. 125.

A edição era dedicada, não surpreendentemente, ao mesmo ministro e possuía um longo apêndice com várias matérias retiradas do próprio AIN e de outros periódicos.²¹² Existia, entre elas, uma reflexão do próprio Carlos Taunay, datada de 1834, com o título “Algumas considerações sobre a colonização, como meio de coadjuvar a substituição do trabalho cativo pelo trabalho livre no Brasil, oferecidas à Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional”.²¹³

Investigando o periódico no ano citado é possível encontrar, no texto de abertura da edição de agosto, uma descrição sobre a assembleia geral ocorrida em 13 de julho, na qual foi lido, publicamente, um resumo de uma memória “do sócio o Major Carlos Augusto Taunay, relativa a evidente necessidade que há no Império de um regulamento que facilite a entrada de colonos”. As linhas, entretanto, não estavam disponibilizadas e o orador incluía a informação de que “como nos nossos números consecutivos não de sair impressas estas Memórias, o público ilustrado decidirá do merecimento destes escritos”. Apesar de não conter o título, fica evidente que, na ocasião, a SAIN fazia referência ao mesmo escrito, mas ele não apareceu nos números seguintes do AIN como prometido.

Além disso, é interessante notar como o orador enfatizou que a Sociedade preferia se abster do debate e da avaliação do conteúdo, que sequer foi mencionado na revista. Lido apenas no *Manual de Agricultura*, Carlos Taunay refletia sobre a “colonização branca” nos Estados Unidos, associando a mesma ao sucesso do país. Mais ainda: defendia o incentivo à uma imigração espontânea, não preocupada em substituir os escravizados, mas em transformar a mentalidade de “capitalistas” e grandes proprietários, para que esses, que estariam comprando cativos na costa da África, passassem a montar um sistema de contratação de trabalho livre disponível na Europa. O autor colocava algumas condições fundamentais para este projeto, destacando a ação estatal que fizesse cumprir “a lei que proíbe a introdução de escravos novos” e a promoção e difusão de conhecimentos e métodos aperfeiçoados de atividades agrícolas.²¹⁴

Vale lembrar que o próprio Carlos Taunay, que pertencia a uma conhecida família francesa ativa na defesa do modelo de governo monárquico – passando pela França napoleônica e, posteriormente, no Brasil dos Alcântara – filiou-se a SAIN em 1833,²¹⁵ o que não ajudou na

²¹² Não foi possível acessar a primeira edição (de janeiro) para comparar este apêndice, mas Rafael Marquese, no prefácio da edição editada em 2001, afirmou que as duas “eram idênticas”, salvo a dedicatória ao próprio ministro Bernardo Vasconcellos.

²¹³ TAUNAY, Carlos Augusto. *Manual do Agricultor Brasileiro*. Segunda Edição. Rio de Janeiro. Typografia Imperial e Constitucional de J. Villeneuve. 1839. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=riRYAAAAcAAJ&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false>; Acesso em: 21/06/2023.

²¹⁴ TAUNAY, C. A. *Manual do Agricultor Brasileiro*. Segunda Edição, 1839. *Op. Cit.*

²¹⁵ Ele acabou se desligando da SAIN dez anos depois, antes mesmo do assunto aparecer na revista AIN.

publicação de seu livro e nem do artigo, mas, possivelmente, contribuiu com a inclusão da escravidão como pauta d’*O Auxiliador* anos mais tarde. A administração dos escravizados era um dos pontos centrais nos debates propostos na sua obra, ocupando os capítulos dois e três,²¹⁶ considerando o cativo como uma “violação ao direito natural” e uma atividade contrária aos “princípios cristãos”.²¹⁷

A leitura do livro na íntegra levanta uma série de diálogos com as propostas difundidas pelo AIN, indicando que era leitor e colaborador do periódico. Defendia, categoricamente, que o Brasil estava na melhor região do mundo para a prática da agricultura e que a adoção da produção com apoio das máquinas era indispensável para o progresso; o governo, então, deveria se empenhar em incentivar ou promover estes instrumentos. Mostrou preocupação em relação à concorrência do açúcar brasileiro na América Central, à falta de estradas e à comunicação da capital com as demais províncias, entre outros assuntos.

O único tema que destoa no final da década de 1830 é a questão escravista, a qual durou pouco tempo, já que, quando o AIN passou a debatê-la, o fez concordando com aquilo que Carlos Taunay escreveu em seu Manual. A abordagem incorpora argumentos humanistas, aprofundando a religião, a economia e o fator fisiológico, defendendo que os africanos integravam a “raça mais baixa entre as humanas”, mas enfatizando que não poderiam ser tratados como “meros autômatos”. Mais ainda: Taunay orientava os leitores a tratar os escravizados de maneira menos cruel, como podemos ler no seguinte trecho:

Os princípios que estabelecemos, e os poucos esclarecimentos que damos, bastam, a nosso ver, para regular a conduta dos homens sensatos, que farão as aplicações e exceções conforme as circunstâncias exigirem sem jamais perder de vista a máxima fundamental de que qualquer escravatura, e com especialidade a preta, não pode ser aplicada a um trabalho eficaz e produtivo sem coação e rigor, sendo somente possível conciliar o interesse do dono e o bom tratamento do escravo por uma vigilância de todos os momentos, e uma imutável regularidade de disciplina.²¹⁸

É possível entender o objetivo principal do autor, sem deixar de reconhecer a importância desses braços para a lavoura brasileira. Em sua obra, os escravizados são encarados como um bem do senhor, e como tal, se bem cuidados, seriam mais produtivo e viveriam por

²¹⁶ Os títulos de cada uma eram: Capítulo 2: Da escravidão – Dos escravos pretos; Capítulo 3: Da disciplina da escravatura – Alimento – Vestimenta e habitação – Tarefa diária – Castigos – Direção moral e religiosa – Relações dos sexos. Cf. TAUNAY, Carlos Augusto. Manual do agricultor brasileiro. 2001. *Op. Cit.*

²¹⁷ MARQUESE. Manual do Agricultor Brasileiro. *Op. Cit.*, p. 15-16.

²¹⁸ TAUNAY, C. A. Manual do Agricultor Brasileiro. *Op. Cit.*, p. 82.

mais tempo. Argumentos que seriam retomados pelo AIN poucos anos depois, como discutiremos logo adiante.

Mas, a essa altura, podemos considerar como um fato que a instituição optou efetivamente por não aprofundar debates relativos ao cativo no periódico. Era uma escolha até política, já que, com o tamanho, as informações e os recursos aos quais tinha acesso, era impossível que seus membros não estivessem cientes dos problemas e das contradições presentes na manutenção da escravidão; eles nem sequer eram provocados a refletir sobre. A SAIN, como grupo de pretensão liberal, tinha ciência de que a proposta de modernização que defendia, com um sistema racionalizado e livre, era incompatível com o regime de trabalho comum dos tempos de colônia, mas os diretores da Sociedade também se beneficiavam da estrutura engessada que se propagava pela época do império.

Mais ainda: o consenso e a opinião oficial da entidade sobre os avanços do movimento abolicionista, interna e externamente, não são tão claros. É verdade que consideravam a escravidão um atraso e que consideravam violento e cruel o tratamento aos quais os escravizados estavam submetidos. Mas, essencialmente, tratavam do assunto como um problema cultural e privado até, pelo menos, 1846. Frases sobre esse tema apareciam ocasionalmente e têm sua importância, mas sempre tangenciais em textos que tratavam da colonização ou da mecanização do trabalho.

Mesmo assim, isso só aconteceu, no periódico, depois de 1840, ou seja, depois do aval do Ministro Bernardo de Vasconcellos, que mencionamos anteriormente. Um exemplo pode ser lido na edição de janeiro de 1845:

Todo dinheiro adiantado por um Estado como por um particular, deve voltar à fonte de que saiu, com juros razoável, para que este capital tenha emprego produtivo. Ora, o ato de colocar emigrados, como qualquer outro ato da vida social relativo à empresas, e a empresas em ponto grande, exige um avanço pecuniário ou do que emigra, ou do que provoca a emigração, e em ambos os casos deve esse avanço voltar com lucro, sem o que não continuará a empresa.

Se, pois, a concorrência do trabalho do escravo não permite, como já dissemos, que o trabalho livre seja suficientemente remunerado, não já para criar economias que reponham o avanço, mas nem mesmo para sustentar com decência o fornecedor do trabalho livre e sua-família, claro está que o espírito de empresa completamente esmorecerá, como infelizmente o tem provado diuturna experiência.

Outro mal da concorrência do trabalho escravo é tornar abjeto e desprezível o trabalho manual, bem que não esteja tão bem enraizado esse preconceito que não ceda a um mais pingue salário; sejam exemplos os ofícios que exigem mais experiência e destreza, quais os de carpinteiro, pedreiro, alfaiate etc., em que o trabalho livre luta com o escravo e o iguala, se o não vence, sendo por isso que a emigração, tanto provocada, quanto espontânea, de oficiais desses ofícios, é a que melhor tem provado. Cumpre ainda observar que com auxílio de algumas máquinas, serviços grosseiros, quais os de distribuir água pela cidade, tem sido prestados pelos colonos, apesar de haverem as autoridades administrativas (não diremos que de propósito) criado para essa nova indústria, tão digna de ser animada, uma perene tamina.

Ora não prova tudo isso que a preocupação contra o trabalho mais provém de sua má remuneração do que de seu aviltamento? Se assim é, o meio mais eficaz de promover a colonização é dar aos colonos suficientes salários.²¹⁹

Apesar de não ser a primeira vez que discutiram a questão colonizadora, o trecho retrata bem a forma como foi abordada nesses anos do periódico, deixando, nas entrelinhas, que a imigração europeia e o trabalho livre seriam responsáveis por combater o mal causado pela instituição da escravidão. Mais ainda: acreditavam que o impacto na sociedade seria positivo no sentido de valorizar trabalhos manuais, até então realizado por cativos negros. Mesmo assim, reforçam no trecho que a mão de obra livre deveria ser introduzida gradualmente, garantindo lucro para os comerciantes e os imigrantes.

No trecho, assim como nas palavras sobre a obra de Carlos Taunay, proferidas em assembleia geral e citadas anteriormente, fica evidente, mais uma vez, que o assunto da escravidão era muito incômodo, e mais ainda: parecia gerar uma dicotomia interna na instituição. Para reforçar este argumento, é preciso considerar, mais uma vez, as figuras que ocupavam cadeiras estratégicas na diretoria da SAIN. Raimundo José da Cunha Matos era parlamentar fora da Sociedade Auxiliadora e ferrenho opositor do fim do tráfico, porque acreditava que a medida causaria a ruína de um grande número de comerciantes e produtores nacionais, além de ser uma ameaça à arrecadação fiscal do império. Outrossim, para o parlamentar, o fim da mão de obra cativa iria dizimar a agricultura, porque a mortalidade de escravizados no país era maior que a de nascimentos, inviabilizando a continuidade da produção e, por conseguinte, a expansão do progresso.²²⁰

Durante toda a primeira fase e em uma parte da segunda fase da revista, o presidente da SAIN, Francisco Cordeiro da Silva Torres, o Visconde de Jurumirim, denunciava o atraso deste tipo de mão de obra e publicava críticas aos maus tratos exagerados, sofridos por escravizados na fazenda de Santa Cruz desde 1815.²²¹ O próprio Januário Cunha Barbosa, principal editor do periódico, tinha muito interesse na questão escravista e publicava reflexões sobre alternativas ao cativo em várias outras folhas, incluindo a revista trimensal do IHGB.²²²

O consenso, neste sentido, não estava tão claro e existia a possibilidade de continuar suportando a pressão inglesa e explorando tanto o lucrativo comércio quanto a mão de obra

²¹⁹ O AUXILIADOR DA INDÚSTRIA NACIONAL, Vol. XIII, n. 1, janeiro de 1845, p. 21-22.

²²⁰ PARRON, Tamis. A Política da escravidão no império do Brasil. *Op. Cit.*, p. 53-54.

²²¹ TORRES, Francisco Cordeiro da Silva, tenente-coronel. Observações sobre a administração da Real Fazenda de Santa Cruz. Rio de Janeiro, 15/12/1815.

²²² FERRETTI, D. J. Z. O experimentalismo de Januário da Cunha Barbosa: projeções de futuro nacional, escravidão e a criação do IHGB, 2020.

escravizada. É importante lembrar que, apesar deste contexto internacional, na década de 1830 e 1840, a produção cafeeira estava em franca expansão e as importações internacionais aceleraram, aumentando, também, a entrada de cativos no Brasil, principalmente, no Rio de Janeiro, que recebeu cerca de 200 mil africanos capturados.²²³

Levando em conta que era na capital imperial que estava o volume mais abundante de sócios, ouvintes de eventos e leitores do periódico, evitar o assunto era também uma forma de ampliar os diálogos com essa esfera pública em formação para manter as páginas d’*O Auxiliador* atrativas. O Rio de Janeiro, na ocasião, apesar de ter se estabelecido como o centro cultural e político do Império, era uma cidade fortemente escravista, e, nas décadas de 1830 e 1840, ampliou ainda mais o número de cativos, configurando o que Luís Felipe de Alencastro chamou de “paradoxo fundador da história nacional brasileira”, no qual ficou claro o “desajuste entre o chão social do país e os enxertos” de comportamentos modernos europeus.²²⁴

O cotidiano urbano fluminense era permeado pela escravidão; não apenas nas relações de trabalho, mas em praticamente todas as atividades humanas da ex-colônia, inclusive entre os brancos.²²⁵ Na segunda metade do oitocentos, os escravizados chegaram a aparecer em registros fotográficos, uma das novidades que atraíam a atenção dos moradores da capital imperial.²²⁶ Nos lares, no dia a dia das famílias e em todos os aspectos da vida privada, a mão de obra cativa estava presente e carente de qualquer tipo de controle.²²⁷ A consequência deste cenário era que o tema se tornara um tabu na sociedade oitocentista da capital, tanto no setor urbano como rural, e cristalizou-se a ponto de dificultar, para os senhores, o vislumbre de qualquer tipo de recurso que pudesse substituir estes indivíduos no trabalho na prática. Para Keila Grinberg, existia também um “pacto pela escravidão”, no qual o debate sobre cidadania envolvia um esforço para anular a questão racial e forçar grupos oprimidos a não se reconhecer como pretos ou pardos.²²⁸

A taciturnidade da SAIN, assim, era uma forma de ser conivente com a política do tráfico, com a violência da repressão a movimentos rebeldes e com a própria escravidão, além de evitar indisposições com comerciantes, agricultores e outros leitores contrários a políticas progressistas em questões relativas à mão de obra. O silêncio era uma escolha política, uma vez

²²³ LAGO, Luiz Aranha Corrêa do. Da escravidão ao trabalho livre: Brasil (1550 – 1900). Companhia das Letras. São Paulo. 2014, p. 114.

²²⁴ ALENCASTRO, Luiz Felipe de. Vida privada e ordem privada no império. In. NOVAIS, Fernando A. (coordenador geral); ALENCASTRO, L F. (organizador do volume). História da vida privada no Brasil (volume 2). São Paulo, Companhia das letras, 1997, p. 10.

²²⁵ SCHWARTZ, Stuart B. Segredos Internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835. São Paulo, Companhia das Letras, 1988.

²²⁶ ALENCASTRO, L. Vida privada e ordem privada no império. *Op. Cit.*, p. 10.

²²⁷ ALENCASTRO, L. F. Vida privada e ordem privada no império, p. 18.

²²⁸ IFCH UNICAMP. Cidadania no Brasil, 1822-2022. *Op. Cit.*

que a pressão inglesa pela abolição era mais intensa na capital, onde os acordos e os empréstimos eram firmados e onde o tráfico ficou mais acentuado. A impressão que isso gera é que, considerando que o Rio de Janeiro buscava se tornar uma referência moderna para as demais cidades e províncias do Império, evitar o debate sobre a abolição era um mecanismo para arrastar por mais algum tempo a estrutura econômica e as relações de trabalho vigentes.

Ou seja, o debate dependia do Rio de Janeiro e da prática legislativa para se desenvolver, e a SAIN, aliada do governo imperial, ao não falar sobre o assunto dentro dos espaços públicos da capital, protegia o imperador de se indispor com os senhores de terras das províncias brasileiras e com os traficantes de escravizados. Isso significa incluir a Auxiliadora na lógica descrita por Luís Alencastro, que entendia a cidade fluminense como o pilar mais fixo deste elemento conservador da política nacional e onde o processo de transição para a mão de obra livre teve mais dificuldades de acontecer. Em 1871, onze dos doze deputados da província votaram contra a Lei do Ventre Livre e, anos mais tarde, oito dos nove parlamentares contrários à “Lei Áurea” foram eleitos no pleito fluminense.²²⁹

Segundo Celia Maria Marinho de Azevedo, além da sangrenta revolução de São Domingo – que aplicou, na prática, os valores da revolução francesa e gerou medo no restante das Américas porque podia acabar se tornando exemplo para outros escravizados do continente –, o processo abolicionista no Brasil e o incentivo à vinda de brancos europeus na busca pela unidade nacional marginalizou os antigos cativos das fazendas e os alienou do sistema de trabalho livre, que passou a considerar essas pessoas como um outro problema na ordem social.²³⁰ Em outras palavras, durante a primeira metade do século XIX, aproximadamente, perguntava-se, de maneira genérica, qual trabalhador substituiria o escravizado e, conforme a imigração europeia ganhou destaque nas regiões em condições de financiá-la, a pergunta que gerou debates intensos foi: “o que fazer com os libertos”?

Já Anne McClintock, na mesma linha, discute que existe uma relação entre o discurso e as ações institucionais nesse contexto, que pode, às vezes, ser conflituosa, mas, ainda assim, simbiótica. Para a historiadora, as políticas do governo, muitas vezes, trabalharam no sentido de dirimir alguns debates, utilizando a violência do poder estatal e figurando, por conseguinte, na estrutura dos poderes como um projeto do imperialismo.²³¹ As duas pesquisadoras

²²⁹ ALENCASTRO, L. F. Vida privada e ordem privada no império, p. 30.

²³⁰ AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites – século XIX. São Paulo: Paz e Terra, 1987, p. 35-36.

²³¹ McCLINTOCK, Anne. Couro Imperial: raça, gênero e sexualidade no embate colonial. Tradução: Plínio Dentzien. Campinas, SP. Editora da Unicamp. 2010, p. 38.

contribuem para o debate porque mostram como ideias e declarações liberais conviviam harmoniosamente com práticas coloniais clássicas, como a escravidão. Mais ainda, quando os detentores do poder finalmente consideraram a prática incompatível com o novo sistema, outros mecanismos de dominação foram criados para dificultar a integração dessas pessoas à sociedade.

Existe um último ponto para ser considerado antes de refletir sobre a quebra desse silêncio na revista AIN, que diz respeito ao redator chefe do periódico até 1846: Januário da Cunha Barbosa, que ocupava, também, o cargo de secretário perpétuo da instituição e faleceu na data citada, ocasionando o primeiro período de interrupção nas publicações. Tratava-se de uma figura conhecida e respeitada no cenário da capital imperial e na SAIN, ocupando diversos cargos e participando ativamente dos debates e das reuniões do conselho.

Fato é que a revista foi constituída em 1833 e, da mesma forma que outras criações da Sociedade Auxiliadora, tinha uma função específica e objetivos próprios no projeto geral da instituição. Até o dia da morte de Cunha Barbosa, as folhas ficaram quase que integralmente sob sua responsabilidade, e o Cônego em questão, seja por lealdade à diretoria ou ao governo, ou por um mero capricho, não publicou reflexões que aprofundavam a escravidão durante a seleção dos textos que seriam impressos. Concepção reforçada logo no quinto número da “segunda série” de publicações d’*O Auxiliador* já sem a chefia do escritor, que rompeu com a taciturnidade e passou a considerar o tema.

O impacto da morte de Cunha Barbosa foi forte o suficiente também para promover uma transformação na estrutura da revista, que passou a contar com seções mais amplas que comportavam determinados textos, como “Indústria Agrícola e Rural”, “Indústria Manufatureira”, “Indústria Comercial” e “Variedades”. Outras dessas categorias apareceram mais tarde conforme outros editores assumiam o periódico. Nenhum deles esteve à frente da editoria por tanto tempo quanto o primeiro, e é possível até, pela forma como a Sociedade se organizava no início, que a revista tenha sido uma ideia dele próprio.

É importante pontuar, entretanto, que Januário da Cunha Barbosa discutiu o assunto em outros espaços, incluindo no IHGB, assim como outros diretores e associados da Sociedade. Visando sintetizar esse conjunto de fatores das primeiras décadas do AIN, podemos simplesmente considerar que fatores externos ao periódico retiraram o assunto das pautas da revista, que se pretendia mais específica nos assuntos da ciência e da tecnologia. A partir da década de 1840, a conjuntura política e até o quadro de diretores da instituição se transformou, impedindo que a questão continuasse sendo evitada, como argumentaremos a seguir.

2.3 O fim da taciturnidade: uma tentativa de sintetizar os interesses do Estado e dos agricultores

De uma maneira geral, entendemos que o silêncio em relação à escravidão era uma escolha da SAIN para o seu periódico na primeira metade do século XIX, e que essa privação se explicaria principalmente pela falta de um consenso entre os diretores da instituição. Os escravizados ocupavam postos em praticamente todas as atividades domésticas ou produtivas, além de figurar como o elemento principal de um mercado que continuava significativamente lucrativo para a exploração de comerciantes de qualquer parte do mundo. É inegável, porém, que a possibilidade de se viver sem os cativos já aparecia como um possível horizonte do Império de Pedro II, assim como outras ideias que procuravam encontrar formas de dar continuidade à prática.

O que cabe ressaltar, entretanto, é que, se entendemos a taciturnidade como uma escolha da instituição, a quebra dela promove outra interrogação: por que o assunto começou a aparecer? Qual motivo levou a diretoria a incluir a escravidão nos debates acerca da modernização do campo e da política institucional no periódico?

É possível antecipar que a Sociedade Auxiliadora, ao tentar viabilizar esta discussão entre os leitores, o fez, inicialmente, mantendo-se em cima da linha e discursando em favor de redesenhar a escravidão em um mundo mais moderno. Durante a década de 1840, aparentava evitar qualquer tipo de polêmica; servia ao governo como uma espécie de porta-voz diante do público e enfatizava que o processo de substituição invariavelmente iria acontecer, independentemente das políticas promovidas pelo Estado. O abolicionismo ficou, entretanto, cada vez mais evidente conforme o tempo passava e o processo ficava mais visível.

Mas, para iniciarmos, é interessante analisar, com a temática em evidência, o primeiro texto, intitulado “Reflexões sobre a escravatura das fazendas do Brasil”, publicado na edição número cinco da “nova série”, em outubro de 1846. Tinha cinco páginas, o que torna a reflexão longa para os padrões da revista, e foi assinado apenas como O. Moniz.²³² Logo nas primeiras linhas, chegou a expor uma ideia do porquê o assunto vinha sendo evitado até então:

Por mais que pregue ninguém me quer ouvir; todavia, continuarei sempre a dizer a verdade expondo o que tenho visto no nosso Brasil, digno de melhor sorte. Atacarei ainda desta vez, e o farei enquanto me permitem as minhas forças, um dos maiores males que sofre o Brasil, que tanto tem de abusivo, e prejudicial, como de

²³² Não encontramos a identidade exata, mas existiu, entre os sócios, o magistrado e político baiano Joaquim Francisco Alves Branco Moniz Barreto (1800-1885), que pode ter sido o autor do texto.

degradante, e desumano: o mal de que falo, é o mau trato da escravatura no Brasil, proveniente de que a maior parte dos homens que pisam o seu território assentam, que prelos, ou escravos não são raça humana, ou entes viventes, e sim meros autômatos; e se assim não fora não se veria tanta barbaridade, tanta falta de caridade com que se trata os míseros escravos. Tenho combatido este abuso que tanto tem relaxado a consciência de uma grande parte dos homens que possuem escravos; abuso este que já nos vem dos nossos maiores, e como tal se tem arraigado à vista, e face das autoridades policiais, criminais, e das câmaras legislativas, a quem compete curar os nossos males; mas a tudo se tem fechado os olhos; e porquê? porque todos tem escravos e com poucas exceções, todos dão-lhes o mesmo tratamento.²³³

Nesses primeiros parágrafos, notamos como o autor reconhecia que o assunto era incômodo e como ele entendia que esse tabu estava estruturado tanto na hereditariedade dos privilégios dos senhores quanto no fato de que eles simplesmente não gostavam de ser questionados sobre seus escravizados. Vale notar que a argumentação principal do texto não era sobre o tráfico ou a escravidão em si, mas sobre o tratamento que era dado aos cativos no Brasil. Mais adiante, na matéria, é possível ler ideias mais amplas:

Podemos ficar certos de que, em quanto os povos não se moralizarem, em quanto não acabarmos com o bárbaro abuso que se pratica com a escravidão, em quanto não tiver execução a lei que iguala o direito de todos os cidadãos, o Brasil não pôde ser feliz nem desenvolver as imensas forças, que em si encerra. Mas ao menos tratemos melhor os nossos escravos. É de própria utilidade nossa, grandes serão as vantagens que teremos, quando os vestirmos melhor, os alimentarmos como é preciso, os tratarmos bem nas suas enfermidades, e lhes dermos o descanso conveniente para recuperar as forças perdidas com o trabalho; sem isto os escravos trabalham mal e duram pouco; o que certamente será a causa do atraso da nossa agricultura, e por tanto a ruína da Pátria. Fazendeiros do Brasil, abram os olhos, e se quereis tirar bons frutos das vossas terras, tratai bem os braços que as devem regar e semear.²³⁴

Embora aceitasse a ideia da abolição e até a colocasse como fundamental para o progresso, o autor reconhecia que tal medida não poderia ser feita de maneira abrupta, já que ainda estava distante no caso brasileiro. Ele fazia, assim, um apelo, buscando conscientizar os senhores sobre um tratamento mais humanizado aos escravizados. Ligada a essa concepção, o autor acreditava que a transição lenta e gradual contribuiria com a produtividade, um dos principais pontos de crítica aos sistemas arcaicos lidos na revista. Fica um pouco implícito na fala o tom de conselho direcionado aos produtores em relação à moralização do sistema de trabalho, ou a “igualdade dos direitos de todos os cidadãos”.

A sensação que o trecho passa é que mesmo que os trabalhadores da agricultura ainda fossem uma incógnita no médio prazo, eram os proprietários das fazendas que deveriam

²³³ O AUXILIADOR DA INDÚSTRIA NACIONAL, ano 1 (nova série), n. 5, outubro de 1846, p. 183.

²³⁴ O AUXILIADOR DA INDÚSTRIA NACIONAL, ano 1 (nova série), n. 5, outubro de 1846, p. 187.

aprender a lidar com as novas regras e condições de produção. Fossem escravizados ou trabalhadores livres, para a SAIN, eles deveriam ser encarados como indivíduos e incentivados a integrar as fazendas de forma que exercessem suas atividades de maneira mais espontânea, sem a necessidade de fiscalização ou castigos físicos.

Na sequência, o texto discutia o tratamento às condições das mulheres escravizadas, muitas vezes usadas para procriar. Moniz citou um caso de “uma das melhores fazendas do Rio de Janeiro”, na qual, em doze anos, “nem uma cria vingou, apesar das escravas parirem muito”. Atribuía o problema, mais uma vez, ao tratamento dado tanto aos filhos quanto às mães e o estendia à resistência empreendida pelos cativos, como a fuga, o suicídio e o assassinato dos proprietários da fazenda. Existia na reflexão, assim, um elemento econômico, pois discorria que, para ele, enquanto um podia “perder a vida e o senhor perdia o dinheiro”.

A data da publicação é interessante também porque aconteceu quase um ano depois da promulgação da legislação inglesa conhecida como Bill Aberdeen, em agosto de 1845, que permitia o confisco, pela esquadra britânica, de qualquer navio que traficasse escravizados no Oceano Atlântico. Ato, inclusive, que surtiu efeito no governo do Brasil, que, cinco anos mais tarde, promulgou a Lei Eusébio de Queiroz, que proibia em definitivo o comércio desse tipo de mão de obra na costa.

Na revista, de maneira geral, entre o Bill Aberdeen (1845) e a Lei Eusébio de Queiroz (1850), textos sobre a escravidão e o tráfico intensificaram-se, servindo até como uma espécie de porta-voz velada do governo na defesa do fim do tráfico – que já era iminente –, esvaziando a responsabilidade da administração imperial diante da questão, associada diretamente a condições internacionais, pois sabiam que se tratava de uma medida impopular entre os senhores e os comerciantes. Além disso, nota-se que os debates sobre a substituição da mão de obra também começavam a ter mais destaque.

Em novembro de 1846, um texto sobre colonização da Argélia fazia questionamentos sobre a abolição da escravidão, que causaria a “ruína das colônias na América” e, depois, comentaram a “nova” colonização europeia como complexa e sem garantias para necessidades agrícolas, principalmente a respeito do número de imigrantes, já que, no caso específico da França, era insuficiente para ocupar o país africano. O texto era baseado em um livro²³⁵ que tratava de um caso particular e foi uma ideia que acabou perdendo força, mas, ainda sim,

²³⁵ Escrito por D. Moll, anunciado como professor no Conservatório Real das Artes e Ofícios. O AUXILIADOR DA INDÚSTRIA NACIONAL, ano 1 (nova série), n. 5, novembro de 1846, p. 213.

considerada pelo periódico dentro das propostas que figuravam entre as possíveis para o trabalho na lavoura.

Na edição seguinte, mais uma vez, o assunto apareceu no texto “Quais são os meios mais adequados de substituir no Brasil os braços escravos pelos livres?”,²³⁶ escrito por Théodore Taunay (1795-1881),²³⁷ considerando a pergunta como a “mais importante no mundo”, que já não podia mais ser ignorada diante do irreversível processo de extinção do trabalho cativo. Para o autor, a solução passava por mecanismos externos e internos, destacando a procura pelo elemento estrangeiro no primeiro fator e a difusão de conhecimentos úteis à lavoura no segundo.

Retomando brevemente o *Manual do Agricultor Brasileiro*, é possível notar uma característica paternalista no controle dos escravizados, que visava fazer a transição gradual para o trabalho livre porque garantiria a segurança nacional, ensinando, aos escravizados, os meios mais modernos de trabalho prático e, aos futuros senhores, “a arte de bem comandar os cativos”. O processo passava pela melhoria material, ou seja, a alimentação, as vestimentas e as condições sanitárias das senzalas.²³⁸

Para Rafael Marquese, a característica, que já era debatida em outros espaços desde a década de 1820 – corroborando, também, com a escolha do silenciamento da SAIN perante este problema do setor agrícola –, e, somadas aos outros pontos discutidos no manual (agricultura de exportação e gêneros de primeira necessidade), mostra que Carlos Taunay se esforçava no trabalho de construir uma “nova” ordem nacional mediante a introdução, nas fazendas, dessas ideias, informações e concepções adaptadas do liberalismo, projeto que dialogou e teve apoio de políticos do movimento que ficou conhecido como “Regresso Conservador” (1837-1841).²³⁹

Neste momento, já estava mais claro que, nessa questão específica, a obra de C. A. Taunay serviu como uma das referências para as reflexões publicadas no periódico da SAIN e, em outro exemplo, tirado da seção “Variedades”, da edição de março de 1847, o associado, Dr. Caetano Alberto Soares (1790-1867),²⁴⁰ retificado por uma longa nota de rodapé da diretoria, invocou novamente mais moralidade no trato dos escravizados e defendeu que a condição do

²³⁶ O AUXILIADOR DA INDÚSTRIA NACIONAL, ano 1 (nova série), n. 6, dezembro de 1846, p. 258.

²³⁷ Filho de Nicolas Antoine Taunay (1755-1830), irmão de Carlos Augusto Taunay e tio de Alfredo Taunay, o Visconde de Taunay (1843-1899). Foi cônsul da França no Rio de Janeiro e geriu, ao lado do irmão, a fazenda da família no Rio de Janeiro.

²³⁸ MARQUESE, Rafael de Bivar (org.). Introdução. In. TAUNAY, Carlos Augusto. *Manual do Agricultor Brasileiro*. São Paulo. Companhia das Letras, 2001, p. 20-21.

²³⁹ MARQUESE, Rafael de Bivar (org.). Introdução. *Op. Cit.*, p. 23-24.

²⁴⁰ Apontado como “um dos mais zelosos sócios da Sociedade Auxiliadora”, era advogado no foro fluminense e havia escrito o texto em 1845.

trabalhador cativo não podia ser encarada como natural, comparando-a com a guerra e procurando romper com o que chamou de “mitos” do período. Continuava seu raciocínio ao refletir que:

Ninguém nega que a escravidão seja agradável aos senhores de escravos, e mesmo útil a parte rica e mais poderosa da nação: mas os ricos e poderosos, para cujo bem estar e comodidades concorrem grandemente os escravos, e os mesmos escritores, que defendem a escravidão, por nenhum feitio consentiriam, segundo o belo pensamento de Montesquieu, que se tirassem por sorte os indivíduos, que deversem formar a parte livre da nação, e quais aqueles, que ficariam sendo escravos.²⁴¹

O que Soares considerava é que os benefícios da escravidão eram notáveis para os senhores que usufruíam desse mecanismo para a sua produção, mas que os escritores que defendiam tal privilégio não aceitariam ocupar estas “vagas”, ou, pelo menos, pensariam diferente, caso os capturados africanos não estivessem mais disponíveis. Na continuação do texto, entretanto, publicada no número subsequente, o autor buscava tranquilizar os senhores, mostrando que a substituição da mão de obra deveria ser colocada a priori neste debate:

Mas a abolição total da escravidão, feita de chofre, e forçadamente entre nós, traria inevitavelmente consigo a destruição de todas as fortunas, a ruína inteira da agricultura, e o regresso mesmo na estrada da civilização; sendo certo que esta progride com a riqueza, e retrocede com a pobreza nacional. Só ao tempo, por conseguinte, será dado prover o Brasil de braços livres, que pela sua concorrência façam desnecessária a escravidão, como de há muito tempo ela se tornou desnecessária na Europa, sobrecarregada de população. Quando pois eu ouço gritar filantropos enraivecidos contra o nosso país, por que não decreta já e já, a exemplo das nações Europeias, a inteira abolição da escravatura, ou por que não abrevia forçadamente, e por leis coercitivas, o tempo dessa total abolição; ou os considero cegos, para não verem a muito notável diferença, que há aí entre aqueles países, que lotam com o excesso de sua crescente população, e o nosso, que carece de centuplicada mais do que possui, ou então os considero de má fé e obrando antes por egoísmo, do que por humanidade: tendo para mim que a humanidade verdadeira não se limita aos escravos, e compreende também os livres em sua benevolência; que não é a guerra, mas sim a conciliação dos interesses e bem estar de todos os humanos.²⁴²

Nota-se, no trecho, a preocupação de caráter econômico, que dialogava com os produtores rurais no sentido de, novamente, apontar condições internacionais como a principal força que pressionava o fim do trabalho cativo. Afirmava ainda que “falta de braços livres é o único motivo, por que entre nós se torna necessária a escravidão”,²⁴³ mostrando que a procura

²⁴¹ O AUXILIADOR DA INDÚSTRIA NACIONAL, ano 1 (nova série), n. 10, março de 1847, p. 371.

²⁴² O AUXILIADOR DA INDÚSTRIA NACIONAL, ano 1 (nova série), n. 11, abril de 1847, p. 414.

²⁴³ O AUXILIADOR DA INDÚSTRIA NACIONAL, ano 1 (nova série), n. 11, abril de 1847, p. 414.

pela substituição desses trabalhadores na lavoura era um ponto fundamental na conciliação dos interesses dos proprietários e internacionais.

O autor descreve e reivindica as condições materiais do Império e dos trópicos, como o empecilho evidente no processo de fim da escravidão, argumentando contra os “filantropos” estrangeiros, que seriam as razões que estariam impedindo o Brasil de desenvolver as legislações previstas pela teoria liberal em questões relativas à mão de obra. Chega até a comparar o país com nações europeias que não tiveram a mesma história e não haviam lidado com uma população escravizada tão numerosa, tampouco com uma dependência desse grupo para a produção.

É pertinente lembrar, entretanto, que o principal tema da revista continuou sendo a agricultura, e esses assuntos funcionavam apenas como satélites que circulavam os interesses do setor. Assim, pontos como a socialização dos escravizados não entravam nas pautas da Sociedade Auxiliadora. Essa concepção ficou ainda mais evidente anos mais tarde, na edição de outubro de 1850 – mês subsequente ao da promulgação das leis de Terras (dia 4/9) e da lei Eusébio de Queiroz (dia 18/9), que curiosa, mas não surpreendentemente, não tem menção direta no periódico –, quando se lê uma longa reflexão sobre agricultura e mão de obra, retirada da *Sociedade Gymnasio Brasileiro*, a qual afirmava que os escravizados não tinham capacidade intelectual para operar as máquinas ou inventar quaisquer ferramentas e técnicas.

Ou seja, apesar dos debates acerca da humanização das relações de trabalho entre senhor e escravizado, a inclusão dessas pessoas na sociedade do império tinha muitas ressalvas na revista e na instituição; mais ainda: a abolição definitiva continuava apresentando alguma resistência. O modelo de modernização e de país idealizados pelos diretores envolvia a substituição desses braços por outros trabalhadores; segundo eles, mais bem adaptados à produção caracterizada pelo uso da razão. Essa, por sua vez, estava ligada a outros fatores, como as técnicas empregadas, culturas com mais demanda nos mercados internacionais e a padronização de um sistema métrico mais bem definido.

É, também, interessante notar que, conforme a década avançava, as opiniões expressas nos textos ficavam mais contundentes e a própria utilização da mão de obra escravizada no país passou a ser tratada como uma “imoralidade”. Após 1850, a ideia ficou ainda mais evidente, como mostra o seguinte trecho retirado da introdução do volume publicado em 1852:

Não é certamente ignorado que a classe escrava é a mais desmoralizada possível. Criada na mais completa ignorância e reduzida a esta escravidão, ela não tem outros desejos do que saciar os seus vícios e furtar-se quanto pode ao trabalho. Os seus serviços são inteiramente rotineiros, e longe de pensar em algum melhoramento útil, o escravo ao contrário só tende a deteriorar; não há nele estímulo que o anime, porque

não trabalha para si, e cômico do seu estado, ele se entrega à preguiça e ao desleixo, e somente trabalha por medo do castigo [...].²⁴⁴

Ao pensar a questão escravista sob essa perspectiva, entendemos que as propostas e reflexões estavam mais ligadas ao aumento e otimização da produção do que a qualquer outro valor humanista expresso nas leituras liberais que esses homens faziam. Nesse sentido, continuavam evitando discutir diretamente as leis ligadas ao processo, mesmo que fosse notável e de grande repercussão na ocasião. Por mais que tivessem quebrado o silêncio a respeito do assunto, não aprofundaram debates sobre a Lei Eusébio de Queiroz, em 1850, e sobre a Lei do Sexagenário, em 1885. Sobre a Lei do Ventre Livre, de 1871, algumas reflexões podem ser encontradas; a Lei Áurea foi enaltecida.

Antes, porém, vale discutir alguns pontos sobre a questão da mão de obra na revista durante as décadas de 1850 e 1860, que, provavelmente, foi a de maior intensidade em aspectos políticos para a instituição e, conseqüentemente, para a revista. Parte disso está relacionado com o fato de a instituição passar a fazer parte, oficialmente, da burocracia imperial, emitindo pareceres e relatórios técnicos a pedido do ministério do qual ela fazia parte – o da Justiça, até 1860, e o da Agricultura, de 1860 em diante. Paradoxalmente, entretanto, profissionais ligados à carreira política, como advogados, perderam gradualmente espaço para outros, oriundos das ciências naturais, da engenharia e do ensino.

Cada uma das comissões organizadas passou a ser composta por matemáticos, médicos, biólogos, físicos etc., e, evidentemente, seus pareceres e relatórios receberam contornos e argumentos mais técnicos. A composição geral da entidade também ficou mais diversificada e numerosa, incorporando pessoas da classe média urbana do Rio de Janeiro e chegando a somar mais de 1300 sócios, entre efetivos, correspondentes e honorários.²⁴⁵ O periódico seguiu a mesma direção e passou a ser chefiado por homens do mundo das ciências, como Miguel Pereira de Sá, o próprio Nicolau Moreira, Berthold Goldschmidt e Frederico Burlamaque.

O quadro, entretanto, não impactou significativamente na argumentação política da Sociedade, que continuava estabelecendo a política e a cultura como limites para esse progresso que o liberalismo moderado tropical vinha promovendo; ponto que se estende naturalmente para a questão da mão de obra, como podemos notar em um texto intitulado “Falta de braços”, publicado em março de 1857 e transcrito abaixo:

²⁴⁴ O AUXILIADOR DA INDÚSTRIA NACIONAL, ano 1 (nova série), n. 1, janeiro de 1852, p. I.

²⁴⁵ CARONE, Edgar. O Centro industrial do Rio de Janeiro e sua importante participação na economia nacional, 1827-1977. Rio de Janeiro, Cátedra, 1978, p. 267. *Apud.* ANDRADE, André Alípio. Uma visão do progresso. Op. Cit., p. 9.

A nossa produção agrícola principiou a declinar com a extinção do tráfico de africanos, e pode-se dizer com verdade que este cessou na província do Maranhão desde o dia em que deixou de ser lícito e legal - não porque nos avantajássemos aos demais brasileiros em moralidade e obediência à lei, senão porque a baixa no preço do algodão tinha empobrecido e quebrantado o ânimo dos nossos lavradores. a ponto de não poderem pagar os negros importados ilegalmente de mais em mais encarecidos pela perseguição dos cruzeiros ingleses. E assim é que as raras tentativas de tráfico ilícito deram prejuízos aos armadores pelas dificuldades que encontraram na venda dos negros, e ainda maiores na cobrança do seu preço, o que lhes tirou a vontade de progredirem no crime.

[...]

Raiou, porém, a aurora do desengano, e já agora não haverá quem ouse esperar pela volta do tráfico lícito, quando o ilícito não pôde levantar a cabeça. Mas teremos nós compreendido todo o alcance da extinção desse bárbaro comércio? Teremos sequer refletido seriamente no que será feito da nossa lavoura no fim do presente século, ainda em vida dos nossos filhos? Não haverá mesmo quem pense na perpetuidade da escravidão por meio da reprodução.

Quantos não acreditam ainda que o trabalho do escravo é mais produtivo do que o do homem livre?²⁴⁶

A reflexão mostra preocupação com o imaginário brasileiro, especialmente dos agricultores, a respeito da produtividade e lucratividade da mão de obra livre. Na conclusão, defende que esse elemento, junto com outros publicados na revista, são uma tendência e não uma escolha política.

É forçoso reconhecer que a nossa escravatura tende a diminuir, quando menos, tanto como a da colônia francesa que nos serve de termo de comparação. Meditemos, portanto seriamente no futuro da nossa lavoura e dos nossos filhos; pois se ela decai por efeito dessa diminuição, pela transferência progressiva de avultado número de escravos para o serviço doméstico, e pela impossibilidade em que os nossos agricultores vão-se achando de melhorarem as suas lavouras; eles, que já se atropelam e fazem cauda nos leilões dos empregos públicos, bem cedo pedirão esmolas aos poucos que lhes poderem dar.

Cumpra-nos, pois, envidar todos os esforços para atenuar a soma de males que pejam o futuro, e não desanimar em face de qualquer sacrifício para consegui-lo. A colonização europeia, os melhoramentos dos processos rústicos, as vias de comunicações e o crédito territorial, não são para nós, questões de simples progresso e aperfeiçoamento; são antes verdadeiras questões de vida e de morte.²⁴⁷

Assim, o que podemos assimilar é que, apesar da diversificação no quadro de associados e na diretoria em aspectos profissionais, a premissa da SAIN continuava sendo a mesma das décadas de 1830 e 1840. Previa-se e acreditava-se na formação de uma nação moderna nos trópicos, baseada na cultura branca e cristã, na monarquia e na economia agrícola de exportação. Mais ainda: havia uma certa cautela em relação à abolição, que se mantinha viva

²⁴⁶O AUXILIADOR DA INDÚSTRIA NACIONAL, volume 5 da nova série, n. 9, março de 1857, p. 262-263.

²⁴⁷O AUXILIADOR DA INDÚSTRIA NACIONAL, volume 5 da nova série, n. 9, março de 1857, p. 269.

nos argumentos do periódico, convidando os senhores a refletir sobre o futuro de suas lavouras e de seus herdeiros, sem debater medidas administrativas do governo de Pedro II.

Uma exceção pode ser apontada no volume de 1871, no qual, meses após a Lei do Ventre Livre ser apresentada na câmara (mas antes de ser aprovada), a seção de “colonização e estatística” emitiu uma resposta para a questão de: “Quais os meios mais apropriados e convenientes para se obter o grande *desideratum* social da extinção da escravatura entre nós, sem prejuízo do direito de propriedade e perturbação em todas as classes da sociedade brasileira?”. A conclusão foi publicada em quatro tópicos e se mostrou bem mais contundente em relação à extinção da escravatura em tempo mais curto:

As medidas, ao parecer da secção, que devem desde já ser adotadas são as consignadas em diversos projetos que estão no domínio público e foram encorpadas no parecer da comissão especial da Câmara dos Deputados e ultimamente consignadas na proposta do governo apresentada ao corpo legislativo; são as seguintes:

1ª: Liberdade do ventre; sendo os senhores das mães indenizados das despesas de criação.

2ª: Matrícula especial de todos os escravos, sob pena de serem considerados livres os que dentro do prazo marcado não forem dados à matrícula.

3ª: Direito dos escravos ao pecúlio.

4ª: Direito à alforria, indenizando o senhor do valor do escravo; podendo este obter a quantia precisa mediante contratos de prestação de serviços futuros.²⁴⁸

O trecho chama a atenção porque, com a abolição já iminente, a Sociedade discutiu os direitos dos senhores e dos escravizados, apresentando até uma possibilidade de “inclusão social” desse segundo grupo – ponto que acabou sendo retirado do projeto. A reflexão continuava sugerindo aos senhores que contratassem trabalhadores livres asiáticos como uma forma de conservar o sistema de produção em grandes propriedades – ideia que acabou descartada como analisamos anteriormente –, ou europeus, caso optassem pela divisão das terras em pequenos lotes. É um caso raro em que a revista discutiu diretamente uma legislação, mas, ainda sim, mediante um parecer a pedido do mesmo governo.

Para Tamis Peixoto Parron, deve-se lembrar que as instituições imperiais tiveram, por muito tempo, um papel coadjuvante no trato de escravizados, porque escolhia encarar o assunto como uma questão privada. Conforme o abolicionismo, enquanto assunto, ganhou adeptos nas esferas legislativas, as arenas administrativas se viram obrigadas a dar mais espaço para a questão, visando, no entanto, costurar alianças que favorecessem a estabilidade institucional do cativo. Esta “política da escravidão” não deve ser entendida, segundo o autor, como um valor

²⁴⁸ O AUXILIADOR DA INDÚSTRIA NACIONAL, n. 7, julho de 1871, p. 300.

administrativo de uma sociedade escravista, mas como uma reinvenção de valores e costumes a partir de diversos órgãos liberais, como a própria Câmara dos deputados e o Senado.²⁴⁹

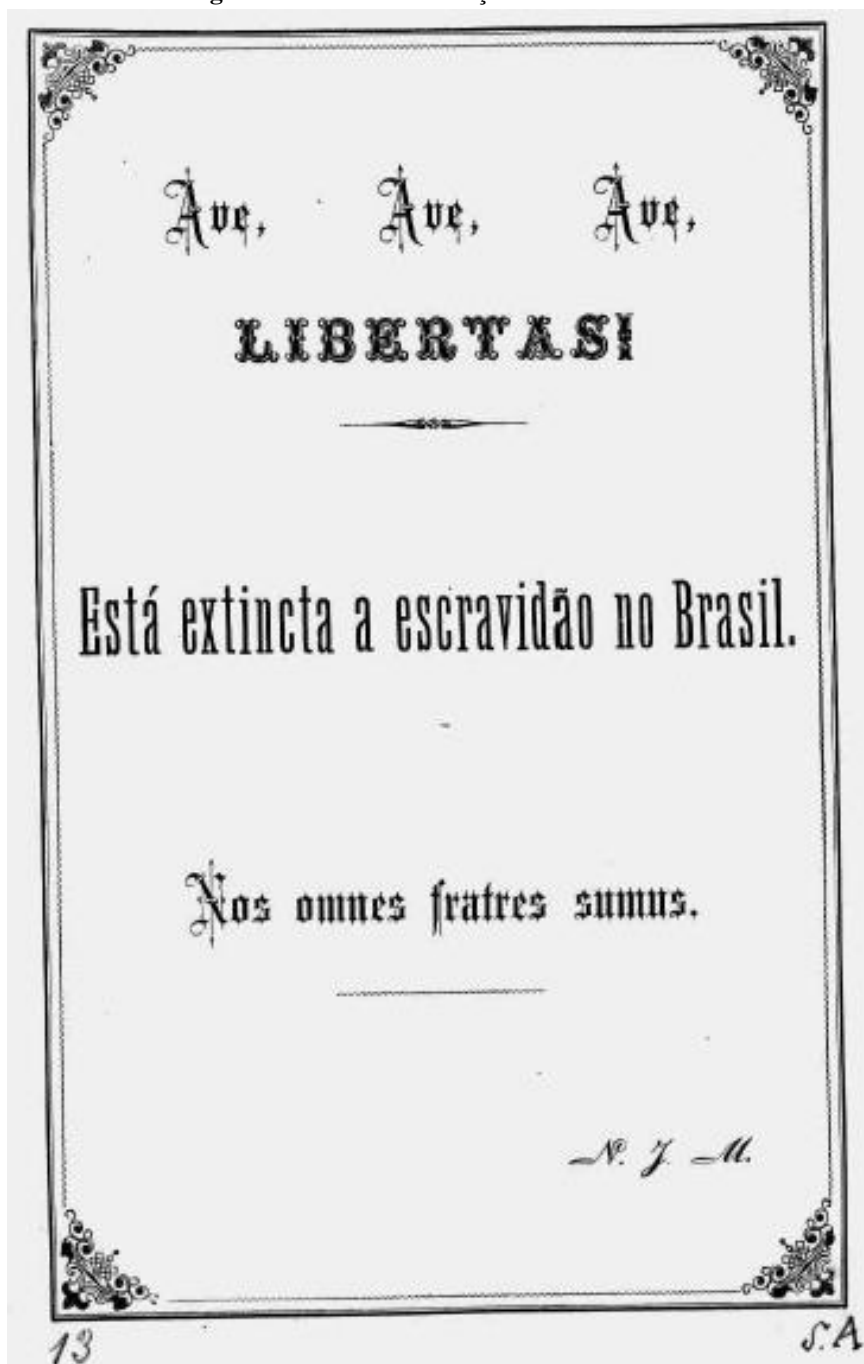
Parron verticalizou sua reflexão ao apontar para os distintos contextos políticos que podem ser percebidos no Brasil do século XIX, entendendo que a escravidão e o tráfico, como objetos de estudo, não podem ser isolados deles, tais quais as discussões legislativas adjacentes ao assunto, como crescimento econômico, raça, cidadania, ordem social e a resistência dos escravizados. A constatação implica em localizar o objeto cronologicamente, fazendo um recuo para os tempos de colônia antes de pensar sobre suas consequências nos espaços públicos fluminenses das primeiras décadas do oitocentos.²⁵⁰

Vale refletir, novamente, que, nesse aspecto, a esfera privada extrapolava os limites da intimidade doméstica para oferecer argumentos no debate político envolvendo a questão da escravidão e da mão de obra praticada, principalmente, na agricultura. O tabu social e a dependência do cativo forçaram a SAIN a se posicionar de maneira dúbia e até a impedir ou dificultar que parte de seus membros publicassem pautas ou conclusões definitivas sobre o tráfico e a abolição. A Lei Áurea, entretanto, foi consideravelmente enaltecida na revista e qualificada como “a mais santa, nobre e humanitária das causas”, como mostram os recortes abaixo, retirados do volume de 1888:

²⁴⁹ PARRON, Tamis. A Política da escravidão no império do Brasil. *Op. Cit.*, p. 11.

²⁵⁰ PARRON, Tamis. A Política da escravidão no império do Brasil. *Op. Cit.*, p. 31.

Figura 17: Abertura da edição de maio de 1888



Fonte: *O Auxiliador da Indústria Nacional*, v. LVI, n. 5, 1888, n/p.

Figura 18: Abertura da edição de maio de 1888

LEI  **LEI**
N. 3353 **N. 3353**
 DE DE
13 DE MAIO DE 1888 **13 DE MAIO DE 1888**

DECLARA EXTINCTA A ESCRAVIDÃO NO BRASIL

A Princesa Imperial Regente, em nome de Sua Magestade o Imperador, o Senhor D. Pedro II, faz saber a todos os subditos do Imperio que a Assembléa Geral Decretou e Ella Sanccionou a Lei seguinte:

Art. 1.º — É declarada extincta desde a data desta Lei a escravidão no Brazil.

Art. 2.º — Revogão-se as disposições em contrario.

Manda portanto a todas as autoridades, a quem 'o conhecimento e execução da referida Lei pertencer, que a cumprão e fação cumprir e guardem tão inteiramente como nella se contém.

O Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas e interino dos Negocios Estrangeiros, bacharel Rodrigo Augusto da Silva, do Conselho de Sua Magestade o Imperador, a faça imprimir, publicar e correr.

Dada no Palacio do Rio de Janeiro, em 13 de Maio de 1888, 67.º da Independencia e do Imperio.

Princesa Imperial Regente
Rodrigo Augusto da Silva

Carta de Lei pela qual Vossa Alteza Imperial Manda executar o Decreto da Assembléa Geral, que Houve por bem sanccionar, declarando extincta a escravidão no Brazil, como nella se declara.

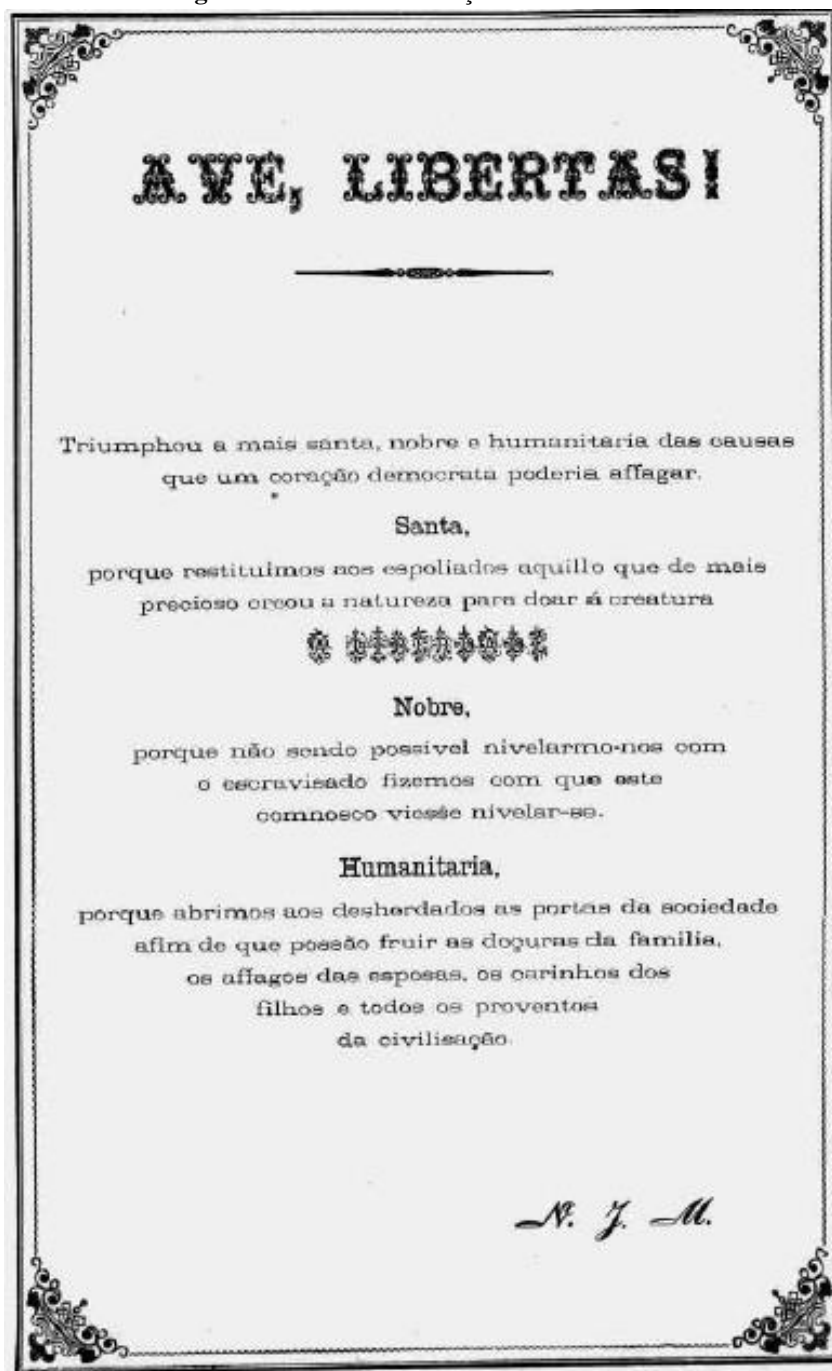
Para V. A. Imperial vêr.

Chancellaria-mór do Imperio,
Antonio Ferreira Vianna

Transitou em 13 de Maio de 1888.
José Julio de Albuquerque Barros

Fonte: O Auxiliador da Indústria Nacional, v. LVI, n. 5, 1888, n/p.

Figura 19: Abertura da edição de maio de 1888



Fonte: O Auxiliador da Indústria Nacional, v. LVI, n. 5, 1888, n/p.

Na ocasião, ficava claro que, apesar da considerável redução no volume de publicações sobre a escravidão, a medida era defendida pela instituição como um mecanismo de promoção do progresso. Para concluir parcialmente os pontos um pouco difusos trabalhados pela SAIN, devemos enfatizar que era uma instituição monarquista, que conservava essa condição desde a sua fundação e que até buscou mais participação política ao longo do reinado de Pedro II. Se entendemos que o período contemplou uma transição, é certo que houve uma série de ideias e

propostas, discutidas e aplicadas (ou desprezadas) em vários sentidos e a Auxiliadora buscou reorganizar e reconfigurar os mecanismos de dominação das camadas superiores ligadas à agricultura e penduradas na burocracia do Estado. Seus argumentos defendiam o governo da impopularidade recorrente dos senhores e os senhores das pressões e das transformações nos mercados internacionais.

Além disso, não podemos esquecer que a própria instituição da escravidão havia se transformado consideravelmente entre as décadas de 1830 e 1880, para além de resultados de ações administrativas e legislativas. Antes o cativo estava presente em todos os aspectos da vida cotidiana e produtiva, incluindo o setor urbano. Luiz Aranha Corrêa do Lago chamou a atenção para anotações de um observador norte-americano que afirmou ter visto escravizados trabalhando como carpinteiros, pedreiros, calceteiros, impressores, pintores de cartazes, marceneiros, litógrafos, ferreiros, joalheiros e fabricantes de artigos como carruagens, ornamentos militares e lamparinas.²⁵¹

Já nas vésperas da Lei Áurea o número de imigrantes havia crescido, com ela, trabalhadores livres, que ocuparam em grande medida atividades das cidades, enquanto se intensificava a importação de mão de obra cativa para o campo e as províncias do Rio de Janeiro e de São Paulo, grandes do novo principal produto da economia nacional: o café.²⁵² Há de se considerar também a participação mais efetiva do governo em questões relativas à mão de obra, que anteriormente era tratada como um assunto essencialmente privado.

Em 1879 foi aprovada, por exemplo a Lei de Locação de Serviços²⁵³, considerada a primeira tentativa de intervenção do governo nas relações de trabalho livre. Era uma alternativa ao fracassado sistema de parceria tentado nas fazendas de café paulistas pela firma Vergueiro & Cia entre 1840 e 1850²⁵⁴. Se caracterizava pelo pagamento por medida de café produzido com preços estabelecidos previamente. Existiu também a prática do colonato, que constituía na “combinação de três elementos: um pagamento fixo pelo trato do cafezal, um pagamento proporcional pela quantidade de café colhido e produção direta de alimentos como meios de vida e como excedentes comercializáveis”.²⁵⁵

²⁵¹ LAGO, L. A. C. Da escravidão ao trabalho livre. *Op. Cit.*, p. 64

²⁵² LAGO, L. A. C. Da escravidão ao trabalho livre. *Op. Cit.*, p. 73

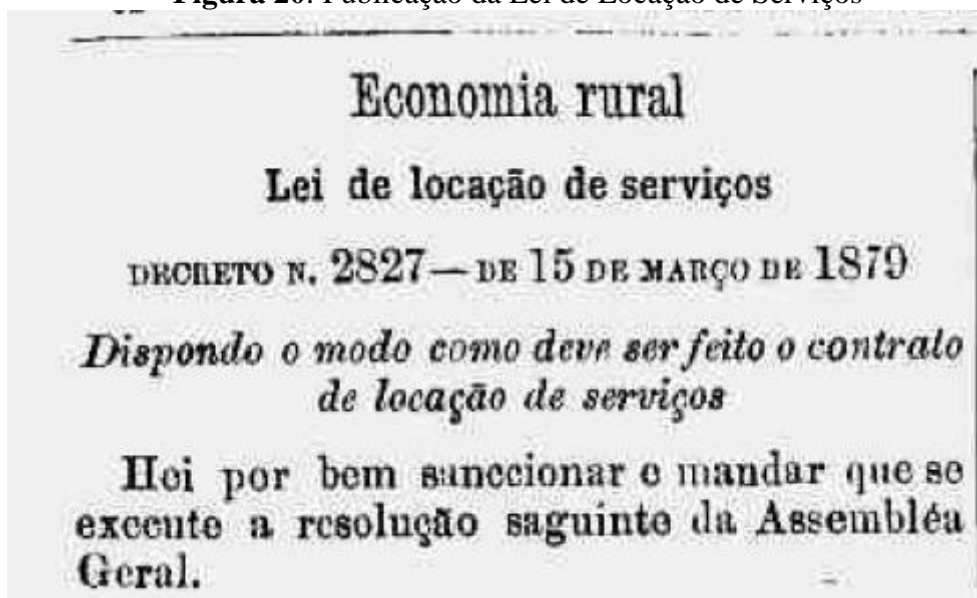
²⁵³ BRASIL. Decreto nº 2.827, de 15 de março de 1879. Dispondo o modo como deve ser feito o contrato de locação de serviços. Coleção de Leis do Império do Brasil. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-2827-15-marco-1879-547285-publicacaooriginal-62001-pl.html>. Acesso em: 15 jan. de 2023.

²⁵⁴ LAMOUNIER, Maria Lucia. *Da escravidão ao trabalho livre. A lei de locação de serviços de 1879*. Papirus, Campinas, 1988, p. 13.

²⁵⁵ MARTINS, José de Souza. *O cativo da terra*. Hucitec, São Paulo, 1996, p. 19.

Iremos nos ater, entretanto apenas à lei de 1879, que foi integralmente publicada ainda na edição de março do AIN, sem, entretanto, comentários diretos sobre a legislação na ocasião.

Figura 20: Publicação da Lei de Locação de Serviços



Fonte: O AUXILIADOR DA INDÚSTRIA NACIONAL, n. 3, março de 1879, p. 62.

Mas aproximadamente um ano antes já se mostrava favorável à sua promulgação. Um texto assinado por J. M. Souza Gonzaga, J. R. Marcondes Machado e J. M. Machado Cesar invocou a legislação em uma reflexão intitulada “Agricultura Nacional”, na qual afirmavam que a atividade em todo Brasil estava “em consumpção lenta com aparência de prosperidade”. Indicavam que a escassez de capitais e braços era a principal causa dessa destruição e nas páginas seguintes fazia previsões otimistas em relação à norma que ainda seria discutida:

Pende de discussão no senado um projeto sobre contrato de locação de serviços, que contém algumas providências úteis; mas há muito que fazer neste sentido; e principalmente criar, desenvolver incentivos ao trabalho livre agrícola; garantir ao locador de serviços agrícolas certas vantagens; isentá-lo de todos os serviços e ônus públicos; colocá-lo fora das lutas dos partidos políticos, que para ele é um ônus, às vezes bem aflitivo, ser votante nas eleições paroquiais. O art. 92 § 3o da Constituição exclui de votar nas assembleias paroquiais os criados de servir, isto é, os locadores de serviços domésticos; sejam também excluídos os locadores de serviços agrícolas. A razão da disposição é a mesma, quer para uma classe como para a outra, e tanto que, para evitar que fossem considerados compreendidos na classe dos excluídos os administradores das fazendas rurais, declara-se positivamente na lei que estes não entram na dita classe.²⁵⁶

²⁵⁶ O AUXILIADOR DA INDÚSTRIA NACIONAL, Volume XLVI, n. 4, abril de 1878, p. 88.

O texto, como se percebe tinha boas previsões para a lei, mas reivindicava mais privilégios e melhorias para o campo. Em 1880 chegaram a retomar reflexões, já considerando alguns resultados. Durante a sessão do conselho de 1 de outubro, argumentos que viam a regulação do trabalho como positiva para o campo podiam ser lidos:

A locação de serviços, que em parte já está prevenida, exige no entretanto ampliações. E, quem, melhor do que a Sociedade poderá operar com vantagem esse movimento tão salutar, quanto civilizador?
O trabalho da criança e da mulher, precisa ser aproveitado, como elemento moralizador. Desse concurso fecundo virá uma fonte de adiantamento as nossas indústrias, uma vez que essa revolução seja dirigida com critério. O que já há estabelecido a este respeito, se dá provas das vantagens da medida, não mantém ainda as proporções, que podia ter e pede um assunto de tanto apreço.²⁵⁷

A regulação por parte do governo e até com atuação da própria SAIN pode ser até entendida como outra contradição dos seus discursos e concepções liberais, já que eles continuavam procurando formas de incentivar a produção agrícola independente do quanto o Estado teria que intervir nos assuntos de economia. Mas os posicionamentos descritos são uma evidência notável de que a instituição estava mudando suas ideias sobre pontos específicos. Retomaremos essa divagação mais adiante, mas o próprio quadro de associados e da diretoria mostram incrementos em questões manufactureiras, com a presença cada vez maior de chapeleiros e outros fabricantes sediados no perímetro urbano.

2.4 O *Auxiliador da Indústria Nacional* e a imprensa nacional

Para entender o papel da imprensa no contexto desses debates vamos retomar alguns conceitos e concepções gerais sobre as ideias e os grupos sociais do período o qual a Sociedade Auxiliadora fazia parte. A entidade, segundo nossa hipótese, atuou como precursora e formadora da ideologia da burguesia rural brasileira do fim do século XIX. Todavia, a larga publicação de folhas nacionais de maneira mais genérica está, de maneira incontornável, ligada ao avanço liberal, ao surto de organizações civis, à grande imigração e, especialmente, à formação de um amplo conjunto de conteúdos inovadores que, por sua vez, se articularam, desenvolveram ou desapareceram ao longo da centúria.

²⁵⁷ O AUXILIADOR DA INDÚSTRIA NACIONAL, Volume XLVIII, n. 10, outubro de 1880, p. 220.

Na imprensa brasileira oitocentista, é interessante notar que, mesmo entre os “liberais exaltados”, existia uma série de limites aos avanços da modernidade, sendo os periódicos operários, por exemplo, pouco numerosos até o começo do século XX. Exceções, como *O Socialista da Província do Rio de Janeiro* (1845), *O Progresso* (1848) e o *Jornal dos Tipógrafos* (1858), tiveram baixa tiragem e circulação. A democracia, a justiça social a ampliação de direitos políticos para as camadas populares, nesse sentido, eram assuntos muito restritos para o período e são trabalhados apenas em pesquisas específicas possibilitadas pela historiografia.

Há de se lembrar que o Rio de Janeiro, depois que se tornou capital do Império, possuía o principal porto do Brasil e os maiores centros econômico, político e administrativo, fazendo com que a cidade e a província passassem por profundas mudanças e ganhassem destaque na vida pública do país. Salientamos, na circunstância, a presença cada vez mais evidente do trabalhador livre, uma figura difícil de definir conceitualmente, mas que é, inegavelmente, distinta dos escravizados. Em 1852, 64,5% dos empregados em estabelecimentos urbanos do município ainda eram cativos, mas os assalariados já representavam 35,5%, entre nacionais e estrangeiros.²⁵⁸

Entretanto, a bibliografia mostra que, apesar de uma imprensa com inspirações ideológicas próximas ao socialismo europeu ou progressistas, o debate acabava ficando cerceado aos temas propostos por grupos dominantes ligados à agricultura, ao comércio e à monarquia, os quais, por sua vez, buscavam reduzir ou dificultar a ascensão ou participação das camadas populares nas questões relativas à administração do Estado. No campo das ideias, era também nesse setor que o debate era mais intenso e onde a historiografia fez pesquisas mais aprofundadas.

Interessadas em entender a postura política flutuante entre o conservadorismo do primeiro reinado e o liberalismo da regência, Gladys Ribeiro e Tânia Bessone estudaram a relação entre José Joaquim Nabuco de Araújo (1764-1844)²⁵⁹ e Justiniano José da Rocha (1812-1862),²⁶⁰ dando destaque, também, para a relação de ambos com a imprensa. Para elas, os dois eram próximos e comungavam das mesmas ideias e frustrações em relação ao processo de conciliação e do regresso, que visava a manutenção da ordem e do progresso, mas que era

²⁵⁸ MACIEL, Laura Antunes. Imprensa, Esfera Pública e Memória Operária – Rio de Janeiro (1880-1920). *Revista de História* (São Paulo), n. 175, p. 415-448, jul./dez. 2016, p. 417-418

²⁵⁹ Magistrado e político influente do primeiro reinado atuou na independência; foi senador e chegou ao posto de Chanceler do Brasil em 1826.

²⁶⁰ Advogado e jornalista era atuante no movimento liberal, foi professor do colégio Pedro II.

marcado pela centralização das decisões a partir dos interesses administrativos do eixo centro-sul.²⁶¹

Para as autoras, tanto Justiniano da Rocha quanto Nabuco de Almeida se valeram de um “humanismo cívico”, característico do “liberalismo conservador” português para formular e defender ideias, que, em suas reflexões, se tornaram um “conservadorismo liberal”, porque eram figuras atuantes no interior do Partido Conservador e até do Gabinete da Conciliação. Ambos, nesse sentido, compartilhavam “a defesa do Poder Judiciário e da Lei com premissas para a conservação do Estado sob a égide da monarquia constitucional”.²⁶²

Consideramos, assim, que os debates travados na imprensa tiveram um papel importante no processo de formação das ideias e dogmas que seriam seguidos e defendidos por grupos específicos, tanto nos processos de transformação ligados à modernidade, quanto na interpretação dos resultados que eles traziam. Nos interessa, nesta etapa, os jornais, revistas, boletins e outros periódicos que, de alguma forma, dialogaram com o *Auxiliador*, especialmente na apropriação das teorias liberais que esse veiculava.

Se aprofundarmos ainda mais a ideia, entendemos que a própria nação brasileira nasceu e cresceu junto com a imprensa; as histórias de ambas estão trançadas e as folhas são objeto e sujeito, “com certidão de nascimento lavrada em 1808”, mas também um veículo para a consulta e o entendimento do passado. Elas registram fatos e ocorrências do período na mesma medida em que são um acontecimento intrinsecamente ligado às inovações da modernidade, da independência, do império, da república e de qualquer outro contexto do qual fizeram parte.²⁶³

No século XIX, principalmente após 1870, há de se considerar também as relações entre as folhas estrangeiras e a grande imigração, que colocou em movimento pessoas e ideias. Os periódicos cumpriam o papel, neste sentido, de ligar estrangeiros à sua terra vernácula, assim como de ativar um mecanismo de negociação social que introduziu costumes de outras partes do mundo na cultura brasileira, homogênea na teoria, mas ainda bastante abstrata e dispersa na prática.²⁶⁴

²⁶¹ BESSONE, Tânia; RIBEIRO; Gladys Sabina. Ideias que vão e que vem: o diálogo entre Nabuco de Araújo e Justiniano José da Rocha. In. BESSONE, Tânia (org.); RIBEIRO; Gladys Sabina(org.); GONÇALVES, Monique Siqueira(org.); MOMESSO, Beatriz(org.). *Imprensa, livros e política no oitocentos*. São Paulo, Alameda, 2017, p. 241-278.

²⁶² BESSONE; RIBEIRO. Ideias que vão e que vem. Op. Cit. p. 260.

²⁶³ MARTINS, Ana Luiza (org.); DE LUCA, Tânia Regina (org.). *História da Imprensa no Brasil*. 2ª edição. São Paulo. Editora Contexto. 2012.

²⁶⁴ GUIMARÃES, Valeria. DE LUCA, Tânia Regina. *Imprensa Estrangeira no Brasil: Primeiras incursões*. São Paulo. Editora Rafael Zamperetti Copetti. 2017, p. 9-10.

Curioso é o caso dos franceses, que não chegaram a se configurar como um grupo significativo de imigrantes, mas que sempre estiveram presentes na história da imprensa brasileira. Vários deles trabalharam escrevendo ou fundando periódicos no império tropical desde 1827, tanto em língua portuguesa quanto em seu idioma de origem. Um nome bastante célebre na ocasião foi o de Pierre Plancher (1779-1844), que desembarcou no Rio de Janeiro em 1824 e, pouco depois, começou a carreira de editor.²⁶⁵ Em 1827, fundaria o *Jornal do Commercio* e, junto com seu filho, Émile Seignot-Plancher, a editora que levava o mesmo nome, ela chegou a fazer parte da tipografia nacional e foi a primeira utilizada pelo Auxiliador da Indústria Nacional.

É fato, na discussão, que esta parcela da sociedade imperial era bem-informada, leitora de periódicos e livros que chegavam, essencialmente, da Europa e dos Estados Unidos, apesar de dar outra roupagem aos argumentos e debates importados ao Brasil. A SAIN, neste contexto, fazia o papel mais conservador, especialmente do ponto de vista político, ao procurar e defender argumentos em favor da monarquia, mesmo que usasse recursos que dessem retoques de liberdade ao sistema político vigente e do próprio imperador, atribuído, nas páginas do periódico, como o representante da nação.

Partimos da premissa de que, no debate com os senhores, acerca dos interesses e rumos da agricultura no país, a SAIN traçou a linha vermelha do limite da modernidade pelo lado de dentro da burocracia estatal e dos desejos do império tropical, segurando, como dito, a abolição da escravidão até o último momento, elegendo o imigrante branco e europeu como único possível substituto para a atuação nas lavouras, incentivando a mecanização da produção rural e o uso das ciências para o domínio da natureza. Acreditavam que, dessa forma, poderiam valorizar não só a produção primária, como os costumes, os valores morais e a própria relação com o trabalho dessas pessoas.

Uma importante contribuição historiográfica sobre este tema é a obra de Tânia de Luca e Ana Luiza Martins, que reflete sobre o aumento das pesquisas em periódicos na área de história desde a década de 1970, após a publicação da terceira edição de *Teoria da História do Brasil* (1968). Segundo as autoras, o livro de José Honório Rodrigues verticalizou a história da imprensa e alertou para parcialidade dos periódicos que, muitas vezes, tentavam formar ou reformar a opinião pública.²⁶⁶

²⁶⁵ LUSTOSA, Isabel. O papel dos franceses na Imprensa do Primeiro Reinado. In. LUCA; GUIMARÃES. Imprensa Estrangeira no Brasil. *Op. Cit.*, p. 31-32.

²⁶⁶ MARTINS, A. (org.); DE LUCA, T. (org.). História da Imprensa no Brasil. *Op. Cit.*, p. 116.

No caso da SAIN, partimos da ideia de que representava os interesses conservadores do governo, ou seja, na definição dos limites do processo de modernização, foi uma das responsáveis por formular argumentos para frear os avanços liberais no campo político, ou melhor, por criar mecanismos ideológicos que inviabilizassem a radicalização do processo de ampliação de direitos para camadas populares, incluindo-os na burocracia estatal. Defesa que é notável desde a primeira edição do periódico, mesmo que estivesse sob a jurisdição do governo regencial, mas que continuou fazendo parte do ideário da revista até suas últimas linhas, publicadas décadas mais tarde.

O que se verticaliza é o caráter político da Sociedade Auxiliadora e de seu periódico, que, apesar de essencialmente científico, fazia um trabalho social em uma nação ainda carente de elementos aglutinadores. A forma de difundir esses atributos passava principalmente pelo esforço em reunir, selecionar e descrever exemplos de fora do Império ou, até mesmo, os que já começavam a aparecer dentro do território. Na primeira edição, três dos sete textos publicados levavam o termo “memória” no título, descrevendo experiências consideradas exitosas sobre produtos como a guaxima e a cera vegetal.

Ao longo da história do periódico, textos dessa mesma natureza foram muito constantes, variando os termos também para “métodos”, “instruções”, “modo” e “meio”. A ideia envolvia uma fórmula que colocava os proprietários de fazendas em contato com eles mesmos em diversas partes e províncias do Império, apostando em um efeito difusor que viria a homogeneizar espontaneamente uma forma de produzir determinada cultura, eliminar alguma praga e até de tratar seus escravizados.

Nesse ponto, podemos retomar a aplicação da hipótese que inclui a Sociedade Auxiliadora na burocracia imperial e verticaliza os interesses do governo nas páginas do periódico. A própria figura de Pedro II era entendida e promovida pela diretoria como um símbolo da nacionalidade e do patriotismo em construção. Em 1838, na sessão do conselho de 10 de fevereiro, o próprio Ignácio Álvares Pinto de Almeida propôs a compra de um retrato do imperador a ser pendurado na sala das sessões e a inclusão do nome do monarca como protetor da SAIN, mesmo cargo ocupado pelo seu pai anteriormente:

O mesmo Sr. Ignacio Alvares propôs: 1º: que se compre um Quadro com o Retrato de Sua Majestade o Imperador o Sr. D. Pedro II., para se colocar na Sala das Sessões a par do de seu Augusto Pai, Protetor desta Sociedade; 2º, que o Conselho rogue a Sua Majestade Imperial, que se digne tomar a Sociedade debaixo da sua Alta Proteção, aceitando o Título de Protetor. A primeira parte da proposta do Sr. Ignacio Alvares fez-se algumas observações relativamente ao lugar em que há de colocar-se; e decidiu-se que se faça a compra do Retrato, e que quando houver maior número de conselheiros presentes se discuta qual deverá ser o lugar próprio para a sua colocação.

A segunda parte do requerimento ou proposta, opôs-se o secretário dizendo que não lhe parece decente fazer-se a Sua Majestade o Imperador a súplica de tomar a Sociedade debaixo da Sua Alta Proteção pelo voto único de seis pessoas ora presentes no Conselho; que uma tal súplica é negócio de todo o Corpo da Sociedade, a qual em Assembleia Geral estranharia ao Conselho o tomar a iniciativa em uma matéria, que ela se honrará muito de levar, por meio de uma solene e numerosa deputação, à augusta presença de Sua Majestade Imperial. O Sr. Ignacio Alvares conveio nas reflexões do Secretário, e posta a segunda parte do Requerimento a votação, decidiu-se que se trate dela em Assembleia Geral.²⁶⁷

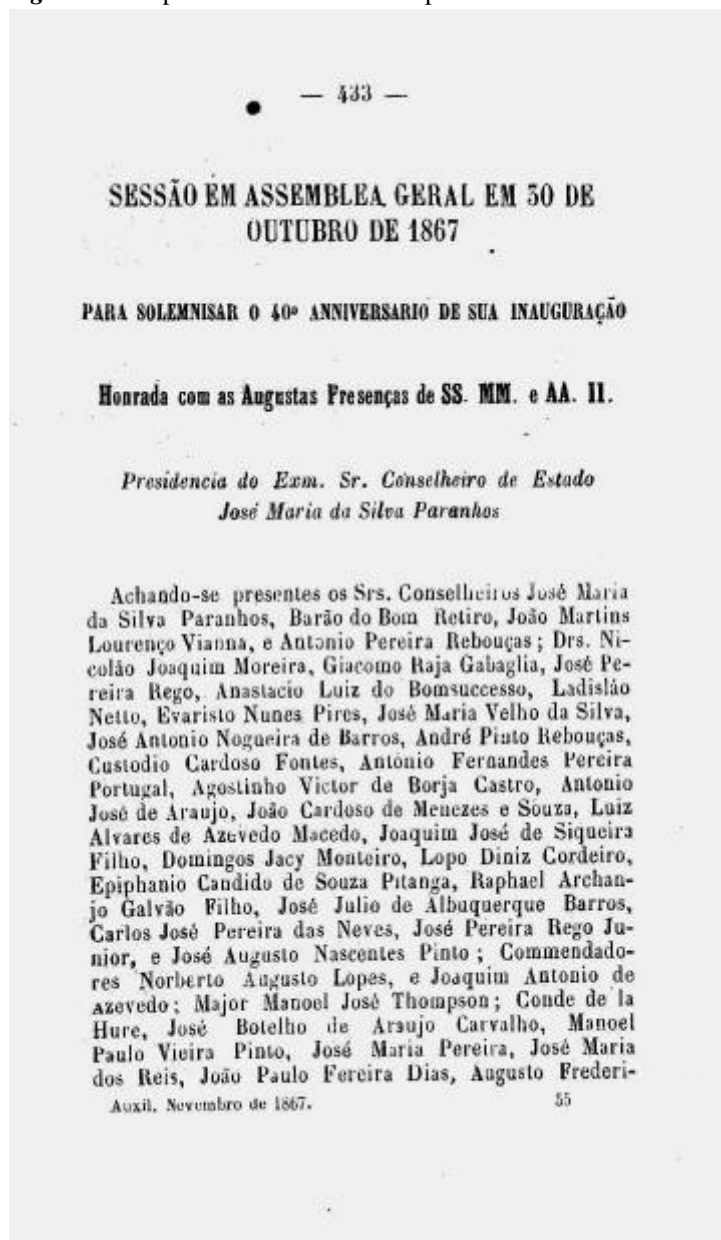
Por mais que seja possível perceber que Pedro II não era uma unanimidade na diretoria, em pouco tempo após sua ascensão como imperador já era possível notar mais influência do governo nas atividades da Sociedade Auxiliadora. O monarca chegou a ser considerado presidente perpétuo da instituição em 1869, após outras mudanças no estatuto. Seus filhos também já apareciam como presidentes honorários. Mas sua presença pode ser identificada antes dessa data.

Essa aproximação era, também, do interesse pessoal do Imperador, que participava das atividades da instituição de maneira muito mais volumosa que Pedro I, chegando até a presidir algumas sessões na década de 1860. Em 1867, participou da sessão aniversária que comemorava 40 anos da instituição, na qual foi proferida uma série de discursos dos presidentes de cada comissão e de outros convidados, expondo um programa de memórias que previa a realização de um censo para estimar a população do império e o melhoramento da legislação para favorecer “inventores de indústrias e instrumentos industriais”.

O mesmo evento, em 30 de outubro, contou também com a presença da Condessa e do Conde d’Eu, além do Duque de Saxe. A revista, como esperado, destacou tais participações:

²⁶⁷ O AUXILIADOR DA INDÚSTRIA NACIONAL, n. 3, março de 1838, p. 87.

Figura 21: Capa da sessão aniversária publicada no volume de 1867



Fonte: O AUXILIADOR DA INDÚSTRIA NACIONAL, número 11, novembro de 1867.

Nota-se que o governo de Pedro II devolveia o apoio que recebia da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, de forma que a instituição poderia contribuir com a difusão e a defesa dos interesses do Estado e com o burilamento da popularidade de imperador. É fato que, a respeito dessa última tarefa, a instituição não teve o êxito esperado, mas muitos projetos da monarquia acabaram se tornando políticas públicas ou até leis ao longo da segunda metade do século XIX; a revista AIN tinha o papel de interiorizar essas novidades na sociedade brasileira, argumentando em favor do imperador, especialmente na capital.

Apesar de menos próximo à SAIN, essa característica dos discursos pode ser remetida também aos projetos do primeiro reinado. Uma trajetória interessante entre eles é a do Conde

de Gestas (Jacques-Marie Aymard, 1786-1837), que tinha uma postura essencialmente conciliadora e incentivou a vinda de conterrâneos ao país a partir de 1810, desde que eles ainda conservassem uma atuação que interessasse à França. Segundo Isabel Lustosa, essa conjuntura acabou gerando uma cisão entre liberais franceses e brasileiros, já que os segundos temiam a aliança entre as duas coroas. Depois da derrota definitiva de Napoleão, em 1815, vários deserdados monarquistas, que temiam perseguições ou estavam sem perspectivas na nova ordem, desembarcaram no Rio de Janeiro – entre eles, o próprio Plancher.²⁶⁸

Assim, Gestas e seus conterrâneos mantinham um sentimento de apoio à monarquia como modelo de governo, incentivando a publicação de folhas com esse discurso. O conde fez parte da Sociedade Auxiliadora e chegou a presidir seções e a escrever para o periódico, defendendo que a instituição procurasse formas de “proteger colonos e imigrantes” europeus que desembarcassem no Brasil. Quando faleceu, em 1837, um discurso de homenagem foi lido por Januário da Cunha Barbosa na seção “Aniversária” e publicado em cinco páginas na edição de setembro. Tratava-se de um texto biográfico que, em determinado trecho, narrou:

[...] Ainda não contava bem cinco anos de sua idade, quando privado dos desvelos de seu honrado seu Pai, o General Conde de Gestas, que caíra vítima do cutelo revolucionário da França, ele se passou com sua extremosa mãe ao Reino de Espanha, e dali ao de Portugal, escapando assim da terrível perseguição que na pátria se fazia aos homens da sua classe.²⁶⁹

Cunha Barbosa quis enfatizar o percurso que levou o Conde de Gestas até o Rio de Janeiro e valorizar sua história de vida, mas, novamente, acabou involuntariamente assumindo sua oposição ao processo revolucionário. A conciliação, defendida pelos dois autores, visava essencialmente defender a nobreza e encontrar um caminho no avanço dos elementos liberais que permitisse a convivência ou assimilação deste grupo na ordem constitucional. A manutenção da monarquia era fundamental no projeto da SAIN e a revista tinha o papel de difundir um imaginário que favorecesse o sistema em questão.

Era parte de sua proposta descrever e enaltecer as contribuições da monarquia não só para o Brasil recém-independente, mas para todas as demais nações conhecidas, oriundas, ou não, de sociedades coloniais. Defendendo-as como as únicas capazes de promover o progresso, a civilização e a manutenção do controle e da ordem social. Vários são os artigos com esse

²⁶⁸ LUSTOSA, I. O papel dos franceses na Imprensa do Primeiro Reinado. *Op. Cit.*, p. 22-23.

²⁶⁹ O AUXILIADOR DA INDÚSTRIA NACIONAL, ano 5, n. 9, setembro de 1837, p. 287.

elemento histórico que podem ser lidos na revista, em 1881. Já com a monarquia enfraquecida, lemos:

Diderot, falando do poder dos reis, dizia: “É do espírito com que um soberano sabe animar os seus povos, que o seu poder verdadeiramente emana”. E o poder do Vossa Majestade, embora lhe haja cabido aos pés no dia do seu natalício, tem um altar íntimo e sagrado no coração de seus súditos, porque Vossa Majestade não tem nas suas mãos nem as manchas do sangue de seu povo, vitimado na satisfação dos seus caprichos, nem

as nódoas do azeitão do dinheiro roubado ao suor do seu labor.

Penetrando na casa de seus concidadãos, sem levar consigo a desonra, como o fizeram e fazem muitos reis, V. M. Imperial sabe animar com sua presença, nos regozijos de seu povo, o coração daqueles que trabalham. A mão delicada de Vossa Majestade não se recusa a tocar a mão calosa do operário, desses homens úteis que enriquecem o Estado, vivendo do seu mister, sem ser pesados à nação.

A Sociedade Propagadora das Bellas-Artes do Rio do Janeiro sabe que ante o trono de V. M. Imperial se tem curvado muitas vezes a hipocrisia e a adulação, para, na baixeza do vilipêndio, beijar a mão de que espera o benefício; mas sabe também que Vossa Majestade, inteligente, como é, saberá distinguir dessa miséria, a veneração e o respeito, o amor e o sacrifício que lhe rendem homens livres que a constituem e representam, operários o artistas que, em qualquer parte do mundo, aqui ou ali, podem encontrar o largo chão onde lavrem o recolham a suculenta massa do pão quotidiano²⁷⁰.

O evento descrito tratava-se de uma sessão solene de entrega de prêmios a alunos do “Liceu de Artes e Ofícios”, organizado, em 1857, pela Sociedade Propagadora das Belas Artes no Rio de Janeiro. O discurso havia sido escrito e proferido em 1880 pelo presidente da mesma entidade, Francisco Joaquim Béthencourt da Silva (1831-1911), arquiteto e professor. Mesmo assim, carregava elementos de interesse da SAIN, referindo-se ao Imperador como uma pessoa humilde e honesta, mesmo diante do cenário pouco favorável. Mais ainda: o texto criticou a atuação das pessoas que buscavam, na aproximação de Pedro II, formas de se promover, sem, de fato, apoiar o monarca.

Depois da proclamação da república, a SAIN seguiu fazendo parte do governo e até fez uma menção ao novo regime, na edição de dezembro de 1889, desejando sorte e sucesso ao novo ministro e ao presidente provisório. Em publicações posteriores, porém, a defesa da monarquia ainda aparecia em forma de críticas veladas ao novo governo e à suposta falta de apoio às iniciativas das indústrias. Abaixo, um exemplo de 1892:

As indústrias extrativas apenas carecem de prêmios e de benignidade nos impostos de exportação para tomarem possante alento.

Já não acontece as indústrias fabris e de transportes. Estas acham-se hoje em situação muito mais crítica e desesperadora do que outrora a indústria agrícola, e o problema que então se erguia diante de um governo monárquico, e que este soube com

²⁷⁰ O AUXILIADOR DA INDÚSTRIA NACIONAL, v. XLIX, n. 5, maio de 1881, p. 109.

patriotismo resolver, se ergue agora mais temeroso, mais acentuado, diante do governo republicano.

E será hoje o governo republicano menos brasileiro, menos previdente do que naquela ocasião soube ser o governo monárquico? Escolherá ele, para cruzar os braços e só abrir ouvidos a teorias econômicas, que a própria lição dos factos nos países em que elas foram forjadas se encarregou de mostrar a inanidade, justamente o momento em que as nossas novas instituições políticas lutam pela sua consolidação, quando os esforços de todos mais devem convergir para demonstrar ao país e ao mundo que o Brasil tem tudo a lucrar com a sua nova forma de governo?

Deixar-se-á os exploradores dos erros de todo o governo novo dizerem com razão que a nossa agricultura se salvou porque no momento de sua crise encontrou diante de si um governo monárquico, e que a nossa pobre indústria se aniquila porque só pode apelar para um governo republicano²⁷¹?

O longo texto era assinado pelo “Club de Engenharia”, cujo presidente e fundador era Antônio Augusto Fernandes Pinheiro, também associado à SAIN, que seguia defendendo e reivindicando maior participação da administração pública nos assuntos relativos à economia e à infraestrutura. O fato de essa reflexão estar presente no periódico é um indício de que a instituição ainda guardava o espírito monarquista. Fora da revista e das reuniões da diretoria, conhecidos membros da SAIN continuavam leais a Pedro II, como André Rebouças, que esteve junto ao imperador deposto no exílio em Paris antes de seguir carreira na África. O conhecido engenheiro abolicionista já vinha participando ativamente da Sociedade desde os anos 1850, chegando até a presidir a “Seção de Máquinas e Aparelhos” entre as décadas de 1870 e 1880.

Rebouças era monarquista convicto e foi, também, um dos principais membros e a referência intelectual da Sociedade Central de Imigração (SCI), formulando o termo “democracia rural”, que visava utilizar a pequena propriedade de terra como atrativo para colonos europeus, que deveriam, segundo o projeto da SCI, desembarcar no império espontaneamente. Essa tese não ganhou muita simpatia nos debates da diretoria da Auxiliadora, mas teve alguma repercussão, especialmente quando se enalteciam as colônias do Rio Grande do Sul, o que acabava, ocasionalmente, aparecendo no *Auxiliador da Indústria Nacional*.

A imprensa brasileira, de maneira geral, desde a década de 1870 se modernizava tecnicamente e, em conjunto com toda a sociedade, refletia, cada vez mais, sobre os conteúdos, acontecimentos e transformações no campo político, que dialogavam com as reformas consideradas necessárias na maior parte do país. O abolicionismo e o republicanismo haviam ganhado muitos adeptos, e a cidade de São Paulo também entrou nesse radar de leitores e publicações de grande circulação.²⁷²

²⁷¹ O AUXILIADOR DA INDÚSTRIA NACIONAL, v. LX. n. 7, julho de 1892, p. 154.

²⁷² SODRÉ, Nelson W. *História da Imprensa no Brasil*. Op. Cit., p. 225.

A reflexão implica em entender que, neste novo cenário da história da imprensa, a Sociedade Auxiliadora caminhou gradualmente para uma condição bem menos popular ou, pelo menos, que, enquanto os periódicos do período se ampliaram nos debates político, administrativo e social, a SAIN mantinha-se fixa na defesa da monarquia. O público leitor, na ocasião, também se diversificava consideravelmente, limitando o poder de capilaridade das ideias da instituição. Essa queda na popularidade pode ser notada, também, ao utilizar a ferramenta de busca em periódicos do *site* da Biblioteca Nacional Digital. Até a década de 1870, o número de menções da instituição em sua revista é sempre crescente, mas, a partir de 1880, começou a declinar. Aparecia, evidentemente, em um grande número de jornais, revistas e boletins do Rio de Janeiro, mas também pode ser notado, em praticamente todas as demais províncias do império e na maior parte das vezes, na condição de notícia.

Tal ferramenta digital é bastante limitada e ler cada menção seria inviável para a pesquisa, mas é possível ponderar que, conforme a monarquia se enfraquecia perante a opinião pública e os periódicos de oposição passavam a se destacar cada vez mais, as ideias e as reflexões publicadas pela Sociedade Auxiliadora também perdiam espaço. Esse pensamento garante que suas opiniões e valores não tenham sido assimilados nos campos econômicos, sociais e culturais no final do século XIX, uma vez que muitos deles acabaram incorporados como demandas mercadológicas e ideologias dominantes poucos anos mais tarde.

CAPÍTULO 3: UMA IDENTIDADE PARA A BURGUESIA AGRÁRIA

Bem, se você ficar só ouvindo, sem falar tanto, vou lhe contar todas as minhas ideias sobre a Casa do Espelho. Primeiro, há a sala que você pode ver através do espelho, só que as coisas trocam de lado. Posso ver a sala toda quando subo numa cadeira... fora o pedacinho atrás da lareira. Oh! Gostaria tanto de poder ver esse pedacinho! Gostaria tanto de saber se eles têm um fogo acesso no inverno: a gente nunca pode saber, a menos que o nosso fogo lance fumaça, e a fumaça chegue a essa sala também... mas pode ser só fingimento, só para dar a impressão de que têm um fogo. Agora, os livros são mais ou menos como os nossos, só que as palavras estão ao contrário; sei porque segurei um dos nossos livros diante do espelho e eles seguraram um na outra sala.

“O que você acharia de morar na Casa do Espelho, Kitty? Será que lhe dariam leite lá? Talvez o leite do Espelho não seja gostoso... mas, oh, Kitty! Agora chegamos ao corredor. Só se consegue dar uma espiadinha no corredor da Casa do Espelho deixando a porta da nossa sala de estar escancarada: é muito parecido com o nosso corredor, até onde se pode ver, só que adiante pode ser completamente diferente. Oh! Kitty, como seria bom se pudéssemos atravessar para a Casa do Espelho! Tenho certeza de que nela, oh! há tantas coisas bonitas! Vamos fazer de conta que é possível atravessar para lá de alguma maneira, Kitty. Vamos fazer de conta que o espelho ficou todo macio, como gaze, para podermos atravessá-lo. Ora veja, ele está virando uma espécie de bruma agora, está sim! Vai ser bem fácil atravessar...” Estava de pé sobre o console da lareira enquanto dizia isso, embora não tivesse a menor ideia de como fora parar lá. E sem dúvida o espelho estava começando a se desfazer lentamente, como se fosse uma névoa prateada e luminosa.

No instante seguinte Alice atravessara o espelho e saltara lepidamente na sala da Casa do Espelho. A primeira coisa que fez foi verificar se havia fogo na lareira, e ficou muito satisfeita ao constatar que havia um fogo de verdade, crepitando tão alegremente quanto o que deixará para trás. “Assim vou ficar tão aquecida aqui quanto estava lá na sala”, pensou; “ou mais aquecida, porque aqui não vai haver ninguém mandando que eu me afaste do fogo. Oh, como vai ser engraçado quando me virem aqui, através do espelho e não puderem me alcançar!”.

(Através do Espelho e o que Alice encontrou por lá, Lewis Carroll, 1871)

Existe uma interrogação que intriga qualquer historiador ou cientista social que se debruça sobre associações do passado organizadas em torno de objetivos reformistas: o projeto teve sucesso? Pergunta difícil de responder, uma vez que não basta verificar se tais transformações previstas aconteceram, mas, sim, se tiveram participação direta ou indireta da entidade estudada. Verticalizar esta questão implica em procurar os rastros das ações deste agrupamento em documentos externos da mesma e até em reflexões intelectuais de períodos imediatamente posteriores ao seu desmembramento.

Neste capítulo final, buscamos entender justamente em quais pontos a Sociedade Auxiliadora conseguiu concretizar suas ideias, mesmo que, na questão política mais ampla, não tenha conseguido sustentar a monarquia constitucional como o sistema político brasileiro. Como tem sido a tônica da tese até este ponto, pensaremos a Sociedade e a revista em conjunto, mas atuando em espaços diversificados. A revista, em um ambiente mais específico dos espaços públicos nacionais, e a Sociedade, como um todo, em locais mais amplos e socialmente heterogêneos, incluindo a burocracia interna do Estado.

Buscando um olhar panorâmico, é possível entender que a SAIN acertou em algumas previsões, como o modelo de modernização que eles mesmos formularam, o qual visava transformar as estruturas locais para que o país continuasse atendendo a uma demanda mercadológica internacional. No início do século XX, o Brasil ainda era organizado em torno de uma economia essencialmente agrícola e voltada para a exportação; mais ainda: o setor rural se fortaleceu juntamente aos grupos sociais que o organizavam e, paradoxalmente, acabaram se tornando um dos pivôs da deposição de Pedro II.

Os avanços nas ciências e na tecnologia foram outro acerto da instituição. Organizada em um contexto em que essas reflexões eram bastante carentes no cenário nacional, a SAIN acumulou e disponibilizou vários equipamentos e máquinas para consulta, importou ideias e invenções que repercutiam no exterior, traduziu e publicou textos de engenheiros, matemáticos, botânicos, médicos e outros intelectuais que estavam se notabilizando, organizou outros espaços de atuação para professores e pensadores, e chegou a premiar inventores brasileiros que apresentassem inovações materiais em qualquer setor produtivo.

Mesmo no campo da política, é possível pôr uma dúvida sobre o fracasso completo do projeto da associação, já que, até a década de 1870, o governo de Pedro II ainda era popular e a SAIN seguia emitindo pareceres sobre legislações e inovações no campo administrativo. Um exemplo interessante é a atuação da Sociedade no processo de abolição da escravidão, que, como já refletimos anteriormente, dialogou por vários anos com comerciantes e grandes proprietários sobre a importância da medida, além de propor outras formas de garantir a manutenção da produção.

Parte do governo imperial, a instituição pode ser vista como um grupo que conservava a concepção de liberalismo luso-brasileira, formulada em um contexto europeu e promovida em uma singular monarquia latino-americana já no oitocentos. Ampliada na mesma centúria por bonapartistas exilados do governo francês e portugueses, entre outros agentes contrários à revolução do Porto, a SAIN intensificou o argumento conservador no campo político e defendeu a monarquia como um elemento garantidor da ordem e da promoção da civilidade.

Os dois últimos termos, inegavelmente, contemplavam os interesses da República inaugurada em 1889, que também se caracterizou pelo domínio do setor agrícola na questão econômica e social, e conservou o sentimento de atraso em relação à Europa, que seguiu sendo uma referência para diversos assuntos e problemas locais. Ou seja, apesar de ter se dissolvido, muitas das ideias da SAIN – ou, pelo menos, debatidas com apoio da entidade – foram incorporadas ao Estado brasileiro, como política pública e à ideologia da “burguesia rural”.

Novamente, cabe salientar que esses dois fatores – ideias da Auxiliadora e características do Brasil no início do século XX – podem representar uma coincidência, mas a importância da SAIN para o governo imperial, o alcance da sua influência e os recursos a que tinha acesso levantam a hipótese de que a mesma teve um papel relevante na formação do ideário dos grupos que, a essa conjuntura republicana, tornaram-se dominantes. Entre as décadas de 1830 e 1890, a instituição formulou, importou e publicou argumentos, concepções e propostas que ajudaram a nortear a modernização brasileira, e essa não envolveu o desmembramento de províncias e nem abalou as bases agroexportadoras e monocultoras da economia.

Cabe lembrar que a revista era um entre os vários empreendimentos promovidos pela instituição, que acreditava que a atividade editorial era capaz de contribuir com a promoção do progresso social, científico e industrial do país porque ensinava à população métodos modernos de produção. É muito difícil estimar a tiragem do periódico, mas um documento citado anteriormente sugere que, na década de 1830, era pouco maior que 100 exemplares e, no auge de suas publicações, na década de 1860, o AIN chegou a imprimir 2500 peças. Números aparentemente pequenos se considerarmos a hipótese central que liga as ações da instituição às transformações que vinham ocorrendo no império, que, no entanto, não eliminam a possibilidade, graças à influência exercida pelas folhas e os grupos abastados que as ocupavam.

Estruturamos o último capítulo da tese por assuntos e, em primeiro lugar, tivemos a intenção de entender a formação social do império, com foco evidente na “burguesia agrária” e em seus novos mecanismos de dominação. Para entender esse processo, relacionamos as publicações da revista *O Auxiliador da Indústria Nacional* com a bibliografia disponível. Além disso, consideramos a forma com a qual os trabalhos da instituição vinham sendo divulgados em outros meios e como promoveram alianças, assim como outras organizações, para formar maiorias e dirigir grupos presentes nos espaços públicos.

Organizada no interior da burocracia do Estado, munida de recursos consideráveis e atuante por várias décadas, incluindo um breve período em que os periódicos eram mais escassos, a SAIN poderia ser uma referência no cenário nacional, direta ou indiretamente. Fato

é que a “burguesia agrária” brasileira se organizou e se consolidou no poder e, entre outros mecanismos, utilizou espaços como a imprensa para difundir elementos aglutinadores.

O segundo item foi separado para aprofundar questões essencialmente culturais, descrevendo as linhas da Sociedade sobre as artes e a valorização das ciências naturais e da razão, entendendo os mesmos como parte destes elementos de apreciação de grupos agrários e comerciantes. Neste ponto, cabe a interrogação sobre o “nacionalismo” discutido pela entidade e como esse termo se incluiu na imprensa nacional, especialmente no período em que a monarquia enfraqueceu. As páginas do AIN eram espaços, para muitos dos que escreviam, de expressar e declarar amor ao Brasil em um momento em que esse sentimento ainda era raro e bastante abstrato, indicando que o mesmo era considerado na composição de modernidade defendida pela entidade.

Por último, procuramos retomar a relação da instituição com o advento das exposições nacionais e relacioná-los com o consumo, da forma que este emergiu na sociedade da capital imperial do século XIX. Representante das classes agrárias e do governo, a Auxiliadora tinha sede e leitores na área urbana, e, constantemente, expôs e apresentou artigos que considerava pertencentes ao mundo civilizado, assim como alguns estabelecimentos que faziam o comércio dos mesmos. A SAIN procurava assimilar e filtrar tudo que se produzia ou se inventava na Europa, sem realizar uma avaliação crítica ou até uma adaptação para as condições locais.

3.1 A Sociedade Auxiliadora no início e no fim do século XIX

Nas primeiras décadas do século XIX, mesmo com a confirmação da independência do império, a política nacional era marcada pela fragmentação, a qual, por sua vez, refletia na questão social de cada província – com grupos oligárquicos exercendo o domínio sobre as demais esferas sociais. Entretanto, apesar de bem estabelecidas em seus espaços, as elites locais não compunham uma classe burguesa consolidada na esfera nacional, caracterizando a experiência brasileira como pré-capitalista.

Essa concepção implica entender que, no Brasil, ainda estava em formação a “sociedade civil”, que, por sua vez, dependia da atuação de homens livres, que compreendiam indivíduos de fora destas esferas elitistas e que atuaram diretamente nos processos de criação de elementos

aglutinadores. A intenção genérica era identificá-los entre si e, conseqüentemente, classificá-los como parte de uma comunidade.²⁷³

Ilmar Mattos, ao estudar a formação e os desejos destes grupos, entendeu que se aproximaram do governo aos poucos, a partir de um modelo político centrado no Rio de Janeiro e liderado pela facção burocrática denominada *Saquaremas* – caracterizada pelo conservadorismo e pela oposição aos ideais dos *Luzias*, que, por sua vez, estavam mais próximos de ideias republicanas e, até, democráticas.²⁷⁴ Os primeiros teriam utilizado a condição da capital e a geral para buscar formas de construir o Estado imperial e a “classe senhorial” a partir de seus interesses, que envolviam um esforço concentrado na manutenção da ordem e da difusão de valores civilizados.²⁷⁵

Para o autor, “O Tempo Saquarema” teria se encerrado no início da década de 1860, com a vitória dos conservadores, mas o legado desse agrupamento político pode ser constatado para datas mais longevas. Entendemos que a “burguesia agrária” está na ponta desses processos, consolidada no final do oitocentos e efetivamente dominante depois da queda da monarquia em 1889 através de um modelo administrativo característico dos primeiros anos da república,²⁷⁶ que relacionou o controle do Estado com a hegemonia social, superando as dicotomias do período imperial e firmando uma unidade para a classe.²⁷⁷

A expressão utilizada nas nossas reflexões tem os significados descritos por Sonia Mendonça²⁷⁸ como “referências”, mas olhamos para esta versão brasileira da burguesia de uma maneira mais estática, ou seja, fixa e consolidada, procurando entender o seu desenvolvimento ideológico e a sua mentalidade ao longo da centúria imperial. Auxiliado pelo próprio Ilmar Mattos²⁷⁹ e por João Paulo Pimenta,²⁸⁰ queremos entender, ainda, a relação que esses grupos tiveram com o contexto revolucionário Europeu, no qual a classe em questão protagonizou transformações institucionais e econômicas intensas, finalizadas com a queda da monarquia e da nobreza do posto de dominantes.

²⁷³ MATTOS, Ilmar. O Tempo Saquarema. *Op. Cit.* p. 23.

²⁷⁴ MATTOS, Ilmar. O Tempo Saquarema. *Op. Cit.* p. 118.

²⁷⁵ MATTOS, Ilmar. O Tempo Saquarema. *Op. Cit.* p. 293.

²⁷⁶ Com exceção dos governos militares do Mal. Deodoro da Fonseca e Mal. Floriano Peixoto.

²⁷⁷ MENDONÇA, Sonia. O Ruralismo Brasileiro, *Op. Cit.*, p. 23.

²⁷⁸ MENDONÇA, Sonia. O Ruralismo Brasileiro *Op. Cit.*

²⁷⁹ MATTOS, Ilmar. O Tempo Saquarema. *Op. Cit.*

²⁸⁰ PIMENTA, J. Independência do Brasil. *Op. Cit.*

No Brasil, durante toda a centúria oitocentista, desenvolveu-se um procedimento, por parte das “aristocracias rurais”,²⁸¹ que se esforçou em buscar formas de controlar e protagonizar a formação do capitalismo ou de direcionar o progresso e a modernidade de forma que seus pares e os grupos subalternos fossem disciplinados dentro de uma “ideologia agrarista” reformada. O que significa defender que, nos tempos imperiais, houve uma transformação gradual nos mecanismos de dominação social sem que os conjuntos que os controlavam fossem atingidos.²⁸²

Entendemos que, no andamento do processo, a imprensa teve uma participação efetiva, já que é um dos elementos componentes e atuantes nos espaços públicos, tornando-se uma das responsáveis pela formação das ideias e, conseqüentemente, pela politização de grupos distantes das esferas de poder. Os periódicos, na ocasião, se configuraram como ambientes propícios aos debates, criações e adaptações de teorias, difusão de pensamentos e valores etc. É interessante sempre lembrar que as folhas viviam e descreviam um momento de transição para o Brasil, onde as “condições de possibilidade”²⁸³ geravam incertezas e percepções distintas de futuro.

Essa compreensão significa entender que o mundo americano viveu um processo de transformação diferente dos modelos revolucionários inglês e francês, mas que consolidou, no final, a hegemonia burguesa nos campos sociais e políticos em detrimento do enfraquecimento e extinção da nobreza. A divergência mais marcante é que, no velho mundo, a classe que se estabeleceu era industrial, enquanto que, nas suas ex-colônias, desenhou-se uma burguesia rural ou “*criolla*”, como preferiu François-Xavier Guerra.²⁸⁴

Guerra enfatiza, entretanto, que não são apenas as transformações e trocas institucionais que explicam a nova conjuntura política dos dois ambientes; não se trata apenas da ascensão ao poder por parte da burguesia. Foram as formas de legitimação que precisaram mudar, uma vez que as do Antigo Regime não tinham mais eficácia, e aqueles que as dominassem primeiro

²⁸¹ Como falamos de grupos dispersos e heterogêneos, é sempre difícil e arbitrário nomear esses conjuntos. Por isso, cabe uma ressalva sobre conceitos como “Aristocracia rural” e “Nova elite agrária” – este segundo criado por Jurandir Malerba. Em todos eles, é importante frisar: existem aproximações com a classe que chamamos de “burguesia agrária”, mas que guardam características específicas do seu contexto político, ou seja, de transição, mais heterogênea e mais diversificada. O cenário proposto e os termos podem carregar significados mais amplos. Neste caso, nos referimos a grupos abastados, ligados à agricultura, que procuravam se renovar no cenário do Império recém-independente para conservar os privilégios de tempos passados. Cf. MALERBA, Jurandir. Os brancos da lei. *Op. Cit.*

²⁸² MENDONÇA, Sonia. O Ruralismo Brasileiro, *Op. Cit.*, p. 24.

²⁸³ Termo utilizado por João Paulo Pimenta para pensar a respeito da possibilidade de independência no Brasil do início do século XIX. O autor citou, na oportunidade, os conceitos de “espaço de experiência” e “horizonte de expectativa” do historiador alemão Reinhart Koselleck (1923-2006).

²⁸⁴ XAVIER-GUERRA, F. Modernidad e Independências: *Op. Cit.*, p. 13.

ocupariam os cargos de poder. Valorizava-se, dessa vez, o povo e a nação na condição soberana.²⁸⁵

Nesse ponto, vale discutir brevemente as diferenças notáveis que existem entre os conceitos de “elite” e “classe” na historiografia, que efetivamente não podem ser confundidos. O primeiro, segundo Israel Barnabé, difundiu-se a partir de 1930 para se referir a pessoas que se destacam em relação aos demais indivíduos da sociedade em diversos setores profissionais, compondo uma minoria da população. Nesse sentido, o termo tem significado mais amplo que o domínio ou diferencial econômico, podendo representar membros de vertentes esportivas, intelectuais, militares, entre muitas outras, que incluem, evidentemente, a política.²⁸⁶

Mario Grynszpan ponderou sobre o mesmo objeto de estudo e afirmou que os defensores dessa teoria se preocupavam com a revolução socialista, porque, escondida atrás de um discurso igualitário, estaria o processo de formação de um grupo de elite que deteria, concomitantemente, o poder político e econômico, ficando imunes a qualquer tipo de controle. A democracia em tal sistema seria, portanto, impossível de se atingir, já que a maioria da população continuaria excluída das decisões administrativas, econômicas, legislativas etc.²⁸⁷

Barnabé e Grynszpan entendem, assim, que a “teoria das elites” surgiu em um esforço intelectual que visava propor um método que se opunha à análise de Karl Marx, a qual, por sua vez, entendia a classe dominante como, exclusivamente, dona dos meios de produção. Autores dessa vertente contestadora discordavam dessa visão porque acreditavam que a fragmentação do poder econômico impedia a formação de um grupo coeso e identificado. Estudos mais recentes, entretanto, propõem um debate intelectual que integra as duas ideias, procurando uma relação orgânica e até simbiótica entre elas.²⁸⁸

Ficam, nesse sentido, algumas reflexões importantes: a primeira é que as elites intelectuais do Brasil imperial não eram necessariamente compostas por membros da aristocracia rural, mas pode-se perceber uma relação homóloga entre ambas, na qual professores, cientistas e funcionários da burocracia do Estado defendiam interesses dos grandes produtores na “pré-esfera pública brasileira”; a segunda é que a composição política das casas

²⁸⁵ XAVIER-GUERRA, F. Modernidad e Independencias: *Op. Cit.*, p. 13.

²⁸⁶ BARNABÉ, I. R. Elite, classe social e poder local. *Estudos de Sociologia*, Araraquara, v. 4, n. 7, 2007. Disponível em: <<https://periodicos.fclar.unesp.br/estudos/article/view/384>>. Acesso em: 1 jul. 2023, p. 2.

²⁸⁷ GRYSZPAN, Mario (1996). A Teoria das Elites e sua genealogia consagrada. *BIB - Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, (41), 35–83. Disponível em: <<https://bibanpocs.emnuvens.com.br/revista/article/view/169>>, p. 37-38.

²⁸⁸ BARNABÉ, I. R. Elite, classe social e poder local. *Op. Cit.*, p. 9.

legislativas e dos gabinetes subordinados ao imperador era mais complexa e diversa, envolvendo figuras de mais campos de atuação.

O mesmo pode ser percebido nas listas de diretores e associados da Sociedade Auxiliadora, que compunha membros dessa elite agrária junto com profissionais de diversas áreas, apesar de ser clara uma linha editorial que sempre valorizou a monarquia no campo político e a agricultura no econômico. Na nossa investigação, relacionamos os conteúdos publicados pelo *Auxiliador* com a identidade e ideologia da classe formada no final do século XIX, convenientemente nomeada de “burguesia rural”.

Vale lembrar que aprofundamos esses temas à luz dos conceitos de “esfera pública” – ou “espaços públicos” – e “opinião pública”, respectivamente discutidos por Habermas, Morel e Thompson. Termos que permitem entender que a imprensa foi organizada em espaços coletivos, nos quais as trocas de experiências contribuíram com a criação de elementos que identificavam grupos específicos na fragmentada sociedade de homens livres do Brasil oitocentista. Mais do que uma identidade, esses aglomerados tinham condições de demonstrar sua opinião política e pressionar o governo por melhoras nas suas condições de vida.

Desde a sua fundação, o AIN não escondeu que o objetivo da revista era informar os cidadãos sobre as inovações mais importantes que se desenvolviam na Europa e formar, no Brasil, uma nação com o espírito liberal, entendendo o mesmo como o processo de promoção individual, que valoriza o esforço pessoal e é pautado pelas ciências modernas e pela moralidade religiosa. De maneira paradoxal, a instituição não considerava o envolvimento político nessa equação, delegando aos cidadãos a importância intelectual e produtiva.

Concepção essa que não impedia a instituição de incentivar a associação entre esses homens que se consideravam donos de um sentimento industrioso. Em março de 1857, essa percepção continuava notável:

O que atraiu aos Estados Unidos esses milhões de estrangeiros, o que contribuiu para o seu rápido desenvolvimento, é a facilidade de comunicação, são essas milhares de estradas e canais que, se cruzam em todas as direções, dando fácil saída a todos os gêneros ali produzidos; é a rigorosa observância de TODAS as autoridades, das leis do país, que para eles não são palavras mortas, mas sim princípios fundamentais, diante dos quais, desde o ministro de estado até ao mais subalterno empregado, desde o homem mais afortunado até ao mais ínfimo trabalhador, TODOS se curvam com o mesmo respeito, com a mesma adesão; é enfim aquele sentimento liberal inoculado desde a sua mais tenra infância no coração de todo o americano, que o faz considerar todo o estrangeiro como um amigo, que lhe vem oferecer sua indústria, seus braços; que vem partilhar com ele todas as vicissitudes da vida e contribuir com os seus esforços para minorar todos os males que tanto afligem a espécie humana; é enfim a satisfação com que os habitantes daqueles países olham para todo o recém-chegado, não o considerando como uma fera, diante da qual devem horrorizar-se. Nestes pontos procuremos imitar aos americanos do norte; esforcemo-nos para fazer tudo, que em

nós couber a fim de tornarmos a posição dos novos emigrados a mais satisfatória possível e os braços estrangeiros não nos faltarão.²⁸⁹

O texto falava sobre o sistema de produção conhecido como “parceria”, e discutia, como se percebe, os elementos utilizados pelos Estados Unidos para convencer imigrantes a desembarcar e trabalhar no país. Entre esses atrativos estavam o respeito às leis e o amor ao trabalho, integrantes do “sentimento liberal”, que fazia com que os norte-americanos desenvolvessem seu próprio país e aplaudissem a chegada de mais trabalhadores europeus, encarados como agentes do progresso, com suas experiências e técnicas importantes para dar continuidade a esse processo.

Se recuarmos para a primeira edição da revista, notamos que três dos sete artigos publicados utilizavam a palavra “memória” no título, cujos textos tratavam de registros escritos e enviados por agricultores sobre a produção de culturas menos comuns às plantadas no Império ou sobre problemas enfrentados no setor agrícola – neste caso específico, eram matérias sobre a Guaxima (arbusto utilizado para produção de cordas), a cera vegetal e a cochonilha (praga conhecida em diversas regiões). Além disso, esse número foi aberto com uma reflexão que discorria sobre a importância das ciências naturais – citando, inclusive, diversos nomes conhecidos da intelectualidade europeia, como Aristóteles, Torricelli, Bacon e muitos outros – , e a utilização dessa no domínio e aproveitamento da “natureza bruta”, abundante no Brasil. O número fechava com um discurso do então presidente e um extrato de ata de reuniões, que pode ser entendido mais como um breve relatório sobre as atividades da Sociedade anteriores ao periódico.²⁹⁰

Apesar dos textos sobre “memórias” terem conteúdo essencialmente técnico, eles têm muita importância para nossa análise, pois buscavam mostrar que os problemas descritos por agricultores de regiões distantes eram os mesmos de todos os outros. Em outras palavras, eram atrativos para que esses homens lessem o periódico e participassem das demais iniciativas da SAIN. Tais linhas acabaram contribuindo com o efeito que gerou a ideia de unidade, mesmo que assuntos e propostas políticas ainda não estivessem efetivamente declaradas no primeiro ano da revista, marcado por matérias semelhantes às três citadas acima, que incluíam também receitas e soluções para problemas domésticos, como conservação de livros, cura de doenças de animais e venenos para ratos.

²⁸⁹ O AUXILIADOR DA INDÚSTRIA NACIONAL, Ano I (nova série), n. 13, julho de 1853, p. 487.

²⁹⁰ Os números apresentados eram de 56 sessões feitas (entre Assembleias gerais e Reuniões da diretoria) e 89 máquinas ou modelos.

Destaques notáveis deste primeiro ano de publicações foram as contribuições do Cônego Januário da Cunha Barbosa e artigos que discorriam sobre a modernização na produção da cana e do açúcar – mais uma vez, evocando e difundindo conhecimentos técnicos, como os tipos distintos da planta, o nome científico, o melhor solo, cálculos a respeito da plantação e do comércio etc. O fato é concomitante ao período em que o produto voltava a ser uma das principais culturas da economia brasileira após o esgotamento da mineração, junto com o café, que dava ao Brasil a condição de um dos maiores produtores do mundo desde 1828.²⁹¹

Apesar de escassos, os comentários políticos acabavam aparecendo e, muitas vezes, em textos com outra temática. Na edição de maio, por exemplo, em um escrito sobre “Barca a vapor”, assinada apenas com as iniciais J. S. R.,²⁹² o autor afirma que: “[...] Entretanto permita-me perguntar-lhe, por que não calcula assim o nosso povo do Brasil? Na minha opinião é porque nos falta a educação, e em Coimbra as lições de Ateísmo, aclamadas publicamente nas ruas, tapava os olhos do corpo e mais os da Alma”.²⁹³ O texto era uma contribuição que argumentava no sentido do desenvolvimento de um sistema de educação que respeitasse os limites morais da igreja católica, ainda oficial para o Estado.

Meses depois, na edição de setembro, podemos encontrar a seguinte lista:

ECONOMIA POLÍTICA RESUMIDA

- 1º O trabalho é uma propriedade.
- 2º O proletário vive dos produtos da sua indústria, assim como proprietário vive do rendimento das suas fazendas.
- 3º Um sem o outro, é como a alma sem o corpo.
- 4º O proletário e o proprietário são dois sexos do mundo social.
- 5º Cada um deles per si não produz nada.
- 6º A sua união faz a sua virtude.
- 7º Privar um do seu jornal diário ou salário, é o mesmo que roubá-lo, assim como é tirar dos outros o seu trigo, o seu cânhamo.
- 8º Nem há pobre, nem há rico, essas duas condições são passageiras.
- 9º Um revés faz um pobre, um golpe de vista faz muitas vezes um rico. Um casamento ou uma morte muda todas as condições.
- 10º A igualdade nasce da coragem.²⁹⁴

²⁹¹ MARQUESE, Rafael e TOMICH, Dale. O vale do Paraíba escravista e a formação do mercado mundial do café no século XIX. In: GRINBERG, Keila e SALLES, Ricardo (orgs.). O Brasil Imperial. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira. 2009, p. 341.

²⁹² Tratava-se, muito provavelmente, do secretário da Sociedade, José Silvestre Rebello (177? - 1844), conhecido no cenário imperial pelo trabalho como diplomata, especialmente à frente da conquista do reconhecimento da independência perante os Estados Unidos.

²⁹³ O AUXILIADOR DA INDÚSTRIA NACIONAL, nº 5, ano 1, maio de 1833, p. 31.

²⁹⁴ O AUXILIADOR DA INDÚSTRIA NACIONAL, nº 9, ano 1, setembro de 1833, p. 11.

Notamos, no excerto, uma série de afirmações que norteavam as ideias da Sociedade na ocasião e que estavam direcionadas ao estabelecimento ou difusão de algum conhecimento sobre política econômica. As frases levantam uma suspeita a respeito do debate acerca da valorização do trabalho, marcando distância, no entanto, do assunto da escravidão e direcionando as assertivas para os homens livres do império, referidos até por “proletários”, que dependiam do seu esforço. Mais que isso, o trecho mostra certos elementos de como os redatores encaravam o “liberalismo econômico” ao discorrer sobre mobilidade e condições “passageiras” de ricos e pobres identificados a partir da riqueza acumulada.

Não havia nenhuma referência bibliográfica nesta série de afirmações, mas fica evidente que Cunha Barbosa, ou qualquer outro responsável pela publicação, era estudioso e bem informado. A SAIN, desde a fundação, acumulava uma série de peças em sua biblioteca, que variavam de livros a manuais e periódicos em diversos idiomas. As frases, entretanto, parecem ser um compilado de muitas concepções relacionadas aos claros interesses da Auxiliadora e visavam mais difundir uma série de conteúdos e abstrações adornadas de liberalismo do que, de fato, o conhecimento publicado nessas folhas a que tinham acesso.

Outro ponto que chama atenção e merece ser pontuado é o título “Economia política”, termo usado por estudiosos como Adam Smith, David Ricardo e Stuart Mill, à ciência que se formava na ocasião, responsável por refletir sobre a relação entre o poder político e a produção, consumo, circulação e distribuição de mercadorias.²⁹⁵ A constatação leva a entender que as referências intelectuais do AIN eram mesmo esses pensadores que buscavam discutir essencialmente o futuro da economia de cada país, prezando pela ampliação da liberdade individual de acordo com a conjuntura interna.

As frases presam, neste ponto, pela harmonização da relação entre proprietário e trabalhador. Chama as duas condições de passageiras e defende que, sozinhas, nenhuma das duas é capaz de “produzir nada”. Mais ainda: enfatiza que a virtude seria oriunda da “união” entre elas e, de uma maneira mais genérica, se relacionada com o conteúdo da edição como um todo, assimila a ideia de que um país civilizado e em progresso deve fortalecer e modernizar sua produção econômica. O ponto, mais uma vez, liga-se aos pilares centrais da “Economia política”, que considerava esse fator como o principal termômetro para medir o poder de uma nação, e não mais o seu exército, como era mais comum antes dos processos revolucionários.

Interpretando o contexto brasileiro, a SAIN entendeu que, para fortalecer o sistema produtivo e o *status* do império perante os mercados internacionais, era necessário e mais

²⁹⁵ MARX, Karl. Contribuição à crítica da economia política. 2ª edição. São Paulo. Expressão popular. 2008.

vantajoso desenvolver, modernizar e aparelhar a agricultura. Logo, os artigos que integravam assuntos rurais passaram a ter mais destaque no segundo ano (1834) do periódico. A partir da edição de maio, a revista inaugurou uma estrutura nova, que dividia as matérias em seções; entre elas, havia a seção “Agricultura”,²⁹⁶ que, na maior parte das edições, era a primeira e de maior densidade. Em agosto, na transcrição de um novo discurso de Francisco Cordeiro da Silva (reeleito presidente da instituição),²⁹⁷ proferido em Assembleia Geral, lemos mais uma série de frases de efeito que orienta a ideologia e, mais uma vez, reafirma o compromisso com associações científicas; em especial, a química: “Útil ao manufator e ao negociante”. Destacam-se, também, referências à filosofia, que estariam ensinando a moralidade como obrigação.²⁹⁸

Os escritos acabaram consolidando a instrução como tema diretamente ligado à prática da agricultura e igualmente importante nos meandros do modelo de progresso da Auxiliadora. Em 1835, elogiavam “Escolas Rurais de Meninos Pobres” estabelecidas na Suíça, que se tratavam de comunidades de ensino e trabalho. Para eles, esses espaços mostravam as “vantagens econômicas e morais desta combinação pedagógica e agrícola, que converte um terreno pobre em ricas culturas, e desgraçados meninos mendicantes em cultivadores honestos, laboriosos e instruídos”.²⁹⁹ Ainda, na mesma edição, traduziram um texto de Jaques Bujault, que reforçava:

Este estado é deplorável. A ignorância, em que está a massa dos lavradores, acusa o desleixo de quem lhes deveria fazer chegar à luz da instrução para aumento dos cômodos e da riqueza pública. Há pouco mais de 140 anos que Leibniz disse que: *quem fosse senhor da educação poderia mudar a face do mundo*. Apoderaí-vos por tanto desta potência vós podeis e deveis. Associai-vos, fazei livros, instrui o cultivador, pagai ao Estado a dívida dos séculos, a população e a humanidade.³⁰⁰

Trechos que deixam bastante claro que a SAIN tinha, entre seus principais objetivos, criar um sistema de difusão de conhecimentos pautado nos ensinamentos do iluminismo para instruir os trabalhadores do campo para que cultivassem a terra de maneira mais produtiva. O argumento se desenvolvia em um terceiro texto da mesma edição, intitulado “Honra dada à agricultura”, que descreve um costume chinês que fazia o Imperador sair de seu castelo e passar

²⁹⁶ Posteriormente, a mesma seção foi denominada “Economia agrícola”.

²⁹⁷ Com ele, foram nomeados Inácio Alvares d’Almeida (vice-presidente), o Cônego Januário da Cunha Barboza (Secretário Adjunto) e o Desembargador Antônio Augusto Monteiro de Barros (tesoureiro).

²⁹⁸ O AUXILIADOR DA INDÚSTRIA NACIONAL, ano 2, n. 8 agosto de 1834, p. 227.

²⁹⁹ O AUXILIADOR DA INDÚSTRIA NACIONAL, ano 3, n. 6 junho de 1835, p. 186-187.

³⁰⁰ O AUXILIADOR DA INDÚSTRIA NACIONAL, ano 3, n. 6, junho de 1835, p. 193.

um dia com sua esposa, trabalhando e vivendo como camponês. A atividade teria a função de lembrar o monarca:

[...] que os trabalhos dos lavradores são a fonte de suas riquezas, que ele não deve prodigalizar loucamente bens, que tantos trabalhos custam, nem vexar por impostos excessivos o cidadão que tanto se empenha com seus suores em tornar a terra produtiva e fértil.³⁰¹

Antes de encerrar o artigo, o autor ainda afirma: “Que devem fazer os Soberanos da Europa sabendo tais exemplos? Pergunta Voltaire, e responde ele mesmo: admirar, *córar*, mas sobre tudo imitar”.³⁰²

A sequência de matérias na edição discorre por vários pontos de interesse da Sociedade Auxiliadora: a agricultura, a monarquia, a instrução coletiva e a Europa. O terceiro, em especial, acabou se tornando uma obsessão, ocupando várias páginas da revista e muito tempo e trabalho dos integrantes da instituição. As ciências, ou a razão, se apresentaram como um dos maiores símbolos da modernidade ao longo da história do periódico, alcançados através da publicação de um variado conjunto de folhas e das escolas técnicas. No fim daquele ano, durante sua sessão pública, a SAIN expôs a ideia para os demais sócios, defendendo a criação de uma Escola Normal:

Em verdade em um país, como o Brasil, onde ainda pouco tem penetrado a luz das Ciências Naturais, que são a base da Agricultura, em um país, onde são ainda olhados com menos preço os homens, que se dedicam a essas ciências, que tanto têm concorrido para o engrandecimento de outros povos, e onde, por consequência toda a ciência teórica e prática da lavoura reduz-se às ‘usanças’ que os homens aprenderam de seus maiores, em um tal país, digo, só se podem eles convencer com os resultados da experiência, que são o único meio de destruir prejuízos enraizados por séculos; mas estes só se poderão obter por meio da criação de Escolas Normais, onde os nossos lavradores vão praticamente aprender [...].

[...] e quando os nossos compatriotas se convencerem pela experiência das Vantagens reais de um Escola Normal de agricultura eles concorrerão também a animar a nossa Sociedade: os Brasileiros, Senhores, não são emperrados; seu caráter é dócil; e só os prejuízos da educação se deve atribuir essa indiferença, que ainda notamos a qual é mais para lamentar do que para censurar”.³⁰³

O discurso proferido na Assembleia discorria, assim, sobre o atraso do sistema de produção agrícola no Brasil e as vantagens de se desenvolver uma escola de ensino técnico, que educaria lavradores por meio da experiência prática, que, para eles, seria capaz de dismantelar

³⁰¹ O AUXILIADOR DA INDÚSTRIA NACIONAL, ano 3, n. 6, junho de 1835, p. 197.

³⁰² O AUXILIADOR DA INDÚSTRIA NACIONAL, ano 3, n. 6, junho de 1835, p. 197.

³⁰³ O AUXILIADOR DA INDÚSTRIA NACIONAL, ano 3, n. 11, novembro de 1835, p. 365-366.

o sistema vigente, estruturado em ensinamentos hereditários muito antiquados e ineficientes. Os redatores entendiam ainda que a concorrência das produções nacionais – especialmente, do açúcar – podia e estava se modernizando neste sentido, o que preocupava a instituição em relação à perda de espaço no mercado internacional.

Em 1837, na edição de abril, publicaram um longo relatório que discutia os melhoramentos da produção de cana nas Índias Orientais e faziam previsões alarmantes aos produtores nacionais:

Tal é, Senhores, o importantíssimo negócio que a todo o mundo oferece a nova ‘Companhia de Agricultura e Açúcar das Índias Orientais’. O prospecto é lisonjeiro e também é ameaçador, ele convida por uma parte, e intimida pela outra; as expressões nada tem de enigmáticas nem misteriosas; pretende-se a aniquilação dos gêneros chamados coloniais em toda a América, e com efeito um agente tão poderoso na Índia Oriental, e outros ainda mais poderosos nos Estados Unidos da América e na Europa, onde a cultura da beterraba faz progressos espantosos, deve causar algum susto aos agricultores do açúcar do Brasil³⁰⁴.

Mais adiante, no mesmo número, dissertaram sobre possíveis formas de superar o problema:

1º Enviar à França, Jamaica e Estados Unidos da América dois homens versados nas Ciências Naturais, os quais, depois de terem examinado o modo por que entre nós se planta a cana e se fabrica o açúcar, vão observar e estudar nos dois últimos países a maneira de plantar e tratar a cana e em todos eles os métodos empregados na extração do açúcar do caldo até ao ponto de ser levado ao mercado, para virem depois introduzir no Brasil aqueles, que forem aplicáveis às suas circunstancias locais. 2º Fundar uma Escola Normal de Agricultura, onde se tentem os diversos melhoramentos, não só neste ramo, como em outros muitos, e onde os nossos Lavradores vão estudar e aprender praticamente os métodos mais aperfeiçoados que lhes cumpre empregar em seus estabelecimentos. 3º Publicar a Sociedade Auxiliadora um Jornal, que deve ser distribuído gratuitamente pelos Sócios e pelos Lavradores do Brasil por meio do qual, não só se propaguem os princípios da ciência agrícola, e as descobertas que mais possam interessar os agricultores brasileiros, como também se publiquem os resultados, e melhoramentos obtidos na Escola Normal³⁰⁵.

Entendendo como uma adversidade nacional, discutiam, antes de terminar, que pediriam recursos junto ao governo para desenvolver tais atividades. O “jornal”, como pode ser lido, seria distribuído gratuitamente, seguindo um raciocínio muito semelhante ao da revista *O Auxiliador*: publicar conhecimentos úteis e resultados positivos de outras experiências que tivessem aderido ao sistema de produção baseado nas ciências ou outras técnicas mais modernas. O interesse era não só manter o diálogo com esses produtores para introduzir as

³⁰⁴ O AUXILIADOR DA INDÚSTRIA NACIONAL, ano 5, n. 4, abril de 1837, p. 107.

³⁰⁵ O AUXILIADOR DA INDÚSTRIA NACIONAL, ano 5, n. 4, abril de 1837, p. 109.

ideias de maneira espontânea, mas garantir a estabilidade e o protagonismo do setor primário a partir de transformações que não atingissem as estruturas sociais e políticas vigentes.

A escola, ainda no campo das ideias, começou a ter avanços a partir, também, daquele ano, no qual se formou uma comissão responsável por se reunir para fazer relatórios e um projeto mais bem definido, que envolvia estabelecer todas as demandas e as balizas pedagógicas do estabelecimento. Como podíamos esperar, esses aspectos seriam inspirados em institutos educacionais da Europa e, ocasionalmente, dos Estados Unidos. Em julho, publicaram outro texto sobre o assunto, que descrevia um sistema francês que tinha objetivos de “estimular o gosto pela agricultura em meninos”.³⁰⁶ No mês seguinte foi veiculada outra reflexão que defendia a importância de um ensino prático que fosse melhorado pelo teórico:

As Sociedades científicas têm de certo, prestado grandes serviços à agricultura; mas não se pode negar que os Comícios, formados de poucos anos a esta parte, sirvam de imprimir um movimento de melhora mais rápida na cultura das diversas Províncias do Reino. Existem já mais de duzentas destas Associações livres de Agricultura, situadas em cinquenta Departamentos, e já se pode bem apreciar a utilidade destas escolas práticas [...].

[...] Hoje já se vai compreendendo que é ganhar muito tempo, economizar muitas despesas, e impedir grandes divagações prejudiciais aos progressos da arte, assim como aos dos discípulos, seguir o método natural, isto é, praticar desde o começo, fazer um ato qualquer relativo à arte que se quer estudar, e depois deste procurar conhecer a razão do fato completo, e considerá-lo debaixo de todas as relações diretas com o princípio ou fim da mesma arte.³⁰⁷

É possível perceber que a SAIN respeitava as noções práticas dos lavradores, chegando a entender que “cada trabalhador é um verdadeiro mestre para seus filhos e seus domésticos”, o que poderia aparentar uma contradição em relação aos textos anteriores, mas visava o progresso do sistema de produção sem que esse fosse interrompido. Acompanhava, assim, a mesma ideia que vinha se estabelecendo ao longo das edições: divulgar conhecimentos considerados úteis para formar uma comunidade agrária moderna e, a partir dela, um país mais desenvolvido e civilizado. Em outubro, durante uma sessão do conselho, o presidente:

[...] apresentou na Mesa o Decreto do Governo datado de do corrente mês, pelo qual concede à Sociedade pelo espaço de dez anos o usufruto das terras da Lagoa de Freitas, que lhe haviam sido pedidas para nelas se estabelecer a Escola Normal de Agricultura. Acabada a leitura do Decreto, o ilustre Sócio o Sr. Torres em um longo e brilhante discurso, mostrou que sendo mui pequeno o período de dez anos concedidos pelo Governo Imperial para o usufruto das terras[...].³⁰⁸

³⁰⁶ O AUXILIADOR DA INDÚSTRIA NACIONAL, ano 5, n. 7, julho de 1837, p. 221.

³⁰⁷ O AUXILIADOR DA INDÚSTRIA NACIONAL, ano 5, n. 8, agosto de 1837, p. 255.

³⁰⁸ O AUXILIADOR DA INDÚSTRIA NACIONAL, ano 5, n. 10, outubro de 1837, p. 301.

Nota-se, neste trecho, que a negativa da Sociedade era justificada pelo tempo da concessão do espaço público, que preocupava os associados porque poderiam perder possíveis bons resultados da escola ou não conseguir desenvolver projetos mais longevos que envolviam a experiência prática. Entendemos, assim, que a “Escola Normal de Agricultura”, bem como o sistema educacional que ela criaria, teria uma função social, reformando o conhecimento prático dos lavradores a partir de experiências e aprendizados da biologia, da física e da química, especialmente.

Em 1838, o assunto foi novamente abordado e, em um debate sobre a concessão das terras na Lagoa Rodrigo de Freitas, oferecida pelo governo central, a diretoria da Sociedade aprovou que a comissão levasse ao “Ex. Sr. Ministro do Império”³⁰⁹ – sem nomear ou especificar qual – a proposta de se estender o período para 20 ou 30 anos. Surgiu, também, a ideia de se comprar um outro terreno a partir da contribuição da iniciativa privada, sob a argumentação de que o primeiro tinha terras de qualidade inferior. O debate acabou sendo estendido para outras sessões do conselho seguinte, mas foi encerrado abruptamente quando os integrantes da reunião foram informados de que o governo pretendia usar o espaço oferecido para fundar uma escola própria.

Aparentemente, a informação não frustrou a sociedade, que reformulou seu projeto no mesmo dia e deu andamento à ideia de se fundar uma escola a partir da contribuição de acionistas. As reuniões passaram a focar mais nas diretrizes pedagógicas da sua “Fazenda Normal”, como ocasionalmente se referiam, que não criava grandes cisões entre os interessados, que concordavam em conciliar técnica, teoria e lições religiosas. A Sociedade só conseguiu tirar esse objetivo do papel em 1871, quando inaugurou duas instituições: a Escola Noturna de Instrução Primária para Adultos e a Escola Industrial.³¹⁰

Vale citar, entretanto, dois pontos: 1) em 1846, o principal redator do AIN, Januário da Cunha Barbosa, faleceu no Rio de Janeiro e foi substituído por Emílio Joaquim da Silva Maia (1808-1859), um conhecido médico de Salvador que estava no quadro da SAIN desde sua fundação e que havia participado efetivamente, também, da inauguração do IHGB, em 1838. Havia estudado em Paris e, apesar da formação católica, tinha essa influência bem mais modesta; 2) há de se considerar, ainda, que, a partir de 1842, a influência da Igreja no Estado

³⁰⁹ Provavelmente tratava-se do Ministério dos negócios do Império, uma vez que a SAIN estava sob essa jurisdição na data de 1838 – o cargo era ocupado por Bernardo Pereira de Vasconcelos (1795 - 1850).

³¹⁰ PENTEADO, David Francisco de Moura. O Auxiliador da Indústria Nacional: Um periódico a serviço do estado brasileiro? (1833 – 1896). Revista Trilhas da História. Três Lagoas, v.8, nº15, jul. /dez., 2018. p.130.

brasileiro era bem menos notável e que o próprio Vaticano vivia uma fase mais “liberal”, sob a batina de Pio IX (1792-1878), que, inclusive, apoiava a liberdade religiosa.³¹¹

Considerando que a Sociedade era ligada aos interesses imperiais, que tinha correspondentes e inspiração na Europa, não surpreende que o elemento religioso perdesse espaço entre as disciplinas e os debates relacionados aos métodos pedagógicos a serem empregados, o que, de fato, aconteceu. No ano de 1871, em vários números, existem passagens sobre as escolas da Sociedade, que continuavam publicando listas com nomes de professores e alunos, planilhas com a receita e as despesas e algumas reflexões assinadas pelo diretor; em nenhuma passagem fazem relação com lições ou métodos católicos. Em abril, durante um debate que pretendia definir parâmetros para uma exposição de floricultura, lemos:

Art. 24. O produto liquido da venda dos catálogos e bilhetes de entrada será aplicado para a construção dos edifícios das escolas paroquiais [...]. O diretor das exposições – Camilo de Lellis e Silva
Tomaram parte nesta discussão os Srs. Jose Rufino Garcia e Drs. Garcez e Nicolau Moreira, sendo afinal aprovados os referidos Regulamento e Programa com a emenda ao Art. 20 do regulamento, apresentado pelo Sr. Garcia, para que, em vez de ser o produto liquido da venda dos catálogos e bilhetes de entrada aplicado para a construção dos edifícios das escolas paroquiais, seja aplicado a escola noturna de adultos da sociedade Auxiliadora da Industria Nacional.³¹²

Notamos, assim, que a escola noturna e o ensino teórico e técnico voltado para a agricultura haviam se fortalecido na burocracia interna da SAIN em detrimento das lições morais que figuravam entre os interesses da instituição décadas antes. A transformação, porém, não atingiu as bases dos estabelecimentos escolares, que seguiam na vanguarda de um dos objetivos da Sociedade desde seus primeiros passos: a formação de uma nação moderna, morigerada e agrícola. Reforça esta preocupação do governo a questão da imigração, que, na década da publicação, já era significativa e incluía grupos de origem protestante, fato que chegou a gerar pressão sob o Estado, oficialmente católico.

Para Sergio Mesquita, esse problema da assimilação de não católicos no país pode ser observado, principalmente, nos debates sobre o casamento civil e a secularização dos cemitérios, pois, no Brasil, uniões de protestantes ou mistas não eram reconhecidos juridicamente, já que apenas padres realizavam as cerimônias; tal problema estendia-se, também, aos rituais fúnebres. A condição provocava insegurança perante a lei, deixando esses

³¹¹ NEVES, Guilherme Pereira. A religião do império e a Igreja. In. GRINBERG, Keila (org). SALLES, Ricardo (org). O Brasil Imperial. Volume I: 1808 – 1831. Rio de Janeiro, Civilização brasileira, 2009 (capítulo XI), p. 414.

³¹² O AUXILIADOR DA INDÚSTRIA NACIONAL, ano XXXIX, n. 4, abril de 1871, p. 167.

indivíduos em uma situação vexatória, que teriam a negação de direitos decorrentes do matrimônio.³¹³

No AIN, a imigração apareceu como um tema um pouco mais discreto, mas ainda assim recorrente, e enfatizou a ideia de um recurso europeu para o suposto atraso da agricultura nacional, além de ser apontada como força civilizadora. O incentivo a estes deslocamentos era entendido como uma “solução externa” para o Império tropical e ainda como um meio possível para ocupar terras vazias do interior do país. Como a maior parte de outros assuntos, esse entrou com mais destaque nas pautas da Sociedade e da revista conforme o interesse do governo e dos agricultores crescia, ou seja, depois de legislações nacionais ou internacionais, como o *Slave Trade Suppression Act* (Bill Aberdeen), de 1845, promulgada pelos ingleses – que autorizava autoridades britânicas a confiscar qualquer navio que transportasse escravizados no Oceano Atlântico –, acendendo o alerta da corte brasileira, ciente da alta demanda por esse comércio.

Todo esse debate é importante para a nossa reflexão, porque, apesar de falar sobre “meninos pobres” e “escolas de agricultura”, o público alvo da Sociedade Auxiliadora ainda era, na concepção dos diretores, os grupos de grandes produtores rurais, afastados do sistema de produção moderno. Seria um exagero afirmar que, por trás de todo discurso publicado pela Auxiliadora, existia o interesse de fortalecer grupos políticos ligados a agricultura, mas este resultado pode ter tido a contribuição de seus empreendimentos. É fato que, no periódico, a diretoria acreditava na formação desse novo conjunto de ideias através da imprensa, como mostra o seguinte exemplo, de 1849:

Sem associação pois não há progresso civil, e é a imprensa o mais simples meio de operar a união social, a unidade de vistas. A Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, não podia, nem atualmente pôde prescindir de uma publicação periódica, que sirva de nexos aos Sócios que a compõem disseminados nos vários pontos do Império e especialmente da capital. Cada um desses Sócios instruídos, pela publicação central, de opinião que prevalece no conselho administrativo, empregando na esfera de sua influência suas forças intelectuais para fazer prevalecer essa unidade de vistas, essa harmonia social, desta sorte contribui para operar o progresso.

Que é a imprensa uma poderosa arma do progresso puramente científico quem poderá negar depois de haver lido os tratados de física dos Pelet, dos Lamé, dos Pouillet, os tratados de química dos Berzelio, dos Dumas, dos Chevreul, dos Liebig, dos Mitscherlich, dos Regnault e dos Pelouze, os tratados de mecânica racional dos Poncelet e dos Belanger.

Posto que lento, é a imprensa o meio mais seguro e duradouro de espalhar os conhecimentos úteis aos agricultores, aos manufatureiros, aos artistas. Muito se tem dito sobre a linha de demarcação, que separa a teoria da prática, até mesmo se tem querido estabelecer distinção entre ciência e indústria.³¹⁴

³¹³ MESQUITA, Sergio Luiz Monteiro. *A Sociedade Central de Imigração e a política imigratória Brasileira*. Dissertação de Mestrado. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, setembro de 2000. p. 62.

³¹⁴ O AUXILIADOR DA INDÚSTRIA NACIONAL, Vol. IV (nova série), n. 1, junho de 1849, p. 4.

A reflexão, assinada por Pedro de Alcântara Lisboa, presidente da instituição, seguia defendendo que teoria e prática precisavam estar juntas no projeto do progresso e, como se pode ler, a imprensa seria o meio mais eficaz de difusão de conhecimentos, ou seja, a parte teórica. O que interessa na citação, entretanto, é a preocupação evidente com a formação de uma sociedade civil, a qual se daria através da assimilação do conhecimento moderno. Considerando que o conceito de “sociedade civil” da SAIN não era significativamente diverso e inclusivo, suas folhas tinham como objetivo formar o grupo que seria responsável por gerir a nação brasileira.

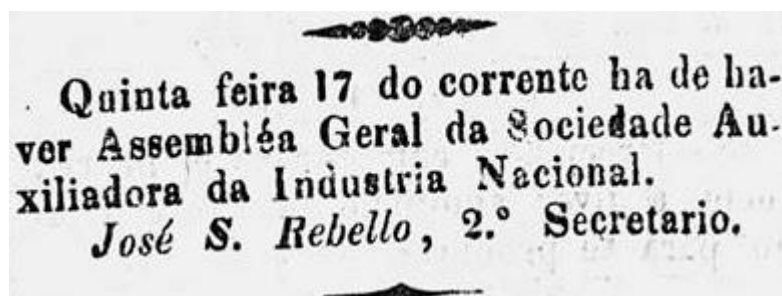
Olhando sob a perspectiva de tempos recentes, trata-se da formação ideológica da “burguesia rural”, efetivamente dominante no final da centúria. Não cabe à investigação confirmar que a Auxiliadora foi a única ou a mais importante instituição civil com esse objetivo durante o período imperial, mas sua atuação e suas incontáveis menções até em tempos posteriores ao seu encerramento sugerem que a mesma teve participação na consolidação das estruturas sociais do Brasil e, especialmente, da capital imperial.

Na citação acima percebemos, também, que as decisões da associação eram centralizadas, o que permite lembrar que, apesar de realizar reuniões e assembleias abertas ao público e de permitir a fala do mesmo, elas não tinham caráter consultivo e raramente tornavam-se políticas ou ações da entidade. Os objetivos eram bem mais pragmáticos e a diretoria fazia a divulgação de elementos levantados previamente que consideravam importantes para a promoção da modernidade, além dos relatórios, planilhas, homenagens e de outras informações internas.

Lembremos que a SAIN tinha uma inspiração liberal, mas ainda estava muito longe de apresentar valores democráticos, evitando até ampliar demasiadamente o quadro de associados até a década de 1860. Mesmo assim, as Assembleias merecem atenção, uma vez que apresentavam uma série de números, reflexões e de várias outras proposições e ideias discutidas anteriormente nas sessões da diretoria, que tinham, também, o objetivo de difundir fatores, conhecimentos, técnicas e outros elementos que consideravam modernos. Os eventos da Auxiliadora eram tratados como exposições e, muitas vezes, contavam com atrativos que despertavam a curiosidade de pessoas de outras profissões.

Essas assembleias aconteciam antes mesmo da inauguração do periódico e eram convocadas através de periódicos locais, especialmente do *Diário do Rio de Janeiro*, usado também para algumas exposições de ideias e de informações relativas à instituição, além de convocações de reuniões da diretoria. Em 15 de maio de 1832, lemos o seguinte anúncio:

Figura 22: Chamada para a assembleia geral da SAIN em 1832



Fonte: Diário do Rio de Janeiro, Edição num. 13, 15/5/1832, p. 1

Esses convites não apareciam no periódico da instituição, mas os textos posteriores ao encontro tinham destaque. Tal qual a revista, as assembleias eram públicas; assim, nas folhas subsequentes, as mesmas publicavam os debates desenvolvidos nos eventos, transcrições de discursos dos membros da diretoria – como já mostramos acima –, homenagens a associados falecidos, tabelas com informações sobre as finanças da instituição, objetos, máquinas, sementes, livros ou periódicos (nacionais e estrangeiros) adquiridos ou recebidos durante o ano em que a reunião acontecia.

É possível interpretar esse elemento da SAIN, assim, como mais um fator de diálogo com o público externo, em especial, tal qual a revista, com a classe média urbana³¹⁵ e indivíduos ainda muito ligados ao setor rural. Nos dois casos, não se tratava apenas de expor aos grandes agricultores novas culturas e mecanismos de produção, mas de defender este setor perante a sociedade em geral e marcar limites para o desenvolvimento material, a urbanização e a industrialização. Nos discursos desses eventos, foram constantes os apelos que direcionavam a modernização e a ciência para essa questão, como mostra a dupla de textos abaixo, lidos no mesmo dia, durante a assembleia de 1835. O primeiro era um relatório do secretário da instituição, que listava uma série de máquinas adquiridas ao longo do ano e encerrava apontando o seguinte:

A Sociedade Auxiliadora deseja ardentemente dar mais rápido andamento à Indústria Nacional; mas os seus meios não lhe permitem e talvez marchando pouco e pouco verifique mais desta vez o provérbio comum - devagar se vai ao longe -. Provavelmente no ano que começa aumentará muito a sua coleção de modelos, para depois cuidarem ter um prédio rústico, onde possa pôr em prática a cultura de plantas exóticas; e mesmo a das indígenas, que precisem de mais aperfeiçoado desenvolvimento, para o que é claro que são precisos melhores meios, e estes só ela

³¹⁵ O conceito de “classe média” merece uma ressalva neste contexto, pois é bastante ambíguo. Neste caso, adotamos a ideia de Eric Hobsbawm, *Middle Class*, que se refere a um grupo bastante amplo e intermediário entre a aristocracia rural e os trabalhadores do campo. Cf. HOBBSAWM, Eric J. A era das revoluções. *Op. Cit.*

os poderá obter, se os amigos da Indústria Nacional a quiserem coadjuvar entrando no número de seus sócios.³¹⁶

E, em segundo, era o discurso lido pelo ainda presidente, Francisco da Silva Torres, no qual aproximava as artes e as ciências, entendendo a primeira como um conceito ligado às técnicas usadas para produzir:

Em muitos ramos dos conhecimentos humanos, artes e ciências são de tal modo entrelaçadas, que não é possível fazer sua separação completa [...].

Na linguagem comum aplicamos o nome ciências àqueles conhecimentos que são mais especulativos ou abstratos em sua natureza, e que versam sobre verdades, ou fenômenos existentes no tempo em que os contemplamos. Pelo contrário, as artes são consideradas como conhecimentos que tem a sua origem na habilidade dos homens; que dependem dos ativos ou formativos processos do espírito humano, o que sem estes nunca teriam existido. Nossos conhecimentos, pode dizer-se, terem sido originalmente achados por descoberta e invenção. Descoberta é o processo da ciência, invenção e o trabalho da arte [...].

A aplicação da filosofia às artes é o tema o mais frutífero que possa bem condensar-se em um trabalho limitado, ou curso de instrução. Compreendendo algumas das origens mesmo da antiga civilização e artes, ele incluirá uma grande parte das bases da moderna superioridade. A aplicação da filosofia às artes, pode dizer-se ter feito o mundo tal qual ele é hoje. Ela afetou não só a física, mas mudou a moral e a condição política da Sociedade [...].

Enquanto as artes continuarem a exercer a influência, e a obter a remuneração que elas têm obtido até aqui, não hão de faltar gênios e mãos para a competência levar avante o seu aperfeiçoamento.³¹⁷

Considerando que ambos foram falados em sequência, podemos mostrar como a SAIN se apoiava, primeiro, em uma transformação gradual que respeitasse os limites materiais do Brasil, e, conseqüentemente, as necessidades econômicas do país, ainda muito fixadas no setor primário, no latifúndio, na monocultura e até na escravidão. Suas críticas focavam, no contexto, as técnicas e os meios empregados e higienizavam as estruturas políticas e sociais vigentes desde os tempos de colônia.

Na maior solenidade que a Sociedade organizou nesta década e, talvez, uma das maiores de sua história (com exceção da Exposição Nacional de 1861, que discutiremos posteriormente), a assembleia geral do aniversário de dez anos de fundação, comemorado em 6 de agosto de 1837, muitos discursos foram recitados e uma série de estandes expostos. Mais uma vez, invocaram os avanços da ciência e da razão, aproximando-se até do positivismo de Auguste Comte (1798-1857), mas sem citá-lo:

³¹⁶ O AUXILIADOR DA INDÚSTRIA NACIONAL, ano 3, n. 8, agosto de 1835, p. 237.

³¹⁷ O AUXILIADOR DA INDÚSTRIA NACIONAL, ano 3, n. 9, setembro de 1835, p. 265-270.

O maior obstáculo que em todos os séculos tem impedido o progresso do espírito humano em suas descobertas tendentes ao melhoramento dos cômodos, e bem estar da nossa espécie, talvez tenha sido a *filáucia*³¹⁸, ou presunção gratuita que em todas as idades as gerações passadas ostentavam de ocuparem por excelência o ápice da ilustração intelectual. O nosso é o século das luzes; nossos pais viveram nas trevas da ignorância, nossos filhos apenas nos poderão igualar, mas nunca exceder: eis a linguagem comum de todos os povos até o fim do século décimo oitavo.

Estão, pois, removidas as dificuldades que opunham ao desenvolvimento da Indústria as prevenções criadas pelo amor próprio dos séculos passados, e admitida na opinião geral a perfectibilidade da civilização comum. A presente idade, Senhores, é uma época de esperanças [...].

Esta Sociedade conta dez anos depois da sua Instalação; sua marcha tem sido lenta, é verdade, mas sempre progressiva. A impressão de um Periódico mensal, em que se comunicam ao público as descobertas e aperfeiçoamentos de processos relativos à economia rural, doméstica e fabril, que aparecem nos mais conceituados escritos daquela natureza, tanto na Europa como nos Estados Unidos [...].³¹⁹

É notável, no texto, o sentimento de esperança e o otimismo em relação a um futuro próximo, permeado pelos avanços da ciência e da produção moderna agrícola e fabril. A SAIN se colocou, outrossim, dentro deste processo de atualização, defendendo a própria publicação de seu periódico, que comunicava ao público os principais avanços das civilizações consideradas mais modernizadas pela instituição e por seus semelhantes.

O que podemos retomar e concluir até agora é o debate que a Sociedade Auxiliadora se propôs a mediar, chamando para si a responsabilidade de se tornar a referência e a representante de um grupo específico da complexa conjuntura de debates políticos que marcaram o século XIX no Brasil, e, mais especificamente, na província do Rio de Janeiro. Como nas demais províncias, na capital imperial as ideias modernas mobilizavam concepções específicas sobre as mudanças e novidades que surgiam. As mesmas, porém, ainda eram dispersas e abstratas, haja vista que muitas tiveram existência efêmera na busca por formas de se estabelecer e de se consagrar no cenário brasileiro.

Tal processo foi relativamente comum para uma série de periódicos nacionais, mas a SAIN, pela sua ligação com o governo e com os membros de uma esfera social abastada, teve acesso a recursos mais volumosos e se destacou, conseqüentemente, nos aspectos da longevidade e da difusão pelo território nacional. Mais ainda, exerceu um papel de defensora do governo central depois da abdicação de Pedro I, discutindo e apoiando, mesmo que de forma velada, pautas de interesse do Império, comportando-se, assim, como uma porta-voz de grupos que se organizavam em torno de ideias liberais que conservavam elementos monárquicos na economia, na sociedade e na religião.

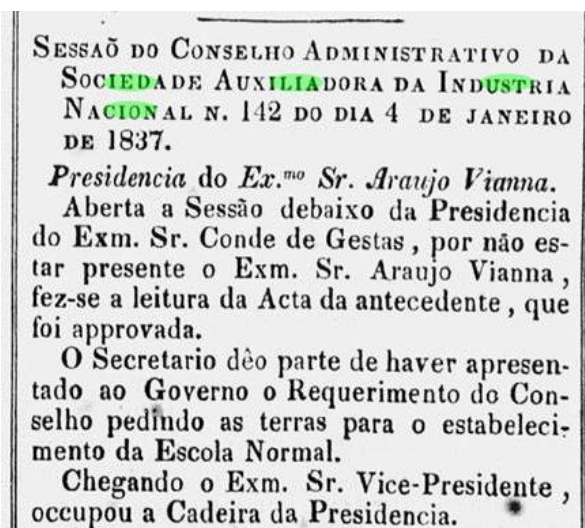
³¹⁸ Termo usado como sinônimo de narcisismo.

³¹⁹ O AUXILIADOR DA INDÚSTRIA NACIONAL, ano 5, n. 9, setembro de 1837, p. 264-265.

Na revista, nos eventos e nos estabelecimentos pedagógicos organizados, a Sociedade se transformou em um espaço de aglutinação e definição de ideologias e concepções de agrupamentos que, posteriormente, se configurariam como a classe dominante tanto no setor político quanto econômico. Como uma instituição aberta, congregou em seu quadro indivíduos que podiam discordar de várias maneiras e em diferentes aspectos a respeito dos avanços da modernidade no país, mas que consentiam nos objetivos de encontrar limites para o progresso, no sentido de proteger os privilégios ligados principalmente à propriedade de terras e à monopolização das exportações.

Também é de fácil compreensão que todas essas atividades tiveram repercussões no cenário imperial. Utilizando a ferramenta de busca da Biblioteca Nacional Digital, encontram-se diversas citações e menções da instituição. Falava-se de reuniões do conselho administrativo, medidas políticas, pareceres concluídos, novos números da revista e, evidentemente, as Assembleias, como podemos ver nos exemplos abaixo:

Figura 23: Menção em *Pharol do Imperio* (RJ), 1837



Fonte: PHAROL DO IMPERIO, Ano 1, n. 8.
28/3/1837, p. 1

Figura 24: Menção em *Correio Official* (RJ),

1833



Fonte: CORREIO OFFICIAL, n. 66,
17/9/1833, p. 4

O jornal enfatizou o número de pessoas presentes no evento, assim como sua eloquência e organização. Vale lembrar que o evento ocorrera em 1837, antes, portanto, da ascensão de Pedro II ao trono, o que não impede, também, a referência implicitamente elogiosa ao presidente da instituição como um representante do monarca. Tais menções continuaram e até se ampliaram nas décadas seguintes de atuação da Sociedade, mostrando que a mesma tinha seu trabalho acompanhado por diversos outros monarquistas e, mais ainda, conseguia difundir seu periódico para regiões distantes.

Perceber este cenário não implica garantir que os grandes proprietários assimilavam todos os ensinamentos que a SAIN procurava transmitir, mas evidencia que as ideias e o projeto da instituição atingiam o público-alvo. Um último conjunto de documentos que pode mostrar esse impacto são os relatórios ministeriais, que traziam muitas menções e elogios ao trabalho da Auxiliadora. Como são muitos, cabe selecionar exemplos de épocas distintas, iniciando pelo de 1839, que enfatizou a publicação do AIN:

INDÚSTRIA

O interessante periódico da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional tem sido regularmente distribuído pelas províncias; e não duvida o Governo que as numerosas e importantes ideias, que por aquele veículo se comunicam à massa da população, com o tempo germinem e brotem felizes resultados³²¹.

O texto abria a sessão “Indústria”, e o ministro continuava refletindo sobre invenções e novidades importadas ao Brasil para o melhoramento da produção. Outro texto de 1846 é bem mais contundente e detalhado, sugerindo, inclusive, a tiragem do periódico e a importância do auxílio financeiro por parte do Estado:

A Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional continua no louvável empenho de excitar o gosto pelos conhecimentos úteis, promovendo por todos os meios ao seu alcance o melhoramento e prosperidade da indústria. Publica para esse fim um periódico mensal, onde se propagam ideias as mais uteis e vantajosas sobre tão importante objeto; conserva na casa de suas reuniões modelos e desenhos de máquinas, que franqueia e explica às pessoas, que o solicitam; procura obter, e liberaliza aos nossos lavradores sementes de plantas uteis, tendo ainda em Abril do ano passado distribuído por cerca de 50 pessoas as que então lhe tinham chegado de Hamburgo; fez examinar por um de seus sócios a nova máquina de fabricar açúcar importada pelo Engenheiro Prates, e fez explicar suas vantagens, e o modo de empregá-la; incumbem-se em Paris um de seus membros de assistir aos cursos de Dumas e Payen sobre a indústria, e redigir as matérias neles explicadas de modo conveniente a poderem publicar-se no seu periódico; tem correspondido à confiança do Governo nos diversos objetos, em que ele a tem consultado, e aprontou ano passado, por ordem do mesmo Governo, 500 mudas de amoreiras, que a pedido do

³²¹ MINISTERIOS DO IMPÉRIO: Relatório da Repartição dos Negócios do Império, Rio de Janeiro, 1839, p. 33.

Presidente da Província de Minas foram a este remetidas. Representa, porém, esta Sociedade, que consistindo suas rendas no produto das mensalidades de seus sócios, e na consignação de 60\$ mensais, importância de 150 números do seu periódico, regularmente distribuído pelas Câmaras Municipais das Províncias, o que tudo monta a 1.820\$ anuais, não se pode com este ténue rendimento acudir as despesas, com que já se acha onerada e menos ainda tentar os melhoramentos que projeta, como sejam os da introdução de novas máquinas, distribuição de prêmios aos descobridores ou aperfeiçoadores de qualquer processo industrial, exposições públicas dos produtos da indústria e criação de uma Escola normal de agricultura e Escolas de Química e Geometria aplicadas à Agricultura e às Artes. Para que pois sustentar-se, e desde já empreender alguns dos melhoramentos indicados, solicita ela uma consignação de três contos de réis anuais. Considerando até que ponto pode esta interessantíssima Sociedade influir no progresso da nossa indústria, cujo acanhamento e atraso ninguém há que desconheça, julguei do meu dever expor-vos os serviços que ela presta, a fim de que vos digneis de anima-la e proteje-la.³²²

O longo parágrafo praticamente resume o trabalho e as propostas da Sociedade, expondo números e valores para convencer os responsáveis da importância da quantia solicitada. Daquele ano em diante, a instituição foi lembrada em todos os relatórios, que descreviam e enalteciam, essencialmente, a regularidade das ações e a boa distribuição dos periódicos. Em 1852, o relator chegava a comentar:

A Sociedade Auxiliadora da Industria Nacional continua a prestar úteis serviços, mostrando-se cada vez mais digna da proteção do Governo, a quem eficazmente coadjuva em todos os negócios que julga conveniente consultá-la; o seu interessante periódico tem sido regularmente publicado, e remetido a todas as Municipalidades: sendo para lastimar que a exiguidade de seus recursos a não tenha ainda habilitado para executar, em benefício da Indústria, e especialmente da lavoura, os projetos de que em anteriores Relatórios se vos tem falado³²³.

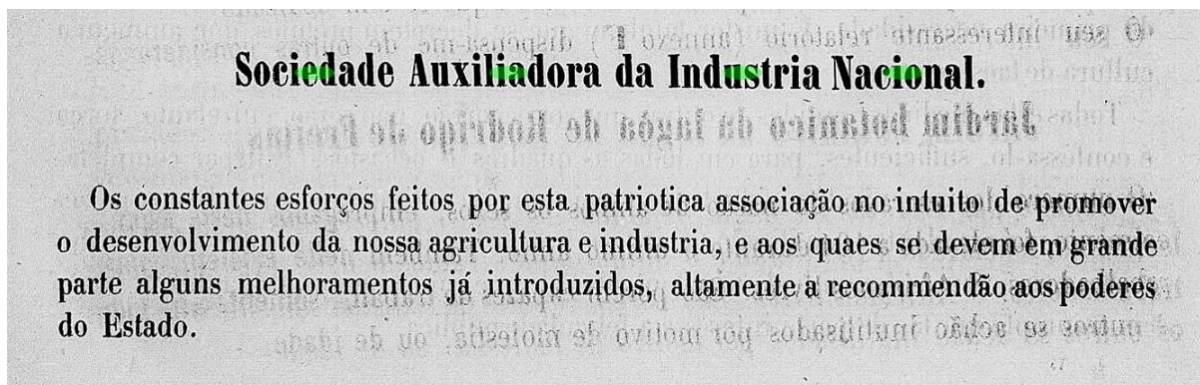
Nessa mesma época, os trabalhos da SAIN começaram a ter mais destaque nesses documentos, aparecendo como um assunto específico no texto a partir de 1854 e não mais ligado à sessão “Indústria”,³²⁴ como mostra o exemplo abaixo. O padrão dos conteúdos, entretanto, era o mesmo: enfatizar a regularidade dos trabalhos e lamentar a limitação de recursos financeiros.

³²² MINISTERIOS DO IMPÉRIO: Relatório da Repartição dos Negócios do Império, Rio de Janeiro, 1846, p. 26-27.

³²³ MINISTERIOS DO IMPÉRIO: Relatório da Repartição dos Negócios do Império, Rio de Janeiro, 1852, p. 33.

³²⁴ A partir de 1858, os relatórios próprios da instituição passaram a integrar, como anexos, os do ministério.

Figura 26: Destaque da Sociedade Auxiliadora no relatório anual ministerial de 1859



Fonte: MINISTERIOS DO IMPÉRIO: Relatório da Repartição dos Negócios do Império, Rio de Janeiro, 1859, p. 40.

Vale lembrar que, depois de 1860, a SAIN passou a compor o recém-criado Ministério da Agricultura, e, nos relatórios desta repartição, continuou tendo destaque significativo. Os textos apresentados na pasta dos “Negócios”, entretanto, não pararam de mencionar a instituição e seu trabalho de difusão de ideias, especialmente, neste caso, sobre as escolas técnicas fundadas em 1871. Até 1883, é possível encontrar citações à instituição nestes documentos.

Nos relatórios do Ministério da Agricultura existia uma clara continuidade daquilo que se fazia anteriormente, referindo-se à Sociedade Auxiliadora como “aliada” ou “auxiliar” do governo nos trabalhos de “promoção da Indústria Nacional”, destacando copiosamente a “importante publicação” do periódico, difusor de ideias e “conselhos úteis aos nossos lavradores”. Um último exemplo a ser citado é retirado do relatório de 1888:

Nos sessenta anos que conta de útil existência, não tem arrefecido a dedicação desta sociedade pela causa pública. No corre do último ano, além dos seus encargos ordinários, consultou com valiosos pareceres acerca de várias questões de ordem industrial para os quais invoquei a sua competência e associada à Reunião dos Expositores da Indústria brasileira, prestou distinto serviço na organização da exposição de produtos nacionais, preparatória da Exposição Universal de Paris. O Auxiliador da Indústria Nacional, revista mensal da associação, foi publicada com a costumada regularidade, constituindo repertório cada vez mais abundante de conhecimentos úteis à indústria e pregoeiro constante de melhoramentos.³²⁵

O texto seguiu fazendo referência à Escola Industrial, que teria formado, até então, cento e sessenta e dois alunos, que incluíam brasileiros e estrangeiros. Nesta, que é uma das últimas

³²⁵ MINISTERIO DA AGRICULTURA. Relatórios do Ministério da Agricultura, Rio de Janeiro, 1888, p. 51.

aparições no relatório, fica evidente que as relações com o governo de Pedro II sempre foram muito amistosas, e o fato de a associação ter desaparecido desses documentos após 1894 reforça a ideia de que, entre os seus principais propósitos, estava a manutenção da forma monarquista.

É factível que a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional buscou fortalecer a economia brasileira através do melhoramento da produção agrícola com interesses políticos definidos a priori; o possível efeito colateral do seu trabalho – mas não só ele – foi o fortalecimento e a consolidação dos grupos rurais que ascenderam ao poder no final do oitocentos. Esta qualidade não anula a possibilidade de heterogeneidades no interior da entidade, uma vez que, conforme cresceu e se diversificou, ampliou a entrada de, por exemplo, fabricante de chapéus.

Esses últimos acabaram protagonizando um interessante debate que joga luz a alguns pontos conservadores da SAIN na década de 1870, mostrando que opiniões sobre a liberdade comercial sofreram impactos. Na ocasião, e mais precisamente no ano de 1876, a Sociedade publicou um folheto de 36 páginas assinado por “Artistas chapeleiros do Rio de Janeiro”,³²⁶ no qual defendiam a taxaço do produto estrangeiro, argumentando que era muito barato em relação ao nacional e defendendo que o governo deveria incentivar “a indústria tanto quanto a agricultura”.³²⁷

O texto, entretanto, ficou longe de ser uma unanimidade e só pôde ser escrito sob os auspícios da instituição depois de a ideia passar por uma votação em sessão do conselho que confrontou a opinião favorável emitida pela comissão da “Seção de Agricultura, comércio e indústria fabril” e a contrária, escrita pela “Seção de Comércio”, que entendia que a tarifa era puramente fiscal e que o Brasil deveria continuar apoiando abertamente a liberdade comercial.

Vale enfatizar que a medida protecionista passou por uma votação e a vitória dela revela que já existia uma cisão no interior da Sociedade Auxiliadora, que foi procurada pelos artistas chapeleiros como uma via de diálogo com o governo. Por mais que fabricantes de manufaturas não tenham conseguido dominar completamente a diretoria da Sociedade Auxiliadora, é inegável que sua participação estava crescendo, assim como os argumentos por avanços.

Em 1877, a “Seção de Comércio”, liderada, desta vez, por André Rebouças, emitiu um novo parecer sobre a revisão das tarifas alfandegárias e o texto se transformou em uma nova publicação fora do periódico. Desde as primeiras linhas, ficam claros os princípios que

³²⁶ Apesar de assinado dessa forma o texto em alguns momentos deixa escapar que o principal redator era

³²⁷ À SOCIEDADE auxiliadora da Industria Nacional offerecem os artistas chapeleiros. Rio de Janeiro: Typ. economica, de Machado & C., 1876, p. 16.

deveriam ser defendidos: “[...] não somos um país manufatureiro e as indústrias, que temos, não exigem que nos afastemos da liberdade de comércio em certos e determinados artigos”. O autor argumentou ainda que a: “Liberdade de trabalho e indústria é violada logo que o governo intervém nela, como concorrente esmagador pela força dos extraordinários recursos, de que dispõe”.³²⁸

Para Rebouças, neste sentido, a liberdade de comércio deveria ser defendida como a “liberdade da pátria” e conclui defendendo que medidas eficazes para a proteção da indústria nacional eram ações governamentais que facilitassem o acesso a matérias primas, isenções de taxas às exportações, incentivo ao consumo de produtos locais, incluindo compras do próprio governo como fardamentos, e investimentos em infraestrutura, a exemplo de estradas de ferro. Em um dos capítulos, afirma: “o protecionismo só tem sido fatal aos Estados Unidos”.³²⁹

Não é absurdo considerar que este embate foi um dos motivos do desmembramento da Sociedade pouco mais de vinte anos depois, mas há de se considerar também que, na mesma década, a monarquia começou a mostrar sinais de enfraquecimento oriundos do fim da Guerra do Paraguai (1870),³³⁰ processo que fatalmente causou impactos na Auxiliadora. Fato é que, na década de 1880, a instituição perdeu membros e apoio estatal, encabeçados principalmente pelo financiamento público, cortado em grande parte depois de 1886 e em definitivo em 1892, findando a publicação do periódico.

A crise interna na diretoria, protagonizada por agraristas livre-cambistas e comerciantes protecionistas, pode ter sido um elemento de indefinição que afastou muitos associados, mas o problema também teve uma significativa influência externa, uma vez que esse debate já acontecia no Brasil desde a exposição de 1861, que trataremos mais adiante. Além disso, a SAIN era muito dependente da estabilidade política e das verbas públicas que recebia, fazendo com que o declínio do governo de Pedro II prejudicasse consideravelmente suas atividades. Mesmo assim, cabe refletir sobre a capilaridade da instituição referente aos elementos que ela difundiu.

³²⁸ SOCIEDADE AUXILIADORA DA INDUSTRIA NACIONAL. Parecer do presidente interino da Secção de Commercio [André Rebouças] sobre a reforma da tarifa das Alfandegas do Império do Brasil. Rio de Janeiro. G. Typografia Nacional, 1877, p. 8.

³²⁹ SOCIEDADE AUXILIADORA DA INDUSTRIA NACIONAL. Parecer do presidente interino da Secção de Commercio [André Rebouças]. *Op. Cit.*, p. 10.

³³⁰ SCHWARCZ, L. As barbas do imperador. *Op. Cit.*, p. 295-296.

3.2 Os avanços da tecnologia, das ciências e das artes

Tomando como uma coleção completa, é muito plausível que o tema favorito da SAIN na revista fosse a agricultura. Seja por interesses políticos, para angariar apoio dos agricultores, ou por uma questão reflexiva autêntica, foram as transformações no ambiente rural que mais ocuparam as páginas do *Auxiliador*. A premissa de modernizar o campo, todavia, ampliava os horizontes da instituição e era a motivação dos integrantes para buscar mais conhecimento, equipamentos e outras informações consideradas úteis aos homens industriais e morigerados do império.

É importante lembrar que, na década de 1830, o conjunto de elementos que caracterizavam aquilo que a instituição chamou de “indústria” era praticamente inexistente, e o campo era o espaço em que essas modificações teriam mais facilidade de se desenvolver, uma vez que já tinha uma produção minimamente organizada e em atividade. Mais que isso, a mecanização teria que começar, no país, por uma parte específica da fazenda: o engenho.

Com essa mentalidade, os integrantes da SAIN procuravam entender no Brasil as demandas e os problemas da produção e investigar, na Europa, invenções que poderiam suprir os supostos atrasos materiais da indústria nacional. Temos que ter em mente, com o olhar do século XXI, que a revolução industrial estava em sua segunda fase e atingia uma ampla diversidade de países em comparação ao final do século XVIII. As inovações e a significativa ampliação da produção com uso da força mecânica e da eletricidade impressionavam e entusiasmavam qualquer interessado de fora desses grandes centros e dependente de atividades produtivas, seja no campo ou na cidade.

O Brasil, tradicionalmente agroexportador e submisso ao comércio internacional, vivia um momento de esgotamento da atividade mineradora e de baixa produção rural, tornando essas inovações ainda mais atrativas para produtores e associações como a SAIN, que viam na modernização material a esperança de melhoramento das mercadorias e de reconquista dos mercados mais competitivos e lucrativos. Esse, inclusive, era um dos principais argumentos da instituição quando publicava conteúdos relacionados ao plantio e ao comércio de cana.

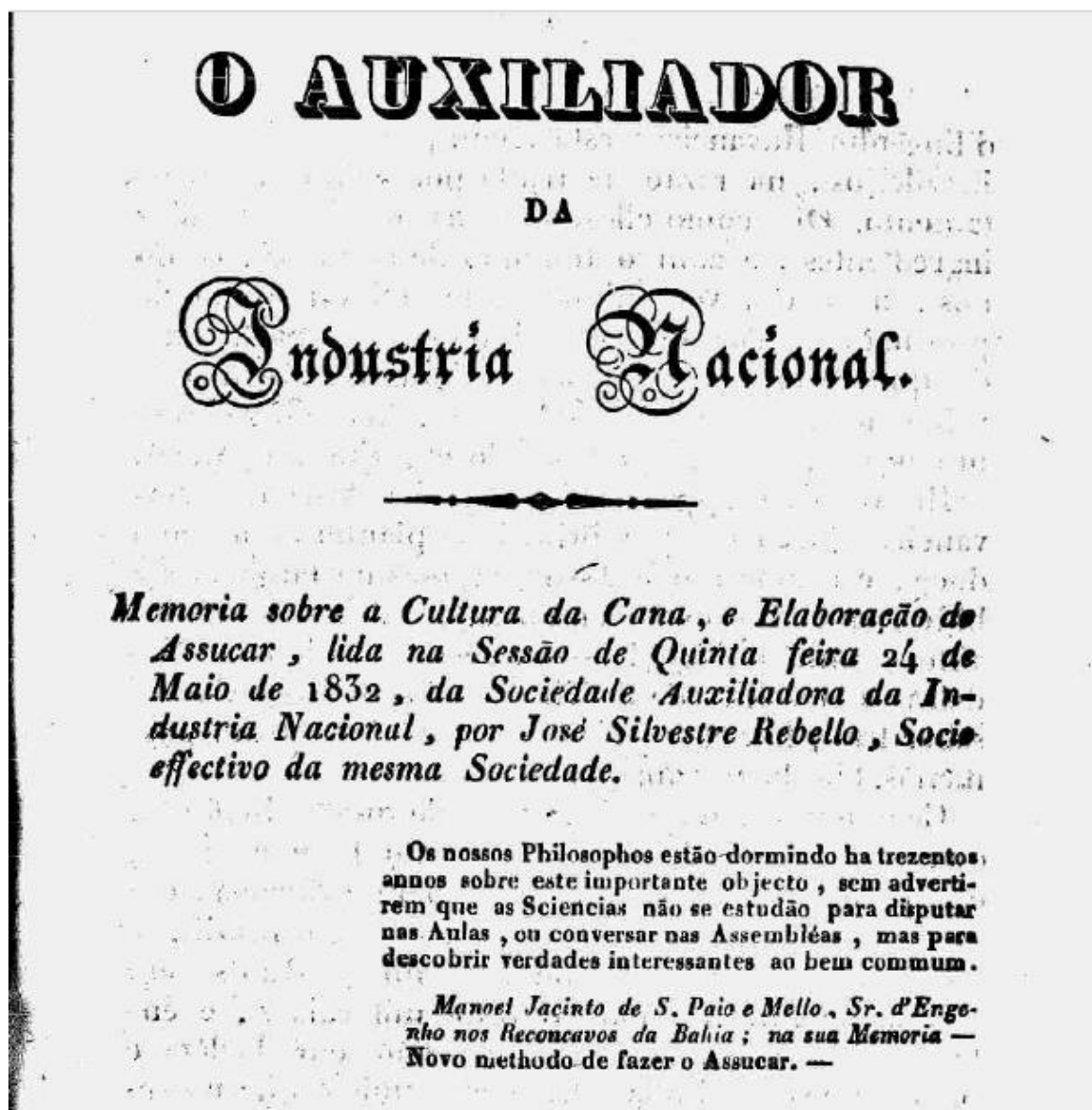
A modernização prevista, nesse sentido, não antecipava um avanço em questões sociais ou políticas, nem em uma transformação estrutural do império; tratava-se mais de um esforço para recriar os produtos brasileiros já conhecidos no exterior, tornando-os novamente atrativos perante as demandas do novo cenário, as quais eram oriundas das modificações que vinham acontecendo na Europa. Em outras palavras, tratava-se de uma medida paliativa que visava a ocupação do mesmo lugar que já se controlava.

A indústria era o símbolo e o mecanismo que direcionaria a modernização. Era, assim, um termo bastante profundo para aqueles que o utilizavam e, em como tantos outros, adaptado para o contexto brasileiro. Sua presença no nome da associação denunciava sua importância, que carregava bem mais variantes, significados e qualidades do que a simples abertura de fábricas manufatureiras. Na leitura da SAIN, tratava-se de uma reorganização da produção nacional a partir da ação não apenas do Estado, mas também da espontaneidade e atitude dos produtores.

A indústria era entendida pela instituição como o símbolo dos avanços materiais que ela mesma identificava na Europa e nos Estados Unidos, e como um método de se promover as transformações necessárias no Brasil. Tinham ciência, entretanto, de que tal iniciativa era muito custosa e pouco popular entre os produtores, fazendo com que seus argumentos focassem inicialmente nas produções mais conhecidas da agricultura nacional, especialmente na cana-de-açúcar e, aos poucos, no café.

A primeira pode guiar brevemente nosso argumento porque continuava sendo a mais importante para a economia do Império na época em que a revista começou a ser publicada. Mas, até mesmo antes desta data, estudos desenvolvidos pela instituição sobre a cana já existiam. No segundo número, a matéria de capa era a seguinte:

Figura 27: Capa da edição de fevereiro de 1833



Fonte: O AUXILIADOR DA INDUSTRIA NACIONAL, Ano 1, nº 2, fevereiro de 1833, p. 1

O texto, como pode-se perceber, era destaque em fevereiro de 1833, mas produzido e lido em uma sessão do conselho administrativo de 1832. Para a revista, foi dividido em duas partes e 19 capítulos, dos quais, a partir do oitavo, foram publicados na edição de março do mesmo ano. Refletia sobre a concorrência do açúcar brasileiro, especialmente a de Havana, e sobre o seu atraso material em relação aos demais, que conseguiam disponibilizar uma mercadoria mais barata e de mais qualidade na Europa. A reflexão também apresentava conhecimentos de botânica e química, verticalizando questões como o solo, o adubo e as diferenças entre espécies distintas da planta.

A pesquisa de José Rebello ainda continha um espaço que descrevia detalhadamente todas as etapas da produção de açúcar, desde o preparo do solo até o refino e a comercialização, mostrando, em cada uma delas, diferenças entre o brasileiro e o caribenho. Apesar de ser a primeira deste tipo, a reflexão fica longe de ser a única disponível no periódico, além de diversos textos mais curtos que problematizavam a cultura em questão, como a prensa hidráulica de Bramah, que citamos anteriormente.

O que podemos entender, neste caso, é que o açúcar, assim como as outras produções rurais que ganharam mais atenção nos anos seguintes, era o fator que direcionava as premissas da SAIN nas atividades de apresentação de inovações tecnológicas necessárias para o progresso da nação. Mais especificamente, ainda: tratava-se de mecanizar o engenho, a parte mais industrial do processo de produção de açúcar, que poderia garantir uma mercadoria passível de concorrer nos mercados europeus. Como efeito, a instituição afastava do governo a responsabilidade pelos maus resultados que identificavam nas vendas nos últimos anos, buscando até inverter essa lógica, já que acreditavam que a monarquia trabalhava para oferecer transformações importantes.

É relevante, no entanto, que até a década de 1840, houve, para Aranha do Lago, uma forte resistência dos produtores rurais à mecanização, que consideravam um processo muito caro, dando preferência à continuidade da produção através da mão de obra escravizada.³³¹ Quadro que apresentou alguma alteração depois da Exposição Universal de Londres, em 1851, que representava uma expressão da força e da utopia da modernidade no conceito da burguesia industrial europeia.³³²

Ainda não era possível notar avanços materiais significativos na produção nacional, mas o impacto na mentalidade mostrou que, no país, passou a se buscar uma conexão mais evidente e clara com a paisagem do cosmopolitismo. Tomando por base os dados das exposições nacionais, organizadas a partir de 1861 e entendidas como prévias da participação brasileira nos grandes eventos do exterior, é possível perceber que manufaturas tiveram incremento significativo, mas não ao ponto de demonstrar vocação industrial para o Brasil.³³³ A mecanização era o desafio da política brasileira, mas ela atravessava, necessariamente, a

³³¹ LAGO, L. A. C. Da escravidão ao trabalho livre. *Op. Cit.*, p. 74.

³³² SCHWARCZ, L. As barbas do imperador. *Op. Cit.*, p. 388.

³³³ HARDMAN, Francisco Foot. Trem Fantasma: a modernidade na selva. São Paulo, Cia das Letras, 1988, p. 79.

agricultura, que ainda era o setor com maiores investimentos e, conseqüentemente, considerado o fundamento da economia nacional.³³⁴

Dentro da seara tecnológica estava o desenvolvimento científico, encarado como o elemento que racionalmente colocaria a natureza a serviço do progresso humano. Criada no espírito do iluminismo, a instituição classificava a razão e a mecanização como frutos e promotores da modernidade, com igual grau de importância. A diferença notável neste aspecto era a de que a teoria, na forma de livros e periódicos que atravessavam o Atlântico, era bem mais acessível que a prática, materializada nas máquinas que a instituição queria importar.

São incontáveis as publicações internacionais citadas nas atas de reuniões do conselho administrativo da Auxiliadora, advindas de muitos países e escritas em idiomas distintos, e é de fácil percepção que os escritos que mais chegavam até a entidade tinham caráter rural e valorizavam as contribuições da química, física e botânica para a ampliação e o melhoramento das produções nas fazendas. O mesmo raciocínio serve para a difusão destes conteúdos dentro do Império. A Sociedade, já nos primeiros anos de atividades do periódico, conseguia atingir todas as províncias imperiais.

A característica se manteve por todos os anos de atuação da instituição. O ensino da ciência era apresentado como a etapa teórica do processo, digno de ser mais valorizado e promovido. Em 1873, um texto sobre o uso da química para a conservação de produtos alimentícios reforça essa ideia, pois apresenta uma série de informações sobre técnicas de conservação consagradas na Europa e sobre a forma com a qual se adaptavam na América Latina:

Química Industrial

Estudos sobre a conservação das carnes alimentícias, vantagens de sua exploração para países produtores e consumidores, pelo Dr. D. Angel Vazquez, membro da faculdade de ciências e professor da Universidade do Chile.

Setembro de 1872.
(Continuação.)

MEIOS FÍSICOS: A DESSECAÇÃO, A COCÇÃO, O FRIO, A SUBTRAÇÃO DO AR OU SUA INTERPOSIÇÃO

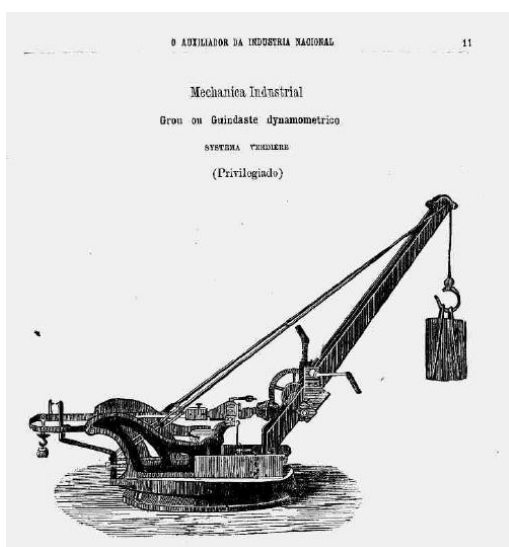
A dessecação - faz perder a humidade;
A cocção - coagula as matérias albuminais;
O frio - impede a alteração porque a 0º não há fermentação.
A subtração do ar, ou sua interposição - não permitem contacto do ar.

³³⁴ PESAVENTO, Sandra Jatahy. Exposições Universais: espetáculos da modernidade do século XIX. São Paulo. Hucitec, p. 1997, p. 102.

A dessecação - acompanhada da pressão emprega-se, por exemplo, nos legumes. Este método foi aplicado desde 1845 a 1853 pelos Srs. Ganal e Masson. Consiste em submeter as matérias a uma pressão de cinco atmosferas de vapor e depois secá-las rapidamente em estufas de corrente dobrada do ar.³³⁵

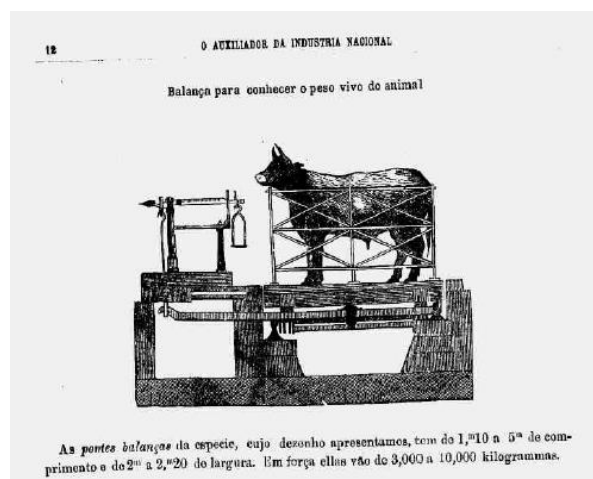
Apesar do trecho referir-se mais às carnes, ao avançar, a reflexão levanta uma série de questões sobre o contexto americano e sobre a forma como esses conhecimentos eram adaptados, incluindo receitas com materiais mais abundantes no Brasil, Chile e Argentina. Em 1880, apresentam também uma balança utilizada para pesar animais vivos e um guindaste que facilitaria o transporte:

Figura 28: Desenho de guindaste na edição de janeiro de 1880



Fonte: O AUXILIADOR DA INDUSTRIA NACIONAL, vol. XLVIII, nº 1, janeiro de 1880, p. 11

Figura 29: Desenho de balança na edição de janeiro de 1880



Fonte: O AUXILIADOR DA INDUSTRIA NACIONAL, vol. XLVIII, nº 1, janeiro de 1880, p. 12

É possível refletir que os problemas eram locais e precisavam de uma solução rápida e barata para os produtores. O estudo, nesse sentido, acabava direcionado para atender demandas específicas.

Para Patrícia Regina Barreto, este trabalho da Auxiliadora foi o que fez a SAIN se tornar fundamental para formação da identidade nacional, valorizando o progresso material e os ideais do iluminismo. Ela argumenta que a instituição recebia ampla cobertura da imprensa do período e que seus eventos tinham uma significativa participação social, além da presença ocasional do

³³⁵ O AUXILIADOR DA INDUSTRIA NACIONAL, vol. XLL, nº 2, fevereiro de 1873, p. 61

Imperador. Fatores que indicam que a revista da instituição era lida e que suas reflexões e projetos tinham alguma relevância no cenário imperial.³³⁶

Há de se considerar que, nas décadas de atuação da SAIN, o Brasil sofria uma carência de fatores de aglutinação e identificação, por isso, seu esforço em divulgar o catolicismo e a própria figura do Imperador como símbolos nacionais foram uma constante que agradou elites econômicas regionais preocupadas também com a manutenção da ordem e com a promoção da civilidade. Estabelece-se como hipótese, assim, a possibilidade de a ciência – na lógica da promoção do progresso através da modernização do campo – ser um atrativo nas folhas da Sociedade, que integrava de maneira mais leal e espontânea o projeto governamental.

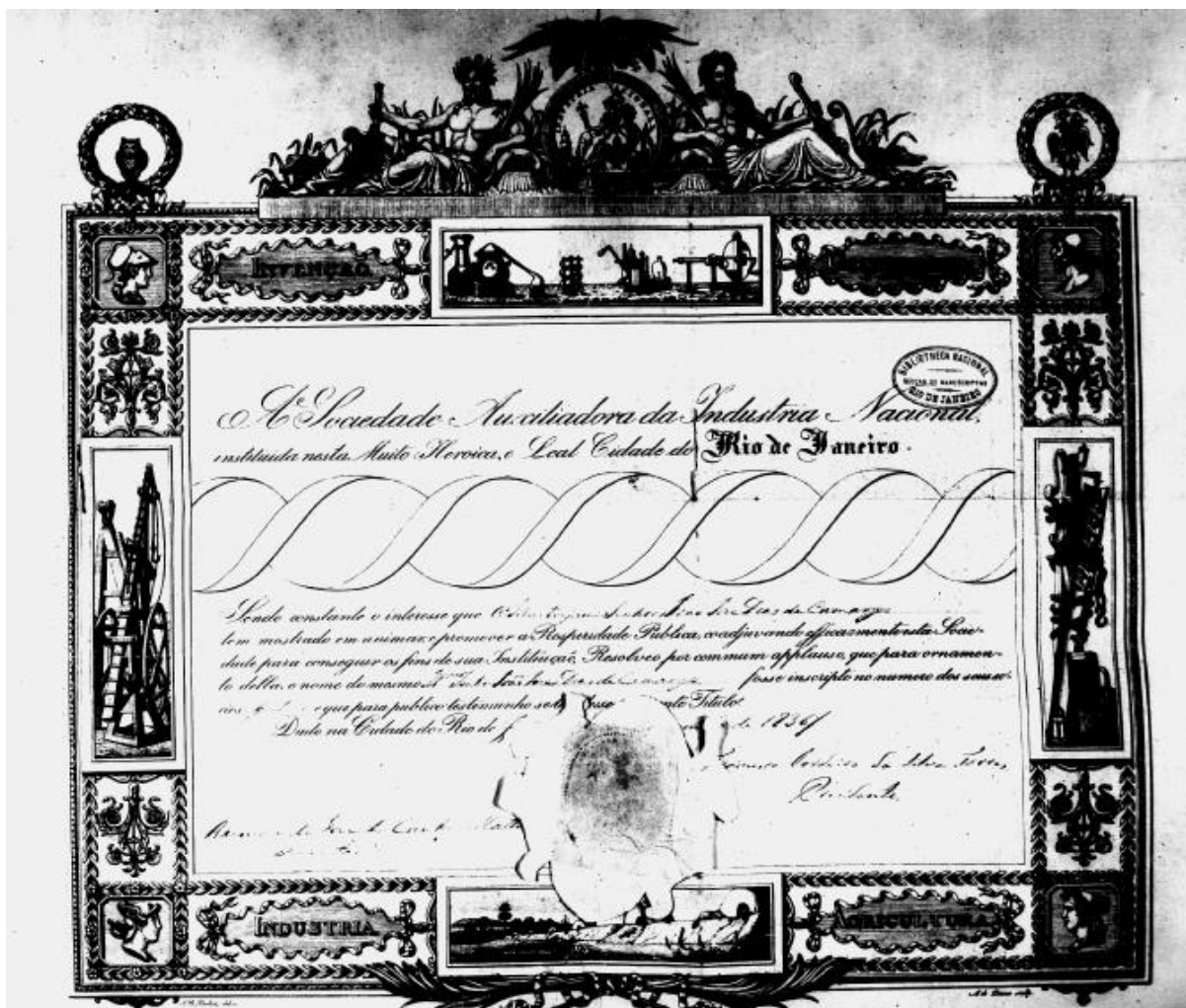
Vamos aprofundar a questão da identidade nacional no item seguinte, mas podemos adiantar que, apesar de não ser intenção desqualificar o trabalho de produção de conhecimento da Auxiliadora, que, inegavelmente, era genuíno e tem muito valor no contexto imperial, os conteúdos partiam de uma premissa estabelecida no campo político-administrativo que olhava para o progresso como resultado de uma série de ações que importariam fatores singulares de uma suposta modernidade de outros espaços.

Além disso, o conceito de sociedade civil desenhado pela Auxiliadora era significativamente limitado e guardava raízes históricas lusitanas. A identidade que visavam formar para a população brasileira, nesse sentido, valorizava as contribuições culturais portuguesas e as relações que essa coroa havia constituído. É interessante notar, como exemplo, o caso da França, que passava, na ocasião, por intensas movimentações populares. No Auxiliador, cientistas franceses e invenções que aprimoravam as condições de vida das pessoas tinham considerável destaque, mas eram raras as vezes que noticiavam ou refletiam sobre os abalos políticos sofridos pelo país e, mais ainda, menções ao campesinato gálico. Quando apareciam, eram de forma depreciativa e consideravam a revolta e a violência como elementos que atrasavam o progresso.

Na esteira dessas ligações com os franceses, passou pelo Brasil a missão de artistas, da qual um dos principais expoentes foi o pintor Jean-Baptiste Debret (1768-1848). O artista ficou no país entre 1817 e 1831, e, entre muitas obras, criou o emblema e os diplomas da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, que podem ser vistos abaixo:

³³⁶ BARRETO, P. R. C. Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, *Op. Cit.*

Figura 30: Diploma de aceite da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional



Fonte: DIPLOMA da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional do Rio de Janeiro aceitando como sócio João José Dias de Camargo. Rio de Janeiro, 12/1836. Assinado pelo presidente Francisco Cordeiro da Silva Torres. Desenhado por J. B. Debret. Fotocópia. p. 1.

Figura 31: Detalhe da parte superior do diploma melhorada



Fonte: BARRETO, P. R. C. Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, *Op. Cit.*, p. 212.

No centro da figura estava o emblema da instituição, representada por Palas Athena ou Minerva. Todo desenho, porém, revela inspirações clássicas e naturalistas greco-romanas – duas divindades masculinas, plantas, um cão e um jacaré que remetem, segundo a análise de Barreto, aos deuses Silvano e Netuno. Para a autora, Debret construiu o desenho valorizando também a natureza local, as ciências e as armas. Cabe refletir, ademais, que a escolha do artista pela SAIN não surpreende e reforça a ideia de que a mesma tinha, entre seus objetivos, dar continuidade ao projeto modernizador de D. João VI e Pedro I. Debret voltou à França antes da revista ser lançada, mas chegou a fazer parte da entidade como associado e escreveu sobre a instituição em seu livro *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil*.³³⁷

Todo esse aparato simbólico indica, também, que, nesta questão civilizatória, tanto o governo quanto a instituição tinham preocupações estéticas, que acompanharam ambos até o final da centúria. No caso da associação, o sentimento culminou na fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em 1838, que foi criado com intuito de “guardar a história nacional”, valorizando as contribuições e as figuras portuguesas e as belezas naturais singulares dos trópicos. Os idealizadores do projeto foram Januário da Cunha Barbosa e Raimundo José da Cunha Mattos, o primeiro correspondente do Instituto Histórico da França, que pode ter servido de inspiração. Na sessão de 18 de agosto de 1838, os sócios apresentaram o projeto e suas bases:

Sendo inegável que as letras, além de corresponderem o adorno da sociedade, influem poderosamente na firmeza de seus alicerces, ou seja pelo esclarecimento de seus membros, ou pelo adoçamento dos costumes públicos, é evidente que uma monarquia constitucional, onde o mérito e os talentos devem abrir as portas aos empregos, e em que a maior soma de luzes deve formar o maior grau de felicidade pública, são as letras uma absoluta e indispensável necessidade, principalmente aquelas que versando sobre história e geografia do país devem ministrar grandes auxílios à pública administração, e ao esclarecimento de todos os brasileiros.

Por isso, os abaixo assinados membros do Conselho Administrativo da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, conhecendo a falta de um Instituto Histórico e Geográfico nesta Corte, que principalmente se ocupe em centralizar imensos documentos preciosos, ora espalhados pelas províncias, e que podem servir à história e geografia do Império, tão difícil por falta de um Tombo, ou Prontuário, de que se possam aproveitar os nossos escritores, desejam e pedem sua pronta instalação debaixo dos auspícios da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional[...]

Bases

1º Fundar-se-á, sob os auspícios da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, um Instituto Histórico, que especialmente se ocupa da História e Geografia do Brasil.

2º Os seus membros trabalharam na mesma casa, em que horam trabalhos da Sociedade Auxiliadora da Industria Nacional.

³³⁷ BARRETO, P. R. C. Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, *Op. Cit.* p. 212

3º O fim deste Instituto será, além dos que forem marcados pelos seus regulamentos, coligir e metodizar os documentos Históricos e geográficos interessantes à história do Brasil [...]³³⁸.

Havia, ainda, mais seis ideias bases para a fundação, além das três transcritas – totalizando nove. A nona nos chama a atenção porque previa manter correspondência com o Instituto Histórico de Paris. Ademais, nota-se a preocupação dos membros em relação à inexistência de qualquer órgão governamental que concentrasse a produção das letras no país, entendida como um elemento importante para a promoção das luzes e, conseqüentemente, do progresso da nação. No mês seguinte, a ideia foi colocada em votação na assembleia geral e aprovada por unanimidade segundo seus registros.

Retomando brevemente o debate sobre a supressão do tráfico de escravizados no Brasil, é interessante lembrar que Cunha Mattos e Januário Barbosa tinham opiniões opostas, sendo o primeiro enfaticamente contrário, enquanto que o cônego era favorável. Ambos se uniram, entretanto, para fundar uma entidade que escreveria a história e as características naturais do Brasil, excluindo a participação efetiva de indígenas e africanos e reforçando a ideia de que a identidade nacional pretendida era destinada a um grupo específico.

No relatório anual do ano seguinte, após o falecimento de Raimundo Cunha Matos, os trabalhos foram novamente lembrados e enaltecidos:

Resta-me por último falar-vos, Senhores, de um dos atos, que mais glória tem dado a Sociedade Auxiliadora da Industria Nacional, e que teve lugar no decorrido ano social. Havendo dois ilustres e distintos membros dela o Exmo. Marechal falecido Raymundo José da Cunha Matos, e o Ilmo. Sr. Cônego Januário da Cunha Barbosa apresentado ao Conselho uma Proposta para a fundação de um Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, filial da Sociedade Auxiliadora, e sendo a mesma levada à consideração; da Assembleia Geral, e nela unanimemente aprovada, tratarão os ilustres Fundadores de convidarem aquelas pessoas que deviam formar esta nova Associação científica; e estando tudo preparado, e marcado o dia 21 de Outubro para a sua. instalação, teve ela com efeito lugar no sobredito dia, reunidos para o mesmo fim todos os Membros da Sociedade Auxiliadora, as pessoas convidadas para Membros do Instituto, e outras muitas, que vieram presenciar este ato solene. Presidiu à abertura da Sessão o nosso Presidente com a respectiva Mesa, e findo o Discurso da abertura, passou-se à nomeação do Presidente do Instituto, e a unanimidade de votos foi eleito o Exmo. Sr. Visconde de S. Leopoldo, o qual passou logo a tomar conta da cadeira, procedendo-se depois à eleição do Secretário Perpétuo do Instituto, e dos outros membros que deveriam compor o novo Conselho, recaindo o importante cargo de Secretário Perpétuo na pessoa do limo. Sr. Cônego Januário da Cunha Barbosa; e começando também neste dia a existência deste outro Corpo Científico de que tanto ambicionamos. Desnecessário julgo, senhores, mostrar-vos as vantagens, e benefícios que trouxe consigo a fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. O objeto de que ele se ocupa, os fins a que se propõem, e a necessidade que dele tínhamos são dados seguros que nos afiançam os incalculáveis bens que fará ao Brasil esta reunião de sábios. Neste dia, por tanto, Senhores, a Sociedade Auxiliadora adquiriu novos

³³⁸ O AUXILIADOR DA INDUSTRIA NACIONAL, ano 6, nº 8, agosto de 1838 p. 323-324.

títulos de reconhecimento para o Brasil inteiro, o seu patriotismo é fora de toda a prova.³³⁹

Existia, neste sentido, a preocupação por parte do governo com a “invenção” da história e da nacionalidade brasileira, que, na visão da Auxiliadora, deveria enfatizar as belezas naturais dos trópicos e a tradição social e cultural europeia. Ideia que vai ao encontro da nossa análise e reforça a concepção de que a SAIN era uma organização fundada no seio da burocracia lusitana, que procurou amarrar o processo modernizador à monarquia constitucional, promovendo, assim, o progresso tecnológico e controlando as agitações sociais pela liberdade.

Os debates travados na sede da Sociedade Auxiliadora, nas escolas técnicas, em outras entidades científicas que ela fundou e nas palestras e publicações que promoveu estão relacionados, na segunda metade do século XIX, com uma série de avanços nos campos da ciência e da tecnologia na capital imperial. É possível até pensar que, nestes assuntos específicos, as histórias da SAIN e do Brasil se confundem. Da mesma forma em que a instituição absorveu as discussões a partir da conjuntura, participou ativamente dela, configurando um espaço que fundiu os dois problemas na idealização do progresso.

Um último ponto a ser refletido sobre a relação entre ciências e modernidade nos trópicos diz respeito ao próprio letramento, socialmente restrito no período de atuação da Sociedade. Para Angel Rama, esta era uma característica dos países fundados na antiga área colonial, que contou com um esforço por parte dos impérios em criar centros de burocracia que gerissem as relações das suas posses com a metrópole. Estrutura que foi responsável por várias funções, indispensáveis para o projeto colonizador, como a condução social a partir de elementos artísticos que se mostram extraordinariamente longevos.³⁴⁰

Para Rama, essa *Cidade das Letras* sobreviveu às independências, dando aos “intelectuais”³⁴¹ incumbências que os tornaram autônomos e importantes dentro das instituições e do exercício do poder.³⁴² Assim, quando se pensa na *intelligentsia* nacional e, especificamente, na SAIN, deve-se lembrar que era um grupo tradicionalmente ligado ao poder, gestado a partir de diálogos entre os conselheiros de Estado.

Outro autor que debate essa atuação é Nicolas Shumway, que estudou o papel da “geração de 1837” na formação da ideia de nacionalidade da Argentina, definindo-os como “um

³³⁹ O AUXILIADOR DA INDUSTRIA NACIONAL, ano 7, nº 9, setembro de 1839 p. 347-348.

³⁴⁰ RAMA, Ángel. A cidade das letras. São Paulo, Boitempo, 2015.

³⁴¹ O próprio autor usa o termo com alguma ressalva devido o período em que este grupo ainda era difuso e descaracterizado. Cabe afirmar que se tratavam dos “donos das letras” dentro da cidade colonial.

³⁴² RAMA, Ángel. A cidade das letras. São Paulo, Boitempo, 2015.

grupo de jovens entusiastas, quase todos entre vinte e trinta anos, que naquele ano organizaram uma sociedade literária como parte de uma atitude crítica em relação a seu país”. Para o autor, o objetivo deles era identificar os problemas da jovem república e formular ações para civilizá-la.³⁴³

Nos interessa, destes eventos, a ideia de que as conclusões desta escola acabaram influenciando Juan Batista Alberdi (1810 – 1884), que escreveu a obra que serviu de base para a constituição de 1853: *Fundamentos da organização política argentina* (1852),³⁴⁴ na qual se buscava pensar a pátria e a identidade original a partir do sincretismo entre os habitantes locais e a imigração europeia.³⁴⁵ Apesar de não ter relação direta com a Auxiliadora, o recorte temporal está dentro do seu período de atividade e, mais ainda, relaciona a elementos artísticos de uma cultura europeizada com ações efetivamente políticas, que afetaram a vida das pessoas que viviam no país portenho.

Isso representa uma evidência de que associações ou quaisquer outras congregações de homens que se juntassem para pensar o futuro dos países formados nas antigas regiões coloniais tinham um caráter dúbio e poderiam defender o seu protagonismo nas transformações da modernidade. É consenso historiográfico, neste ponto, que eles agiam impondo limites claros para aqueles que deveriam participar da elaboração dos projetos e, mais ainda, os habilitados e os desabilitados de participar do processo.

Voltando ao Brasil, Lilia Schwarcz chegou a afirmar que os “homens de ciências” incorporavam a razão no seu modo de vida mais como um sacerdócio do que como uma profissão, valorizando, assim, mais o discurso intelectual que a produção.³⁴⁶ Ela entende que os responsáveis pela produção de conhecimento no país fizeram um “uso inusitado da teoria original do darwinismo social, na medida em que essa interpretação se combinou com a perspectiva evolucionista e monogenista”, concluindo que, a partir de alguns arranjos teóricos, foi possível pensar a viabilidade de uma nação mestiça.³⁴⁷

Tal constatação mostra que os debates no contexto seriam travados dentro do consenso de que a mestiçagem não era positiva e de que a “raça branca” era considerada superior, fazendo

³⁴³ SHUMWAY, Nicolas. *A Invenção da Argentina: História de uma ideia*. Edusp. São Paulo. 2008, p. 157.

³⁴⁴ Na obra, Alberdi defendia que a legislação incorporasse uma lei “que reclama para a civilização o solo, que mantemos deserto para o atraso”. Ele incluiu, ainda, a crítica de que “o socialismo europeu é digno de um desequilíbrio de coisas que, cedo ou tarde, terá neste continente sua rejeição violenta”. Cf. ALBERDI, Juan Bautista. *Fundamentos da organização política argentina*. Campinas, São Paulo: Ed. Unicamp, 1994, p. 20.

³⁴⁵ SHUMWAY, Nicolas. *A Invenção de Argentina: História de uma ideia*. 2008, p. 199.

³⁴⁶ SCHWARCZ, Lilian M. *O Espetáculo das Raças*. São Paulo. Companhia das Letras, 1993, p. 30.

³⁴⁷ SCHWARCZ, Lilian M. *Usos e abusos da mestiçagem e da raça no Brasil: uma história das teorias raciais em finais do século XIX*. Afro-Ásia, 18, 1996. p. 65.

com que o problema racial se tornasse a linguagem utilizada para o entendimento das desigualdades do período e até da singularidade nacional. De maneira abrangente, os projetos nacionalistas de modernização se escoravam nessa questão para pensar um futuro civilizado que não se desprendesse das qualidades biológicas necessárias. A contradição nos discursos revelava que o progresso era um caminho sem volta, mas que a mistura étnica era um erro que degenerava não apenas o indivíduo, como toda coletividade.³⁴⁸

Para Angela Alonso, pesa especificamente sobre o “movimento intelectual da geração de 1870” a “acusação de ter se interessado mais em edificar novos sistemas filosóficos que em interpretar a realidade nacional”. Ela os descreve, porém, como um grupo político marginalizado pela ordem imperial que viu, no repertório teórico estrangeiro, uma forma de expressar seu descontentamento. O trabalho de figuras como Silvio Romero e Joaquim Nabuco, neste sentido, não era descolado das condições do Brasil, mas ligado às suas próprias e, mais ainda, politicamente criterioso.³⁴⁹

Da mesma forma, como afirmamos anteriormente, não queremos sugerir que os integrantes da SAIN escondiam seus reais interesses sectários, mas não está errado afirmar que a nação brasileira desenhada pela instituição tinha o aval da monarquia e se constituiria através da assimilação de um conceito específico de progresso pela parcela branca e católica dos habitantes do império – que poderia ser ampliada por imigrantes europeus. Soma que valorizava as ciências naturais e a natureza local, comungava dos mesmos costumes e valores e interiorizava uma memória em comum. Conceito que merece ser melhor verticalizado e relacionado com outro fenômeno moderno que tem importância nas páginas do Auxiliador: o consumo.

³⁴⁸ SCHWARCZ, Lilian M. *O Espetáculo das Raças. Op. Cit*, p. 240.

³⁴⁹ ALONSO, Angela. Crítica e contestação: o movimento reformista da geração 1870. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. v. 15, n. 44, 2000, p. 36.

3.3 As exposições nacionais e a ilusão da identidade brasileira

O nacionalismo, como percebemos, é encarado como um termo intimamente ligado à modernidade, tal qual as ciências, o constitucionalismo, a imprensa e vários outros elementos que alinhamos anteriormente. Mais que isso, como já afirmaram Eric Hobsbawm³⁵⁰ e Benedict Anderson³⁵¹, ele não é uma entidade natural, mas o resultado de uma formação social e política que não pode ser desvinculada de sua época. Mais ainda: Anderson lembra que a nação se levanta em uma comunidade imaginada, uma vez que os integrantes daquele conjunto, em sua maioria, não se conhecem ou não se veem pessoalmente, mas comungam do mesmo sentimento.

Anderson segue o raciocínio descrevendo o importante papel da imprensa no processo de criação dos fundamentos que edificam uma nação, pois contribui com a difusão de valores, costumes e símbolos de um conjunto de pessoas que têm uma cultura e, principalmente, um idioma em comum.³⁵² Hobsbawm, por sua vez, enfatiza a importância do Estado na ampliação de locais como escolas e liceus, que permitiram um aumento significativo no número de pessoas instruídas e, com elas, a variação de elementos que poderiam identificar e aglutinar um conjunto pessoas, que, até então, se encarava próximo por conta da religião ou da sujeição ao Rei.³⁵³

Hobsbawm não deixa de enfatizar que, como muitos elementos do século XIX, o nacionalismo é resultado da revolução dupla e muito mais evidente nos países europeus que a vivenciaram. Na América Latina, assim, seria anacrônico falarmos, no século XIX, de algo mais que “um embrião da consciência nacional”, uma vez que não havia condições sociais para legitimar os símbolos que as identificariam.³⁵⁴ O sentimento de aproximação que se percebia nestes contextos era restrito a elites regionais e caracterizado pela oposição às suas antigas metrópoles.

Para Gladys Ribeiro, essa era, inclusive, uma característica que poderia ser percebida na fundamentação de ideias de parte dos liberais brasileiros durante a década de 1820, marcada pelo medo tanto dos portugueses retomarem o poder quanto de ideias radicais em relação aos direitos políticos. O antilusitanismo era, para ela, uma qualidade notável até mesmo em

³⁵⁰ HOBBSAWM, Eric J. *A era das revoluções. Op. Cit.*, p. 213.

³⁵¹ ANDERSON, Benedict: *Comunidades Imaginadas*. São Paulo: Cia das Letras, 2008.

³⁵² ANDERSON, B. *Comunidades Imaginadas. Op. Cit.*, p. 49.

³⁵³ HOBBSAWM, Eric J. *A era das revoluções. Op. Cit.*, p. 219-220.

³⁵⁴ HOBBSAWM, Eric J. *A era das revoluções. Op. Cit.*, p. 228.

escravizados, libertos e pobres que desejavam a emancipação e o desenvolvimento de um mercado de trabalho.³⁵⁵

O nacionalismo, neste sentido, figura como um fenômeno abstrato, que depende de uma série de elementos simbólicos para atrair e edificar sentimentos coletivos – como hinos, bandeiras e a memória. No acorde teórico ao que nos debruçamos neste ponto, merecem lembrança Habermas e Morel; o primeiro, porque refletiu sobre as mudanças estruturais na esfera pública da França e da Inglaterra no fim do século XIX, e o outro pela sua análise que aprofunda a mesma concepção adaptada à cidade do Rio de Janeiro, que comportava, de maneira idiossincrática, a corte.

A característica híbrida da capital imperial pode ser estendida para o interior da Sociedade Auxiliadora, que nunca abriu mão de se classificar como uma instituição civil, mas era pendurada burocraticamente na estrutura política imperial, teve seus principais diretores nomeados ou retificados pelos dois imperadores que governaram o Brasil no período e recebia recursos significativos do Estado para desenvolver o trabalho de divulgação dos elementos modernos. Ademais, na segunda metade da centúria, as atividades da entidade foram acompanhadas de perto pelo imperador.

A SAIN escrevia, também, um periódico singular para o contexto, especialmente na primeira metade da centúria, e conseguia, desde os primeiros anos, chegar a todas as províncias imperiais e divulgar elementos que poderiam agradar as elites regionais. Em outras palavras, a Sociedade Auxiliadora atuava como entidade civil, mas estava a serviço do Estado, promovendo e até criando símbolos nacionais que se articulavam diretamente com o centro político administrativo no Rio de Janeiro. Nesta discussão, suas características conservadoras ficavam mais evidentes, não apenas porque valorizavam o modelo monárquico e centralizado, mas também pela defesa e idealização da moral católica. Em um longo texto sobre “Economia Doméstica”, publicado em outubro de 1852, desenvolvem bem esse ponto:

Se a maior parte dos homens, que a sorte tem posto em uma posição medíocre, não gozam da prosperidade que sua situação e seus recursos lhes permitiam, é porque não sabem tirar a melhor vantagem possível do pouco de que eles dispõem.

[...]

Um homem, por exemplo, com um rendimento de 5\$ rs. por dia, poder-se-á dizer que se acha em uma posição assas medíocre, porém estamos convencidos que este homem procurando economizar poderá ainda deste rendimento apartar 1\$ rs. por dia, e assim terá ele no fim de um ano 365\$ rs., que a primeira vista parece uma bagatela; porém esta soma crescerá consideravelmente se lhe der bom emprego, e depois de 10 anos

³⁵⁵ RIBEIRO, Gladys Sabina. Liberdade e medo: o impacto das ideias liberais no Rio de Janeiro do Primeiro Reinado. *Revista Brasileira de História*, vol. 42, nº 91 (set.-dez./ 2022), p. 130.

terá um capital que já lhe poderá ser de alguma utilidade, e este capital então crescerá sem serem precisos novos esforços. Às vezes pode-se fazer esta economia nas despesas da comida, sem sentir por isso a menor privação. E não é tão agradável, quando depois de alguns anos se têm adquirido de uma maneira tão digna um pequeno tesouro que aumenta todos os dias? O louvável desejo de aumentar, e o belo resultado que se obtém de uma bem entendida economia estimula ainda o ardor ao trabalho, o gosto para a ordem e economia, desenvolvem-se os bons costumes, cresce a moral pública e a felicidade doméstica encontrará nesta feliz mudança garantias fortes. Assim uma existência mais cômoda, costumes mais nobres, uma felicidade mais estável, uma vida tranquila e independente na velhice, serão certamente o fruto de uma economia que com poucos sacrifícios cada um pode fazer.³⁵⁶

É interessante como todo critério científico valorizado pela instituição dá lugar a uma série de pressupostos morais que enfatizavam regras de comportamento e até de etiquetas tradicionalmente consagradas. O texto, não assinado e que teve continuação em números subsequentes, ainda enfatizava que a postura pessoal ajudaria a estimular bons valores nacionais, como o enriquecimento, o amor ao trabalho e o gosto pela ordem. Na sequência da mesma reflexão, aprofundavam, também, o papel da esposa no ambiente doméstico:

Em geral julga-se da boa direção de uma casa sobre o mérito da cura; e pode-se dizer que este julgamento é assas judicioso; porquê da boa direção de uma casa depende em grande parte a sua prosperidade, pois que ela é um incessante e poderoso exemplo ao chefe de família para o cumprimento de seus sagrados deveres em toda a sua extensão; seria preciso que um homem fosse o maior perverso, que, vendo a sua mulher empregar todos os esforços para assegurar-lhe uma existência futura, não tratasse de acompanhá-la em todas as suas fadigas e fundar assim em sua casa aquele paraíso, que em outro estado não pôde encontrar.

Se ao contrário chegando em sua casa o homem a encontra imunda e tudo em desordem, ele fugirá de um lugar tão desagradável, e ainda que as distrações pouco o convidem, a elas se entregará para não se lembrar do que se passa no interior de sua casa; porque por mais que o pai de uma família seja laborioso, amigo da ordem, econômico e esmerado em seus deveres, nunca a família pôde prosperar, se a mulher não fizer um judicioso emprego do fruto do seu trabalho, se ela não se souber utilizar dos pequenos segredos do seu sexo para suavizar a existência daquele a quem ela deve sua existência inteira, e tornar-lhe a sua casa e o círculo de sua família mais agradável do que todas as distrações que ele poderia encontrar fora dela.

É certo que os desgostos e desinteligências, que muitas vezes desunem logo uma família, são frequentemente devidos ao esquecimento ou à ignorância dos deveres de uma boa mulher; se, porém, mau grado do mais religioso cumprimento de seus deveres, a mulher não goza aquela felicidade que merece, ao menos resta-lhe a consolação de ter perfeitamente desempenhado a sua missão.³⁵⁷

Como podemos notar, a instituição valorizava e defendia que o comportamento individual era um elemento importante para a prosperidade pessoal e, se bem ampliadas, da nação como um todo. Com base em uma argumentação religiosa, delegava às mulheres a

³⁵⁶ O AUXILIADOR DA INDUSTRIA NACIONAL, Vol. I (nova série), nº 4, outubro de 1852 p. 145-146.

³⁵⁷ O AUXILIADOR DA INDUSTRIA NACIONAL, Vol. I (nova série), nº 4, outubro de 1852 p. 146-147.

administração do lar, incluindo os escravizados que trabalhavam nesse espaço. Concepção que ficava ainda mais manifesta na sequência do mesmo escrito, mas marcado por um subtítulo:

Deveres, trabalhos e divertimentos particulares de uma esposa

Depende inteiramente da esposa a ordem interna de uma casa; é, pois, ela que deve dar os exemplos. Deve levantar-se cedo em todas as estações e mormente no verão, onde ela pôde tirar grande partido de suas madrugadas; se tem filhos, deve cuidar nos arranjos da casa antes deles amanhecerem. Se ela se levantar cedo, os seus domésticos farão o mesmo, e por consequência ela poderá assim obter muito mais serviço; enquanto que se for preguiçosa, os seus domésticos não tardarão a lhe imitar, e se algumas vezes se levantarem mais cedo, empregaram este tempo para coisas inúteis e muitas vezes prejudiciais. Se na casa não houverem criados, que vantagens não tirará a dona dela de algumas horas em que poderá fazer muito, antes de se achar rodeada de seus filhos, que exigem dela cuidados constantes? Demais, o costume de se levantar cedo é favorável à saúde e muito preferível à vigília, se bem que geralmente se pratica o contrário. Enfim, para a boa direção de uma casa nada pôde substituir as manhãs, e nada pôde ser mais vantajoso do que a boa distribuição do tempo da parte daquela sobre quem pesa o governo interno da casa.

O marido deve acompanhar sua mulher em certos cuidados interiores da casa; por pouco industrioso que seja, pôde ocupar-se continuamente de uma infinidade de objetos, os quais feitos por sua mão não custarão senão os preços dos materiais. Assim ele poderá com poucas despesas embelezar a sua casa e torná-la cômoda; pois que se há muitas obrigações da parte da mulher, há também outras das quais ela poderá exhibir-se se o marido não tiver feito o necessário provimento.³⁵⁸

O que fica implícito é que a Sociedade Auxiliadora se opunha à participação feminina na vida política e nas decisões administrativas, cabendo às mulheres, no projeto civilizatório, os cuidados da casa, dos empregados domésticos e da família. Nas listas de associados publicados no periódico, que chegaram a 1500 pessoas no auge da popularidade da instituição, nenhuma mulher foi encontrada, apesar de os estatutos jamais terem proibido ou impedido que elas se filiassem. Em outro exemplo mais antigo, também é possível perceber esta postura a partir da publicação da carta de uma assinante:

Seria a desejar, Sr. redator, que por meio do seu Jornal nos instrísse o modo porque se pode fazer o sabão deste azeite, o que ainda no Brasil é ignorado o processo, a quase todos os cultivadores, que apenas fazem sabão de sebo, e este de muita má qualidade: quisera, pois que chegássemos neste ramo de. Indústria Nacional, a perfeição dos Ingleses e Americanos, e ainda mais aos espanhóis. Ainda quisera mais, e é que pelo seu digno Jornal nos esclareça o modo usado hoje na França, e Inglaterra, que faz embranquecer a roupa por meio do vapor, e do que chamam branco de lessiva, o que muito utiliza a nossos cultivadores, porque lhes traz menos consumo de sabão. Sr. redator, queira perdoar a minha importunidade, e desculpar as faltas que possa ter, pois no meu sexo é admissível o perdão sobre esta matéria.
Porto Alegre do Sua, 11 de outubro de 1833.

De uma brasileira, sua assinante constante.³⁵⁹

³⁵⁸ O AUXILIADOR DA INDUSTRIA NACIONAL, Vol. I (nova série), nº 4, outubro de 1852 p. 147-148.

³⁵⁹ O AUXILIADOR DA INDUSTRIA NACIONAL, Ano 2, nº 1, janeiro de 1834 p. 32.

A escritora, cuja identidade não foi possível localizar, fazia referência a outra reflexão, de 1833, sobre a cultura do amendoim. É interessante, entretanto, que, aceita pela diretoria e incluída na revista pelo redator, a carta enfatizava a busca por conhecimentos que facilitem os trabalhos domésticos, mesmo que esse não fosse o objetivo principal da reflexão citada. Em uma breve resposta inclusa logo abaixo, a SAIN agradeceu a correspondência, prometeu as informações solicitadas e, especialmente, comprometeu-se em incluir conhecimentos úteis “também às mulheres”.

Mostramos anteriormente que os valores cristãos e, especialmente, católicos ficaram nas pautas da diretoria durante muitos anos também em assuntos relacionados à inauguração das instituições de ensino, e, apesar de perderem força neste caso específico, eles continuavam perceptíveis nos textos do periódico e em outros trabalhos. O papel das mulheres e esposas, dos escravizados e até de crianças relacionava-se diretamente com este projeto, que tinha como objetivo final formar uma civilização brasileira híbrida, que sincretizava padrões europeus pré-revolucionários com a originalidade dos símbolos nacionais.

O IHGB é parte deste projeto civilizatório e, como mencionado, promovia a fundação de parte desses símbolos, que valorizavam as contribuições portuguesas na história tropical em detrimento das figuras indígenas e africanas do mesmo período, que sequer mereciam atenção. Para Patrícia Barreto, a instituição teve algum êxito no desenho deste norte e serviu aos interesses dos grupos abastados do império tropical porque mostravam, no exterior, a imagem de um Brasil moderno, que ajudava a atrair mais investimentos.³⁶⁰

Este trabalho era realizado através de participações nas “Exposições Universais”, nas quais representantes da instituição apresentavam produtos brasileiros ao público europeu. Tais eventos se integravam consideravelmente aos projetos da SAIN e, evidentemente, tinham sua atenção desde os primeiros organizados. Tratavam-se de grandes festivais de celebração da modernidade, organizados em espaços ou prédios conhecidos pela arquitetura, adornados com obras de arte, equipados com aquilo que existia de mais recente no ramo da tecnologia.

Para Sandra Jatahy Pesavento, as exposições universais eram uma forma de criar uma fantasmagoria sobre a realidade, representando-a de maneira distorcida, pois era um evento inovador que dava a sensação de transmissão de ideias abstratas e até ilusórias, como a solidariedade entre as nações – já que muitas eram convidadas –, a harmonia social, a noção de

³⁶⁰ BARRETO, P. R. C. Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, *Op. Cit.*

progresso contínuo e ilimitado, a crença no controle da natureza pelo homem e a fé nas virtudes da razão e na positividade das máquinas.³⁶¹

Para a autora, baseada nas ideias de Walter Benjamin, tratava-se de espaços coletivos de “culto do fetichismo da mercadoria”, ou seja, locais nos quais a burguesia poderia expor suas mercadorias direto ao consumidor e criar uma imagem higienizada para ela, que ocultaria os processos de produção, a concorrência imperialista e a submissão do trabalhador às máquinas. Os eventos tinham, por si só, uma função didática para a classe que a dominava, difundindo seus valores e ideologias.³⁶²

Em 1851, foi organizada em Londres a “Exposição Industrial de Todas as Nações”, considerada a primeira “universal”, já que pretendia reunir mercadorias e produtos modernos do mundo inteiro. Durou de abril até outubro daquele ano, foi visitada por aproximadamente seis milhões de pessoas, incluindo a Rainha Vitória em mais de uma oportunidade. Contou com mais de 100 mil objetos expostos, com origens entre os 17 mil expositores de vários países. A grandiosidade do evento se reflete em um relatório de 1500 páginas, com desenhos, descrições, fotografias e nomes dos fabricantes.³⁶³

O Brasil, convidado formalmente, não se apresentou, e a razão é, ironicamente, a própria Sociedade Auxiliadora, que emitiu um parecer solicitado pelo governo, mas sugeriu declinar por considerar que não haveria tempo hábil para organizar os melhores produtos do país. Ficou acordado, entretanto, que um representante seria enviado para assistir a Grande Exposição e trazer informações pertinentes. O nome escolhido pela instituição foi o de Pedro de Alcântara Lisboa, que viajou para Inglaterra apenas em junho. De qualquer forma, a falta de experiência retirou o Brasil deste grande evento e acendeu um alerta na SAIN e no governo para os próximos.³⁶⁴

O relato de Pedro de Alcântara Lisboa foi publicado na edição de setembro do AIN, ainda em 1851, e enfatizava, sem surpreender, os aparelhos agrícolas e o “Palácio de Cristal”, local em que a exposição aconteceu. Mais que isso, o escritor definiu que:

A exposição universal da indústria em Londres tem de ser assinalada como um marco importante na história das relações internacionais. Estão fechadas as portas de Jano, todas as nações vêm exibir à porfia suas armas e suas munições para um novo

³⁶¹ PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Exposições Universais: espetáculos da modernidade do século XIX*. São Paulo. Hucitec, p. 1997, p. 44.

³⁶² PESAVENTO, S. *Exposições Universais: espetáculos da modernidade do século XIX*. *Op. Cit.*, p, p. 44-45.

³⁶³ BARRETO, P. R. C. *Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional*, *Op. Cit.* p. 340

³⁶⁴ BARRETO, P. R. C. *Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional*, *Op. Cit.* p. 345

combate, em que o clarim da vitória é substituído pelo ruído do vapor, e o estado febril é excitado por um novo gênero de pólvora: a concorrência.³⁶⁵

Mostrando, assim, que, na concepção da associação, a pujança da economia substituíra o poder bélico nas relações diplomáticas, e que a “indústria” era o motor modernizador deste fator para uma nação. Fato é que, sem unidade, o Brasil ficou de fora, mas ajudou as autoridades nacionais a perceberem a importância desses eventos e a se preparar para outros semelhantes no seu futuro próximo. Em agosto de 1853, a revista publicou outra longa descrição sobre a Exposição que aconteceu em Dublin, da qual podemos recortar alguns trechos:

Agora, que nossa curiosidade já foi em parte satisfeita, orientamo-nos. Já se vê que a grande nave é como que a praça pública, o passeio, o boulevard da Exposição, e por isso não foi ocupada por nenhuma indústria especial: muito pelo contrário todos os ramos de indústria e artes parece que ali estão representados; e que em cada gênero escolheram-se objetos de valor excepcional. Vê-se também que os objetos expostos nesse lugar estão arrumados em três linhas longitudinais, de sorte, que de um lado a outro está a nave dividida em quatro alamedas paralelas.

Estes pavilhões ou armários que guarnecem toda a extensão da abóbada, são as das nações estrangeiras e das cidades britânicas presentes à Exposição. Logo à entrada leem-se os seguintes nomes: Áustria, Zollverein, França, Bélgica, Japão e Índia. À esquerda estão estes nomes: Sociedade Real de Dublin; Artes cerâmicas, Fábricas de linho, de cânhamo, de lã, tipografia, papel, cutelaria.

Os outros ramos de indústria ocupam o resto do edifício, menos a última nave da esquerda que foi transformada em esplêndida galeria de quadros; e a última nave da direita onde estão as máquinas em movimento.

[...]

Eis-nos chegados aos produtos do Reino Unido: doces, pastéis, fósforos, cabeleireiros, tinta, graxa, flores artificiais, sabonetes, água de colônia, porcelanas, cristais, louça, tapetes, espartilhos, chapéus de homem e de senhora, vestes sacerdotais, espadas, sabres, pistolas, espingardas; um completo Bazar de Indústria! De passagem vemos essas revólveres americanas, de que se contam tantas façanhas: junto está uma pele de urso branco com esta inscrição: “Este enorme urso foi morto com um revólver, por um oficial ao serviço dos Estados Unidos”.

[...]

A sala das máquinas agrícolas oferece uma coleção tão boa quanto completa dos instrumentos, que nestes últimos anos têm feito uma verdadeira revolução na agricultura inglesa: locomotivas, máquinas de vapor portáteis, bombas lixas de incêndio, charruas de quase todos os sistemas conhecidos, e alguns modelos das que servem para descaroçar ou antes pulverizar à terra abaixo da superfície; grades, quebra-torrões, ancinhos, cilindros, etc.

Outro grupo compõe-se de máquinas para distribuir o estrume; semeadores de trigo e outros cereais, máquinas de ceifar, de segar: as que servem para cortar a palha, e o feno, para joeirar, cirandar e padejar a cevada, para esmigalhar a aveia, moinhos para moer as tintas; carros, carretas; máquinas de fazer telhas, etc.

Todos estes objetos são da maior utilidade para a Irlanda, cuja mecânica agrícola ainda está muito atrasada; mas são uma segunda edição do que já se viu em Londres.³⁶⁶

³⁶⁵ O AUXILIADOR DA INDUSTRIA NACIONAL, vol. VI (nova série), nº 3, setembro de 1851 p. 89.

³⁶⁶ O AUXILIADOR DA INDUSTRIA NACIONAL, Vol. II (nova série), nº 2, agosto de 1853 p. 63.

A SAIN via este evento até como um avanço em relação ao londrino, mas é fácil notar que o autor do texto, assinado como M. O. F., e os diretores da Sociedade valorizavam os encontros como momentos nos quais o progresso, a partir de inovações materiais, se apresentava como palpável e possível, inclusive para o Brasil. Mais ainda, impressionavam-se com a qualidade na preparação e na organização dos produtos, separadas por países e incluindo, já naquele início da década de 1850, o Japão como uma nação moderna.

Pela revista, percebe-se que a instituição ficara mais atenta a esses grandes eventos e preparada para um novo convite. Em 1855, participou como expectadora novamente do evento em Paris, publicando outro relatório detalhado, e, em 1862, a nova oportunidade surgiu: a *The Great Internacional Exhibition* ocorreria novamente em Londres e permitiria, desta vez, a organização e a exibição de produtos da indústria brasileira. Para selecionar a coleção que seria encaminhada para a Inglaterra, o governo delegou à Sociedade Auxiliadora e ao Imperial Instituto Fluminense de Agricultura (IIFA), fundado um ano antes, a organização de um evento nacional que permitia a exibição de produtos de todas as províncias.

A “Primeira Exposição Nacional” ocorreu na capital do Império entre 2 de dezembro de 1861 e 16 de janeiro de 1862. Segundo Patrícia Barreto, documentos oficiais mostram que o Estado deu todo apoio ao evento, financiando produção, compra e transportes de qualquer produto que pudesse ser exposto em Londres. A ideia era criar uma nova imagem para o Brasil que mostrasse um país de natureza exuberante e industrializado, em detrimento da noção de uma selva desconhecida.³⁶⁷

A autora descreveu, ainda, a cerimônia de abertura, que contou com a presença do Imperador, que fazia aniversário no mesmo dia, e de suas filhas, D. Isabel e D. Leopoldina. O local era o edifício da Escola Central, situado no Largo de São Francisco de Paula. Às onze horas da manhã, um discurso do Marquês de Abrantes (presidente da comissão organizadora, da SAIN e do IIFA) abriu os trabalhos; em seguida, discursou o próprio Pedro II, e uma banda executou o hino “Marcha da Indústria”, composto especialmente para a ocasião pelo jovem compositor, na ocasião, Antônio Carlos Gomes (1836-1896).³⁶⁸

Um número significativo de pessoas presenciou a solenidade, que contou, também, com 439 expositores e cerca de 6000 objetos de dezoito províncias (Amazonas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Santa Catarina, São Paulo e

³⁶⁷ BARRETO, P. R. C. Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, *Op. Cit.* p. 346.

³⁶⁸ BARRETO, P. R. C. Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, *Op. Cit.* p. 353-354.

Sergipe).³⁶⁹ Na entrada, existia uma estátua de bronze, em tamanho real, do Imperador, e o jardim interno havia sido decorado com plantas tropicais e um chafariz inspirado em uma estrutura de Londres, que queria imprimir sofisticação e civilidade ao ambiente.³⁷⁰

Em quarenta dias, o evento foi visitado por 50.703 pessoas, um número expressivo se considerarmos que a cidade do Rio de Janeiro tinha, aproximadamente, 200.000 habitantes. Para o tempo de planejamento razoavelmente curto (cerca de um ano) e condições desfavoráveis de comunicação e transporte, pode ser considerado um sucesso de público.³⁷¹ A imprensa repercutiu consideravelmente a Exposição e, no AIN, apareceu de uma forma até modesta, dentro do relatório anual de trabalhos da instituição, mas com riqueza de detalhes e ocupando uma parte considerável da edição de março do mesmo 1862:

Veio porém o grande fato da Exposição Nacional destruir todas as apreensões dos incrédulos e pessimistas, ainda mais porque a sua realização foi quase uma maravilha. [...]

A sábia providência do governo imperial quis que a Exposição Nacional servisse do núcleo para o primeiro aparecimento dos produtos do Brasil no concurso universal, que deverá efetuar-se em Londres no mês de maio próximo futuro.

O voto mais sincero que podemos manifestar é que os produtos remetidos cheguem em perfeito estado, e que lá encontrem quem os saiba condicionar e expor de um modo à apreciação universal.

Se este voto se realizar parece-nos certo que as nações do velho mundo não deixarão de apreciar a concorrência do Brasil, e de reconhecer a riqueza dos seus produtos naturais, e o progresso, já em alguns pontos notável, da sua indústria.

Estudando os variados sistemas de trabalho, e acompanhando-os entre si, as classes industriais do país devem necessariamente colher proveitosas lições da arena que lhes foi aberta; e o governo imperial, aproveitando o ensejo de poder avaliar aproximadamente os elementos de riqueza do Brasil, não deixará de promover, conveniente e oportunamente, o progresso das indústrias já estabelecidas, e a criação de outras novas, que as condições do nosso clima e solo poderem acolher vantajosamente.³⁷²

O texto, mais uma vez, tinha elogios implícitos ao governo de Pedro II, mas iniciava criticando, em parte, a exiguidade de recursos da instituição em anos anteriores, afirmando que havia tentado organizar um evento similar desde 1845. Nota-se, porém, que, para os redatores, a exposição atingiu as boas expectativas e mostrou que o Brasil já teria uma indústria desenvolvida, no sentido de que poderia apresentar em Londres uma produção modernizada e capaz de competir nos mercados europeus.

³⁶⁹ Alagoas também teve produtos expostos, mas, por chegarem depois do prazo, foram incluídos em uma sessão específica dias após a abertura.

³⁷⁰ BARRETO, P. R. C. Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, *Op. Cit.* p. 358

³⁷¹ BARRETO, P. R. C. Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, *Op. Cit.* p. 361

³⁷² O AUXILIADOR DA INDUSTRIA NACIONAL, n° 3, março de 1863 p. 89-90.

A Exposição Nacional de 1861 também denuncia uma preocupação da coroa em fortalecer ou demonstrar a estabilidade da monarquia, o que se reforça se considerarmos que os altos investimentos previam não apenas expor os produtos da indústria brasileira, como 202atálogo-los melhor e 202atálogo-los para poder colocar todos a serviço do projeto modernizador governamental. A preparação do evento permitiu a realização de um mapeamento geral das condições sociais, administrativas e técnicas do país, valorizando elementos regionais que se somassem a uma tentativa de “homogeneização da visão de Brasil”.³⁷³

Em outras palavras a Exposição tinha também uma preocupação política muito evidente e o fato de membros da diretoria Sociedade Auxiliadora estarem entre os principais nomes da organização reforçam a concepção de que se tratava de um grupo que, na prática, atuava dentro da burocracia estatal, e incluía a industrialização, conceituada no processo de racionalizar e mecanizar a produção, como um elemento do progresso e da modernidade. O evento, sob o guarda-chuva da instituição – que ainda teve a função de produzir e imprimir a obra “História da Exposição Nacional de 1861”, que descrevia os objetos expostos e os expositores – visava incluir o Brasil na lógica moderna de vender mercadorias pela sua qualidade material superior às demais. Ideia que foi incorporada pelo governo, principalmente depois da ausência brasileira na Exposição de Londres de 1851, e incentivada ainda mais na segunda metade do mesmo século.

Não é verdade, entretanto, que essa politização do evento tenha sido ideia do governo de Pedro II, uma vez que, já nas Exposições Universais, apesar de exprimirem e exibirem produtos burgueses, notava-se facilmente a participação das monarquias de cada país. Para Francisco Foot Hardman, elas podem até ser encaradas como uma tentativa de reorganização e reestabelecimento da nobreza. A própria edição londrina de 1851 teve como “herói protetor” o Príncipe Alberto. Os primeiros eventos deste tipo em Paris realizaram-se sob a égide de Napoleão III, e as demais também apresentavam uma clara expressão de realeza.³⁷⁴

As grandes exposições, a imprensa, os mercados adornados, e outros “espaços públicos” podem ser vistos como atrativos para pessoas livres, que experimentavam essas novas experiências, mas também lidavam com o processo de consolidação da indústria como símbolo do progresso humano, enaltecendo interesses da burguesia em formação e fomentando ideologias, conhecimentos e práticas da classe.

³⁷³ MARTINS, Mônica de Souza Nunes. O espetáculo da economia: a Primeira Exposição Nacional da Indústria no Império do Brasil, em 1861. *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 44, p. 501.

³⁷⁴ HARDMAN, F. F. Trem Fantasma. *Op. Cit.*, p. 58.

Mesmo que a SAIN não representasse especificamente a burguesia nacional – que ainda não existia no Brasil –, pode-se perceber que os seus projetos e trabalhos, que visavam transformar o sistema de produção no Brasil a partir de elementos importados da Europa, serviram ao processo de consolidação dessa classe e de sua ascensão como dominante. É possível pensar até que, prevendo este destino como inevitável, a Auxiliadora fazia o papel de conciliação entre o governo monárquico e a sociedade civil para que o primeiro se estabilizasse nos campos administrativos e legislativos.

Voltando à Exposição Nacional, é possível refletir que serviu como uma demonstração, por parte do governo, que a modernidade havia chegado ao Brasil e que dependia da produção industrializada, diversificada e baseada em princípios científicos. Contrariando timidamente os grandes senhores de terras e escravizados, que preferiam a continuidade do latifúndio monocultor, o evento valorizou uma ampla quantidade de mercadorias, mas os expositores selecionados para o evento internacional valorizavam produtores rurais, o que não surpreende se considerarmos, também, que as duas entidades organizadoras eram ligadas ao Ministério da Agricultura:

Tabela III: Produtos selecionados para a exposição Universal de Londres de 1862

Produtos selecionados	Quantidade
Amostras de madeiras	318
Produtos Químicos e Farmacêuticos	225
Minerais	223
Substâncias alimentícias, inclusive vinhos	162
Substâncias animais e vegetais usadas nas fábricas	153
Vidros e cristais	109
Fotografias	37
Amostras de algodão e seus tecidos	22
Moedas	20
Artes cerâmicas	17
Tabaco em pó, rapé, charutos e cigarros (volumes)	17
Artigos de vestuário	16
Linho e matérias fibrosas	14
Medalhas	13
Couros e objetos de celeiros	12
Ferro e ferragens e obras de ferro	12
Cutelaria	10
Sabão (volumes)	10
Pinturas a óleo, aquarelas e desenhos	10
Objetos de óptica	9
Máquinas em geral	8
Papel de forro (volumes)	8
Diversos objetos	8
Lã e seus tecidos	7
Seda (Casulo, seda fiada, etc.)	6
Tecidos e trançados de ouro, prata, etc.	6
Marcenaria	5
Peles, pelos, cabelos	4
Livros e amostras de encadernação	4
Arquitetura naval e aparelho	4
Objetos de ciências naturais	4
Flores artificiais (volumes)	4
Objetos militares	3
Ourivesaria	3
Velas de carnaúba, sebo estearina (volume)	3
Tinta de escrever (garrafas)	3
Esculturas	3
Instrumentos d'agricultura	2
Relojoaria	1

Fonte: CUNHA, Antonio Luiz Fernandes da. Relatório geral da Exposição Nacional de 1861 e Relatório dos Jurys Especiais. Rio de Janeiro: Typografia do Diário do Rio de Janeiro, 1862, p. 22-23. *Apud.* MARTINS, Mônica de Souza Nunes. O espetáculo da economia: a Primeira Exposição Nacional da Indústria no Império do Brasil, em 1861. Topoi, Rio de Janeiro, v. 21, n. 44, p. 506-507

Em fevereiro, todos foram encaminhados para a exposição de Londres, inaugurada em 1 de maio de 1862. Trinta e sete países participaram das exposições, somando vinte e nove mil

expositores. A entrada custava em média um xelim e uma libra, e atraiu em torno de seis milhões de espectadores. Um júri premiou 12.300 pessoas com 7.000 medalhas, das quais o Brasil recebeu 46, das 5.300 menções honrosas, 34 foram para brasileiros. Em março, uma sessão solene no paço imperial marcou a entrega das premiações.³⁷⁵

O Auxiliador mencionou novamente o evento e as premiações na edição de agosto do mesmo ano, mas, desta vez, de maneira surpreendente, não foi tão detalhista, expondo um texto que valorizou significativamente os números gerais:

³⁷⁵ BARRETO, P. R. C. Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, *Op. Cit.* p. 375

Figura 32: Matéria sobre a Exposição Universal de Londres publicado no Auxiliador da Indústria Nacional

EXPOSIÇÃO UNIVERSAL DE LONDRES.
EXPOSITORES E PREMIO.

Os tres reinos da Gram-Bretanha apresentaram na liça 6,965 expositores, o imperio Britanico na India, 532; A Australia 654 : a Nova Galles, do Sul, 338 ; o resto das possessões inglezas, 761 : total, 9,240.

A França, 3,436 expositores ; a Algeria, 574 ; as outras colonias, 255 : total, 3,637.

O Zollverein que, como se sabe, é formado por diversos Estados da Allemãha, confederados em relação ás alfandegas, apresentou um total de 2,875 expositores.

O reino d'Italia,	2,460.
Roma e os Estados Pontificios.	53.
A Austria.	1,410.
Portugal.	1,102.
A Russia.	659.
A Suecia.	482.
Dinamarca.	299.
A Grecia.	482.
O Brasil.	230.
Os Estados-Unidos.	64.
Total dos expositores	25,976.

O numero dos premios conferidos foi de:

Medalhas	6,888.
Menções honrosas	5,300.

Destes premios, tocaram ao Brasil :

Medalhas.	46.
Menções honrosas	32.

Fonte: O AUXILIADOR DA INDÚSTRIA NACIONAL, n. 8, agosto de 1862, p. 319.

Fora esse texto, os volumes de 1862 e 1863 não têm nenhuma reflexão que aprofundasse ou descrevesse o evento Londrino. Mesmo assim, há de se considerar que o Brasil passou a participar de todas as Exposições Universais da Indústria, sempre com a participação da Sociedade Auxiliadora e com a cobertura do seu periódico, mas não mais com a mesma importância e sucesso da versão nacional de 1861.

Vale a ressalva de que, apesar de incluir a diversidade de produção como elemento da modernidade, a SAIN não deixou de valorizar a produção agrícola e de defender que essa deveria ser a mais importante do Brasil. A ideia não teve força para mudar a concepção da instituição, que valorizava produtos rurais nas escolhas para as exposições universais e até aqueles que se apresentavam em maior volume, como o café e a cana de açúcar. A variação

produtiva servia mais a um apelo estético, que visava apresentar a modernidade aos brasileiros e o Brasil moderno aos estrangeiros. Na preparação para a exposição de Paris, em 1867, lê-se no periódico as seguintes instruções:

Cumpra que estes sacrifícios não sejam perdidos, e que a comissão brasileira empregue os meios de que puder dispor para que o Império apareça vantajosamente. Não lemos a pretensão de competir com os países manufatureiros: as circunstâncias econômicas do Império, a maravilhosa uberdade do seu solo, a riqueza de suas produções vegetais e minerais naturalmente designam o lugar a que devemos aspirar. V. Ex. já teve ocasião de estudar nossa exposição nacional, serviço que ao governo imperial pareceu indispensável como trabalho preliminar para nossa apresentação na exposição de Paris.³⁷⁶

O texto expunha a posição da Sociedade em relação às demais nações participantes, mas marca distância de produções manufatureiras e defende categoricamente que o Brasil deve continuar figurando como um país de produção rural. Para Sandra Pesavento, foi isso que, de fato, aconteceu; as exposições brasileiras geralmente valorizavam as características e belezas naturais do Império, e o país continuou sendo visto como “exótico” ou “semi-tropical” pelos estrangeiros.³⁷⁷

Fato que não impediu que os fabricantes de manufaturas do Brasil, especialmente do Rio de Janeiro, promovessem uma acentuação no debate sobre protecionismo e liberdade econômica, confrontando o ideário dos grandes produtores rurais, que consideravam a produção manufatureira “artificial”.³⁷⁸ Como refletimos anteriormente, este choque foi introduzido na diretoria da SAIN, causando até desestabilização nas suas atividades e no quadro de associados.

É pertinente considerar que a característica nacionalista se pautava pela tentativa de se celebrar as efemérides do país, o que não configurava uma exclusividade e nem uma ideia que surgiu no Brasil. Em praticamente todos os grandiosos eventos da Europa e dos Estados Unidos, percebeu-se esta temática, evidenciada até pela escolha da data. Na Filadélfia, em 1876, era comemorada o centenário da independência americana; em 1889, Paris enaltecia o centenário da Revolução Francesa; e até o primeiro de maio de 1851, em Londres, era uma data religiosa que marcava o início do ano de trabalho.³⁷⁹

Outras Exposições Universais que contaram com a participação da SAIN, representando o Brasil, foram: a de Viena, em 1873, que rendeu várias discussões entre os diretores, pois a

³⁷⁶ O AUXILIADOR DA INDUSTRIA NACIONAL, nº 6, junho de 1867 p. 253.

³⁷⁷ PESAVENTO, S. Exposições Universais: espetáculos da modernidade do século XIX. *Op. Cit.*, p. 105-106.

³⁷⁸ HARDMAN, F. F. Trem Fantasma. *Op. Cit.*, p. 70.

³⁷⁹ HARDMAN, F. F. Trem Fantasma. *Op. Cit.*, p. 60.

cidade comportava uma Academia de Ciências modelo para as associações de ensino da instituição; a da Filadélfia, em 1876, visitada por Nicolau Moreira, à época redator do *Auxiliador*; e, novamente, em Paris, no ano de 1889. Em todas elas, houve atuação da Sociedade na seleção das coleções que representariam Brasil através de uma “exposição nacional preparatória”.

Tanto nas exposições, nacionais ou universais, como na forma com a qual a revista tratava a questão, outra interrogação pode ser levantada e diz respeito à forma como a Sociedade Auxiliadora e o governo brasileiro, de uma maneira geral, lidavam com o advento do consumo por parte de homens e mulheres livres. As exposições eram espaços em que a monarquia investiu grandes volumes de recursos para garantir que a população da corte tivesse contato com aquilo que existia de mais moderno em todas as províncias. Mais que isso: colocava os habitantes da capital em contato com uma série de produtos que prometiam facilitar e modernizar a vida, além de enfeitar as casas e outros locais de sociabilidade.

Louças, equipamentos de ferro, esculturas, taças de cristal, fotografias, tecidos nobres e muitas outras mercadorias ficavam à disposição das pessoas, que, curiosas pelas novidades, viriam, evidentemente, a se interessar por adquirir muitas delas. Mais ainda, os catálogos das Exposições Universais imprimiam e exibiam uma variedade ainda mais ampla de mercadorias e experiências, esteticamente montadas e descritas para cativar qualquer leitor do Rio de Janeiro ou qualquer outra cidade do Império que acessasse o documento.

Apenas a existência deste tipo de evento e destas publicações seria o suficiente para refletir que a Sociedade Auxiliadora incentivava o consumo, mas, nas páginas do *AIN*, e, mais efetivamente, na segunda metade do oitocentos, a percepção se fortalece. A própria instituição fora fundada para acumular e expor máquinas para facilitar a escolha e a compra por parte dos agricultores, atividade reforçada pela revista, que fazia descrições desses equipamentos para distribuir nas províncias imperiais objetivando o mesmo fim. Para Rosângela Leite, entretanto, é possível refletir sobre as “novas pautas de consumo” – entendidas como a disposição de novos produtos na capital do império e de suas formas de usos – desde o início do mesmo século, já que a transferência da família real portuguesa para o Rio de Janeiro impactou no monopólio e, conseqüentemente, nas práticas tradicionais de comércio.³⁸⁰

Um pouco antes de 1822, o império português vivia um momento de fragilidade, e os britânicos, em ascensão, buscaram ampliar as liberdades de comércio na costa brasileira,

³⁸⁰ LEITE, Rosângela. Nos tempos da mudança: aberturas possíveis, acordos revisitados e concepções sobre consumo. *História Questões & debates*. Vol. 67, n. 2, julho a dezembro de 2019, p. 229.

contrabandeando madeira e buscando negociar diretamente com produtores locais. A coroa lusitana resistiu, mas a ação dos ingleses criou mercados e rotas alternativas que contribuíram com a difusão de mercadorias. O processo, aliado a investimentos em ferrovias, por exemplo, tornou o consumo um fenômeno possível no Brasil, mas a prática era consideravelmente restrita a um pequeno grupo de pessoas e, com ele, o argumento de que os produtos disponibilizados contribuíam com a promoção da civilidade.³⁸¹

Rosângela Leite não deixou de enfatizar que os estudos mereciam ser submetidos em maior escala, mas que o contexto brasileiro às vésperas da independência permitiu o surgimento de uma sociedade de consumo – definindo-a como aquela que transformou as relações de consumo em uma prática que aglutinou as esferas econômica, social e cultural, consubstanciando um novo discurso político.³⁸² Ou seja, seria anacrônico e até arbitrário refletir sobre a questão à luz da noção de consumismo no século XIX, mas é notável, no *Auxiliador*, o incentivo à atividade comercial, merecendo, segundo os redatores, atenção por parte do governo. Publicavam, ocasionalmente, listas de produtos de lojas do Rio de Janeiro, como o exemplo abaixo, de 1843:

³⁸¹ LEITE, R. Nos tempos da mudança. *Op. Cit.*, p. 238-239.

³⁸² LEITE, R. Nos tempos da mudança. *Op. Cit.*, p. 240.

Figura 33: Lista de produtos para venda publicada no Auxiliador da Indústria Nacional

CATALOGO

*Das Sementes de Hortaliza, Flores, Frutos, etc, que tem
à venda a Loja da China, de Pacheco, Rua da
Candelaria, defronte da Igreja, n.º 18,
RIO DE JANEIRO.*

*(O signal * indica semente colhida das plantas do paiz.)*

Abobora amarella, variedades:	340	redonda.
175 girimú turbante, e outras,		Alface de cordeiro, variedades:
145 menina de listras,	270	commum,
148 „ da Italia,	271	Franceza,
146 „ da Sicilia,	272	Italiana.
147 „ tenra oval,		Alface das hortas, variedades:
149 „ de não alastrar, e outras,	262	alfanjada,
344 moganga de S. Jorge,	266	alourada,
345 „ raiada,	265	amarellada,
415 potirão esbranquiçada,	260	avermelhada,
413 „ esverdinhada,	258	grisalha,
412 „ grande,	259	„ grande,
416 „ da Hespanha,	261	Ingleza,
414 „ parda, e outras.	263	monstruosa,
Abobora d'agua, variedades: *	264	raiada de vermelho,
469 comarida,	267	recortada,

Fonte: O AUXILIADOR DA INDUSTRIA NACIONAL, ano XI, n° 1, janeiro de 1843 p. 26.

Tratava-se, de fato, de um simples catálogo, mas chamou a atenção a longa lista de produtos disponíveis, seguida de uma série de sugestões de utilização. Existia, neste sentido, uma preocupação por parte da Sociedade em incentivar a compra e venda de produtos, colocando essas atividades nas trilhas dos costumes que levariam o país ao progresso. Uma reflexão publicada meses depois expunha essa ideia:

E última análise, diz ele [José Ferreira Borges], o comércio reduz-se à troca de valores. É ele o mais poderoso veículo das produções e dos produtos no consumo; sem a sua existência a riqueza seria comparativamente menor; com ele vão as luzes e a civilização de um canto ao outro do mundo; a ele se deve em grande parte o melhoramento atual da espécie humana.³⁸³

³⁸³ O AUXILIADOR DA INDUSTRIA NACIONAL, ano XI, n° 7, julho de 1843 p. 208.

O texto intitulava-se “Comércio” e, como se pode perceber pelo trecho, defendia que essa atividade era não apenas moderna como importante para o desenvolvimento material de uma país, ou seja, para o progresso. Ao expor, mostrar e descrever tantos produtos e máquinas, a Sociedade Auxiliadora contribuía com o processo de criação de uma demanda que consumiria estes elementos como artigos da modernidade.

Mais uma vez, fica claro, também, que a noção de nacionalidade ou identidade do Brasil, defendida pela Sociedade Auxiliadora, era consideravelmente restrita e excluía deliberadamente escravizados, libertos, indígenas e pobres, pois consideravam o consumo um mecanismo de civilização e assimilação de produtos europeus; além disso, os mercados eram, para eles, um espaço de relações sociais desses conjuntos diminutos de pessoas com acesso à moeda. Na maioria das vezes que discutiu essa questão, porém, a SAIN preferiu valorizar os produtos nacionais, considerando-os capazes de competir – pelo menos, internamente, com os importados. Em 1889, analisando formas para as fábricas de calçados expostos na Exposição Nacional, que serviam como preparatória para a Universal de Paris, publicaram:

[...] Ainda nesta sala estão as belas fôrmas para calçado e outros apetrechos para oficinas das fábricas dos Srs. I. Bittencourt e Antônio Silveira da Rosa. O que temos visto em idêntico trabalho de origem estrangeira, não excede em polidez, elegância perfeição os espécimens expostos. É uma especialidade já habilitada a fornecer completamente o consumo nacional. Como a indústria de calçado é uma das mais adiantadas e veiculadas no país, parece-nos que esta especialidade poderá esperar rápido desenvolvimento.³⁸⁴

A mesma percepção servia para louças, chapéus e outros vestuários, evidenciando que a Sociedade Auxiliadora defendia o desenvolvimento nacional a partir de modelos do exterior. Mesmo que os modelos apresentados e os costumes em torno deles fossem europeus, sua fabricação se daria em território nacional. O consumo integraria, assim, o grande projeto de formação da nação brasileira, desenhada pela entidade como branca, cristã, ordeira e civilizada. Aliada ao governo, mas de caráter dúbio e representando a sociedade civil, é possível afirmar que a SAIN e, mais especificamente, *O Auxiliador da Indústria Nacional* difundiam uma série de valores estéticos que serviriam aos interesses de promover ela própria e a monarquia.

Antes de encerrar, cabe retomar brevemente a questão imigratória e refletir sobre como a instituição encarava o papel dos estrangeiros na formação da nação brasileira. É preciso considerar, nesta questão, que, durante a segunda metade do século XIX, existia uma preocupação latente sobre a crise na demanda de braços que ocupariam as lavouras. No mesmo

³⁸⁴ O AUXILIADOR DA INDUSTRIA NACIONAL, ano LVII, nº 3, março de 1889 p. 57.

recorte produções científicas que retificavam a superioridade da raça branca ganharam cada vez mais espaço. Para Paulo Gonçalves, a conjuntura favoreceu a formulação de um modelo que articulava trabalho com civilização e que permitia associar as concepções de “imigrante ideal” e “trabalhador ideal”. Ou seja, chineses e indianos não poderiam integrar o projeto civilizatório brasileiro, porque, apesar de alguns os considerarem uma opção viável para a crise na oferta da mão de obra, era consenso que eles não seriam assimilados pela sociedade imperial.³⁸⁵

A preocupação era tão evidente que, mesmo entre os favoráveis à importação, existia uma série de exigências que enfatizava a ideia de que estavam contratando trabalhadores e não incentivando a chegada de colonos. Em dois momentos distintos, exigia-se que os asiáticos deveriam ser recrutados em regiões específicas e morigeradas, ser robustos, sujeitos à disciplina da fazenda onde seriam instalados, renunciar ao direito de reclamar do salário, não viciados em ópio e nem ter idade superior a 45 anos.³⁸⁶

Para o autor, não se tratava apenas de considerar a preferência ou rejeição ao “trabalhador chinês”, mas de formular um método eficaz para consegui-lo e um contrato no qual fosse possível aproveitá-lo, ou melhor: explorá-lo sistematicamente.³⁸⁷ De qualquer forma, a imigração chinesa não foi significativa no Brasil e a SAIN foi, por um período, um espaço de discussões sobre essa questão e, posteriormente, uma voz contrária à importação desses trabalhadores, mesmo que limitados a um trato específico.

Seus principais argumentos diziam respeito, efetivamente, ao que consideravam um problema biológico, representado pela visão significativamente negativa da miscigenação. Mesmo que a concepção fosse de encontro com as preocupações de uma parcela dos grandes produtores rurais, ansiosos pela continuidade efetiva da produção das fazendas, a instituição, através de seu presidente, preferiu valorizar e reproduzir as visões originadas na teoria do “darwinismo social”, generalizando todos os povos não europeus como não elegíveis ao seu projeto civilizatório.

Vale lembrar que, neste ponto específico, existe um desarranjo entre a SAIN e o governo imperial, pois, apesar de concordarem e de difundirem o conceito do “imigrante ideal”, discordavam em aspectos segregacionistas. Para Jeffrey Lesser, a teoria do branqueamento progressivo orientou a política imigratória brasileira, e, fixada na noção de superioridade da

³⁸⁵ GONÇALVES, Paulo. Imigração chinesa no Brasil à sombra do tráfico de *coolies*. In. SARMIENTO, Érica (org.); CARULA, Karoline (org.). Imigração, trabalho e gênero. Rio de Janeiro. Mauad X. FAPERJ, 2023, p. 16.

³⁸⁶ GONÇALVES, P. Imigração chinesa no Brasil à sombra do tráfico de *coolies*. *Op. Cit.*, p. 21.

³⁸⁷ GONÇALVES, P. Imigração chinesa no Brasil à sombra do tráfico de *coolies*. *Op. Cit.*, p. 36.

raça branca, procurou incentivar casamentos mistos, diferindo dos meios utilizados nos Estados Unidos, cuja separação foi legalizada.³⁸⁸

Lesser refletiu sobre as contribuições estrangeiras na formação e na criação das identidades nacionais, resultantes, segundo ele, de negociações sociais entre os habitantes do Império tropical – posteriormente, a república – e os imigrantes que aportavam, caracterizando a pluralidade étnica de décadas posteriores. A América Latina, como um todo, é considerada, atualmente, uma região de imigrantes, e as identidades acabaram por absorver muitas qualidades desses estrangeiros.³⁸⁹

É justo reconhecer, neste aspecto, que a SAIN não conheceu as contribuições sociais e culturais trazidas pelos imigrantes para o Brasil; mais ainda: na segunda metade do oitocentos, elementos de identificação eram bastante escassos, fazendo com que a noção de nacionalidade – baseada nas influências iluministas – divulgada pela revista tivesse alguma importância para o cenário e mereça ser historicizadas. É verossímil, contudo, perceber o projeto da instituição como notavelmente sectário.

Em outras palavras, apesar de efetivamente defender a criação de uma civilização brasileira, a Sociedade tinha uma visão muito restrita sobre o conceito de cidadão, admitindo e excluindo os habitantes do império – mesmo entre os livres – que pudessem ou não integrar este conjunto de pessoas. Isso significa afirmar que o seu projeto de fundação da nacionalidade passava, necessariamente, pela centralização das definições e pelo desenvolvimento de elementos aglutinadores a uma parcela específica da população. Ser brasileiro, para eles, significava ser branco, morigerado, católico – com abertura para os protestantes – e monarquista.

³⁸⁸ LESSER, Jeffrey. A Invenção da brasilidade: identidade nacional, etnicidade e políticas de imigração. São Paulo. UNESP. 2015, p. 40-41.

³⁸⁹ LESSER, J. A Invenção da brasilidade. *Op. Cit.*, p. 68.

COSIDERAÇÕES FINAIS

Quando iniciamos a pesquisa sobre o *Auxiliador da Indústria Nacional* trabalhávamos com a possibilidade de o periódico ser uma expressão da burguesia brasileira. A rica bibliografia sobre o recorte, que envolve a primeira metade do século XIX, entretanto, impedia esta percepção, uma vez que a classe em questão só estaria desenvolvida e estabelecida no final da centúria. A hipótese que se abriu, neste sentido, foi a de inverter o olhar e perceber que o periódico, somado à imprensa no geral, foi responsável por fundamentar ideologias incorporadas por esse grupo que se tornou dominante após o processo que inaugurou a República.

Partimos do princípio, assim, de que a “burguesia agrária” é a classe social que se formou durante o oitocentos e venceu a disputa pelo poder e o protagonismo do processo modernizador. Trata-se do grupo que aprendeu a controlar os mecanismos de dominação, e, por conseguinte, criar o conjunto de fatores que os legitimaram. Para isso, atuaram tanto nas esferas burocráticas como nos espaços públicos do império, especialmente na capital, que concentrava os projetos de país possíveis nas condições de possibilidades locais.

A Sociedade Auxiliadora, inegavelmente, tem importância significativa na história do Brasil imperial, evidenciada pela ampla atenção que a instituição teve e ainda tem de historiadores e historiadoras interessados na atividade editorial, na produção e institucionalização do pensamento científico, na difusão desses conhecimentos pelo país, na organização de associações civis, entre outros assuntos em voga no recorte. Mais ainda: a SAIN teve atuação política notável junto ao governo, promovendo ideias modernizadoras para a infraestrutura, a legislação e a administração.

Considerar a instituição como uma organização política e, especificamente, monarquista, assim, é uma forma interessante de nortear reflexões que envolvam suas atividades e publicações, mesmo porque, no período em questão, é fácil perceber a dificuldade por parte do governo e da comunidade civil em relação à formação das identidades nacionais, à integração do território e à definição de projetos para o futuro. O progresso era, entretanto, quase que um consenso geral, visto como o resultado de inovações que colocariam o Brasil no cenário da geopolítica internacional, em detrimento da sua condição tropical, colonial e distante.

Sem fugir dessa regra, a SAIN foi fundada em uma conjuntura que a permitia comparar esses dois ambientes radicalmente opostos, lamentando a defasagem técnica e material das produções nacionais e enaltecendo as invenções e inovações tecnológicas que mudavam a

forma de vida, a política e a diplomacia do velho mundo. O império recém-independente ainda guardava muitas qualidades do período colonial, que envolvia a participação mais evidente do Estado nos rumos e usos da terra, que continuava sendo adquirida por meio de títulos de nobreza.

Mais que isso: a instituição percebia que a forma como se trabalhava a terra era muito desorganizada, encarecendo o produto final e impedindo seu consumo efetivo nos mercados externos. Na outra mão, os fundadores da instituição olhavam para o outro lado do Atlântico, abismados e animados com as novidades daquela que ficou conhecida como a revolução industrial, que, por sua vez, promovia uma série de inovações e procedimentos capazes de mudar a fabricação das mesmas mercadorias, que ficariam disponíveis em maior quantidade e em menos tempo.

O fortalecimento da economia era o novo norte que os Estados deveriam buscar para demonstrar o poder de seu país e a indústria – que aparece como um conceito de inovação – era o meio mais eficaz, segundo a Auxiliadora, de atingir esse objetivo no Brasil. O termo, no entanto, não pode ser entendido apenas como o esforço em se fundar fábricas que disponibilizassem uma série de bens de consumo, mas como toda organização da produção, passando pelo estudo das demandas, a fundação de métodos mais ordenados e a racionalização através das ciências.

Industrializar o país, nesse sentido, significava aderir a uma série de transformações que criassem ou recriassem um produto e o tornassem capaz de competir com outros semelhantes em um mercado de pessoas livres. No caso brasileiro e no projeto da SAIN, o processo deveria ser desenvolvido respeitando uma suposta vocação agrícola dos trópicos e empreendida, conseqüentemente, através da difusão de máquinas que aumentassem e melhorassem a produtividade das propriedades rurais, enaltecendo artigos como a já conhecida cana-de-açúcar, o café, o chá, entre outros.

É notório, entretanto, que, apesar de civil, a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional não surgiu espontaneamente ou a partir de uma ideia popular; pelo contrário, ela foi gestada e fundada no seio da burocracia imperial, e, entre seus objetivos, estava o esforço em colocar essa “industrialização” a serviço do governo recém-inaugurado. Desde seus primórdios, assim, a instituição comportou-se como uma agência do Estado, que visava “auxiliar a indústria nacional” para que essa protegesse a monarquia e sua história.

Uma relação simbiótica que se fortaleceu ao longo das décadas de atuação, configurando uma tentativa de aliança entre os grandes produtores e a monarquia, na qual os primeiros deveriam promover as transformações necessárias para criar produtos em condições de

competir nos mercados internacionais, enquanto o governo garantiria a ordem, a civilidade e as estruturas necessárias para que essa mesma produção tivesse regularidade e proteção.

Entre os artigos do seu documento de fundação, existia a afirmação categórica de que ela prezaria por ser sempre restrita a um pequeno número de homens, escolhidos, por sua vez, pelo próprio Imperador – na ocasião, Pedro I. Mecanismo esse que impedia que a entidade promovesse atividades que se distanciassem do projeto governamental ou até se opusessem a ele. Ainda influenciados pelo contexto externo, a SAIN e o Governo recebiam agitações populares como as da França revolucionária ou mudanças políticas muito abruptas, e preferiam desenhar as novas formas de controle por si próprios e protagonizar, por conseguinte, o processo modernizador.

Temos, assim, que o projeto da Auxiliadora se estabelecia em duas bases principais: a primeira era o desenvolvimento material da agricultura através da indústria; a segunda, a manutenção da ordem e a promoção da civilização. A modernidade era definida, nesse sentido, como a soma e o sucesso desses dois elementos, que guardavam implicitamente um perfil mais conservador, uma vez que preservava os privilégios dos grandes produtores rurais, pois, mesmo que eles transformassem e mecanizassem suas fazendas, continuariam estáveis na condição de principais produtores do ramo mais importante da economia nacional.

É bem verdade que o quadro de associados da instituição cresceu consideravelmente durante o segundo reinado, o que pode ser explicado pela necessidade que ela tinha de angariar mais recursos para empreender projetos mais amplos e complexos, mas sua posição de opositora às transformações abruptas ou às medidas revolucionárias nunca saiu da pauta, assim como a condição de “amiga da monarquia”, expressa, inclusive, nos diversos pareceres solicitados pelo governo sobre produtos, legislações, técnicas e tantas outras novidades que interessassem, e no copioso trabalho de receber, catalogar e distribuir sementes e animais diferentes dos já conhecidos.

Mas, para que suas propostas reverberassem, era importante, também, que a entidade atuasse fora das restritivas esferas palacianas perante a população. Era neste ambiente que a indústria nacional deveria ser legitimada, tal qual a monarquia e todo projeto de modernização, bem como as suas direções de civilidade. A emergente e curiosa sociedade tropical, especialmente os habitantes do Rio de Janeiro, também estava sendo atingida pelas novidades deste contexto e ansiava em conhecer as experiências originais que os produtos e os serviços prometiam.

A sociabilização e a interação entre essas pessoas aconteciam nos espaços públicos, os quais disponibilizavam uma série de atrativos que faziam esses grupos se identificarem entre

si. Nessa esteira e, para dialogar com tantos agentes, a Sociedade Auxiliadora, em parceria com o Estado, publicava um periódico próprio e organizava eventos que expusessem os “produtos da indústria”. Mesmo que os interesses norteadores da instituição fossem estabelecidos ponderando o governo e os grandes produtores, a revista contribuiu com o processo de criação de ideologias que validassem as duas bases da modernização defendida no seu projeto.

Atrelado a esse balizamento, estão as reflexões da Sociedade sobre o liberalismo, conceito que também merece uma verticalização, no sentido de entender a leitura que a SAIN fazia desta doutrina, uma vez que as liberdades individuais não estavam entre seus princípios. Não é correto afirmar, porém, que os discursos e as reflexões sobre o assunto – ou as que o mencionavam – fossem espúrios, pois eles acreditavam naquilo que escreviam e nos resultados que idealizavam, mas é difícil não considerar que existiam interesses materiais que extrapolavam o ideário apresentado e, muitas vezes, os colocava em contradição com os próprios.

A SAIN, longe de ser uma entidade de classe, congregou no mesmo espaço diferentes atores com trajetórias peculiares, que buscavam empreender um projeto modernizador singular pautado não na revolução intelectual profunda ou na criação de conhecimentos teóricos, mas na importação de qualquer medida, método, ferramenta ou técnica que pudesse contribuir urgentemente com o melhoramento da produção nacional, especialmente aquela que já existia nos trópicos. Exemplos podem ser listados: o código rural do Haiti, transcrito para a revista na íntegra como um modelo a ser seguido pelo Estado, as instituições pedagógicas, que visavam ensinar os procedimentos necessários para determinada plantação, ou até os textos de “memórias”, que descreviam os sistemas mais modernos para as lavouras.

Percebendo que o contexto da primeira metade do século XIX e boa parte da segunda envolvia, para o Brasil, projetos variados de nação e que a SAIN era uma instituição abrangente, muitas ideias e concepções circularam nas suas reuniões, fazendo com que a própria incorporasse uma pretensão liberal sem fazer distinção de ideias conservadoras, desde que essas viessem, de acordo com a avaliação dos próprios, de países civilizados ou em processo de civilização. Defendiam, com todos esses elementos, o que era, ou não, moderno, quem era, ou não, cidadão e quem merecia, ou não, ter direitos a partir do olhar que vinha de fora.

O limite para as novidades, assim, são os elementos que, para a instituição, garantiam a ordem, expressos principalmente na monarquia, no cristianismo e na tradição europeia. Um impasse acabava recaindo sobre a questão da escravidão, que configurava uma clara violação das doutrinas liberais, mas que não contava com nenhuma solução acessível nos ditos países civilizados e que pudessem ser incorporadas subitamente. Não havendo essa facilidade, o

consenso da diretoria acabou afetado e a primeira reação da revista foi evitar o assunto, mesmo que, em reflexões sobre outros temas, ficasse claro que o cativo era visto como o símbolo do atraso na produção.

A postura evasiva ou, pelo menos, cautelosa durou cerca de treze anos e, mesmo durante a década de 1850, alguma resistência à questão da abolição continuou notável. A revista chegava a discutir formas de “modernizar” a relação entre senhor e escravizado, de forma que o segundo permanecesse vivo por mais tempo, reduzindo a dependência do tráfico Atlântico, além de ser esteticamente mais próxima dos ideais modernos e civilizados definidos pelos próprios.

Neste ponto, cabe um breve relato que dificultou partes da pesquisa, pois identificar o silenciamento implica em considerar que a instituição conhecia o problema e escolhia/preferia não o aprofundar. Por não haver comentários na revista, não há uma prova cabal sobre essa conclusão, mas há muitas evidências que a confirmam. Mais ainda: ao perceber a taciturnidade, uma série de hipóteses são levantadas para entender os motivos, e uma delas figurava sobre a figura de Januário da Cunha Barbosa. Consideramos, por um período, que ele, como principal redator do periódico, preferia arbitrariamente retirar o tema da pauta, mas seus trabalhos em outros espaços mostraram que o assunto era de seu interesse até pessoal, fazendo com que a lógica pensada inicialmente se invertesse: não era a autonomia da revista que impedia discussões sobre a escravidão, mas a falta dela.

Temerosos das rebeliões dos mais pobres e opositores de medidas revolucionárias ou emancipatórias entre as elites regionais, a SAIN procurou conciliar interesses de ambos e colocar tudo a serviço do fortalecimento da economia nacional, e, conseqüentemente, da monarquia e do Imperador, retratado como moderno, humilde e acessível. Por mais que a República tenha derrubado o governo de Pedro II, o Brasil entrou no século XX com a mesma estrutura social e econômica de décadas anteriores; o processo que mudou o sistema político afastava as camadas populares e evitava a desordem.

Seria audacioso e arbitrário afirmar que a Sociedade Auxiliadora e seu periódico foram os responsáveis por essa ação, mas é verossímil considerar que, nas primeiras décadas do século XIX, em uma conjuntura consideravelmente problemática para a comunicação nacional, o periódico conseguia circular em todas as partes do império, favorecendo uma limitada, mas, ainda sim, existente concepção de unidade. A SAIN era uma organização civil de direito privado que procurou promover a modernização das ferramentas, máquinas e técnicas produtivas, especialmente da agricultura, entendendo esses fatores como atrativos, que, junto com o combate à desordem, nortearam um sentimento de aproximação entre as elites regionais.

Verticalizando esta ideia, devemos lembrar que, mesmo que a associação tenha, por muitos anos, reclamado dos exíguos recursos aos quais tinha acesso para promover muitos de seus grandes projetos, o *Auxiliador* teve fundos bem mais robustos que outros periódicos do período, permitindo que ele tenha sido impresso com a tecnologia mais moderna acessível, configurando, também, atrativos não apenas para os grandes produtores interessados nas máquinas que o auxiliaram, mas para qualquer leitor que quisesse conhecer as novidades da indústria.

Se consideramos a imprensa como parte de uma “esfera pública” em formação e os demais “espaços públicos” – como as Exposições Nacionais também repletas de atrativos a pessoas livres – como locais de difícil fiscalização ou até mesmo independentes, é pertinente considerá-los promotores de ideologias, e, neste sentido, mesmo que essa não fosse a intenção da entidade, ela contribuiu com a criação de um “embrião de nacionalidade”³⁹⁰ que reforçava a noção de que o Brasil era um país tropical, de vocação agrícola e que deveria valorizar esses fatores na estruturação da economia nacional.

Vale lembrar que, apesar de não formar uma classe social consolidada, eram os grandes produtores rurais que escreviam, editavam e publicavam a revista *O Auxiliador*, ou, pelo menos, participavam dos debates da diretoria que definiam suas pautas e, como era de se esperar, colocavam os interesses da lavoura e da atualização dos mecanismos de dominação da produção nas suas páginas. A monarquia era, sim, uma aliada que poderia garantir a ordem e as estruturas necessárias para a realização dos seus negócios, mas não poderia se transformar em uma figura central da qual eles mesmos estivessem inevitavelmente dependentes.

Depois da organização da Exposição Nacional, de 1861, ficou mais evidente, no Brasil, a oposição entre produtores rurais, defensores da ampla liberdade comercial e de incentivos para o campo, e manufactureiros, defensores de medidas protecionistas para seus produtos. Choque que acabou se infiltrando na Sociedade Auxiliadora, que encarava ambos como parte do setor industrial e se formara historicamente em um contexto em que os dois não eram bem delineados.

No fim da centúria, a “burguesia rural” estava mais bem estabelecida e buscava, conseqüentemente, criar uma organização de classe que institucionalizasse os interesses agrícolas. Utilizando a sala de sessões da SAIN, um grupo criou, em 1896, a Sociedade

³⁹⁰ A expressão é utilizada por Eric Hobsbawm para refletir sobre a falta de condições existentes nas Américas para a formação de identidades nacionais genuínas.

Nacional de Agricultura (SNA), que se definia como um grupo de lavradores que se interessava pelo

exame, o estudo e a colaboração para solução dos problemas dos agricultores, dos pecuaristas e dos industriais de indústrias extrativas e correlatas, à exceção dos outorgados por lei às entidades sindicais, no que se refere à defesa e representação classistas.³⁹¹

Não foi possível confirmar se a SNA foi um dos destinos dos membros da SAIN após o seu desmembramento, mas é plausível que a parte agrarista tenha encontrado refúgio nesse espaço. Outra parte se transferiu para o Centro Industrial de Fiação e Tecelagem de Algodão, que compunha um conjunto de interesses diversos ou até opostos aos dos grandes agricultores. A SAIN, durante a década de 1880, sofreu significativos cortes de verbas públicas e, em 1892, teve os recursos da Escola Noturna e de seu periódico zerados; seu fim estava praticamente decretado, já que não tinha mais condições de dar continuidade às suas principais atividades.³⁹²

A SAIN nunca foi uma entidade anti-industrial, mas, na sua concepção de modernização, a mecanização deveria passar impreterivelmente pelo campo; ao decidir apoiar a diversificação da economia nacional e a produção de manufaturas, a Auxiliadora pode ter perdido parte de seus sócios agricultores. O sistema republicano, inaugurado em 1889, mudara as condições sociais do país, dificultando associativismos, como os da SAIN, que atraíam novos membros pelos discursos desenvolvimentistas e científicos; sua antiga sala de reuniões encontrava-se abandonada.

De qualquer forma e, com todas suas contradições, a SAIN e *O Auxiliador da Indústria Nacional* integraram processos históricos que amarram o desenvolvimento do liberalismo, das ciências, das classes sociais e da monarquia no Brasil. Por mais que suas intenções extrapolassem aquilo que, de fato, escreviam, ela promoveu a produção de um conhecimento que integrou a realidade ao contexto o qual a instituição participou, configurando uma fonte rica para o entendimento dele próprio.

A associação compôs o cenário dos espaços públicos na capital do Brasil e, apesar de não ser completamente aberta e nem de oferecer grandes oportunidades de ativismo, comungou, na sua sede, com uma série de homens interessados nos rumos administrativos e legislativos do país. Na prática, esse era um dos sistemas políticos mais avançados conhecidos pela ex-colônia. A importância que a instituição chegou a ter perante o governo do segundo reinado e os nomes

³⁹¹ A LAVOURA, vol. 9, n. 2. *Apud*. MENDONÇA, S. R. O Ruralismo Brasileiro. *Op. Cit.*, p. 43.

³⁹² BARRETO, Patrícia Regina Correia. *Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional*, *Op. Cit.*, p. 409.

a ela relacionados são uma evidência de que a Auxiliadora atuou efetivamente no processo de formação da burguesia nacional, assimilando, e até protagonizando, debates recorrentes no cenário.

Tratando especificamente do periódico, seria realmente audacioso e arbitrário afirmar que se tratou da revista mais importante para a formação ideológica da “Burguesia Rural” brasileira, mas é interessante entendê-la como a criadora e difusora de conteúdos científicos que careciam no império e acabaram servindo como referência para muitas províncias imperiais. Para encerrar, podemos transcrever uma citação do periódico datada de 1862 e escrita por Manoel Felisardo de Sousa e Mello (1805-1866),³⁹³ então ministro do MACOP:

Continua a publicar-se regularmente o Auxiliador da Industria Nacional, e é pena que a leitura desse periódico não se dissemine com proveito por todas as províncias do Império. Desse modo evitaria a Sociedade o trabalho de estar constantemente indicando as páginas, em que foram transcritas tais e tais memórias sobre tais e tais culturas. O que prova está repetição de perguntas da parte das presidências é que a leitura do Auxiliador é pelo menos pouco cultivada, talvez que em algumas se ignore até a existência desse periódico, apesar da remessa que com regularidade é feita à todas.³⁹⁴

O político, ao lamentar a falta de costume que identificava nos presidentes de províncias em ler o Auxiliador, ou naqueles que repetiam as perguntas a eles, mostrou que a SAIN se configurava como uma entidade consolidada quando o assunto era a “indústria nacional”, e seu periódico, apesar de não ser lido da forma como gostariam, era um importante elemento de consulta para os problemas do campo.

Fundada no rastro do medo da recolonização, da desordem e da fragmentação política, a Sociedade Auxiliadora e a sua revista não tiveram sucesso na criação de uma identidade nacional pautada pelo catolicismo e pela monarquia constitucional. Também não proporcionou a disseminação das máquinas no campo e na cidade. Mas seus trabalhos integram a curiosa e contraditória postura do desenvolvimento político do Estado brasileiro no século XIX, caracterizado por uma mistura peculiar de progresso e conservadorismo e, mais ainda, iluminismo e monarquismo.

O progresso civil declamado por Pedro de Alcântara Lisboa em 1849 não indicava a defesa ou a reivindicação do avanço social, mas apenas a satisfação imediata de uma série de

³⁹³ Era militar e teve significativa atuação política no Império. Chegou ao cargo de presidente da província do Ceará e ocupou vários cargos eletivos no legislativo, sempre pelo Partido Conservador. Foi também sócio correspondente do IHGB.

³⁹⁴ O AUXILIADOR DA INDUSTRIA NACIONAL, n° 3, março de 1862 p. 94.

desejos de uma pequena parcela de privilegiados entre os que viviam no Império Tropical. Uma ilusão, criada para ostentar a burguesia agrária nascente, simbolizada nos “produtos industriais”, e a monarquia, além de ocultar o sistema de exploração e as relações verticais da política, que se conservavam ao longo da centúria. Residiam, ali, os limites do conservadorismo liberal das ideias e dos projetos gestados na SAIN para a construção de um Brasil moderno.

FONTES

Revista **O AUXILIADOR DA INDÚSTRIA NACIONAL** (1833 a 1896 – 721 edições).
Typografia Brasiliense. Biblioteca Nacional. (microfilmado). Disponível em
<<http://bndigital.bn.br/acervo-digital/auxiliador-industria-nacional/302295>>.

À SOCIEDADE auxiliadora da Industria Nacional oferecem os artistas chapeleiros. Rio de Janeiro: Typ. economica, de Machado & C., 1876. 36 p.

ALMEIDA, Ignácio Álvares Pinto de. **Discurso que no faustissimo dia 19 de outubro de 1827, em que foi installada a Sociedade Auxiliadora da Industria Nacional.** Rio de Janeiro: Na Typographia Imperial e Nacional, 1828. 18 p. **Localização: Obras Gerais - V-256,2,6, n.27.**

BRASIL. Decreto no 1.067, de 28 de julho de 1860. Crêa huma nova Secretaria de Estado com a denominação de Secretaria de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas. Coleção de Leis do Império do Brasil. Disponível em:
<<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1067-28-julho-1860-546420-publicacaooriginal-60429-pl.html>>. Acesso em: 19 jun. 2023.

BRASIL. Decreto no 2.747, de 16 de fevereiro de 1861. Dá execução ao decreto 1.067 de 28 julho de 1860. Coleção de Leis do Império do Brasil. Disponível em:
<<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-2747-16-fevereiro-1861-556075-publicacaooriginal-75729-pe.html>>. Acesso em: 19 jun. 2023.

BRASIL. Decreto no 2.748, de 16 de fevereiro de 1861. Organisa a Secretaria de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas. Coleção de Leis do Império do Brasil. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-2748-16-fevereiro-1861-556076-publicacaooriginal-75732-pe.html>>. Acesso em: 19 jun. 2023.

BRASIL. Decreto no 2.749, de 16 de fevereiro de 1861. Altera o Regulamento da Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio. Coleção de Leis do Império do Brasil. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-2749-16-fevereiro-1861-556077-publicacaooriginal-75733-pe.html>>. Acesso em: 19 jun. 2023.

BRASIL. Decreto no 4.333, de 12 de fevereiro de 1869. **Approva a reforma dos estatutos da Sociedade Auxiliadora da Industria Nacional.** Coleção de Leis do Império do Brasil - 1869, Página 40 Vol. 1 pt. II (Publicação Original). Disponível em:
<<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-4333-12-fevereiro-1869-552667-norma-pe.html>>, Acesso em: 11 jul. 2019.

BRASIL. Decreto nº 2.827, de 15 de março de 1879. **Dispondo o modo como deve ser feito o contrato de locação de serviços.** Coleção de Leis do Império do Brasil. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-2827-15-marco-1879-547285-publicacaooriginal-62001-pl.html>. Acesso em: 15 jan. de 2023.

BARBOSA, João Maria. **Carta a Raimundo José da Cunha Matos tratando de dinheiro para a publicação do Jornal da Sociedade**. [Rio de Janeiro]: [s.n.], 23/05/1838. 2 p., Orig., Aut. Localização: I-02,04,019

CARVALHO, João Antônio Rodrigues de. Ofício sobre o requerimento de Inácio Álvares Pinto de Almeida relativo à criação da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional. **Secretaria da Junta de Comércio do Império do Brasil**, 31/10/1825. Cópia. 9 p. Orig. Ms. Acompanha 4 p. um manuscrito em francês. Mutilado. Coleção Decimal.

CONGRESSO AGRÍCOLA. **Anais do Congresso Agrícola de 1878**. Introdução e notas de rodapé: José Murilo de Carvalho. Rio de Janeiro, Fundação Casa de Rui Barbosa, 1988.

COSTA, Hipólito José. da. "Escravidão no Brasil". **Correio Braziliense ou Armazém Literário**. Vol. XXIX, nº 174, novembro de 1822, Ed. fac-similar. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado: Brasília, DF: Correio Braziliense, 2002, pp. 574-577

DIPLOMA da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional do Rio de Janeiro aceitando como sócio João José Dias de Camargo. Rio de Janeiro, 12/1836. Assinado pelo presidente Francisco Cordeiro da Silva Torres. Desenhado por J. B. Debret. Fotocópia. 1 p.

ESTATUTOS da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional. Rio de Janeiro, 23/06/1831. Encadernado. 9 p. Orig. Ms. Encontra-se no cofre 50,3,017. Coleção decimal.

IBGE, Censo demográfico do Rio de Janeiro. Disponível em:

<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/RJ1799_1900.pdf>

MINISTERIO DA AGRICULTURA. **Relatórios do Ministério da Agricultura**, Rio de Janeiro, 1860 a 1896. Disponível em:

<<http://ddsnex.crl.edu/titles/108#?c=4&m=0&s=0&cv=10&r=0&xywh=54%2C1311%2C2121%2C1496>>. Acesso em: 01 jun. 2019.

MINISTERIO DO IMPERIO. **Relatórios da Repartição dos Negócios do Império**, Rio de Janeiro, 1827-1883. (microfilmado). Disponível em <<http://bndigital.bn.br/acervo-digital/auxiliador-industria-nacional/302295>>.

SOCIEDADE AUXILIADORA DA INDÚSTRIA NACIONAL. Discurso pronunciado pelo Dr. I. C. Galvão na sessão de 3 de outubro de 1870. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1870. 66 p.

SOCIEDADE AUXILIADORA DA INDUSTRIA NACIONAL. Parecer do presidente interino da Secção de Commercio [André Rebouças] sobre a reforma da tarifa das Alfandegas do Império do Brasil. Rio de Janeiro. G. Typografia Nacional, 1877. 24p.

TAUNAY, Carlos Augusto. **Manual do Agricultor Brasileiro**. MARQUESE, Rafael de Bivar (org.). São Paulo. Companhia das Letras, 2001.

TAUNAY, Carlos Augusto. **Manual do Agricultor Brasileiro**. Rio de Janeiro. Typografia Imperial e Constitucional de J. Villeneuve. 1839. Disponível em:
<https://books.google.com.br/books?id=riRYAAAcAAJ&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false>.

TORRES, Francisco Cordeiro da Silva, tenente-coronel. Observações sobre a administração da Real Fazenda de Santa Cruz. Rio de Janeiro, 15/12/1815. 3 doc. (22 p.) Orig. Ms. Acompanha uma relação dos escravos a serviço daquela fazenda. Coleção Rio de Janeiro. L - II - 34, 33, 008. Disponível em:
<http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mss1426769/mss1426769.pdf>. Acesso em: 01/07/2023.

REVISTA TRIMENSAL DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO BRASIL.
Tomo XLIII, parte II, n. 60. Rio de Janeiro. Segundo semestre de 1880. Disponível em:
<<https://ihgb.org.br/publicacoes/revista-ihgb/itemlist/filter.html?category=9&moduleId=147>>.

REFERÊNCIAS

- ADORNO, Sérgio. **Os Aprendizes do Poder: O Bacharelismo Liberal na Política Brasileira**. EdUSP, São Paulo, 2019. 320 p.
- ALBERDI, Juan Bautista. **Fundamentos da organização política argentina**. Campinas, São Paulo: Ed. Unicamp, 1994.
- ALONSO, Angela. Crítica e contestação: o movimento reformista da geração 1870. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. v. 15, n. 44, 2000, pp. 35-55.
- ANDERSON, Benedict: **Comunidades Imaginadas**. São Paulo: Cia das Letras, 2008.
- ANDRADE, André Luiz Alípio de. **Variações sobre um tema: A Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional e o debate sobre o fim do tráfico de escravos (1845-1850)**. Dissertação de Mestrado. UNICAMP. Campinas 2002.
- _____. **Uma visão do progresso: a influência da economia política na interpretação da transição da ordem escravista (A Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional 1850-1877)**. Tese de doutorado. UNICAMP. Campinas 2013.
- ANPUH MARANHÃO. **Monarquia e Federalismo**. Youtube, 27/01/2022. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=HpMIaA1x404&t=304s>>. Acesso em: 27/01/2022.
- ARRUDA. Jobson. Uma colônia entre dois impérios: a abertura dos portos brasileiros (1800-1808), capítulo 2, 2008.
- AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. **Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites – século XIX**. São Paulo: Paz e Terra, 1987.
- AZEVEDO, Jussara França. **Discursos e ideias. Gênese da Luta pelo Processo de Organização da Indústria do Brasil: A Associação Industrial do Rio de Janeiro e a sua Luta pela Indústria Nacional no século XIX (1870- 1888)**. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro 2011.
- BARNABÉ, I. R. Elite, classe social e poder local. **Estudos de Sociologia**, Araraquara, v. 4, n. 7, 2007. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/estudos/article/view/384>. Acesso em: 3 dez. 2023.
- BARRETO, Patrícia Regina Correia. **Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional: O templo carioca de Palas Atena**. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. 2009.
- _____. **Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional: Oficina de Homens. XIII ENCONTRO ANPUH-RIO**. 2008. Rio de Janeiro. **Anais**.
- BESSONE, Tânia (org.); RIBEIRO; Gladys Sabina(org.); GONÇALVES, Monique Siqueira(org.); MOMESSO, Beatriz(org.). **Imprensa, livros e política no oitocentos**. São Paulo, Alameda, 2017.
- BIANCO, Maria Eliana Basile. **A Sociedade Promotora de Imigração (1886-1895)**. Dissertação de Mestrado. São Paulo: FFLCH/USP, 1982.
- BLACKBURN, Robin. **A Queda do Escravismo Colonial: 1776-1848**. Tradução: Maria Beatriz Medina. Rio de Janeiro. Record, 2002.
- BROWN, Vincent. **Tacky's revolt: the story of an Atlantic slave war**. Cambridge, Massashussets: The Belknap press of Harvard University, 2020.

- CADENA, Paulo Henrique Fontes. R. IHGB, Rio de Janeiro, a. 181 (484):141-168, set./dez. 2020.
- CARVALHO, José Murilo. **Teatro das sombras**. São Paulo. Vertices; Rio de Janeiro. IUPERJ, 1988.
- _____. **Os Bestializados**. O Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- CARREGA, Arthur Daltin. Imigrantes para a pequena propriedade: o boletim e as ideias da Sociedade Central de Imigração (1883-1891). Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP). 2017.
- CONRAD, Robert. **Os últimos anos da escravidão no Brasil: 1850-1888**. Tradução de Fernando de Castro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- _____. The planter class and the debate over chinese immigration to Brazil, 1850-1893. **International Migration Review**. Nova York, v. IX, n. 1, 1975.
- COSTA, Emília Viotti da. **Da senzala à colônia**. 5ª edição. São Paulo: UNESP, 2010.
- _____. **Da Monarquia à república**. 9ª edição. São Paulo: UNESP, 2010.
- COWAN, Benjamin Arthur. A hemispheric moral majority: Brazil and the transnational construction of the New Right. *Revista Brasileira de Política Internacional*, 61(2): e004, 2018. doi: <<https://doi.org/10.1590/0034-7329201800204>>.
- CUNHA, Filipe Brum. **Imigração aos Estados Unidos da América**: análise histórica e tendências no início do século XIX. Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. 2012.
- DANTAS, Mônica Duarte (org.). **Revolutas, motins, revoluções: homens livres pobres e libertos no Brasil do século XIX**. São Paulo: Alameda, 2011, pp. 229-261.
- DE LUCA, Tânia Regina. História dos, nos e por meio dos periódicos. In. PINSKY, Carla Bassanezi. (org.) **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2006.
- DE LUCA, Tânia Regina; GUIMARÃES, Valeria. **Imprensa Estrangeira no Brasil: Primeiras incursões**. São Paulo. Editora Rafael Zamperetti Copetti. 2017.
- DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **A interiorização da metrópole e outros estudos**. São Paulo: Alameda, 2005
- DOLHNIKOFF, Miriam. **História do Brasil Império**. 1ª ed., 4ª reimpressão. São Paulo, Contexto, 2021.
- EISENBERG, Peter L. **Modernização sem mudança**: a indústria açucareira em Pernambuco, 1840 – 1910. Tradução: João Maia. Apresentação de Manuel Correia de Andrade. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.
- _____. **Homens esquecidos: escravos e trabalhadores livres no Brasil, séculos XVIII e XIX**. Campinas: Unicamp, 1989.
- FELDMAN, Ariel. **O Império das Carapuças: Espaço público e periodismo político no tempo das regências (1832-1842)**. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná. Curitiba. 2006.
- HARDMAN, Francisco Foot. **Trem Fantasma**: a modernidade na selva. São Paulo, Cia das Letras, 1988.

- GADELHA, Regina Maria d'Aquino Fonseca. A Lei de Terras (1850) e a abolição da escravidão: capitalismo e força de trabalho no Brasil do século XIX. **Revista de História**, São Paulo, n. 120, 1989. pp. 153 – 162.
- GONÇALVES, Paulo Cesar. **Mercadores de Braços: Riqueza e Acumulação na Organização da Emigração Europeia ao novo mundo**. Tese de doutoramento. São Paulo: FFLCH/USP, 2008.
- _____. Escravos e imigrantes são o que importam: fornecimento e controle da mão de obra para a economia agroexportadora Oitocentista. **Almanack**, Guarulhos-SP, n. 17, p. 307-361, 2017.
- _____. O mandacaru não floresceu: a ciência positivista a serviço do combate à seca de 1877-1879. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 25, 2018.
- GOULD, J. D. European inter-continental emigration 1815 – 1914: patterns and causes. **The Journal of Economic History**. Roma, v. 8, n. 3, 1979. pp. 593 – 679.
- GRINBERG, Keila. SALLES, Ricardo. **O Brasil Imperial**. Volume I a III. Rio de Janeiro, Civilização brasileira, 2009.
- GRYNSZPAN, Mario (1996). A Teoria das Elites e sua genealogia consagrada. *BIB - Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, (41), 35–83. Recuperado de <https://bibanpocs.emnuvens.com.br/revista/article/view/169>
- GUIMARÃES, Lucia Maria Pachol (org.); PRADO, Maria Emilia (org.). O liberalismo no Brasil imperial: origens, conceito e prática. Rio de Janeiro, Editora Revan (UERJ), 2013, p. 11-29.
- GUIMARÃES, Lucia Maria Pachol. Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (verbete). *In: Ronaldo Vainfas. (Org.). Dicionário do Brasil Imperial (1822-1889)*. 1 ed. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2002, v. 1, p. 679-680.
- HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural na esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa**. Tradução de Denilson Luís Werle. 1 ed. São Paulo. Editora Unesp, 2014. 565p.
- HALL, Michael M. Reformadores de classe média no Império Brasileiro: A Sociedade Central de Imigração. **Revista de História**. São Paulo, ano XXVII, v. LIII, 1976.
- HOBBSAWM, Eric J. **A era das revoluções (1789 – 1848)**. 33ª Edição. Tradução: Maria Tereza Teixeira e Marcos Penchel. Paz e terra. Rio de Janeiro. 2014.
- HOBBSAWM, Eric J. **A era dos extremos (1914 – 1991)**. 2ª Edição, 50ª reimpressão. Tradução: Marcos Santarrita. Companhia das Letras. São Paulo. 1995.
- IFCH UNICAMP. Cidadania no Brasil, 1822-2022 - IV Encontro de Pós-Graduandos da Sociedade de Estudos do Oitocentos. **Youtube**, 26/04/2022. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=2ROq4Wrm9Po&t=3588s>>
- KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto; Editora PUC-Rio, 2006.
- KOWARICK, Lúcio. **Trabalho e vadiagem: a origem do trabalho livre no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 1994.
- LAGO, Luiz Aranha Corrêa do. **Da escravidão ao trabalho livre: Brasil (1550 – 1900)**. Companhia das Letras. São Paulo. 2014.

- LEFEBVRE, Georges. O grande medo de 1789: os camponeses e a revolução francesa. Tradução: Carlos Eduardo Castro Leal. Rio de Janeiro, editora Campus, 1979.
- LEITE, Rosângela. Nos tempos da mudança: aberturas possíveis, acordos revisitados e concepções sobre consumo. **História Questões & debates**. Vol. 67, n. 02, julho a dezembro de 2019, p. 227-249.
- LESSER, Jeffrey. **A Invenção da brasilidade**: identidade nacional, etnicidade e políticas de imigração. Tradução: Patrícia de Queiroz Carvalho Zimbres. São Paulo. UNESP. 2015.
- LOURENÇO, Fernando Antônio. **Agricultura Ilustrada**: Liberalismo e escravismo nas origens da questão agrária brasileira. Editora da UNICAMP. Campinas (SP), 2001.
- MACIEL, Laura Antunes. Imprensa, Esfera Pública e Memória Operária – Rio de Janeiro (1880-1920). **Revista de História** (São Paulo), n. 175, p. 415-448, jul./dez. 2016.
- MALERBA, Jurandir. **Os brancos da lei**: Liberalismo, escravidão e mentalidade patriarcal no Império do Brasil. Maringá-PR: EDUEM, 1994.
- MARQUESE, Rafael e TOMICH, Dale. O vale do Paraíba escravista e a formação do mercado mundial do café no século XIX. In: GRINBERG, Keila e SALLES, Ricardo (orgs.). **O Brasil Imperial**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira. 2009. Volume II. Cap. VIII, p. 340-384.
- MARQUES, Rafael de Bivar (org.). Introdução. In. TAUNAY, Carlos Augusto. **Manual do Agricultor Brasileiro**. São Paulo. Companhia das Letras, 2001, p. 7-26.
- MARSON, Isabel Andrade. Trabalho livre e progresso. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, n. 7, 1974.
- MARTINS, Ana Luiza (org.); DE LUCA, Tânia Regina (org.). **História da Imprensa no Brasil**. 2ª edição. São Paulo. Editora Contexto. 2012.
- MARTINS, José de Souza. **A imigração e a crise no Brasil agrário**. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1973.
- _____. **O cativo da terra**. 6ª. ed. São Paulo: Hucitec, 1996.
- MARTINS, Mônica de Souza Nunes. O espetáculo da economia: a Primeira Exposição Nacional da Indústria no Império do Brasil, em 1861. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 44, mai-ago. 2020. doi: <https://doi.org/10.1590/2237-101X02104411>
- MARX, Karl. Contribuição à crítica da economia política. 2ª edição. São Paulo. Expressão popular. 2008.
- MASSARANI, Luisa (org.); MOREIRA, Ildeu de Castro (org.); BRITO, Fatima (org.). **Ciência e público**: caminhos da divulgação científica no Brasil. Rio de Janeiro: Casa da Ciência – Centro Cultural de Ciência e Tecnologia da UFRJ. Rio de Janeiro. 2002.
- MATTOS, Ilmar Rohloff de. O Tempo Saquarema. 7ª edição. São Paulo, Hucitec, 2017.
- McCLINTOCK, Anne. Couro Imperial: raça, gênero e sexualidade no embate colonial. Tradução: Plínio Dentzien. Campinas, SP. Editora da Unicamp. 2010.
- MEIRA, Roberta Barros. **A quimera da modernização**: do terceiro distrito de engenhos centrais ao complexo agroindustrial sucroalcooleiro paulista, mineiro e fluminense. 1875-1926. 2012. Tese (Doutorado em História Econômica) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. doi: 10.11606/T.8.2013.tde-10042013-130149. Acesso em: 2019-06-28.

- MENDONÇA, Sonia Regina de. **O Ruralismo Brasileiro (1888 – 1931)**. Hucitec, São Paulo, 1997.
- MESQUITA, Sergio Luiz Monteiro. **A Sociedade Central De Imigração e A Política Imigratória Brasileira (1883-1910)**. Dissertação de Mestrado. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, setembro de 2000.
- MOREL, Marco. **As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na Cidade Imperial, 1820-1840**. São Paulo. Hucitec. 2005.
- _____. A política nas ruas: os espaços públicos na cidade imperial do Rio de Janeiro. *Estudos Ibero-Americanos*, 24(1), 1998, p. 59–73.
<https://doi.org/10.15448/1980-864X.1998.1.28197>.
- MOREIRA, Ildeu de Castro; MASSARANI, Luisa. Aspectos históricos da divulgação científica no Brasil. In: MASSARANI, Luisa; Ildeu de Castro Moreira; Fatima Brito (Org.). **Ciência e público: caminhos da divulgação científica no Brasil**. Rio de Janeiro: Casa da Ciência - Centro Cultural de Ciência e Tecnologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Fórum da Ciência e Cultura, 2002.
- MURASSE, Celina Midori. O jornal O Auxiliador da indústria nacional e a campanha pela fundação de instituições educativas: 1833 a 1850. In. 5 CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO: O Ensino e a pesquisa em história da educação. **Anais** Universidade Federal de Sergipe. Aracaju, 2008.
- NEVES, Guilherme Pereira. A religião do império e a Igreja. In. GRINBERG, Keila (org). SALLES, Ricardo (org). **O Brasil Imperial**. Volume I: 1808 – 1831. Rio de Janeiro, Civilização brasileira, 2009 (capítulo XI), p. 377-428.
- NOGUEIRA, Marco Aurélio. **As desventuras do liberalismo**. Joaquim Nabuco, a Monarquia e a República. RJ: Paz e Terra, 1984.
- NOVAIS, Fernando A. (coordenador geral); ALENCASTRO, L F. (organizador do volume). **História da vida privada no Brasil** (volume 2). São Paulo, Companhia das letras, 1997, p. 11-93.
- NOVAIS, Fernando A. **Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)**. São Paulo: Hucitec, 1979.
- NOVAIS, Fernando A. MOTA, Carlos Guilherme. **A independência política do Brasil**, 2ª edição, São Paulo, Hucitec, 1996, p. 1-68.
- PARRON, Tamis Peixoto. **A Política da escravidão no império do Brasil**. Dissertação de Mestrado apresentada à banca examinadora do programa de pós-graduação em História Social da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP). São Paulo, 2010.
- PENTEADO, David Francisco de Moura. O Auxiliador da Indústria Nacional: Um periódico a serviço do estado brasileiro? (1833 – 1896). **Revista Trilhas da História**. Três Lagoas, v.8, nº15, jul-dez, 2018. p.126-143.
- PENTEADO, David Francisco de Moura; SILVA, Cesar Agenor Fernandes da. Os Auxiliadores d'o Auxiliador da Indústria Nacional: Um perfil dos redatores do periódico da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (1833 - 1896). In: X JORNADA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA. **Anais**. Editora Universitária Leopoldianum. Santos, 2015.

- PENTEADO, David Francisco de Moura; SILVA, Cesar Agenor Fernandes da. O perfil dos redatores do periódico O Auxiliador da Indústria Nacional (1833 - 1896). **Revista Diálogos Mediterrânicos**. Num. 12, p. 132-153, junho/2017.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Exposições Universais: espetáculos da modernidade do século XIX**. São Paulo. Hucitec, p. 1997.
- PETRONE, Maria Thereza Schorer. Imigração assalariada. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. **História geral da civilização brasileira**. São Paulo: Difel, 1976. T. 2, v. 3: O Brasil monárquico.
- PIMENTA, João Paulo. **Independência do Brasil**. São Paulo. Contexto, 2022.
- PRADO, Maria Emília (orgs.). **O liberalismo no Brasil Imperial: origens, conceitos e prática**. Rio de Janeiro: Revan, 2001, p. 103-126.
- _____. **Intelectuais e identidade ibero-americana no alvorecer do século XX**. Algumas Considerações. *História Actual On-line*, v. 39, p. 131-140, 2016.
- _____. **Joaquim Nabuco: A Política como moral e como História**. Rio de Janeiro: Museu da República, 2005. 106 p.
- RAMA, Ángel. **A cidade das letras**. Tradução: Emir Sader. São Paulo, Boitempo, 2015.
- RIBEIRO, Gladys Sabina. Liberdade e medo: o impacto das ideias liberais no Rio de Janeiro do Primeiro Reinado. **Revista Brasileira de História** (Dossiê: independência, independências), vol. 42, nº 91 (set.-dez./ 2022), pp. 123-146. doi: <https://doi.org/10.1590/1806-93472022v42n91-07>.
- REMOND, René (org). **Por uma história política**. Tradução: Dora Rocha. 2ª edição. Rio de Janeiro. Editora FGV. 2003. 472 p.
- SARMIENTO, Érica (org.); CARULA, Karoline (org.). **Imigração, trabalho e gênero**. 1ª edição. Rio de Janeiro. Mauad X. FAPERJ, 2023.
- SCHWARCZ Lilia; STARLING, Heloisa. **Brasil: uma biografia**. 2ª edição. São Paulo, Companhia das Letras, 2018.
- SCHWARCZ, Lilian M. **O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870 – 1930)**. São Paulo. Companhia das Letras, 1993.
- _____. Usos e abusos da mestiçagem e da raça no Brasil: Uma história das teorias raciais em finais do século XIX. **Afro-Ásia**, 18, 1996.
- _____. As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- SCHWARTZ, Stuart B. Segredos Internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835. São Paulo, Companhia das Letras, 1988.
- SHUMWAY, Nicolas. **A Invenção da Argentina: História de uma ideia**. Tradução: Sérgio Bath e Mário Higa. Edusp. São Paulo. 2008.
- SILVA, César Agenor Fernandes da. PENTEADO, David Francisco de Moura. O perfil dos redatores do periódico O Auxiliador da Indústria Nacional (1833-1896). **Revista Diálogos Mediterrânicos**. Número 12, junho/2017, pp. 132 a 153.
- SILVA, José Luiz Werneck da. **Isto é o que me parece**. A sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (1827-1904) na formação social brasileira. A conjuntura de 1871 até 1877. Dissertação de mestrado, Niterói. UFF, 1979.

SILVA, Lígia Osório. **Terras devolutas e latifúndio: efeitos da Lei de 1850**. Campinas: Unicamp, 1996.

SOCIEDADE DE ESTUDOS DO OITOCENTOS (SEO). **Cidadania no Brasil, 1822-2022**.

Youtube, 26/04/2022. Disponível em:

<<https://www.youtube.com/watch?v=2ROq4Wrm9Po>>. Acesso em: 26/04/2022.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Formação histórica do Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

_____. **História da Imprensa no Brasil**. São Paulo: Mauad, 1994.

THOMPSON, Edward P. **Costumes em Comum**: estudos sobre a cultura popular tradicional.

Tradução de Rosaura Eicheberg. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. La sociedad inglesa del siglo XVIII: ¿Lucha de clases sin clases? In.

Tradición, revuelta y consciencia de clase: Estudios sobre la crisis de la sociedad preindustrial. Tradición castellana: Eva Rodríguez. Editora Crítica. 3º edición, Barcelona, 1989. p. 7-61.

THOMPSON, James. **British Political Culture and the Idea of "Public opinion", 1867-1914**. Cambridge: Cambridge University Press, 2013.

XAVIER-GUERRA, François. **Modernidad e Independencias: Ensayos sobre las revoluciones hispánicas**. Madrid. Editorial Mapfre. 1992.